



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO**

MARLIANE DIAS SILVA

**HISTÓRIA E MEMÓRIA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL
JATAÍ**

Goiânia- GO

2023

MARLIANE DIAS SILVA

**HISTÓRIA E MEMÓRIA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL
JATAÍ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação e Sociedade.
Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida.

Goiânia-GO

2023

Catálogo na Fonte - Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás

S586h Silva, Marliane Dias

História e memória Universidade Federal de Goiás -
regional Jataí / Marliane Dias Silva.-- 2023.
245 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Zeneide Carneiro Magalhães de
Tese (doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades,
Goiânia, 2023.

Inclui referências: f. 193-245.

1. Universidade Federal de Goiás - História. 2. Universidades
e faculdades públicas - Jataí (GO). 3. Memória. I. Almeida,
Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. II. Pontifícia
Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação
em Educação - 24/08/2023. III. Título.

CDU: 378.018.591(043)



Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPE
Coordenação de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – CPSS
Escola de Formação de Professores e Humanidades - EFPH

HISTÓRIA E MEMÓRIA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL JATAÍ

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás,
aprovada em 24 de agosto de 2023.

MARLIANE DIAS SILVA

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida / PUC Goiás (Presidente)

Prof. Dr. Aldimar Jacinto Duarte / PUC Goiás

Profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro /PUC Goiás

Prof. Dr. Cesar Evangelista Fernandes Bressanin /UFT-TO

Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves /FINOM-MG

Prof. Dr. Lizandro Poletto /UNIFAN (Suplente)

Profa. Dra. Estelamaris Brant Scarel / PUC Goiás (Suplente)

Dedico esta pesquisa a Deus, por ter me possibilitado a ter saúde, força e fé para conquistar o meu objetivo pessoal e profissional.

Aos meus pais, Martinho Romualdo da Silva e Marli Hozória Dias Silva, que sempre foram exemplo para mim de luta, fé e perseverança. Que souberam me compreender nos momentos difíceis, durante a construção desta pesquisa.

Ao meu irmão Marlus Dias Silva, por seu incentivo e preocupação.

Ao meu amado João Fernando Dalla Villa por estar do meu lado, compreender pelas palavras de motivação nos momentos de desânimo, estas foram fundamentais para me levantar e prosseguir.

AGRADECIMENTOS

Durante a trajetória desta pesquisa de Doutorado, nos empenhamos em realizá-la graças à colaboração de diversas pessoas, tanto do meio acadêmico quanto pessoas, as quais tive a honra de conhecê-las, por suas contribuições com a História, marcada pelo período em que viveram.

Primeiramente, quero agradecer aos meus familiares, que me incentivaram e puderam entender os momentos desafiadores da construção deste trabalho.

Ao meu esposo João Fernando Dalla Villa, desde o início dessa jornada estive do meu lado, me incentivando a prosseguir.

Agradeço imensamente aos docentes da Pontifícia Universidade Católica de Goiás pelo conhecimento transferido, formação crítica com vistas à visão emancipatória e científica.

Agradeço, em especial, a minha orientadora Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, ao longo do curso não somente me orientou, mas formou-se amiga, uma pessoa a qual me despertou extrema admiração pela pessoa e profissionalismo, sinto-me honrada em ter sido sua orientada, gratidão por tudo.

Agradeço também aos membros da banca avaliadora desta pesquisa, pois sem as orientações e sugestões de cada eu não conseguiria concluir.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a materialização desta tese, marcadas por conquistas e derrotas. Impraticável a empreitada de agradecer a todos, mas ainda correndo o risco de cometer injustiças, gostaria mesmo que abolindo alguns nomes, de deixar minha gratidão de maneira particular:

***Em Rio Verde:**

Ana da Silveira Gomes;
Antônio Ferreira Arantes;
Ersi de Freitas Furquim;
Ituriel Nascimento;
Martinho Romualdo da Silva;
Terezinha Barbosa Bernardes;
Valdemar de Paula da Silva;
Zenaide Neves Arantes;
Bibliote Pública Municipal Rusolino Campos;

***Em Jataí:**

Adelino Gameiro das Neves;

Binômimo da Costa Lima;
Divina Ferreira Silva Costa;
Dorival de Carvalho Mello;
Francisco Marcos Freire Dantas;
Maria do Rosário Cassimiro;
Mauro Antônio Bento Filho;
Nelson Antônio da Silva;
Biblioteca Pública Municipal Dante Mosconi;
Câmara Municipal de Jataí;
Fundação Educacional de Jataí;
Instituto Federal de Goiás;
Instituto Federal de Goiás/Campus Jataí;
Prefeitura Municipal de Jataí;
Secretaria Municipal de Educação de Jataí;
Universidade Federal de Goiás;
Universidade Católica de Goiás.

***Em Goiânia:**

José Carlos Libânio;
Maria do Rosário Cassimiro.

*O valor das coisas não está
no tempo em que elas duram, mas na
intensidade com que acontecem*

*por isso existem momentos inesquecíveis,
coisas inexplicáveis e
pessoas incomparáveis.
(Fernando Pessoa)*

RESUMO

Esta pesquisa se vincula ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás na linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura. Ligada ao grupo de pesquisa Educação, História, Memória e Culturas em Diferentes Espaços Sociais-EHMCES/HISTEDBR/PUCGO. Tem como temática verificar a História e Memória Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí. O objetivo geral da pesquisa foi investigar o processo de implantação do ensino superior público no sudoeste goiano, tendo como foco de estudo as cidades de Rio Verde e Jataí, no período compreendido entre 1978 a 1989. Parte-se do seguinte problema esta pesquisa: Jataí, nesse período, possuía uma população menor e um desenvolvimento econômico em relação a Rio Verde, quais seriam os critérios para criação de Universidades Federais? Porém, em 1978, a cidade de Jataí criou da primeira universidade pública na região Sudoeste. O que houve que não foi implantada em Rio Verde? O que influenciou para esta conquista na cidade Jataí? A universidade contribuiu para o desenvolvimento da cidade de Jataí? Esta tese orientou-se teórico e metodologicamente pela História Oral com abordagem do método Indiciário. Esta tese demonstra após a análise de corpus documentais e orais as relações históricas, políticas e econômicas, as quais contribuíram para a criação do ensino superior no sudoeste goiano enfatizando a Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí. Com isto, chegou-se aos seguintes resultados: o poder político e econômico de Rio Verde foram os impeditivos para a materialização da Universidade Federal de Goiás na cidade. Ao contrário do que aconteceu em Jataí, o interesse político aliado aos programas de desenvolvimento extensionista do ensino superior para o interior do país, além disso, questões de cunho clientelista e patrimonialista influenciaram a conquista. No entanto, a presença do Campus Avançado de Jataí possibilitou a cidade ter visibilidade nacional, mas de imediato não impactou no desenvolvimento da cidade em termos de crescimento demográfico, mas sim o impacto foi percebido no âmbito cultural, pois os primeiros cursos possibilitaram a profissionalização e formação de docentes, estes em sua maioria, atuantes no magistério municipal. Esta pesquisa utilizou como aparato teórico os seguintes autores: Cunha (1980), Baldino (1991), Magalhães (2004), Halbachs (2006).

Palavras – chave: História; Memória; Universidade Federal de Goiás; Jataí.

ABSTRACT

This research is associated to the *Stricto Sensu* Graduate Program in Education at the Pontifical Catholic University of Goiás on the line of research: Education, Society and Culture. It is connected to the research group Education, History, Memory and Cultures in Different Social Spaces - EHMCES/HISTEDBR/PUCGO. The research theme is to verify the History and Memory Federal University of Goiás – Regional Jataí. The objective of the research was to investigate the process of implementation of public Higher Education in the Southwest of Goiás, focusing on the cities of Rio Verde and Jataí, during the period between 1978 and 1989. It starts with the following research problem: Jataí during this period, had a smaller population and lower economic development in relation Rio Verde, what would be the conditions for the creation of Federal Universities. However, in 1978, the city of Jataí created the first public University in the Southwest region. What did it happen that public Higher Education was not implemented in Rio Verde? What did it influence this conquest in the city of Jataí? Did the University contribute to the development of the city of Jataí? It was guided theoretically and methodologically by Oral History with an approach of the Evidence method. This thesis demonstrates, after analyzing documental and oral corpus, the historical, political and economic relations, which contributed to the implementation of Higher Education in the Southwest of Goiás, emphasizing the Federal University of Goiás - Regional Jataí. With this line of questioning, we obtained the following result: the political and economic power of Rio Verde were the impediments to the foundation of the Federal University of Goiás in the city. Contrary to what happened in Jataí, the political interest combined with the Extensionist Higher Education development programs for the country side, and the clientelist and patrimonialist issues influenced the implementation of the University. However, the presence of Advanced Campus of Jataí made it possible for the city to have national visibility, but it did not immediately impact the development of the city in terms of demographic growth, but the impact was perceived in the cultural scope, since the first courses made possible the professionalization and training of teachers, the majority of whom work for public schools. This research used the following authors as a theoretical apparatus: Cunha (1980), Baldino (1991), Magalhães (2004), Halbachs (2006).

Keywords: History; Memory; Federal University of Goiás; Jataí.

RESUMEN

Esta investigación está vinculada al Programa de Posgrado Stricto Sensu en Educación de la Pontificia Universidad Católica de Goiás en la línea de investigación: Educación, Sociedad y Cultura. Ligada al grupo de investigación Educación, Historia, Memoria y Culturas en Diferentes Espacios Sociales-EHMCES/HISTEDBR/PUCGO. Tiene como tema verificar la Historia y Memória Universidad Federal de Goiás – Regional Jataí. El objetivo de la investigación fue investigar el proceso de implementación de la educación superior pública en el suroeste de Goiás, con foco en las ciudades de Rio Verde y Jataí, en el período comprendido entre 1978 y 1989. Se parte del siguiente problema esta investigación: Jataí, durante este período, tenía una población y desarrollo econômico menor en relación a Rio Verde, ¿cuales serian los critérios para crear una Universidad Federal? Sin embargo, en 1978, la ciudad de Jataí creó la primera Universidad pública en la región suroeste. ¿Lo que sucedió que no se implementó en Rio Verde?; ¿Qué influyó en esta conquista en la ciudad de Jataí? ¿La Universidad contribuyó en el desarrollo de la ciudad de Jataí? Esta tesis se orientó teórica y metodológicamente por la Historia Oral con un abordaje del método de la Evidencia. Esta tesis demuestra, después del análisis del corpus documental y oral, las relaciones históricas, políticas y económicas que contribuyeron a la creación de la educación superior en el suroeste de Goiás, con destaque para la Universidad Federal de Goiás - Regional Jataí. Con esto, llegamos a los siguientes resultados que los poderes político y económico de Rio Verde, fueron los impedimentos para la materialización de la Universidad Federal de Goiás en la ciudad. Al contrario de lo que sucedió en Jataí, el interés político combinado con los programas de desarrollo de la educación superior extensionista para el interior del país, además de cuestiones clientelistas y patrimonialistas influyeron en la conquista. Sin embargo, la presencia del Campus Avanzado de Jataí posibilitó a ciudad tener visibilidad nacional, pero no impactó inmediatamente en el desarrollo de la ciudad en términos de crecimiento demográfico, pero el impacto se percibió en el ámbito cultural, ya que los primeros cursos posibilitaron la profesionalización y formación de docentes, la mayoría activos en el magisterio municipal. Esta pesquisa utilizó como aparato teórico los siguientes autores: Cunha (1980), Baldino (1991), Magalhães (2004), Halbachs (2006).

Palabras clave: Historia; Memoria; Universidad Federal de Goiás; Jataí.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Microrregião do sudoeste goiano	64
Figura 2 Estado de Goiás 1960.....	68
Figura 3 Solicitação de estudo para a criação da Universidade Federal do oeste brasileiro	78
Figura 4 Auxílio financeiro a FAFI.....	108
Figura 5 Processo de aquisição da área destinada a UFG/regional Jataí – unidade Riachuelo em etapas	159
Figura 6 Notícia sobre oferta de cursos de extensão	166
Figura 7 Criada a fundação educacional de Jataí	173

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 Juscelino Kubitschek assina a criação da Universidade Federal de Goiás em Goiânia	72
Fotografia 2 Funcionamento da extensão da UCG - Colégio do Sol	100
Fotografia 3 1o prédio da FAFI.....	101
Fotografia 4 Recepção da Reitora Maria do Rosário Cassimiro no aeroporto de Jataí em 1982	137
Fotografia 5 Jataí em 1982	143
Fotografia 6 Recepção da Pró-reitora de extensão no aeroporto de Jataí.....	150
Fotografia 7 Construção do <i>campus</i> avançado de Jataí.....	160
Fotografia 8 <i>Campus</i> avançado de Jataí	160
Fotografia 9 Internato feminino.....	155
Fotografia 10 Área adquirida para a construção do CAJ.....	155
Fotografia 11 Maria do Rosário Cassimiro e lideranças de Jataí caminhando dentro do prédio-sede do CAJ.....	163
Fotografia 12 Inauguração daUFG	164
Fotografia 13 Assinatura do convênio entre FEJ, UFG e a Prefeitura Municipal.....	176
Fotografia 14 Solenidade para assinatura do convênio FEJe UFG/CAJ.....	176
Fotografia 15 Festa em comemoração do convênio entre UFG e a FEJ	176
Fotografia 16 Manifestação dos professores do CAJ pela regularização dos salários atrasados da FEJ– 1994	179
Fotografia 17 Desfile cívico de 1983	182
Fotografia 18 Descerramento da placa em homenagem a primeira turma de formandos do CAJ	186
Fotografia 19 Três primeiras alunas formandas em Matemática 1984	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Museu histórico de Jataí Francisco Honório de Campos	24
Quadro 2 Documentos no cartório.....	25
Quadro 3 Documentos (Fundação Educacional de Jataí – FEJ).....	25
Quadro 4 Atas (Fundação Educacional de Jataí –FEJ).....	25
Quadro 5 Lista dos entrevistados	27
Quadro 6 Relação do ano e habitantes em Goiás	37
Quadro 7 Instituições de Ensino Superior no Brasil (1808 – 1961	43
Quadro 8 Governadores de Goiás (1946-1964).....	57
Quadro 9 Governadores de Goiás durante o Período Militar (1964-1983)	58
Quadro 10 Governadores de Goiás durante o período de 1986 a 1991	62
Quadro 11 Prefeitos de Rio Verde após o Período Militar.....	88
Quadro 12 Instituições educativas em Rio Verde (1851 a 1968).....	96
Quadro 13 Instituições de ensino em Jataí (1875 – 1984).....	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 População total dos municípios da região sudoeste (1960 – 1980).....	65
Tabela 2 Porcentagem da população economicamente ativa ocupada nos estabelecimentos segundo o setor de atividade na região sudoeste	66

LISTA DE SIGLAS

AI - Ato Institucional

APRODERV - Associação Pró-desenvolvimento de Rio Verde

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Bancas de Teses e Dissertações

CAJ – Campus Avançado de Jataí

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CINCRUTAC - Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária

COMIGO - Cooperativa Mista de Produtores do Sudoeste Goiano Ltda.

CPG – Centro de Professores de Goiás

CRES - Centros Regionais de Estudos Superiores

CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

CEB - Centro de Estudos Brasileiros

FAFI - Faculdade de Filosofia

FEJ – Fundação Educacional de Jataí

FEURV - Fundação Educacional Universitária de Rio Verde

FESURV - Fundação do Ensino Superior de Rio Verde

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FURV - Fundação de Rio Verde

GTU - Grupo Tarefa Universitário

HO - História Oral

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituições de Ensino Superior

ISG – Instituto Samuel Grahman

JK - Juscelino Kubitschek de Oliveira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PIB - Produto Interno Bruto

PIN - Programa de Integração Nacional

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

PREMEN - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SERVE - Sociedade de Ensino de Rio Verde

SINTEGO – Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás

SNI - Serviço Nacional de Informações

UCG - Universidade Católica de Goiás

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UDN - União Democrática Nacional

UFG - Universidade Federal de Goiás

UNE - União Nacional dos Estudantes

USAID - United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 O PERCURSO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL E EM GOIÁS	32
1.1 A UNIVERSIDADE NO BRASIL	32
1.1.1 A prática política do Clientelismo e Patrimonialismo no Brasil e sua relação com a educação	48
1.2 O ESTADO DE GOIÁS: PERCURSO HISTÓRICO-POLÍTICO-ECONÔMICO E O SUDOESTE GOIANO	54
1.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: A CONCRETIZAÇÃO DE UM SONHO NO CORAÇÃO DO BRASIL	68
1.4 PROPOSTA DE ESTUDO PARA IMPLANTAR UMA UNIVERSIDADE FEDERAL NO SUDOESTE GOIANO	75
2 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM GOIÁS: DÉCADAS DE 1960 A 1980 ..	93
2.1 ENSINO SUPERIOR NO SUDOESTE GOIANO: O CASO DE RIO VERDE	93
2.2 EXTENSÃO, EXPANSÃO, INTERIORIZAÇÃO, CAMPUS AVANÇADO E A LIGAÇÃO COM A UFG	114
2.2.1 Extensão	114
2.2.2 O processo de expansão da UFG	120
2.2.3 Interiorização	123
2.2.4 Campus Avançados	125
3 O CAMPUS AVANÇADO DA UFG EM JATAÍ: DO PLANO A MATERIALIZAÇÃO DA EXTENSÃO	139
3.1 JATAÍ: ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS-EDUCACIONAIS DA CIDADE “ABELHA”	140
3.2 A ARTICULAÇÃO DA EXTENSÃO DA UFG PARA JATAÍ.....	143
3.3. OS BASTIDORES DA VINDA DA UFG: AQUISIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO	154
3.4. A INAUGURAÇÃO: O GRANDE MARCO NA HISTÓRIA DE JATAÍ.....	161
3.5. O FUNCIONAMENTO DA UFG EM JATAÍ.....	164
3.6 A FUNDAÇÃO LIGADA A UFG	168
3.7 DEMANDAS SOCIAIS PÓS-IMPLANTAÇÃO DO CAJ	179

CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	193
APÊNDICE I – ROTEIROS DE ENTREVISTAS	202
ANEXO I – LEI DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - 1960	205
ANEXO II - PROJETO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA REGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS	208
ANEXO III – ATA DO PROJETO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUDOESTE DE GOIÁS	210
ANEXO IV - EX-PREFEITO IRON JAYME DO NASCIMENTO ASSINANDO A COMPRA DO “CAMPUS RURAL” - 1981	214
ANEXO V - FUNDAÇÃO DA APRODERV	215
ANEXO VI- ENTREVISTA AO JORNAL FOLHA DO SUDOESTE DE ITURIVAL NASCIMENTO	216
ANEXO VII - LEI DE CRIAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO DE JATAÍ - 1980	217
ANEXO VIII- REPORTAGEM FOLHA DE SÃO PAULO COM MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO – 1982	219
ANEXO IX - CAPA DO JORNAL “O FAVO”: ANÚNCIO DO PREFEITO SOBRE A REUNIÃO COM A COMITIVA DE PRÓ-EXTENSÃO DA UFG EM JATAÍ– 1979	220
ANEXO X - SEGUNDA PÁGINA DO JORNAL “O FAVO”: INFORMAÇÕES E ESPERANÇAS SOBRE A POSSÍVEL INSTALAÇÃO DA UFG EM JATAÍ	221
ANEXO XI - PUBLICAÇÃO DO ROTEIRO DA PESQUISA DO PROJETO JATAÍ	222
ANEXO XII - INFORMATIVO SOBRE O RETORNO DA EQUIPE DO PROJETO JATAÍ A GOIÂNIA E O COMPROMISSO DA PREFEITURA DE IMPLANTAR A UFG	223
ANEXO XIII - ENTREVISTA COM REITOR JOSÉ CRUCIANO E PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO EM 1979	224
ANEXO XIV - CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR – DOAÇÃO DA PREFEITURA PARA CONSTRUÇÃO DA UFG 1981	225
ANEXO XV - CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR – COMPRA DA ÁREA 1 PARA A UFG - 1982	227
ANEXO XVI - CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR – COMPRA DE ÁREA 2 PARA A UFG 1982	229
ANEXO XVII - NORMAS PARA CRIAÇÃO DE CURSOS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO – 1984	231

ANEXO XVIII - LIVRO DE REGISTRO DE FUNCIONÁRIOS DA FEJ.....	232
ANEXO XIX - FORTALECER A UNIVERSIDADE.....	233
ANEXO XX - FUNDAÇÃO VAI A GOIÂNIA POR CURSO DE PEDAGOGIA.....	234
ANEXO XXI - EDITORIAL DA FOLHA DO SUDOESTE SOBRE OS FUTUROS CURSOS DO CAJ	235
ANEXO XXII - APROVAÇÃO DO PROJETO NO COMITÊ DE ÉTICA DA PUCGO	236
ANEXO XXIII - EX-REITORES DA UFG	238
ANEXO XXIV - DOCUMENTOS (FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE JATAÍ – FEJ).....	239
ANEXO XXV - ATAS (FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE JATAÍ – FEJ).....	240
ANEXO XXVI - DOCUMENTOS FEJ	242
ANEXO XXVII – PROJETO DE LEI PARA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL EM RIO VERDE.....	243

INTRODUÇÃO

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.

(Pierre Nora)

Esta tese demonstra após análise de *corpus* documentais e orais, as relações históricas, políticas e econômicas, as quais contribuíram para a criação do ensino superior da rede federal no sudoeste goiano.

O objetivo desta tese centra-se em verificar como ocorreu o processo de implantação do ensino superior federal no sudoeste goiano, por meio da História e Memória analisando o caso da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí, perpassando nas cidades de Rio Verde e Jataí durante o período de 1978 a 1989.

Possui os objetivos específicos, os quais nortearam a construção dos capítulos:

- Abordar os processos históricos, os quais culminaram no desenvolvimento da Universidade no Brasil, em Goiás e conseqüentemente, no sudoeste goiano;
- Verificar como ocorreu o desenvolvimento do ensino superior no sudoeste goiano enfatizando o caso de Rio Verde, mostrando como as políticas públicas voltadas para a Extensão, Expansão, Interiorização, *Campus* Avançado influenciaram na criação da UFG em Jataí;
- Elucidar como ocorreu o processo de criação do CAJ e o seu funcionamento.

No entanto, para compreender o porquê optei em pesquisar sobre a temática desta tese: História e Memória Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí, primeiramente, gostaria de explicar iniciando por minha formação profissional, porque está na prática do meu labor a razão pela qual despertou esta investigação.

Minha formação direcionada à docência iniciou no Ensino Médio, cursei o Técnico em Magistério, me graduei em Letras pela Universidade de Rio Verde (UniRv), fiz Pós-graduação na área de Letras com ênfase em Literatura e Crítica Literária pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO).

Iniciei o exercício da docência com apenas 16 anos, quando cursava o último ano do Magistério para alunos da Educação Infantil. Minha atuação neste nível de ensino foi rápida,

durou apenas dois anos. Depois, na graduação, ministrei aulas de Língua Estrangeira em escolas particulares de Rio Verde.

Conclui o curso e comecei a lecionar no Ensino Médio, em cursos preparatórios para o vestibular, concursos públicos e Enem. Depois, prestei o concurso da rede estadual, fui aprovada e trabalhei por sete anos em alguns colégios públicos da cidade. Consegui ingressar, assim que conclui o Mestrado, como docente no ensino superior em uma Faculdade privada de Rio Verde.

Era comum ouvir o seguinte questionamento dos meus alunos: Por que Rio Verde não tem uma Universidade Federal como Jataí? Lembro-me bem na época, muitos cursos superiores não eram ofertados pela única Universidade, de caráter privado, da cidade.

Eu não sabia o que responder aos meus alunos e a dúvida deles se aglutinava juntamente com a minha. Assim que conclui o Mestrado, comecei a estudar para concurso público também, minha meta era ser docente da rede federal. Após muito esforço, dedicação nos estudos consegui ser aprovada em Campos Belos no Campus recém-criado.

Neste período fui embora de Rio Verde, morei em Campos Belos por um curto período, depois consegui ser redistribuída para Jataí, mas independentemente do local em que eu estava, a dúvida dos meus ex-alunos ecoava em minha mente e ao mesmo tempo, aguçava minha curiosidade.

Fui atrás de respostas, perguntei várias pessoas se sabiam me responder, muitos me disseram que por motivos políticos, Rio Verde não tinha uma Universidade Federal. Porém, esta resposta curta, objetiva e ao mesmo tempo vazia, carecia para mim de argumentos, informações.

Escolhi estabilizar em Jataí para poder pensar em verticalizar minha formação, na realidade, eu queria ingressar no Doutorado na área de Literatura na PUCGO, até porque o ensino da universidade ao meu ver, é ótimo, os profissionais são excelentes, mas o curso não foi criado.

Então, optei em ingressar como aluna extraordinária no programa de Doutorado em Educação pela PUCGO. E logo, descobri um campo de investigação amplo e extremamente interessante, ao mesmo tempo, comecei a participar das reuniões do Diretório/CNPq-GP Educação, História, Memória e Culturas em Diferentes Espaços Sociais-EHMCES/HISTEDBR/PUCGO.

O Diretório/CNPq é um grupo de pesquisa coordenado pela professora Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida. E logo, após participar de algumas reuniões me identifiquei com os estudos sobre o campo da História da Educação, em especial, da Historiografia.

Decidi que era hora de me preparar para ingressar no programa como aluna regular, pensei e pensei sobre o que pesquisar...não demorou muito, o questionamento feito pelos meus alunos ecoou em minha mente e foi neste momento, tomei a decisão de pesquisar sobre o ensino superior no sudoeste goiano enfatizando o caso da UFG.

Essa foi a dúvida central, que me motivou a buscar resposta para esta questão. Essa descoberta me inquietou muito. Além disso, antes de construir o projeto de tese, realizei um levantamento no banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para verificar se havia alguma pesquisa realizada sobre a temática proposta para construção desta pesquisa.

O resultado foi surpreendente e animador: nenhuma pesquisa havia sido desenvolvida. Também pesquisei sobre o marco temporal entre os últimos dez anos (2008-2018), o resultado foi que ainda não foram realizadas pesquisas neste âmbito. Dessa maneira, me deparei com algumas pesquisas relacionadas à implantação de cursos de História, Matemática, Pedagogia na UFG em Goiânia e Jataí.

Também, após verificar no IBICT e na CAPES, acessei a Biblioteca Digital Brasileira de Bancas de Teses e Dissertações (BDTD), verificou-se a ausência de pesquisa voltada para o campo da História, Cultura e Educação com ênfase na implantação do Ensino Superior goiano destacando o caso da Universidade Federal de Goiás – Regional de Jataí, no período de 1978 a 1989.

Frente as buscas realizadas, verificou-se o ineditismo da pesquisa, com isto, as contribuições seriam consideráveis para a comunidade acadêmica da UFG, atualmente Universidade Federal de Jataí e para os acervos históricos das cidades Rio Verde e Jataí.

Finalizada esta etapa, parti para a construção do projeto da tese, de caráter qualitativo, dialético, após leituras sobre métodos de investigação, percebi que seria possível buscar os vestígios da História por meio da Micro-História proposta pela Nova História Cultural e utilizar a metodologia da História Oral com suporte do Método Indiciário.

Durante estruturação da proposta de tese, alguns questionamentos referentes a problemática foram centrais para o desenvolvimento desta pesquisa, como: Rio Verde, na época, apresentava uma população maior e um grande poder político e econômico, neste sentido, a Universidade Federal de Goiás – Regional de Jataí, teoricamente, tinha mais potencial para ser implantada em Rio Verde, porém:

- a) O que houve que não foi implantada em Rio Verde?
- b) O que influenciou para esta conquista na cidade Jataí?

c) A universidade contribuiu para o desenvolvimento da cidade de Jataí?

Para encontrar as respostas das questões norteadoras desta pesquisa, percebi que seria necessário dividi-la em duas partes: a primeira, em Rio Verde e a segunda em Jataí. Hipoteticamente, levantou-se a suspeita acerca do crescimento da cidade de Jataí estar relacionado com a implantação do *Campus* Avançado de Jataí (CAJ/UFG).

Desta forma, participei e o submeti ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para turma 2020/01. Fui aprovada e minha reação foi de felicidade misturada a certeza que teria um grande desafio pela frente.

Ao cursar as disciplinas do Programa, pude ampliar meu conhecimento sobre área da Educação. Também, a cada orientação com a professora Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida verificava o quanto tinha a aprender. Além disso, cursei as disciplinas cumprindo os prazos estabelecidos pelo do Programa de Pós-Graduação.

Logo no primeiro ano do curso, organizei meu diário de campo, com auxílio da minha orientadora, realizei um levantamento bibliográfico bem como a leitura de obras sobre História, Memória, Historiografia, pautada nas abordagens teóricas dos seguintes autores: Alberti (1989), Falcon (2010), Gatti Junior (2002), Guinzburg (1989), Magalhães (1996), Meihy; Nora (1993), Pollak (1989), Sanfelice (2010), Thompson (1992).

Neste sentido, compreendi que a Historiografia de uma Instituição Educacional segue os rumos propostos pela “Nova História”, fundada a partir de 1970, junto com a *École des Annales* (Escola de Annales), cuja proposta rompe com os paradigmas da História tradicional.

A obra de Peter Burke (1992) “A Escola de *Annales* (1929 – 1989): a Revolução Francesa da Historiografia” discorre sobre a *Annales* como um movimento dividido em três fases: a primeira, apresenta a guerra radical contra a História tradicional, a História política e a História dos eventos; na segunda, o movimento aproxima-se verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos (estrutura e conjuntura) e novos métodos (história serial das mudanças na longa duração) dominada pela presença de Fernand Braudel (1946 - 1969); a terceira, traz uma fase marcada pela fragmentação e por exercer grande influência sobre a Historiografia e do público leitor em abordagens da Nova História.

Para Falcon (2010, p.54) “o conhecimento é o registro inteligente que o historiador procura fazer para compreender a História. A Historiografia é justamente o conhecimento crítico dessa representação e do processo que a determinou”. Assim, compreender a História no âmbito da Historiografia implica relacioná-la a Nova História Cultural (NHC) vertente teórica-metodológica caracterizada pela ampliação do processo de pesquisa e o uso de novas

fontes no campo historiográfico, como: documentos impressos, revistas, jornais, narrativas orais.

Por meio do paradigma da NHC delineamos a construção teórico-metodológica desta tese, partindo dos indícios da micro-história, seguindo a metodologia da História Oral com suporte do método indiciário para analisar as seguintes categorias compostas por nossa investigação: Instituições Escolares, História, Memória e Ensino Superior.

Ao analisar uma instituição educativa, de acordo com Magalhães (2004, p.67) a “história das instituições educativas é um campo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por ação dos sujeitos”. Para o autor, o conceito de uma instituição se associa a ideia de permanência, sistematicidade, norma e normatividade ligada as mudanças do tempo histórico sociocultural, contextos geográficos e da área da educação.

Nesta direção Magalhães (2004) afirma:

Na sua ação concreta e do cotidiano, como na dimensão temporal, as instituições educativas, sendo instâncias complexas e multifacetadas, engendram, e desenvolvem culturas, representações, formas de organização, relacionamento e ação que se constituem em fatores de diferenciação e identidade. Inseridas em contextos geográficos e em tempos históricos marcados por fatores de natureza sociocultural, conjunturas e circunstâncias históricas específicas, estas instituições, se bem que estruturadas por uma matriz de base e perseguindo objetivos comuns, existem de forma própria e este quadro existencial fomenta representações e apropriações, elas mesmas diferenciadas (Magalhães, 2004, p. 69).

Como a instituição educativa, de acordo com Magalhães (2004) é constituída por meio da ação dos sujeitos, ao analisar o passado por meio das memórias ora individuais ora coletivas compreendemos muitos fatos ocorridos referentes a materialização do ensino superior tanto em Rio Verde quanto em Jataí e a UFG no período proposto desta tese.

Por essa razão, o uso dos indícios da micro-história, a partir dos estudos de Vainfas (2002), nos auxiliou analisar nosso objeto de pesquisa dentro de um recorte mais profundo, uma vez que a micro-história:

Privilegia a narrativa descritiva e busca expor a história para os que a conhecem e também para os que não a conhecem, por meio da narrativa descritiva dos casos miúdos. Não renuncia a busca da veracidade dos fatos. Usa fontes em profusão e não transforma a verdadeira história em ficção, mas especula muito, passando ao leitor as dúvidas do historiador (Sanfelice, 2010, p. 37).

A micro-história preocupa-se com hierarquias e contrastes sociais (a luta de classes, desigualdade social etc.), definindo-se como um gênero historiográfico de fazer e contar a

História. Um gênero que surgiu com a História Cultural e superou-a à medida que desenvolvendo formulações teóricas e metodológicas mais nítidas (Vainfas, 2002).

Também, caracteriza-se por ser um estudo monográfico de uma temática; “um gênero diferente de fazer e contar história que renuncia à história total”, privilegia a narrativa descritiva e analisa profundamente os casos, a procura de indícios, os quais rompem com a história total (Sanfelice, 2010, p. 37). Além disso, ela é uma história plural com caminhos alternativos para a investigação histórica, como sugere o método indiciário de Carlo Ginzburg.

No paradigma indiciário proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), propõe o recorte do objeto em escala microscópica de modo a desvendar um universo além do próprio estudo. Os registros de jornal, os periódicos e livros servem como fontes, bases para a investigação histórica. Longe de serem uma verdade em si mesma ou de serem uma mentira completa, tais registros muitas vezes nos servem como pistas, indícios que podem apontar um caminho para onde conduzir nossas pesquisas.

Após nos apropriarmos do conhecimento teórico pautado no método indiciário, no fim de 2021 e durante o ano de 2022, visitei alguns órgãos Municipais tanto em Rio Verde quanto em Jataí, como: Biblioteca Pública Municipal Rusolino Campos; Biblioteca Pública Municipal Dante Mosconi; Câmara Municipal de Jataí; Fundação Educacional de Jataí; Prefeitura Municipal de Jataí; Secretaria Municipal de Educação de Jataí; Universidade Federal de Goiás, Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos.

A meta era realizar um levantamento documental por meio de: revistas, jornais de época e documentos oficiais, livros da região, fotografias, assim como propõe o método indiciário em busca dos indícios do passado. No diário de campo registrava os desafios enfrentados para não esquecer de nada relacionado a pesquisa.

Os desafios enfrentados consistiam em algumas remarcações de horários agendados, falta de documentos, mas em todos os órgãos fui muito bem recebida e orientada pelos dirigentes tanto em Rio Verde quanto em Jataí. Estávamos vivendo um período de pandemia, muitas instituições foram fechadas, outras permitiam o acesso apenas por agendamento, foi muito difícil para mim.

Apesar das dificuldades consegui vários documentos oficiais, conforme quadros abaixo:

Quadro 1 - Museu histórico de Jataí Francisco Honório de Campos

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ACERVO	DATA
------------	-----------	--------------------------	------

01	Jornais: O Favo Folha do Sudoeste	Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos	03/11/2020
02	Fotos	Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos	03/11/2020

Fonte: Arquivo organizado pela autora

Quadro 2 - Documentos no cartório

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ACERVO	DATA
01	Doação da área1 para a UFG	Cartório de Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Tabelionato de Protesto Comarca de Jataí-GO	13/04/2022
02	Compra da área2 pela Prefeitura transferida para a UFG	Cartório de Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Tabelionato de Protesto Comarca de Jataí-GO	13/04/2022
03	Compra da área3 pela Prefeitura transferida para a UFG	Cartório de Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Tabelionato de Protesto Comarca de Jataí-GO	13/04/2022

Fonte: Arquivo organizado pela autora

Quadro 3 - Documentos (Fundação Educacional de Jataí – FEJ)

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ACERVO	DATA
01	Convênio UFG e a Prefeitura Municipal de Jataí	FEJ	05/05/1980
02	Resolução nº 15 Carta-consulta	FEJ	29/10/1984

Fonte: Arquivo organizado pela autora

Quadro 4 - Atas (Fundação Educacional de Jataí –FEJ)

ATAS N °	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ACERVO	DATA
01	Primeira reunião ordinária de apreciação final e aprovação do Estatuto da Fundação Educacional de Jataí bem como Eleição e Posse da Comissão Diretora.	FEJ	18/01/1984
02	Primeira reunião ordinária da Comissão Diretora para reforma do Estatuto da Fundação Educacional de Jataí.	FEJ	30/11/1984
03	Eleição da Diretoria.	FEJ	28/02/1985
04	Escolha do Secretário e Financeiro.	FEJ	02/05/1985
05	Análise do Ofício Circular nº 28/85 do MEC, que institui ajuda financeira as Instituições de Ensino Superior.	FEJ	08/10/1985
07	Análise dos problemas referentes à carga-horária dos professores do Campus Avançado UFG.	FEJ	31/05/1986
10	Eleição para Secretário da FEJ, Cursos da Escola Técnica Federal de Jataí, Convênio entre a FEJ e a UFG, Novo vestibular para o curso de	FEJ	31/03/1987

	Pedagogia e implantação do curso de Letras.		
11	Instalação dos cursos da Escola Técnica Federal, situação da previdência social dos professores contratados pela FEJ para trabalhar na UFG e pagamento dos salários.	FEJ	09/04/1987
12	Análise do caso da aluna Eliane do Cesut, visita da FEJ a reitoria da Escola Federal, abaixo-assinado dos alunos do curso de Pedagogia da UFG solicitando um ônibus para visita técnica em Serranópolis.	FEJ	30/04/1987
13	Análise do ofício n° 001/87 do MEC, solicitação de equiparação salarial entre os professores contratados da UFG e os titulares, aviso sobre a construção do prédio da Escola Técnica Federal	FEJ	28/05/1987
14	Vestibular para o curso de Pedagogia e seu funcionamento em apenas um período, discussão sobre taxa de inscrição de matrícula, candidatos aprovados no concurso público para professores na UFG e dá outras informações.	FEJ	01/09/1987
15	Apresentação da minuta do Convênio a ser firmado pela UFG-Prefeitura Municipal de Jataí-Fundação Educacional de Jataí.	FEJ	04/11/1987
17	Eleição para novo secretário da FEJ, Implantação de novos cursos na UFG/ <i>Campus</i> Jataí, Curso de Especialização Lacto Sensu de “Saúde Pública” coordenado pela OSEGO, Implantação do Estágio na área de Saúde em Jataí.	FEJ	10/02/1989
20	Repasso de verba para pagamento dos professores da UFG.	FEJ	15/03/1989
21	Solicitações da UFG, permanência da funcionária Divina, autorização para pagamento das despesas de professores que vem de Goiânia.	FEJ	27/03/1989

Fonte: Arquivo organizado pela autora

Os documentos oficiais nos levariam, segundo Magalhães (1996, p. 41) a: “[...] explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região.”

Conforme abstraia informações tanto por meio das leituras quanto dos documentos adquiridos, verifiquei a possibilidade de iniciar a construção da tese. Então, comecei a redigi-la. E conforme avançava nas pesquisas das fontes e em suas análises, percebi a necessidade de ampliar o recorte temporal, pois notamos que as inquietações sobre a necessidade de implantar o ensino superior no sudoeste goiano foi motivado com a criação da UFG em Goiânia, em 1960.

Também verificamos por meio dos dados demográficos e econômicos disponíveis pelo IBGE, em 1980, ano em que o Campus Avançado de Jataí foi implantado, Rio Verde apresentava números superiores em relação a Jataí.

Para ampliar as informações e comprovar os dados encontrados nas fontes, precisávamos entrevistar as pessoas, que vivenciaram o passado em ambas cidades. As entrevistas poderiam ser iniciadas após a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética da PUC GO. Submetemos às regras exigidas pelo Comitê de Ética da PUCGO e com a pesquisa aprovada, iniciei as entrevistas, em 2022.

Tive a honra de conhecer pessoas que marcaram um tempo e testemunharam sobre a gênese do ensino superior público no sudoeste goiano. A priori, havíamos previsto entrevistar 10 pessoas. Mas conforme entrevistávamos os participantes, eles nos referenciavam outras pessoas que poderiam contribuir com nossa pesquisa. Desta forma, ao todo entrevistamos 17 pessoas. Infelizmente, duas pessoas, as quais iríamos entrevistar faleceram de Covid-19 em Rio Verde.

Nem todos entrevistados autorizaram revelar suas identidades, por esta razão, serão identificados da seguinte forma:

Quadro 5 - Lista dos entrevistados

CIDADE	FUNÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
Rio Verde	Ex-presidente do SINTEGO e professora aposentada da rede estadual de ensino, fazia parte do movimento pró-universidade pública para Rio Verde.	Entrevistado 1
Rio Verde	Ex-Secretário de Cultura e fazia parte do movimento pró-universidade pública para Rio Verde.	Entrevistado 2
Rio Verde	Participou ativamente da construção do Ensino Superior em Rio Verde.	Entrevistado 3
Rio Verde	Filho de Iturival Nascimento (<i>in memoriam</i>). Seu pai foi responsável pelo projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados em 1979, sobre a Universidade Federal do Sudoeste Goiano com sede em Rio Verde.	Entrevistado 4
Rio Verde	Testemunha da existência de dois grupos na cidade: um pró-faculdade pública e o outro, pró-faculdade existente.	Entrevistado 5
Rio Verde	Professora aposentada da FESURV, era representante do SINTEGO e fazia parte do movimento pró-universidade pública para Rio Verde.	Entrevistado 6
Rio Verde	Era presidente do CA do curso de Direito e testemunhou movimento na cidade para instalação de uma Universidade Federal no final da década de 80.	Entrevistado 7
Rio Verde	Professora aposentada da rede estadual de educação e fazia parte do movimento pró-universidade pública para Rio Verde.	Entrevistado 8
Jataí	Representante do Rotary e ex-presidente da FEJ, lutou pela criação, permanência da UFG em Jataí.	Entrevistado 9
Jataí	Parente da esposa do senhor José Cruciano de Araújo, ex-reitor da UFG, lutou pela criação do CAJ em Jataí.	Entrevistado 10
Jataí	Primeira funcionária da Fundação Educacional de Jataí (FEJ).	Entrevistado 11
Jataí	Escritor jataiense, participou da festa de inauguração do CAJ.	Entrevistado 12
Jataí	Diretor do Instituto Samuel Graham, testemunhou acerca da doação do espaço físico para construção do CAJ.	Entrevistado 13
Goiânia	Professor Doutor da PUC, trabalhou como Diretor do Centro de Formação para professores com o Secretário Hélio Mauro Umbelino Lobo	Entrevistado 14

Goiânia	Ex- Pró reitora de Extensão da UFG e Ex-Reitora da UFG, responsável pela criação do CAJ.	Entrevistado 15
Jataí	Filho do ex-prefeito Mauro Bento (<i>in memoriam</i>), o qual lutou pela criação do CAJ em Jataí.	Entrevistado 16
Jataí	Ex-Secretário na gestão do Mauro Bento e ex-prefeito de Jataí, também lutou pela criação e permanência do CAJ em Jataí.	Entrevistado 17

Fonte: Arquivo organizado pela autora

O uso metodológico da História Oral, segundo Thompson (1992), pode contribuir com o resgate da memória de forma promissora em qualquer área do conhecimento.

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (Thompson, 1992, p 17).

A memória de um indivíduo pode ser a Memória de muitos, Alberti (1990) salienta ao ouvir as testemunhas, os seus relatos do passado podem auxiliar as novas pesquisas como fontes de consulta. Alberti (1990) define a História Oral como:

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos etc (Alberti, 1990, p. 52).

A História Oral, segundo Thompson (1992, p.45), “foi a primeira espécie de história”, embora sem o caráter científico, ela remonta a tradição oral. Segundo Joutard (2006, p. 43), “[...] afora a história africana, que, desde os primórdios, serviu-se de fontes orais, a história se constituiu cientificamente, desde o século XVII, a partir da crítica à tradição oral e, mais genericamente, do testemunho.

A tradição oral, anterior a História Oral, buscava ouvir os relatos dos fatos do passado e os conhecimentos relativos à cultura por meio de narrativas. Mas, por meio da História Oral os acontecimentos passados começaram a ser analisados cientificamente. Partindo do pressuposto de Thompson (1992), a História Oral abriu uma nova perspectiva para o campo da historiografia, isto justifica o porquê nesta tese utilizamos dados por meio do *corpus* oral. Entrevistar as pessoas foi fundamental para conseguirmos compreender o que a História não conta.

Entretanto, como procedimento metodológico, a HO procura registrar as impressões, vivências, lembranças dos sujeitos que viveram o passado e estão dispostos a compartilhar o

conhecimento (Thompson, 1992). Neste sentido, as lembranças podem ser imediatas ou tardias, ou seja, após um evento pode-se lembrar muito mais coisas do que mais tarde, o que segundo Thompson (1992) chama de “memória fotográfica”, as lembranças de tempo curto e esta fase é extremamente breve, possibilitando um processo de seleção ao cérebro organizando a memória.

Para Halbwachs (2006) a memória possui duas faces: individual e coletiva. O indivíduo que lembra, está inserido em um grupo específico. A lembrança é sempre fruto de um processo coletivo, ela é o reconhecimento e a reconstrução do passado já visto e necessita de uma comunidade afetiva, cuja construção é estabelecida mediante o convívio social que os indivíduos estabelecem uns com os outros ou grupos sociais. As individuais se formam por meio das relações interpessoais e graças ao contexto sócio-histórico-cultural em que cada indivíduo está inserido.

O historiador Nora (1993, p.14) entende a História como a representação do passado e a memória faz parte da vida, pois está em indivíduos e/ou grupos vivos. Nesta direção, Nora (1993) estabelece diferenças entre a História e Memória:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é a vida, sempre carregada de grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longa latências e de repentinas revitalizações. A história é a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação ao universal (Nora, 1993, p. 09).

De acordo com Nora (1993) as memórias emergem de um lugar. Estes lugares de Memória são materiais e convergem com a materialização da memória coletiva. Para Pollak (1992), nem tudo fica registrado, porém memória pode ser herdada no sentido de ser estabelecida dentro de um espaço-tempo não vivido pelo sujeito. Assim, as memórias são constituídas por pessoas e existem lugares particularmente ligados a uma lembrança, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico (Pollak, 1992).

Partindo do princípio que da definição de Thompson (1992) sobre a História Oral como princípio metodológico para entrevistas, Meihy; Holanda (2010) traz a luz que:

A entrevista em História Oral é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim. A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se fonte oral. A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista (Meihy; H Holanda, 2010, p. 14).

Neste sentido, a entrevista é compreendida como documentação oral, o seu registro torna-se fonte oral, a História Oral faz parte do conjunto de fontes e a manifestação mais conhecida é por meio da entrevista. Seguimos as orientações teóricas de Meihy; Holanda (2010) sobre o procedimento da entrevista, a transcrição, análise e gotejamento das narrativas, antes de inseri-las na tese.

Com isto, após realizarmos a análise dos *corpus* documentais e orais, conseguimos obter os seguintes resultados: o poder político e econômico foram os impeditivos para a materialização da Universidade Federal de Goiás em Rio Verde. Ao contrário do que aconteceu em Jataí, o interesse político aliado aos programas de desenvolvimento extensionista do ensino superior para o interior do país, além disso, questões de cunho clientelista e patrimonialista influenciaram esta conquista.

O outro resultado foi que a presença do *Campus* Avançado de Jataí possibilitou a cidade ter visibilidade nacional, mas de imediato não impactou no desenvolvimento da cidade em termos de crescimento demográfico, mas sim o impacto foi percebido no âmbito cultural, pois os primeiros cursos possibilitaram a profissionalização e formação de docentes, estes em sua maioria, atuantes no magistério municipal.

Para chegarmos a estes resultados, esta tese foi organizada em três capítulos, norteados conforme os objetivos específicos. No primeiro, abordaremos sobre o percurso histórico da Universidade no Brasil e em Goiás, nele discorreremos sobre o desenvolvimento do ensino superior no país e no Estado de Goiás, como o clientelismo e o patrimonialismo estiveram presentes na educação do país. Também, apresentaremos informações sobre o Estado de Goiás sua constituição histórica, política e social, dentro do período proposto por esta tese, com vistas a compreender como ocorreu a criação da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia. Como a materialização da Universidade Federal de Goiás influenciou o desejo dos sudestinos implantar também uma instituição federal de ensino na região para finalmente compreender as propostas de estudos para implantar uma Universidade Federal no sudoeste goiano.

No segundo capítulo, verificaremos como ocorreu a expansão do ensino superior em Goiás durante as décadas de 1960 a 1980, analisando o caso de Rio Verde, pois para

encontrarmos os resultados desta tese, foi de extrema importância compreender como o ensino superior se desenvolveu em Rio Verde. Além disso, elucidaremos como as políticas de Extensão, Expansão, Interiorização, Campus Avançados contribuíram para a implantação do *Campus* Avançado de Jataí (CAJ), bem como quais foram os Ex-Reitores da Universidade Federal de Goiás entre 1960 a 1980 e sua ligação com a materialização do CAJ.

No terceiro capítulo, elucidaremos como ocorreu a criação do CAJ, partindo do plano à materialização da Extensão em Jataí. Com isto, abordaremos sobre a cidade de Jataí, seus aspectos históricos, geográficos e educacionais da cidade com vistas a compreender como ocorreu a articulação da vinda do CAJ/UFG para a cidade. Entenderemos quais foram as articulações de aquisição do espaço físico para a construção da sede do CAJ. Tendo em vista, que sua inauguração conferiu em um marco histórico. Também, trataremos sobre o funcionamento do CAJ e a criação da Fundação Educacional de Jataí, que foi criada para auxiliar com os custos para o funcionamento da instituição. Por fim, elucidaremos quais foram as demandas pós-criação do CAJ relacionadas a criação de cursos e realização de vestibulares.

1 O PERCURSO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL E EM GOIÁS

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região.

(Justino Magalhães)

Dentro da perspectiva de Magalhães (1996) para compreender a criação de uma Universidade no Brasil e em Goiás é fundamental analisar o seu percurso histórico, as ações e programas políticos que influenciaram a materialização da mesma.

Este capítulo tem como objetivo de abordar os processos históricos, os quais culminaram no desenvolvimento da Universidade no Brasil, em Goiás e conseqüentemente, no sudoeste goiano.

1.1 A UNIVERSIDADE NO BRASIL

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

(Paulo Freire)

Para Paulo Freire (1921-1997), a transformação da sociedade perpassa pela educação. Assim, esta sessão centra-se em abordar o processo do desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil e em Goiás.

No período colonial do Brasil (1549-1822) a educação desenvolvida, estava estritamente vinculada à História e à História da Educação europeia. Enquanto projeto político, a colonização, constituiu-se como projeto histórico-econômico das elites portuguesas (Cunha, 1980).

As atividades desenvolvidas pelos portugueses não exigiam formação educacional sistematizada, pois a atividade econômica centrava-se na extração de matéria-prima, porém para a mesma, os europeus viram a necessidade de utilização da mão-de-obra, por esta razão, enviaram padres jesuítas para catequizar e instruir os índios aos costumes europeus, com isto, criaram a Companhia de Jesus (Cunha, 1980).

Aos nativos dava-se um tipo de instrução, enquanto que os filhos das elites recebiam educação advinda dos Centros de Estudo de Portugal e muitos graduavam nas universidades portuguesas (Cunha, 1980).

Em 1534, Inácio de Loyola criou a Companhia de Jesus com objetivo de catequizar os índios preparando-os para o trabalho. Os jesuítas foram os principais responsáveis pelo ensino no período colonial, desenvolvendo uma pedagogia marcada pela *Ratio Studiorum*, baseada em duas correntes:

- O *Modus Parisienses* criado no século XVI, adotado na capital da França, destinado ao ensino-aprendizagem de gramática e língua latina;

- No *Modus Itálicos* criado no século XV, na Itália, o método caracterizava-se por não seguir um programa estruturado e nem vincular a assistência dos discípulos a determinada disciplina, os estudantes podiam passar para outra disciplina sem nenhum pré-requisito, os alunos eram divididos em grupos de diferentes idades e níveis de formação (Cunha, 1980).

Pouco tempo depois, o governo português enviou no dia 29 de março de 1549, a primeira expedição do Governador-geral Tomé de Sousa, no Arraial do Pereira, o primeiro grupo que compunha a Companhia de Jesus, formado por seis jesuítas eram liderados pelo padre Manuel da Nóbrega (Falcon, 2010.).

Conforme Cunha (1980) em 1550, em Salvador, foi fundado o colégio jesuíta no Brasil – Colégio dos Meninos de Jesus. Ao todo, os jesuítas criaram 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem a finalidade de formação sacerdotal. Com a divisão do território nacional em capitanias, na Capitania de Goiaz, conforme Bretas (1991) os jesuítas não fundaram nenhuma escola, porém o território desta capitania era lembrado pela coroa portuguesa apenas como um local de exploração de minério.

Os jesuítas tentaram, também, criar uma universidade no Brasil na Bahia, solicitaram autorização da coroa portuguesa, a qual não concedeu autorização (Fávero, 2006), pois Portugal acreditava que a presença de uma universidade poderia fomentar o desejo de independência (Cunha, 1980).

Segundo Falcon (1993), Pombal expulsou os jesuítas, pois o Estado Português assumiria a responsabilidade sobre a instrução escolar no Brasil. Além disso, implantou o subsídio literário, um novo imposto cujo objetivo centrava-se em sustentar a contratação de professores sem ligações com a Igreja, além disso, introduziu as Aulas Régias ou Aulas Públicas, destinadas para atender as elites (Falcon, 1993).

Por esta razão, o despotismo esclarecido foi o modo de gestão estabelecido pelo governo português, o qual embora estabelecia o absolutismo para a exaltação do Estado e do

poder soberano, era também animado pelos ideais de progresso baseado nos princípios iluministas (Cunha, 1980).

Neste período, a economia colonial centrava-se na produção de cana-de-açúcar, criação de gado e a extração de minério. Enquanto que Goiás, “entrou na esfera da colonização como território de minas, abandonando o perfil de sociedade exclusivamente indígena”. Os primeiros tempos da mineração era fácil encontrar o ouro nas superfícies dos rios, o que acarretou multidões movidas pelo sonho de riqueza migrarem para a colônia, este movimento teve duração de 40 anos (Palacín; Garcia, 2001, p. 85).

Porém, com o passar do tempo a extração de minérios começou a cair, tornando um negócio arriscado,

arraiais murcharam, sertões despovoaram-se, rendas governamentais despencaram, impostos, antes suportáveis, tornaram-se abusivos. O resultado da decadência do ouro foi o mergulho da Capitania em profunda depressão – em certas áreas, de miséria absoluta – o qual se estendeu até depois do período colonial (Palacín; Garcia, 2001, p. 85).

Frente a isto, Goiaz iniciou o processo de criação de gado como atividade econômica. A Capitania de Goiaz pertencia à São Paulo e tornou-se independente a partir desta de 1749. A ocupação humana da região Sul, Sudeste e Sudoeste do Estado só foi possível com a produção da pecuária e da agricultura nos séculos XIX e XX (Palacín; Moraes, 1994).

O contexto mundial do século da Razão influenciou o mundo e eventos como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial foram determinantes na construção do novo paradigma na educação e o papel das instituições educacionais (Cunha, 1980).

Segundo Gatti Júnior (2010) o processo de institucionalização da educação em Portugal por Marquês de Pombal, foi influenciado pelos pensamentos de Kant (1724-1804) e Hegel (1770-1831), pois auxiliariam na divulgação de valores sociais e culturais essenciais para o exercício da liberdade.

As ideias pombalinas valorizavam a razão, a experiência, o liberalismo e uma educação mantida pelo Estado. A reforma pombalina teve sua inspiração nos princípios de Luiz Antônio Verney (1713-1792) um dos pensadores modernos e iluminista português. (Falcon, 1983).

As reformas educacionais de Pombal visavam a três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo. No Brasil, em 1758, foi introduzido o sistema de aulas régias mantidos pela Coroa para substituir os missionários jesuítas (Falcon, 1983).

Contudo, conforme Palacín; Garcia (2001), Goiás era a província menos conhecida do país, distante do litoral, da Corte e das maiores cidades do Império, entretanto atendia aos interesses do governo Imperador, estava sujeita às leis, entretanto estava à margem da vida que a não poderia oferecer.

Enquanto isso, em Portugal as tropas francesas invadiram o país e a Família Real Portuguesa foi obrigada a fugir e se instalar na Colônia, em 1808. Como a Colônia não possuía estrutura adequada para abrigar a realeza, Dom João VI determinou mudanças em todas as áreas possibilitando uma reforma no sistema de ensino imperial, com objetivo de atender as elites (Xavier, 2003), com isso foram criados cursos e academias.

Para Cunha (1980, p.76), o Ensino Superior nasceu em 1808:

A transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil, em 1808, e a emergência do estado nacional, pouco depois, geraram a necessidade de se modificar o ensino superior herdado da Colônia, ou melhor, de se fundar um grau de ensino completamente distinto do anterior. O ensino superior atual nasceu, assim, junto com o Estado Nacional, gerado por ele e para cumprir, predominantemente, as funções próprias deste”. Em Portugal, até a época de Pombal, e no Brasil, até a vinda da corte, o ensino era público e religioso (Cunha, 1980, p. 79).

Nota-se que, a Família Real tinha o interesse de adequar a vida da colônia aos moldes da Metrópole. Com o propósito de atender os interesses da elite aristocrata brasileira, o desenvolvimento do ensino superior brasileiro passou a ser realidade a partir do momento que as classes dominantes sentiram a necessidade de usufruir deste nível educacional, dando a entender que a população não teria direito a formação universitária.

Enquanto a realeza se adequava a sua nova vida na colônia, o mundo passava da história Moderna para a Contemporânea, um período marcado por conflitos, revoluções mundiais como: a Guerra entre Inglaterra e França, a Independência dos Estados Unidos, a Proclamação da República no Brasil, o Manifesto Comunista de Karl Marx (1848- 1883) e Friedrich Engels (1820-1895) é apresentado na Alemanha e suas ideias refletiram no mundo.

Além disso, a Revolução Industrial foi fator determinante da identidade do Manifesto, o qual contribuiu com as mudanças radicais sociais, como: o nascimento do proletariado, explosões demográficas, distribuição da propriedade, migrações, deslocamentos ideológicos, lutas de classes. No Brasil ocorria a Proclamação da República, segundo Cunha (1980, p.157) “a República foi proclamada em 1889 mediante um golpe de Estado no desfecho de uma conspiração que reuniu liberais, positivistas e monarquistas ressentidos”.

Como resultado foi promulgado a Constituição em 1891, para Xavier (2003) o sistema público de ensino encontrava-se limitado a organização social vigente da época, com isto, aos mais pobres era destinada a educação pública e às elites a privada:

[...] no projeto político das elites imperiais, o espaço para a organização de um sistema público de ensino encontrava-se limitado em virtude da própria organização social vigente, marcada pela superposição de uma reduzida elite proprietária de terras, a quem estava reservado o direito à instrução, e uma massa de escravos, homens livres pobres, mestiços e pequenos comerciantes e prestadores de serviços, desprovidos do estatuto de cidadania. Configurava-se um país de caráter agrário, onde as elites ministravam o ensino privado, considerado desnecessário para a (e pela) população pobre (Xavier, 2003, p. 237).

Apesar de existir poucas escolas no país, a educação dos filhos dos mais ricos “era feita no interior das casas-grandes, com a orientação dos professores particulares, geralmente estrangeiros (preferencialmente franceses ou alemães), contratados pelas próprias famílias”. Essa situação fomentou várias discussões “em torno das formas mais adequadas de levar a instrução às camadas inferiores da sociedade”, o que exigiu das autoridades imperiais, a necessidade de organizar mais espaços físicos para realizar as atividades de ensino, como também, o investimento em materiais como: livros, métodos pedagógicos, conteúdos pedagógicos com o apoio e pulverização do Estado (Xavier, 2003, p. 237 e 238).

Segundo Palacín e Moraes (1994), a Independência do Brasil, no século XIX, não alterou o quadro social e econômico de Goiás, os posseiros das terras passaram a viver da atividade agropecuária, como consequência, vilarejos foram formados, com eles a organização política também e a necessidade de organizar o sistema educacional local.

Na esfera política, alguns grupos oligárquicos se destacaram durante o período imperial e permaneceram no poder até as primeiras décadas do século XX, como os Bulhões, os Fleury e os Caiado (Palacín; Moraes, 1994).

Na esfera educacional, existia em Goiás um grande número de analfabetos, apenas uma pequena parcela da população tinha o privilégio de estudar. Em 1846, foi fundado o Liceu de Goiás, o qual disponibilizou aos jovens estudar o ensino secundarista e os que possuíam maior poder aquisitivo prosseguiram os estudos nas instituições de ensino superior em Minas Gerais e/ou São Paulo (Palacín; Moraes, 1994).

Contudo, o primeiro curso superior criado em Goiás foi o Direito, instituído pela Lei nº186, de 13 de agosto de 1898, cujo artigo 332 criou a Academia de Direito de Goiás (Faculdade de Direito/UFG 2019). De 1849 a 1900, Goiás contava com 255.000 habitantes de acordo com Palacín; Moraes (1994):

Quadro 6 - Relação do ano e habitantes em Goiás

ANO	HABITANTES
1849	72.000 habitantes
1856	122.000 habitantes
1861	133.000 habitantes
1872	149.000 habitantes
1890	227.000 habitantes
1900	255.000 habitantes

Fonte: Gomes; Moraes 1994, p.65

O contexto sócio-histórico no início do século XX, possibilitou intensas transformações, discussões, reformas e movimentos para modernizar o ensino e a educação no país, com isto, foram promulgadas algumas reformas educacionais, com objetivo de garantir melhorias ao sistema educacional.

Entretanto, em 1911, a Reforma Rivadária Corrêa criada por meio do Decreto nº 8.659 inspirada nos princípios do liberalismo, conferiu ao Estado retirar toda e qualquer interferência dele no setor educacional, com isso foi “uma das mais ousadas e heterodoxas reformas da educação escolar no país”. Apenas em 1915, o governo promulgou a Lei Carlos Maximiliano por meio do Decreto nº 11.530, estabelecendo a reorganização no ensino secundário e superior no Brasil, cancelando o Decreto de 1911 (Cunha, 1980, p. 139).

As transformações oriundas da década de 1920, aliadas as ideias de John Dewey (1859-1952), filósofo e pedagogo norte-americano, contribuíram para a formação do movimento pela Escola Nova. No Brasil, esse movimento estruturou em torno da seguinte bandeira: escola pública, universal e gratuita, sendo Anísio Teixeira (1900-1971) um dos principais expoente deste movimento.

O movimento da Escola Nova surgiu no Brasil, em meio a um cenário marcado pelo desenvolvimento da industrialização, os seus idealizadores passaram a exigir uma escola preparada para o novo, ou seja, para a vida industrial. Assim, o ideário da Escola Nova compreendia a educação como um elemento eficaz para a construção de uma sociedade democrática e por meio dela, poderia ser possível superar a desigualdade social. Neste sentido, para a corrente escolanovista a democracia seria instaurada a partir de uma escola redentora (Teixeira 1976, Fernandes 1975).

Enquanto emergia o movimento escolavista, em Goiás em 1922, foi criada a Escola de Pharmacia de Goyaz, sua criação foi narrada por Genésio Ferreira Bretas em sua obra “História da Instrução Pública em Goiás”:

Era um dos últimos dias de maio de 1922, um grupo de médicos e farmacêuticos residentes na Capital, se reúne para fundar uma escola de farmácia. Este era um

assunto que esses profissionais vinham, havia anos, discutindo em seus encontros ocasionais. O momento era oportuno, visto que na capital já se contava com um certo número de farmacêuticos jovens, idealistas e competentes, formados nas melhores Escolas de Farmácia do País, como Constâncio Gomes de Oliveira, Agnelo Arlington Fleury Curado e Otaciano de Souza Moreira. Entre os médicos interessados achavam-se Brasil Ramos Caiado, Agenor Alves de Castro, Antônio Borges dos Santos e Lincoln Caiado de Castro (Bretas, 1991, p. 257-258).

Observa-se que este curso foi criado para atender as elites dominantes do Estado, o grupo idealizador da instituição era composto por médicos e farmacêuticos, embora “o governador do Estado de Goiás cedeu à escola uma ajuda financeira no valor de Cr\$12.000.000”, a escola era de caráter particular e não era acessível a todos residentes do Estado (Bretas, 1991, p. 527).

Em 1924, as autoridades goianas atenderam aos pedidos dos moradores do Estado e permitiram a criação do curso Odontologia. Assim, a escola passou a ser denominada Escola de Pharmacia e Odontologia de Goyaz, reconhecida pela Lei Estadual nº 945, de 13 de junho de 1924 (Revista Afirmativa UFG, 2009).

Em 1925, a Reforma Rocha Vaz previa o controle ideológico do Estado e para a Educação foi determinada a fixação do currículo superior e o aperfeiçoamento do vestibular, instituindo o número de vagas para todos os exames vestibulares por ano. Desta forma, os estudantes aprovados teriam o direito de matricularem nas universidades conforme a ordem de classificação. Os reitores ficaram responsáveis de informar o número de vagas disponíveis para cada curso (Cunha, 1980).

“A partir dos anos 30 do século XX, a população foi aumentando”, com isto, Goiás deixou de ensinar somente as primeiras letras (ensino primário) e o sistema educacional foi organizado para atender as demandas contemplando os seguintes níveis educacionais: primário, ginásio e secundarista sob responsabilidade do Estado (Palacín; Moraes, 1994, p. 65).

Em 1931, no dia 11 de abril, foi aprovada a Reforma Francisco Campos, por meio do Decreto 19.851, o qual fazia referência ao Estatuto das Universidades Brasileiras estabelecendo padrões de organização para as instituições de Ensino Superior. O mesmo documento estabelecia elevação para o nível superior, a formação de professores secundários (Cunha, 1980).

Conforme Decreto 19.851, o ensino superior voltado para a formação de professores, deveria ser ministrado na universidade a partir da criação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Outro ponto que a reforma previa era a existência de dois tipos de sistemas

universitários oficiais no país: um mantido pelo governo federal ou estadual e o outro mantido pelas instituições particulares (Cunha, 1980).

A Reforma Educacional de 1931, foi apresentada após a criação do Ministério da Educação e teve como protagonista o Ministro da Educação Francisco Campos, foi considerado o primeiro ministro da educação do país. De acordo com Teixeira (1989):

A revolução de 1930, que rompe com a situação imobilista anterior abre, afinal, perspectivas para a mudança social, e logo em 1931 promulga-se o Estatuto da Universidade Brasileira com a inovação de permitir que uma escola de letras, ciências e educação pudesse substituir uma das três escolas tradicionais na constituição da universidade. Em 1934, surge a Universidade de São Paulo congregando, além das escolas tradicionais, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Instituto de Educação e, quase ao mesmo tempo, a Universidade do Distrito Federal, com as Escolas de Economia e Direito, de Ciências, de Letras, de Educação e o Instituto de Artes. Em 1937 reorganiza-se a Universidade do Rio de Janeiro, como Universidade do Brasil, com a Faculdade de Filosofia e depois a escola de economia e outras mais (Teixeira, 1989, p. 74).

Segundo Teixeira (1989), a Reforma Francisco Campos teve como base os pressupostos da Escola Nova, com o objetivo de preparar os jovens para a vida e o trabalho. Com isto, o ensino secundário passou a ter sete anos e o ingresso ao primeiro ciclo seria feito por Exame de Admissão.

A Reforma Educacional Francisco Campos possibilitou a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, nele questões como a investigação científica e a difusão da cultura deveriam fazer parte das atividades das universidades. Assim, cada faculdade seria dirigida por uma assembleia, composta pelos professores catedráticos efetivos, pelos livres-docentes e um representante dos livres-docentes eleito pelo colegiado (Cunha, 1980).

Contudo, o Ministério da Educação (MEC) seria responsável pela escolha de três a seis catedráticos fixados em lista elaborada pela assembleia. Também, como representantes do órgão deliberativo, os técnicos-administrativos e o diretor das faculdades seriam escolhidos pelo MEC após o envio da lista. Como norma regulamentar instituída na organização das instituições de ensino superior, a administração central seria composta pelo Conselho Universitário e pelo Reitor (Cunha, 1980).

O Conselho Universitário, de acordo com Cunha (1980) seria um órgão consultivo e deliberativo, reuniria os diretores das faculdades, dois representantes de cada assembleia, um representante eleito por todos os livres-docentes da universidade, um representante da associação de diplomados e o presidente do Diretório Central de Estudantes.

Dentre as tarefas do Conselho Universitário, uma delas seria a elaboração de uma lista com nomes de três professores do ensino superior, para que o Ministro da Educação

escolhesse o Reitor, caso a universidade fosse oficial, se fosse livre teria a liberdade de nomear o Reitor (Cunha, 1994).

Outro ponto que o Decreto estabelecia se refere ao corpo docente, conforme Cunha (1994), deveria ser constituído por professores catedráticos para cadeira do curso, bem como os auxiliares de ensino (chefe de clínica, chefe de laboratório, assistente ou preparador) e os livres-docentes.

O profissional catedrático¹ teria direito ao cargo com disposição de vitaliciedade e a inamovibilidade, ambas garantidas após 10 anos de exercício de cargo e aprovação em concurso de títulos. Os auxiliares de ensino gozariam de cargo de confiança, estariam obrigados a submeter ao concurso de livre-docência sob pena de desligamento (Cunha, 1994).

Em 1932, um grupo de intelectuais composto por representantes como: Fernando de Azevedo (1894-1974), Lourenço Filho (1897-1970) e Anísio Teixeira (1900- 1971) inspirados pelas ideias de Dewey e Durkheim, produziram o Manifesto dos Pioneiros, o qual foi endereçado ao governo provisório de Getúlio Vargas.

Os pioneiros defendiam a organização de um sistema nacional de ensino, unificado, porém pautado na descentralização administrativa. Também criticavam a educação brasileira por causa dos interesses político-partidários e a interferência da Igreja Católica nas questões relacionadas ao ensino, porém propunham soluções às suas críticas conclamando o Estado a viabilizar a transformação da educação em uma função social e pública (Fernandes, 1975).

O governo provisório assumiu o compromisso de atender os intelectuais antes da Constituinte de 34. Em 1934, uma nova Constituição² foi promulgada promovendo uma renovação no campo educacional. O art. 148 estabelecia que caberia à União, Estados e Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das Ciências, das Artes, das Letras e da Cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (Fávero, 2006).

Posto isto, as universidades deveriam contar com uma unidade destinada à formação de professores para o ensino secundário. Até 1938, o Brasil passou por um período de expansão do ensino superior por meio da criação de novas instituições e simultaneamente a esse processo, ocorreu o surgimento da União dos Estudantes (UNE).

¹ Lecionava a matéria da sua cadeira durante uma vida útil de 25 anos de serviço ativo, após o que era jubilado, extinta em 1968 (CUNHA, 2007, p. 108).

² A Constituição Federal de 1934 foi promulgada num momento histórico, político e econômico muito complicado, uma vez que em anos anteriores, tanto que o ano de 1929 ficou marcado por uma grave crise econômica, até então sem precedentes, nos Estados Unidos da América, ocasionando a “quebra” da Bolsa de Nova Iorque. Esse fenômeno econômico repercutiu por todo o mundo, inclusive no Brasil, impossibilitando o Governo de continuar sustentando sua política econômica que dava primazia à cultura do café (SOUZA, 2016, p. 1364).

A expansão do ensino superior no país proporcionou um período de clamor por modernizações neste nível educacional, a UNE participou deste movimento, cujas reivindicações centravam-se na expansão das universidades públicas, gratuitas e de qualidade a serviço da sociedade brasileira; o amplo acesso, democratização do Ensino Superior e rigor no exame vestibular (Cunha, 1980).

Em Goiás, com a construção de Goiânia e transferência da capital, no final da década de 1930, houve o impulsionamento da expansão da educação superior mediante a organização e estruturação das escolas superiores existentes até então, como: a Escola de Direito de Goyaz, a Escola de Pharmacia e a Escola de Odontologia (Revista Afirmativa UFG, 2009).

Em 1942, foi instituído a Reforma Capanema³ com o objetivo de ampliar o ensino profissional no país. O sistema educacional proposto por Capanema correspondia à divisão econômico-social do trabalho, assim a educação seria dividida em educação superior, secundária, primária, profissional e feminina (com a criação das escolas Normais) (Fávero, 2006).

Segundo Teixeira (1989), a Reforma Capanema evidenciou uma disputa entre os representantes dos interesses da Igreja Católica (apoiado por um grupo de empresários de escolas particulares) e outro, de intelectuais empenhados na universalização da educação pública e na construção da escola pública ao moldes de Anísio Teixeira. Essa dualidade de interesses resultou na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) priorizando as questões relativas ao papel da União e dos Estados na condução da política de ensino.

Neste sentido, Anísio Teixeira (1989) acreditava na necessidade de uma Reforma no ensino superior, para o intelectual defensor do pragmatismo deweyano, a educação seria um instrumento capaz de restaurar e quebrar as diferenças tão impregnadas na sociedade de seu tempo (Teixeira, 1989).

Em 1948, Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, na época Arcebispo de Goiânia, lançou a ideia de criar a primeira Universidade do Centro-Oeste. No mesmo ano, foi criada a

³ Reforma Capanema foi implantada aos poucos por meio dos seguintes decretos: Leis: 1) Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que cria o SENAI; 2) Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; 3) Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário; 4) Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial; 5) Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; 6) Decreto-Lei nº 8.530, de 2 janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; 7) Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que cria o SENAC; 8) Decreto-Lei nº 9.613, d/e 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola. (SAVIANI, 2007, p. 254).

Faculdade de Filosofia com os cursos de História, Geografia e Pedagogia, administrada pela Arquidiocese de Goiânia (Arquidiocese de Goiânia, 2019).

Entretanto, em 1950, várias discussões foram fomentadas sobre a situação do Ensino Superior no país, “limitados inicialmente ao meio acadêmico, os debates e reivindicações deixam de ser obra exclusiva de professores e estudantes para incorporarem vozes novas em uma análise crítica e sistemática da universidade no país” (Fávero, 2006, p. 29).

Os dados do IBGE, em 1950, referentes a população total do país contabilizavam 52 milhões de brasileiros, com isto, a industrialização e o êxodo rural foram responsáveis pelo crescimento dos centros urbanos. Este fenômeno contribuiu para as lideranças políticas repensar o sistema educacional, tanto o ensino secundário quanto o superior.

Em seu texto “Evolução do ensino superior brasileiro, 1808 – 1960”, Helena Sampaio (2020, p.15) expõe as fragilidades da estrutura universitária existente nos anos de 1950 e 1960, a primeira fragilidade “era quanto ao aspecto elitista da Universidade, que continuava atendendo a uma parcela mínima da população, sobretudo dos estratos altos e médios urbanos”, a segunda fazia referência ao sistema de cátedra:

[...] propunha-se a organização de departamentos nos moldes da universidade americana e a organização da carreira aberta, determinada pela titulação acadêmica, que abriria espaço para jovens formados no exterior ou nos poucos centros de pesquisa do país. O catedrático passou a simbolizar universidade rígida, antiga, autoritária, e atrasada, que atraía não só a oposição dos jovens pesquisadores, mas também do movimento estudantil que começava a incorporar os ideais da modernização e do desenvolvimento a partir da mobilização das massas, dos intelectuais e dos conhecimentos da ciência e da tecnologia modernos. A nova universidade, pela qual se debatiam intelectuais e estudantes nos anos 50 e 60, seria popular, deselitizada, organizada por departamentos que decidiriam tudo em conjunto, e livres dos velhos catedráticos e do poder das antigas faculdades (Sampaio, 2020, p.15).

Por isso, Sampaio (2020) explica que o professor catedrático tinha autonomia e grande poder de decisão, de escolher e demitir seus auxiliares, estas questões foram revistas e compunham parte das justificativas para a concretização da reformulação do ensino universitário anos depois.

Em Goiás, a Arquidiocese de Goiânia continuava lutando pela criação de uma Universidade no Centro-Oeste. Para a criação da Universidade, conforme exigência do Ministério da Educação (MEC) foram criadas em Goiânia: Faculdade de Enfermagem, (1942), Faculdade de Filosofia (1948), Faculdade de Ciências Econômicas (1951), Faculdade de Farmácia e Odontologia (1945), posteriormente incorporada à UFG, Escola Goiana de Belas Artes (1952), Faculdade de Serviço Social (1957), Faculdade Goiana de Direito (1959).

Somente em 17 de outubro de 1959, após várias tratativas com o MEC, foi publicado o Decreto nº. 47.041, assinado por Juscelino Kubitschek autorizando a criação da Universidade Católica de Goiás, de caráter privado (Arquidiocese de Goiânia, 2019).

Um ano depois, após várias reivindicações e manifestações populares, houve criação de uma Universidade Pública em Goiás. O governo autorizou a criação da UFG reunindo as Faculdades de Direito (1898), Farmácia e Odontologia (1945), Engenharia (1954), Música (1955), Medicina (1960) para constituírem a Universidade. Entretanto, na sessão 1.3 estaremos abordando com mais detalhes o processo de criação desta Universidade Federal de Goiás, a primeira instituição pública de ensino superior do Estado (UFG/Revista Afirmativa, 2009).

A partir da década de 1960, o país experienciou mudanças na estruturação do ensino superior bem como o aumento do número de instituições de ensino vinculadas às políticas públicas. De acordo com Sampaio (2020), a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, foram definidas normas para autorização e reconhecimento das instituições de ensino superior. Porém, essa Lei não contemplou todos os anseios que a sociedade brasileira almejava naquele momento, por isso houve a reivindicação social exigindo uma Reforma Universitária (Sampaio, 2020).

Segundo Cunha (1975), os dados estatísticos mostram que:

Em 1933, ano em que se passou a contar com as primeiras estatísticas sobre educação, o setor privado respondia por 64,4% dos estabelecimentos e 43,7% das matrículas do ensino superior, proporções que não se modificaram de maneira substantiva até a década de 1960 porque a expansão do ensino privado foi contrabalançada pela criação das universidades estaduais e pela federalização com anexação de instituições privadas. No período 1940-1960 a população do país passou de 41,2 milhões para 70 milhões (crescimento de 70%), enquanto que as matrículas no ensino superior triplicaram. Em 1960, existiam 226.218 universitários (dos quais 93.202 eram do setor privado) e 28.728 excedentes (aprovados no vestibular para universidades públicas, mas não admitidos por falta de vagas) (Cunha 1975, p. 28).

Em 1960, conforme Cunha (1975) existiam 226.218 universitários no país, dos quais 93.202 eram matriculados no setor privado e 28.728 eram excedentes, ou seja, foram aprovados no vestibular das universidades públicas, porém não foram admitidos por falta de vaga. Entretanto, existiam poucas Universidades no país, conforme disposto no quadro 7, entre os anos de 1808 a 1961.

Quadro 7 - Instituições de Ensino Superior no Brasil (1808-1961)

FACULDADE	ANO
-----------	-----

O príncipe regente (a partir de 1817, rei D. João VI) não criou universidades, apesar de aqui reproduzir tantas instituições metropolitanas. Em vez de universidades criou cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais, conforme o figurino do país inimigo naquela conjuntura: de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808; e de Engenharia, embutidas na Academia Militar, no Rio de Janeiro, dois anos depois (CUNHA, p. 153)	1808
Escola de Cirurgia da Bahia (Bahia)	1808
Academia de Medicina e Cirurgia (Rio de Janeiro)	1808
Escola de Farmácia (Bahia)	1832
Escola de Minas (Minas Gerais)	1827
Escola de Odontologia (Bahia)	1864
Escola Politécnica de Engenharia- Rio de Janeiro	1874
Faculdade Nacional de Direito (Rio de Janeiro)	1882
Faculdade Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro)	1891
Faculdade Nacional de Filosofia (Rio de Janeiro)	1891
Academia de Direito de Goyaz (Goiás)	1903
Escola de Engenharia Mackenzie, comunitária e confessional (São Paulo)	1910
Universidade da Amazônia, no Maranhão	1910
Universidade Federal do Paraná (Curitiba)	1912
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)	1920
Universidade de São Paulo (São Paulo)	1934
Universidade do Distrito Federal (Distrito Federal)	1935
Universidade do Brasil (Rio de Janeiro)	1837
Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	1940
Universidade Católica de Goiás (UCG)	1959
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	1960
Universidade Federal de Goiás (Goiânia)	1960

Fonte: Arquivo organizado pela autora

Frente a esta situação, em 1963, as universidades públicas construíram e encaminharam ao Conselho Universitário planos de reformulação estrutural, mas em 1964; após o golpe militar foram cancelados (Cunha, 1975).

No entanto, antes do golpe de 64 emergiram no país manifestações por reformas de base na educação. O Movimento Estudantil articulado pela UNE, denunciava o marasmo que estava o ensino superior no país, desta forma atuou fortemente na política exigindo mudanças, principalmente, quanto ao aumento das universidades (Germano, 1994; Romanelli, 1991; Motta, 2014; Almeida, 1991).

Com o golpe de 1964, o governo desencadeou inúmeras ações repressivas e atos institucionais atingindo diretamente as universidades e os movimentos estudantis do país, segundo Almeida (1991):

A partir de 64 e, especialmente 68, o governo desencadeia, ao lado das medidas repressivas e dos arbitrários atos institucionais, uma série de eventos e programas na linha dos serviços de desenvolvimento e integração, com vistas a atingir os meios universitários e esvaziar as bandeiras do Movimento Estudantil, criando inclusive uma entidade pelega, MUDES – Movimento Universitário de Desenvolvimento Social (Almeida, 1991, p.39).

Em 09 de Abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução baixou o Ato Institucional nº 1, instituindo poderes ao governo (exclusivo poder de decretar estado de sítio e de apresentar emendas), impunha punições a civis como: a suspensão de poderes políticos por dez anos e a cassação de mandatos de parlamentares, bem como a suspensão por seis meses das garantias constitucionais de estabilidade dos servidores públicos e militares considerados subversivos. Nesse contexto, Anísio Teixeira (1900 – 1971) após ser acusado de comunista, sofreu as punições deste Ato, foi perseguido e afastado da vida pública, exilando-se na Bahia (Germano, 1994; Motta, 2014; Romanelli, 1991).

Os militares iniciaram um processo de reformas no sistema educacional em todos os níveis de ensino, especialmente, no superior. Conforme Cunha; Goes (1999), a Constituição de 1967 desobrigou a União e os estados de investirem um mínimo necessário na educação alterando um dispositivo previsto na Lei de Diretrizes e Bases aprovada em 1961, como consequência, houve o corte das verbas destinadas à educação desencadeando inúmeros protestos no país.

Entretanto, em 1967, um Projeto de Reforma Universitária foi encaminhado para o governo com vistas: a) ao fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; b) a ampliação de vagas; c) a implantação do vestibular unificado; d) a criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos (Fávero, 2006; Motta, 2014; Cunha, 1980).

Porém, em 1968, foi aprovada a Reforma Universitária, sancionada no dia 28 de novembro do mesmo ano, por meio da Lei nº 5540. Um dos relatores da Reforma foi o Interventor de Goiás – Meira Matos, o qual propôs diretrizes para a política educacional voltada para o Ensino Superior no documento nomeado: Relatório Meira Matos (Almeida, 1991).

A Reforma de 68, segundo Germano (1994), foi uma manobra autoritária, sem a participação da sociedade civil, entretanto, um dos propósitos era desmoralizar os movimentos contrários ao regime político. O regime político definiu “um dos seus projetos de equalização social, produziu um discurso de valorização da educação e transformou a política

educacional em uma estratégia de hegemonia, num veículo para o consenso (Germano, 1994, p.143).

A educação era vista pelos militares como um veículo estratégico de controle político e ideológico. A política educacional militar procurava promover a manutenção do processo de acumulação de capital, tentando, desta forma, afastar os conflitos e tensões existentes que atrapalhariam a obtenção da hegemonia (Germano, 1994; Motta, 2014; Romanelli, 1991).

Para Germano (1994), o Estado Militar necessitava atestar seu poder perante a população e uma das estratégias foi investir na educação, reformulando o sistema de ensino aos moldes tecnicista acarretando a expansão da educação neste período, pois “os princípios e ideias que nortearam as propostas do mesmo têm sua origem nas “recomendações” do assessor técnico da USAID, junto ao MEC, Rudolph Atcon, que também levou o nome “Relatório Atcon” (Almeida, 1991; Cunha, 1980; Germano,1994; Motta, 2014; Romanelli, 1991).

Entretanto, a necessidade de uma Reforma Universitária era um projeto por parte da esquerda no pré-64 visando à democratização ao acesso, o fomento à pesquisa e a criação de carreira docente atrativa (Motta, 2014). Após o golpe, os militares desconsideraram estas propostas e realizaram uma Reforma aos moldes governista (Cunha, 1980; Motta, 2014; Germano, 1994; Romanelli,1991; Almeida, 1991).

Conforme Cunha; Goes (1999), a Reforma Universitária de 68, dentre suas diretrizes, propunha a extinção do regime de cátedra, por meio da Lei nº 5.549 e também, a universidade como padrão de organização do ensino superior.

Houve a viabilização da criação de dois sistemas de ensino distintos: o público (de caráter meritocrático, seletivo, de feição estritamente acadêmica, vinculado à pesquisa e à pós-graduação) e o privado (desvinculado da pesquisa, de menor duração e distinção, grande parte financiados com verba pública por via de isenções fiscais e auxílios diversos), o resultado foi o aumento das faculdades privadas no país (Sampaio, 2020).

A Reforma também permitiu a regulamentação da abertura de instituições de ensino superior, embora houvesse um apoio expressivo dos militares ao setor privado, não foram criadas todas as condições e facilidades para que faculdades particulares fossem abertas mesmo em condições precárias (Cunha; Goes 1999).

Quanto a estruturação dos cursos superiores, para Gatti Junior (2010):

[...] na nova estruturação dos cursos superiores ter-se-ia as seguintes funções, respectivamente:

1)Departamentos – Bacharelados

- 2)Faculdades – Licenciaturas
- 3)Institutos – Pesquisa e Estudos Avançados
- 4)Extensão- Cursos Populares
- 5)Cursos Rápidos- Demanda de Mercado
- 6)Cursos de Pós-graduação – Ensino de Qualidade (Gatti Junior, 2010, p.57).

Segundo Gatti Junior (2010), as universidades seriam estruturadas em: Ensino - contemplando Departamentos e Faculdades; Pesquisa - realizados nos Institutos e nos cursos de Pós-graduação e Extensão (destinados a realização de cursos populares e rápidos).

Outra mudança drástica, segundo Cunha; Goes (1999) centra-se na forma de captação de recursos para o funcionamento das instituições de ensino superior públicas e para os programas de pesquisa; assim, as universidades organizaram fundações de direito privado com intuito de arrecadar fundos para sua manutenção (Cunha; Goes,1999).

Como consequência da Reforma de 68, várias faculdades foram abertas, em sua maioria, privadas. E as universidades públicas, por meio das políticas de Extensão, Interiorização possibilitaram a criação de *Campi* Avançados nas regiões: Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país (Baldino, 1991).

Várias foram às implicações em decorrência da Reforma Universitária, de acordo com Motta (2014):

[...] a reforma implicou: racionalização de recursos; busca de eficiência; expansão de vagas na graduação; mudanças nos exames vestibulares; aumento da participação da iniciativa privada no ensino superior; reorganização da carreira docente federal, com melhores salários e dedicação exclusiva; criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras; fomento à pesquisa, com aumento nas verbas e financiamentos; criação de cursos de pós-graduação; incremento nas bolsas de estudo para formação de docentes no exterior; e criação de novas universidades federais e estaduais, com um projeto milionário de construção de novos *campi* (Motta, 2014, p. 83).

Entretanto, a Reforma tinha caráter paradoxal, pois por um lado possibilitou a modernização das universidades públicas e de outro, permitiu a ampliação de uma rede de qualidade aquém da conferida pelo poder público e, sobretudo, com fins lucrativos para atender a iniciativa privada (Motta, 2014).

As barbaridades cometidas contra as instituições públicas de ensino superior no Brasil durante o regime autoritário foram inúmeras, houve muita violência nos *campi* universitários, “sobretudo nos momentos das invasões policiais, que tiveram lugar em 1968 e, com menor intensidade, em 1977, para não falar dos membros da comunidade universitária presos, torturados e mortos” (Motta, 2014, p. 86).

As universidades também sofreram com a interferência na escolha dos Reitores e Diretores das instituições, modificando a lista de candidatos passando de tríplice para sêxtuplas, para Cunha; Goes (1999):

[...]Vítima da ação repressiva do regime, teve alterado o tradicional mecanismo de escolha dos dirigentes, sendo obrigada a apresentar lista de candidatos a reitor e a diretor de unidade, já não tríplexes, mas sêxtuplas, reduzindo, na mesma proporção, o grau de autonomia de seus colegiados. Estes, por sua vez, contêm um número exagerado de membros natos ou escolhidos por categorias restritas, resultando, tudo isso, numa reprodução, interna à universidade, das práticas autoritárias que vigoravam no governo (Cunha; Goes 1999, p. 89).

Conforme Cunha; Goes (1999), quase todas as universidades autárquicas organizaram fundações privadas.

[...] quase todas as universidades autárquicas organizaram fundações de direito privado para intermediar a captação de recursos para a pesquisa, para a administração de restaurantes universitários e outras funções que fazem parte do dia-a-dia da instituição (Cunha; Goes, 1999, p. 89).

A UFG como as instituições de Ensino Superior no país, viveram as fases amargas descritas por Motta (2014), como também vivenciaram o período de incrementação dos Programas de Expansão e Interiorização. Em 1975, foram criados os *Campus* Avançados de Porto Nacional e Firminópolis, em 1980, de Jataí e em 1983, o de Catalão.

Dentro de uma visão mais totalizante, pautada na perspectiva da História Cultural, a universidade serviu como um campo de guerra para os militares perseguir “os subversivos”, porém ao mesmo tempo, serviu como um campo experimental para implantar a “modernização” no país.

Entretanto, durante a ditadura e ao longo do percurso histórico da Universidade no Brasil quanto em Goiás, evidencia-se práticas de clientelismo e patrimonialismo, esta temática será abordada na próxima sessão.

1.1.1 A prática política do Clientelismo e Patrimonialismo no Brasil e sua relação com a educação

Esta sessão tem como objetivo abordar a concepção de patrimonialismo e o clientelismo no Brasil e sua relação com a educação.

A concepção de patrimonialismo nasce com Max Weber (1864 - 1920), para o autor este fenômeno ocorre quando não há uma distinção clara entre o público e o privado,

consequentemente, gera certa confusão. No Estado patrimonialista a atividade política é marcada pela associação de interesses privados com o governo (Schwartzman, 1988).

Weber (1864 - 1920) estudou o fenômeno clientelista nas cidades da Antiguidade e percebeu que os clientes eram pessoas modestas, essas entravam em uma relação de proteção, como em uma relação hereditária. Desta forma, o cliente consegue se modificar ao longo da história, mas, em todos os processos se estabelece um vínculo de proteção e permuta (D'Avilla, 2004).

Para D'Avilla (2004), Weber (1864 – 1920) propõe a teoria da troca para compreender as características essenciais e permanentes nessa relação. Em vez de exigir direitos para todos, grupos; as classes ou indivíduos apoiam o governo em troca de favores pessoais, como por exemplo: em vez de se organizarem para exigir maior liberdade econômica para todos, os comerciantes tentam receber ajuda do governo para si, como empréstimo e perdão de dívidas (Schwartzman, 1988).

Segundo Faoro (1977) em sua obra “Os donos do Poder”, o autor afirma que este tipo de relação no Brasil, tem sua origem no período colonial, onde não havia fronteiras claras entre o público e o privado.

Para o autor, o Estado é frequentemente administrado como se fosse propriedade dos que o controlam a formação histórica nacional, evidenciando assim, a estrutura patrimonialista herdada pelos Portugueses, a qual perdura aos dias atuais. Esse modelo institucional passou a ser transformado em padrão e permitiu sua estruturação durante os períodos da Independência, do Império e da República do Brasil (Faoro, 1977).

Por meio das ações patrimonialistas no Brasil é possível compreender os problemas atuais, como: corrupção, a não criação de leis justas para a população com vistas a combater as desigualdades social, então em vez disso, o Estado promove favores privados (Faoro, 1977).

Do patrimonialismo surge o clientelismo entendido como um meio do Estado e dos políticos atenderem determinadas demandas das populações mais carentes e integrá-las ao sistema político, com vistas ao controle do voto e do apoio político de parcelas do eleitorado (Faoro, 1977).

A prática do clientelismo político no Brasil firma-se como mecanismo de controle político exercido pelas classes dominantes sobre as populares (Graham, 1997). Para Faoro (1977), o clientelismo é uma característica do Estado patrimonialista e sua origem está também no Estado patrimonial português.

Desta forma, as práticas clientelistas marcaram as relações sociais do Brasil rural e predominam até os dias atuais em algumas regiões onde há escassez de recursos financeiros, como no caso no sertão nordestino. Estes foram instrumentos utilizados pela elite agrária para perpetuar sua influência no seio do Estado (Graham, 1997).

No primeiro período colonial, os senhores de engenho eram considerados as únicas autoridades de determinada região. Segundo Faoro (1977), no período colonial, devido à ausência quase total do Estado, propiciava o poder absoluto do senhor de engenho.

Em alguns casos, de acordo com Lenardão (2004), os senhores de engenho assumiam a função política e de segurança devido sua larga influência. De acordo com Duarte (1939):

Além dos filhos e dos escravos, a pequena classe dos livres, sem especialização profissional nem poder econômico autônomo em face da propriedade senhorial, constituía o mundo dos agregados mais ou menos vinculados ao engenho ou à fazenda, lavradores de ‘cana obrigada’, numa incipiente forma de servidão da gleba, rendeiro, meeiros, ‘sitiantes’, vaqueiros de ‘quarto’ ou ‘terço’, formado pelos laços da sujeição econômica e da proteção moral e política, uma verdadeira clientela para maior tipificação desse patronato (Duarte, 1939, p. 158).

Para Lenardão (2004, p. 114) esta condição colocava os homens livres e pobres em dependência com os senhores de engenho, com isto, trocava-se favores por lealdade, “transformando esses colonos, agregados e camponeses pobres em sua clientela”.

No final do século XVI, começaram a formar pequenas vilas, habitadas pelos homens livres pobres (constituídos por escravos libertos, pequenos artesãos), comerciantes e financistas ligados ao comércio bem como os escravos (Lenardão, 2004).

Como consequência, foi criada uma estrutura de poder político representada pela Câmara Municipal, entretanto, não era permitido a participação dos setores pobres da população e só podiam ser eleitos homens “bons”, detentores de posses (Lenardão, 2004).

Neste sentido, o poder político constituído centrava-se na permanência do mecanismo de domínio daqueles detentores de posses, grandes proprietários rurais, sobre os pobres. “Este singular sistema de supremacia política constituiu-se o antecedente colonial do coronelismo” (Lenardão, 2004, p. 114).

Até o final do século XVI, “a Coroa via com grande preocupação o elevado grau de poder daqueles senhores, que com insolência enfrentavam o poder central, expresso nas figuras dos governadores e nas leis régias”, entretanto, tal modelo permanece durante período imperial (Lenardão, 2004, p. 120).

A partir do século XVIII, ocorreu a apropriação territorial por meio da posse de terras, tal fato fugia do controle da Coroa. Neste período, surgiram inúmeros barões no país,

considerados detentores do poder público local e praticantes do clientelismo (Lenardão, 2004).

Entretanto, com o desenvolvimento da República, o clientelismo se organizou na constituição do coronelismo. Para Leal (1976), o coronelismo confere um compromisso entre o poder público em ascensão e o poder privado enfraquecido, ou seja:

Os próprios instrumentos do poder constituído é que são utilizados, paradoxalmente, para rejuvenescer, segundo linhas partidárias, o poder privado residual dos 'coronéis', que assenta basicamente numa estrutura agrária em fase de notória decadência. Essa decadência é imprescindível para a compreensão do 'coronelismo' porque, na medida em que se fragmenta e dilui a influência 'natural' dos donos de terras, mais necessário se torna o apoio do oficialismo para garantir o predomínio estável de uma corrente política local (Leal, 1976, p. 255).

Segundo Leal (1976), um dos fenômenos explicitantes patrimonialista e clientelista no Brasil foi o coronelismo. A consolidação do coronelismo ocorreu por meio do poderio econômico dos grandes latifundiários, detentores de prestígio familiar, popularidade e/ou habilidade política, investidos do poder de controle das localidades atuantes.

Os coronéis donos do poder determinavam aos seus subordinados qual candidato político deveriam votar. Em outras palavras, a espécie de liderança desenvolvida pelos coronéis certificava a um comando absolutamente discricionário sobre um lote considerável de votos de cabresto (Leal, 1976).

Desta forma, os coronéis com o apoio do poder público tinham a população sobre seus olhos. Em troca, eles recebiam favores políticos, oriundos do poder público, centrados nos interesses privados dos latifundiários. Além disso, os governantes promoviam melhorias nos serviços e utilidades públicas na localidade do coronel, aos familiares eram concedidos cargos e legitimavam o poder do coronel no local (Leal, 1976).

Neste mesmo contexto, as práticas do patrimonialismo também não deixaram de existir, para Vianna (1982):

O sistema republicano [...] não alterou o padrão básico das relações sociais e econômicas. A sociedade brasileira ainda era basicamente oligárquica, familística e autoritária. A intervenção do Estado não representava, portanto, uma ameaça para os "cidadãos", mas sim sua única esperança, se é que havia alguma, de proteção contra os oligarcas. Qualquer medida de descentralização, enquanto a sociedade continuasse a ser o que era, deixaria o poder cair nas mãos dos oligarcas, e a autoridade seria exercida mais para proteger os interesses privados dos oligarcas, do que para promover o bem público. [...]. O autoritarismo seria assim instrumental para criar as condições sociais que tornariam o liberalismo político viável (Vianna, 1982, p. 27-28).

Segundo Vianna (1982), a sociedade brasileira era basicamente oligárquica, familística e autoritária. Qualquer medida do Estado que ousasse comprometer a autoridade oligarca ou permitisse que a sociedade continuasse ser o que era, medidas de autoritarismo seriam exercidas, mais para proteger os interesses privados dos oligarcas em vez de promover o bem público.

Para Leal (1976), a influência do coronel adentrava as nomeações para os cargos públicos municipais e estaduais. Havia apropriação do patrimônio público e a escola servia para atender aos interesses particulares do coronel, evidenciando não somente a existência do clientelismo, mas também do patrimonialismo. Conforme Leal (1976):

Os próprios funcionários estaduais que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. Professoras primárias, coletor, funcionários da coletoria, serventuários da justiça, promotor público, inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc., para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costuma ser de praxe (Leal, 1976, p. 64).

Na esfera da educação eram comuns indicações do coronel para atuação como professores primários, inspetores bem como atuarem nos cargos de gestão. Para Leal (1976) a manifestação do clientelismo ocorreu, principalmente, nas zonas rurais dos municípios de base agropecuária, onde o eleitorado vivia em situação de dependência dos coronéis.

Contudo, após a Revolução de 30, o coronelismo começou a perder força com a criação do Código Eleitoral, do voto secreto, da garantia do voto das mulheres remuneradas e do livre exercício da propaganda política (Leal, 1976). Somente houve uma relativa tentativa de reversão deste modelo com a Constituinte de 1946, entretanto para Leal (1976):

A concentração de poder continuava a processar-se na órbita estadual exatamente como sucedia na esfera provincial durante o Império; mas, como a eleição do governador de Estado não dependia tão puramente da vontade do centro como outrora a nomeação do presidente de província, o chefe do governo federal só tinha duas alternativas: ou declarar guerra às situações estaduais, ou compor-se com elas num sistema de compromisso que, simultaneamente, consolidasse o governo federal e os governos estaduais (Leal, 1976, p. 110).

Após a Constituinte de 1946, o clientelismo se manteve, mesmo com as modificações oriundas da maneira do voto, de alienado passou a ser negociado e o material era considerado a moeda de troca. Também o patrimonialismo se manteve, para Schwartzman (1988) o Estado Moderno brasileiro é neopatrimonial, centrado num sistema burocrático e administrativo que favorece a apropriação indevida. Segundo Andrade (2004):

Este Estado neopatrimonial é centralizado e possui um sistema burocrático e administrativo que é caracterizado pela apropriação indevida, por setores privados

dependentes e subordinados ao poder central, de funções, órgãos e rendas públicas. Neste Estado, a política de representação política da sociedade civil junto ao Estado é substituída pela envolvente trama da negociação permanente entre o Estado neopatrimonial e os diversos setores sociais que são incluídos ou excluídos dos benefícios e privilégios controlados pelo Estado (Andrade, 2004, p. 171).

Com efeito, para Schwartzman (1988) tem-se uma sociedade civil “[...] dependente do Estado para a obtenção de benefícios, sinecuras, autorizações, empregos, regulamentos, subvenções.” Durante o governo Militar (1964 a 1985) no Brasil, como forma de manter o controle social, o clientelismo permaneceu como maneira usada pelos políticos para reduzir as pressões dos grupos contrários ao regime (Lenardão, 2004).

O compromisso político, de acordo com Colussi (1996) oriundo do período colonial, reflete na cultura política até hoje em muitas localidades do país, entretanto com práticas distintas. Segundo Colussi (1996):

Nesse sentido, o sistema político de clientela, sustentáculo do próprio sistema coronelista, imprimiu uma série de características na cultura política nacional, presentes até hoje em muitas localidades. Na medida, entretanto, em que se desenvolveu o processo de transição da sociedade predominantemente rural para a sociedade urbano-industrial, esse sistema deu lugar a outras práticas políticas. [...] Sobre o sistema político de clientela, cabe destacar, também, que houve variações na sua estrutura, dependendo da importância econômica e do poder político concedido pelo governo central a determinadas regiões. Entre as características originárias do clientelismo, podemos citar a desqualificação dos funcionários públicos das várias esferas do poder. Como, no Brasil daquela época, as formas de ascensão social eram bastante limitadas, a política transformou-se num meio seguro de sobrevivência para alguns setores da população (Colussi, 1996, p. 21-22).

Por isso, as variações do sistema político de clientela decorrem dependendo da importância econômica e do poder político vigente pelos governos das regiões. Para a autora, empregos eram concedidos em troca de apoio político, como também construções de escolas e universidades eram realizadas.

Desta forma, ao longo da história do Brasil, o patrimonialismo e o clientelismo conferiam uma forma de manter as classes dominantes no poder, bem como suprir os seus interesses frente ao Estado e aos seus dominados. Com isto, na esfera da educação muitas escolas públicas foram criadas a partir de interesses próprios e como forma de barganha em troca do apoio político.

Antes de adentrarmos no desenvolvimento do processo de criação do ensino superior na região sudoeste de Goiás, precisamos compreender o percurso histórico-político e as características econômicas desta região, para analisar como o patrimonialismo e o clientelismo esteve presente na constituição do Ensino Superior público desta localidade.

1.2 O ESTADO DE GOIÁS: PERCURSO HISTÓRICO-POLÍTICO-ECONÔMICO E O SUDOESTE GOIANO

Esta sessão tem como objetivo abordar a formação histórico-política do Estado de Goiás relacionando a influência política na materialização da universidade federal no Estado e sua relação com a região sudoeste.

Os Bandeirantes tiveram um papel importante no que tange ao desbravamento da região central do país. A descoberta de ouro às margens do rio Vermelho em 1675, por Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera), corroborou com a fundação do povoado da Barra, o qual tempo depois foi elevado a condição de Arraial de Sant'Anna (Chaul, 1998).

Devido a grande quantidade de ouro recebeu destaque e teve a importância econômica reconhecida pela coroa portuguesa, por esta razão a localidade acabou sendo elevada à categoria de Vila nomeada Vila Boa de Goiás, em 1750, deixando de ser considerada capitania de São Paulo para ser chamada de capitania de Goiás (Gomes; Moraes, 1994).

A atividade de mineração foi responsável pela interiorização e povoamento de Goiás Mas no século XIX, após a decadência da mineração, as atividades de agropecuária substituíram a extração mineral. Conforme Gomes; Moraes (1994):

O mineiro médio preferia ver no fenômeno da decadência um efeito apenas do esgotamento das jazidas, enquanto o governo tendia a destacar a sonegação dos quintos pelo contrabando. Por isso, o mineiro continuava sonhando – sonho que cada vez se tornava mais remoto – que novos descobertos ressuscitaram os dias gloriosos do passado (Gomes; Moraes, 1994, p. 175).

A decadência da mineração em solo goiano foi resultado não apenas do esgotamento das jazidas, mas também do alto imposto cobrado pelo governo naquele período (Gomes; Moraes 1994). Segundo Chaul (2002), a imagem de Goiás que os viajantes tinham era de um Estado extremamente atrasado:

De Silva e Souza (1812) a Cunha Matos (1823), do Dr. Pohl (1810) a Saint-Hilaire (1816), passando por D'Alincourt (1818), Burchell (1827), Gardner (1836) e Castelnau (1843) e chegando aos historiadores contemporâneos que trataram o período da mineração e da agropecuária em Goiás, além de intelectuais de outras cepas e anônimos da escrita, a aceitação da decadência da sociedade goiana no período pós-minerador é unânime. [...] todo esse conjunto de negativas criou uma imagem de Goiás que ficou gravada, por intermédio da cultura dos viajantes, como verdade incontestada por todo esse Goiás afora. Repetida pelos historiadores contemporâneos, Goiás passou a ter um perfil de terra da decadência, retrato de uma sociedade que parecia não possuir o mínimo básico para existir devido a sua inoperância, sua carência de tudo, sua solidão traduzida em isolamento, sua redoma de preguiça (Chaul, 2002, p. 40-41).

Para o historiador Chaul (1998) a região das terras goianas era considerada isolada, a população carecia do mínimo para existir, reflexo da distância dos grandes centros urbanos da época. Enquanto isso, o Estado era administrado por oligarquias. Até 1917, dominava em Goiás a dinastia do coronel Leopoldo de Bulhões, foi exatamente neste ano, que Antônio Ramos Caiado (Totó) assume a liderança política do Estado por meio do Partido Democrata (Silva, 2005).

Em 1927, em Rio Verde, começou a surgir um movimento de oposição aos Caiado abrindo espaço para a formação da Aliança Liberal (Silva 2005), [...] “a mudança não significou troca de poder, mas significou a construção de um projeto político baseado na idealização da modernidade, com a participação realista das camadas médias urbanas” (Chaul, 1998, p.160).

Até então, o poder político do Estado de Goiás centrava em torno dos coronéis, “o arranjo coronelístico vai ser estabelecido pelo ‘compromisso’ entre os grupos políticos municipais sob o controle do executivo estadual, sendo dada ‘carta branca’ aos coronéis de seus domínios” (Campos,1987, p. 19). A estrutura coronelística era formada por um grupo de pessoas ligadas entre si por laços de parentesco e alianças (uniões matrimoniais, que estabeleciam laços de parentescos entre as famílias (Chaul, 1998).

Até a República Velha, no Brasil havia a alternância de poder entre mineiros e paulistas, este sistema ficou conhecido como República “Café-com-Leite”. Durante as eleições a presidência de 1930, o candidato sucessor de Washington Luís, paulista, deveria ser Antônio Carlos, mineiro, entretanto, Washington Luís rompeu as regras e indicou Júlio Prestes, o qual ocupava o cargo de governador de São Paulo desde 1927, como candidato a presidência (Rodrigues, 2015).

Este rompimento teve como consequência uma enorme indignação entre os

mineiros, que se aliaram aos políticos dos estados do Rio Grande do Sul e da Paraíba, lançando, pela recém-criada Aliança Liberal, como frente oposicionista ao paulista Júlio Prestes, a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência da República (Rodrigues, 2015, p. 08).

Mesmo frente a esse movimento de revolta, após uma eleição intensa com mecanismos de fraude, Júlio Prestes foi eleito. Mas, a insatisfação e o sentimento de indignação com a vitória perduraram e aumentou com o assassinato do paraibano João Pessoa, candidato a vice-presidente da chapa de Getúlio Vargas (Rodrigues, 2015).

O responsável pelo crime foi João Dantas membro do mesmo partido de Washington Luís. Tal fato gerou grande comoção nacional e ao mesmo tempo, uma revolta aliada aos problemas internos do país, como: a crise econômica e a acusação de fraude nas eleições, estes os motivos corroboraram para destituição de Washington Luís. Ao mesmo tempo, Júlio Prestes não assumiu o poder e Getúlio Vargas conseguiu ocupar o posto de chefe do Estado (Rodrigues, 2015).

As mudanças ocorridas no cenário nacional refletiram diretamente em Goiás com a ascensão de Getúlio Vargas (1882-1954) ao poder, o presidente nomeou Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) como interventor e oposição aos Caiado.

Uma das ações de Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) foi a instauração da Revolução no Estado, com o objetivo de impulsionar a ocupação em Goiás, direcionando os excedentes populacionais para os espaços demográficos vazios na tentativa de aumentar a produção econômica. Com isto, durante o seu governo iniciativas foram tomadas, como: a Mudança da Capital, a Construção de Estradas Internas, a Reforma Agrária e a Marcha para o Oeste (Chaul, 1998).

Para Chaul (1998), a derrota dos Caiados representava a ascensão de outro grupo representado por Pedro Ludovico Teixeira⁴ (1891-1979) cuja meta era alcançar o progresso e a modernização do Estado. No entanto, Chaul (1998) afirma:

Que os novos donos do poder não representavam interesses de uma burguesia ou de um proletariado, também não representavam literalmente os interesses das classes médias local. Representavam sim os interesses dos novos grupos políticos em ascensão, principalmente do Sul e Sudoeste do Estado. Tal fato não significa, porém, uma simples alternância de grupos no poder político de Goiás (Chaul, 1998, p. 154).

⁴ Em 1917, mudou-se para Rio Verde e, no ano seguinte, casou-se com Gercina Borges Teixeira, filha de Antônio Martins Borges, senador, fazendeiro e comerciante. Em 1919, foi um dos fundadores do jornal O Sudoeste, iniciando, através dele, o combate ao situacionismo estadual – na época representada pela família Caiado, mantendo uma franca oposição ao governo. Em 1929, manteve contato com Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, presidente de Minas Gerais, e com o revolucionário Antônio Siqueira Campos, que participavam da Aliança Liberal. Com a derrota do partido nas eleições de março de 1930, teve início a preparação da revolta armada que deveria ser desencadeada em vários pontos de país. O movimento eclodiu no dia 03 de outubro e, já no dia 04, Pedro Ludovico seguiu para Minas Gerais, a fim de juntar-se aos revolucionários. Retornou com um grupo deles a Goiás, sendo aprisionado pelas forças legalistas na entrada da cidade de Rio Verde, após um pequeno combate. Em 24 de outubro, foi determinada a sua recondução para a Cidade de Goiás, mas durante o percurso veio a notícia da vitória da revolução. Assim, Pedro Ludovico chegou ao destino, porém, não como prisioneiro, mas para assumir a liderança de um movimento vitorioso e o Governo Provisório do Estado. (RODRIGUES, 2015, p. 08)

Infere-se por meio de Chaul (1998), a oposição aos Caiados surgiu por causa da falta de espaço político existente nas discussões do Partido Democrata aos políticos das regiões Sul e Sudoeste do Estado.

Na década de 1940, o populismo de Vargas contribuiu para a intensificação da urbanização e industrialização em Goiás, inclusive passou ser rota de imigrantes. Entretanto, a saída de Vargas significou para Goiás a queda de Pedro Ludovico Teixeira. Em 1946, o General Gaspar Dutra assumiu a presidência do Brasil, nomeando para Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno (1947-1950) (Chaul, 2002).

Abaixo no quadro 8, verifica-se em ordem cronológica dos governadores de Goiás durante o período de 1946 a 1964.

Quadro 8 - Governadores de Goiás (1946-1964)

	GOVERNADOR	PERÍODO
1	Jerônimo Coimbra Bueno - UDN (União Democrática Nacional)	1947 – 1950
2	Pedro Ludovico Teixeira - PSD (Partido Social Democrático)	1950 – 1954
3	José Ludovico de Almeida (Juca Ludovico) - PSD (Partido Social Democrático)	1955 – 1959
4	José Feliciano Ferreira - PSD (Partido Social Democrático)	1959 – 1961
5	Mauro Borges Teixeira - PSD (Partido Social Democrático)	1961 – 1964

Fonte: Wikipedia

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org>

Acesso em: 20/05/2022

A construção de Brasília, na década de 1950, influenciou diretamente no progresso de Goiás. A inauguração da capital Brasília, em 1960, permitiu a migração de inúmeras pessoas para diversas regiões do Estado (Chaul, 2002).

Porém, com o golpe de 64, o governador Mauro Borges como era apoiador do presidente João Goulart foi acusado de esquerdista e deposto pelo governo militar, em seu lugar foi nomeado o interventor General Carlos Meira Mattos, o qual permaneceu apenas um ano no poder (Almeida, 1991).

Segundo Almeida (1991, p. 89), “em novembro de 1964, o governador militar exigiu do governador do Estado a renúncia de seu mandato, acusando-o de estar organizando no Estado uma conspiração contra o movimento “revolucionário de 64.” Os jornais registraram que Mauro Borges jamais renunciaria ao cargo, pois havia sido eleito com votação expressiva, contava com grande apoio popular, além disso, o seu pai, Pedro Ludovico Teixeira era uma grande referência para os goianos (Almeida 1991).

O Comandante reagiu sacando uma arma, porém foi impedido por populares de atirar. Em meio a confusão, a Primeira Dama do Estado – Dona Lourdes Teixeira, esposa do governador Mauro Borges, pedia calma e passagem a multidão. Segundo Almeida (1991):

Mauro Borges, após emocionado discurso, foi conduzido nos braços de populares e correligionários, até a residência de seu pai. O coronel Meira Mattos assumiu o governo como interventor, entretanto, foi empossado na sede da 7ª CR do Exército e proferiu discurso à noite, através de emissora de rádio e televisão. Em seu pronunciamento conclamou o povo a compreender sua “alta missão, acima de partidos políticos”, afirmando que vinha, a bem da nação, “remover o quisto da subversão em Goiás”. Prosseguia justificando-se: “fizemos uma demonstração de guerra no intuito pacífico, elevado, para desencorajar a resistência (...) para pacificar o Estado e devolver a tranquilidade à população (Almeida, 1991, p. 91).

Ao mesmo tempo, o governo Castelo Branco determinou um período de 45 dias para que a intervenção fosse feita, logo após este período, o General Meira Mattos foi substituído pelo Marechal da reserva Emílio Ribas Júnior para governar o Estado de Goiás, contando com a aprovação da Assembleia Legislativa Goiana (Almeida, 1991).

Ele ficou um ano e foi substituído por Otávio Lage, eleito em 1965, quando ganhou as eleições contra o candidato Peixoto da Silveira. Ele governou até 1970, quando já não havia eleições e Leonino Caiado foi indicado para assumir o seu lugar, seguido por Irapuan Costa Junior e Ary Valadão (Almeida, 1991).

Segundo Motta (2008) em 1965, o governo militar lançou o Ato Institucional 02, o qual extinguiu partidos reformistas e progressistas como PSD, PTB e ao mesmo tempo, criou o Ato Complementar nº04 estabelecendo um sistema partidário compulsório que impedia a existência de mais de dois partidos, com isto o foi criado MDB (reconhecido como partido de oposição) composto por ex-membros do PSD e do PTB e o ARENA (partido da base governista) formado essencialmente por ex-membros do UDN (Motta, 2008).

Entretanto, o período da Ditadura Militar em Goiás, foi marcado por um processo contraditório, ao mesmo tempo que o governo aplicava severas e duras medidas contra o povo, instaurava um movimento pró-desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro (Chaul, 2002). Abaixo no quadro 9, há o esboço cronológico dos governadores de Goiás durante o período militar (1964 – 1983):

Quadro 9 - Governadores de Goiás durante o Período Militar (1964-1983)

	GOVERNADOR	PERÍODO
1	Carlos Meira Mattos (MILITAR)	26/11/1964 a 23/01/1965
2	Emílio Rodrigues Ribas Jr. (MILITAR)	23/01/1965 a 31/01/1966
3	Otávio Lage (UDN)	31/01/1966 a 15/03/1971

4	Leonino Caiado (ARENA)	15/03/1971 a 15/03/1975
5	Irapuan Costa Júnior (ARENA)	15/03/1975 a 15/01/1979
6	Ary Valadão (ARENA)	15/01/1979 a 15/03/1983

Fonte: Wikipedia

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org>

Acesso em: 20/05/2022

De 1975 a 1979, conforme quadro 09, o governador do Estado goiano Irapuan Costa Júnior, do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa e confirmado pelo Governo Federal (Chaul, 2002), nomeou para assumir à Secretaria de Educação de Goiás Hélio Mauro Umbelino Lobo, membro do partido político ARENA ligado ao Coronel e ao ex-Senador Jarbas Passarinho; eleito Deputado Federal em 1974, de acordo com o entrevistado14 (2022) abaixo.

Durante a legislatura como Deputado fez parte da Comissão de Educação e Cultura, além disso, foi suplente da Comissão de Trabalho e Legislação Social. O entrevistado 14 (2022) trabalhou juntamente com o Secretário e comentou:

Eu era da cúpula da gestão da Secretaria da Educação, embora, eu tivesse vindo de São Paulo a convite do Secretário pra criar um Centro de Formação de Professores. Então, eu trabalhava próximo ao gabinete e nessa época, antes do Cruciano ser Reitor, ele era o Conselheiro do Secretário que se chamava Hélio Mauro Umbelino Lobo. [...] eu era funcionário de confiança do Hélio Mauro na Secretaria e muitos recursos financeiros vinham do MEC para Goiás. E o próprio programa que eu coordenava que era o Centro de Formação para Professores, eram recursos que vinham direto do MEC (Entrevistado 14, 2022).

O entrevistado 14 (2022) evidencia em sua narrativa, que fazia parte da cúpula da gestão da Secretaria da Educação na época, sua função foi resultado de um convite feito pelo Secretário de Educação do Estado de Goiás Hélio Mauro Umbelino Lobo.

O participante trabalhava próximo ao gabinete do Sr. José Cruciano como Conselheiro do Secretário, evidenciando ter conhecido o ex-Reitor da UFG antes dele exercer tal função. O participante em sua fala afirma que era um funcionário de confiança do Hélio Mauro, sua função era de Diretor do Centro de Formação para Professores e muitos recursos financeiros do MEC iam para Goiás, ou seja, havia apoio da União na execução deste programa.

O entrevistado14 (2023) durante a entrevista afirmou:

Diretamente, o que está por trás da criação da Universidade de Jataí é a razão mais imediata era a campanha política do Secretário, né. Na minha maneira de vê tal como eu me lembro na época. E. houve um começo em Jataí, onde estava presente o Sr. Hélio Mauro, que era Deputado e o José Cruciano, como assessor político e técnico, né. Até mais assessor político talvez...onde houve uma pressão explícita no palanque, de cobrança: “ué, vocês não iam trazer a UFG pra Jataí, cadê?” E aí, eles

tiveram que bancar uma promessa, tinham que responder a pressão (Entrevistado 14, 2022).

Percebe-se por meio do relato do entrevistado14 (2022) havia uma promessa política do candidato a Deputado Federal Hélio Mauro, estabelecendo caso fosse eleito levaria a UFG para Jataí. Após pesquisa documental certificamos que sua eleição ocorreu em 1974.

Com isto, evidencia-se um alinhamento político partidário entre o Deputado Hélio Mauro membro do ARENA e as lideranças políticas jataienses na época, membros do mesmo partido. Ao contrário do que ocorria em Rio Verde, as lideranças políticas rio-verdenses pertenciam ao MDB, oposição ao governo.

Nota-se que em Jataí, conforme o entrevistado14 emergiu uma pressão explícita por parte das lideranças jataienses, pelo cumprimento da promessa feita pelo Deputado Hélio Mauro após sua eleição, cobrando a materialização do ensino superior federal. Observa-se neste ponto, a prática do clientelismo com vistas a cooptar votos e apoio político (Leal, 1976).

Embora tenha trabalhado com o Secretário Hélio Mauro, com a vitória de José de Assis, também do mesmo partido ARENA, o entrevistado 14 (2022) passou a ser perseguido:

[...] trabalhei 03 anos na Secretaria da Educação, no final desse período, o Hélio Mauro saiu porque foi Deputado e entrou como Secretário o José de Assis. O José de Assis que entrou como Secretário, ele ficou sabendo que eu, Libânio, tinha um passado político de esquerda, né. Como estudante, então ele não tinha interesse que eu continuasse naquele cargo, como Diretor do Centro de Formação de Professores. Então, ele começou a se mobilizar pra me demitir por motivos políticos, que eu tinha, que eu era subversivo, que eu tinha um passado de militância política e ele resolveu me perseguir. E de fato, ele conseguiu. ele me demitiu (Entrevistado 14, 2022).

Percebe-se que as perseguições sofridas pelo entrevistado 14 (2022) foram sérias resultando na perda de seu emprego. O responsável por isto foi José Alves de Assis aliado do governo militar na época.

Enquanto isso, no sudoeste goiano o candidato as eleições para Deputado Federal Iturival Nascimento (1935-2000), rio-verdense e membro do MDB, conseguiu vencer a corrida eleitoral, em 1974. Durante realização da entrevista, o entrevistado 04 comentou:

Meu pai era um homem visionário, durante campanha eleitoral pra Deputado Federal, para o seu primeiro mandato, em 1974, e vendo a necessidade da região e a discussão de muitos sobre Rio Verde ter uma universidade pública, ele incluiu isso no seu projeto político, pois ia beneficiar muita gente a criação de uma universidade federal aqui, mas ele enfrentou muita dificuldade depois que foi eleito em colocar isso em prática (Entrevistado 04, 2022).

Percebe-se por meio da narrativa do entrevistado 04 que um dos projetos de campanha eleitoral do candidato a Deputado Federal Iturival Nascimento (1935-2000) era a criação de uma Universidade Federal em Rio Verde, evidenciando dois pontos: o primeiro, a região Sudoeste necessitava de uma instituição de ensino superior público e o segundo, a existência de discussões sobre Rio Verde ter uma universidade pública. Com isto, estes pontos auxiliaram a fomentar a criação do projeto, o qual posteriormente foi apresentado na Câmara dos Deputados Federais em Brasília.

O candidato do MDB além de fazer parte da oposição ao governo militar, era ligado ao agronegócio, seu partido de origem era o PSD, porém com a outorga do bipartidarismo ingressou no MDB, também era irmão do prefeito de Rio Verde Iron Nascimento do mesmo partido político.

Pouco tempo depois, em 1976, ocorreu a eleição municipal no sudoeste goiano, em Rio Verde o candidato Iron Jayme do Nascimento (*in memoriam*), membro do partido político MDB (Movimento Democrático Brasileiro) foi eleito Prefeito e em Jataí, Mauro Antônio Bento conhecido como Mauro Bento, do ARENA (Aliança Renovadora Nacional) também venceu a corrida eleitoral para Prefeito.

Mas, o entrevistado 04 comentou sobre as dificuldades enfrentadas pelo candidato para concretizar o seu projeto de campanha, referente a materialização de uma Universidade Federal em Rio Verde, isso porque pertencia ao partido de oposição ao governo ou foi outro motivo? Para esta resposta faz-se necessário analisar a conjuntura política estabelecida na época, o Governo Militar por meio de suas medidas e como forma de legitimar o poder ideológico no poder, procurava silenciar os seus opositores (Germano, 2008).

Embora haja evidências que um político, ligado ao governo militar, teve o interesse em criar uma Universidade na região sudoeste também, nota-se a existência de uma disputa de poder político, caso a Universidade fosse criada, deveria ser o triunfo do governo militar e não da oposição.

Embora houvessem dois partidos políticos, havia evidências de disputa por poder entre os grupos, ou seja, dos partidos políticos. Para Arendt (2008, p. 36) “o poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido”.

Sobre Jataí, o entrevistado 16 (2022), filho do ex-prefeito de Jataí Mauro Antônio Bento afirma:

Eu posso te informar, até porque na época eu era muito jovem por aquilo que me foi contado, né. Meu pai se elegeu prefeito de Jataí em 1976, assumiu em 1977, já com projeto anunciado em sua campanha de que batalharia para termos uma Universidade Federal Pública em Jataí. Isso era algo que para algumas pessoas de Jataí era impossível. Mas com todo o seu empenho, seu esforço e comprometimento, ele era um político muito querido por todos daqui da cidade. Logicamente, ele era de uma época diferente. Mas no quesito do que se trata a Universidade Federal, eu posso te dizer: que realmente foi decisivo, porque ele era o chefe maior da cidade, ele era o Prefeito e tinha um poder decisivo de resolver...a gestão da cidade praticamente com respaldo do Legislativo, onde tinha o orçamento do ponto de vista com aquilo que seria comprometido com o projeto de Expansão atrás de um Campus para Interiorização, né. E... como o meu pai, Prefeito que era, né. Tinha esse interesse, tinha essa vontade de ter um Campus da Universidade em Jataí. E foi atrás para viabilizar isso (Entrevistado 16, 2022).

Nota-se durante a fala do entrevistado 16, que o ex-prefeito jataiense do ARENA, durante o período de campanha, em 1976, anunciava que batalharia para que a cidade sediasse uma Universidade Federal, no entanto, para algumas pessoas era impossível. Entretanto, percebe-se durante a narrativa do entrevistado 16 a afirmativa referente ao interesse e vontade de ter um *Campus* da UFG em Jataí. Também, a disponibilidade de um orçamento comprometido com o Projeto de Extensão da universidade.

As evidências apontadas nas narrativas dos entrevistados 14 e 16 mostram o acordo político estabelecido entre os personagens de um mesmo partido permitiu que ambos candidatos se comprometessem a criar uma Universidade Federal em Jataí. Entretanto, vale ressaltar havia uma promessa política prévia entre estes personagens, porém de esferas diferentes.

Após a democratização, o Estado de Goiás passou a eleger seus representantes por meio de sufrágio eleitoral universal, o primeiro governador foi Iris Rezende Machado, conforme o quadro 10 abaixo:

Quadro 10 - Governadores de Goiás durante o período de 1986 a 1991

	GOVERNADOR	PERÍODO
1	Iris Rezende Machado (PMDB)	15/03/1983 a 13/02/1986
2	Onofre Quinan (PMDB)	13/02/1986 a 15/03/1987
3	Henrique Santilo (PMDB)	15/03/1987 a 15/03/1991

Fonte: Wikipedia

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org>

Acesso em: 20/05/2022

Com a democratização da política nacional o sudoeste goiano passou por um processo intenso de crescimento tanto demográfico quanto econômico, impulsionado pela agroindústria e a soja (Estevam, 1998).

Com isto, outra área que, conseqüentemente, se estruturou foi a educação, em especial o Ensino Superior na região. Percebe-se por meio dos dados e da fala do entrevistado¹⁴ (2022), as primeiras evidências que contribuíram para a criação do CAJ partem apontam para a questão política.

A priori, as evidências mostram a posição político-partidária do candidato rio-verdense o fator de obstáculo para materialização do projeto de construção da universidade em Rio Verde. E havia interesse por parte dos políticos criar uma Universidade Federal, entretanto estes representavam a oposição ao governo dos militares.

Segundo Germano (2008, p. 80) “a busca do progresso, por sua vez, pressupunha a existência da ordem”, por se tratar de um regime ditatorial “o princípio da alteridade foi praticamente banido pelos militares no governo, inviabilizando a existência do pluralismo e do diálogo político.”

Para Arendt (2008, p.14) “o sentido da política é a liberdade” e em regimes autoritários ela não existe. Durante o regime Militar, o pluralismo e o diálogo político foram banidos e em seu lugar emergiu a ordem, a qual impunha o silêncio aos seus opositores. Neste sentido, percebe-se que a dificuldade citada pelo entrevistado 04 relaciona-se com o posicionamento político.

Ao contrário de Jataí que foi beneficiada com a implantação da Universidade Federal, porque a representação política da cidade pertencia ao mesmo partido político dos militares, ou seja, havia um alinhamento político-partidário entre a União e o prefeito da cidade jataíense.

Além disso, as evidências convergem na existência do interesse político por parte dos representantes da cidade jataíense em abrigar as políticas governamentais voltadas para a educação superior e ao mesmo tempo, existia um acordo pré-estabelecido fruto de uma promessa de campanha eleitoral, característico do clientelismo. As evidências até agora mostram o interesse político para interiorizar a universidade no sudoeste goiano. Entretanto, as características econômicas da região sudoeste durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, ajudaram despertar o interesse na materialização das políticas de interiorização.

Segundo os dados da Secretaria de Planejamento de Goiás de 2012, a região Sudoeste do Estado de Goiás, detém uma área total equivalente a 2,47 milhões de hectares compreendendo 26 municípios, ou seja, 16% da área do Estado. “Os municípios de Rio Verde e Jataí concentram mais de 50% da população microrregional e das principais atividades econômicas” (Borges, 2012, p.140).

Abaixo na figura 1, ilustra-se a microrregião do Sudoeste goiano:

Figura 1 - Microrregião do sudoeste goiano

Fonte: Geogeral
 Disponível: www.geogeral.com
 Acesso em: 14/06/2022

Outra característica do sudoeste goiano está na semelhança da formação das duas cidades, segundo a professora da UFG Vilma de Fátima Machado⁵ (1996):

Jataí, num processo muito semelhante ao de Rio Verde, teve sua origem vinculada ao estabelecimento da região, às margens do Rio Claro, em 1836, da família de José Manoel Vilela, onde organizou uma fazenda de criação de gado. Criada em 1856, a partir da doação de terras feita pelos Vilela, a Capela do Divino Espírito Santo de Jataí foi elevada à condição de freguesia pela resolução nº362, de 17 de agosto de 1864, nascendo assim o Distrito de Paraíso de Jataí, pertencente ao município de Rio Verde (Machado, 1996, p. 46).

Para Machado (1996) Jataí pertencia ao município de Rio Verde e seu crescimento foi bastante rápido. Por meio da Resolução Provincial nº 668, de 29 de julho de 1882, foi criado o município de Paraíso, instalado em 1885 sob designação de Município de Jataí. Em 1895, passou à condição de cidade por meio da Lei Estadual nº 56, de 31 de maio. Em 1898, graças a Lei Estadual nº 170, de 21 de julho de 1898, Jataí foi desmembrado de Rio Verde, tornando um município autônomo (Machado, 1996).

Com o desmembramento de Jataí, o município iniciou o seu processo de desenvolvimento destacando na criação de gado chegando até 1950, possuir o maior rebanho bovino do Estado. Segundo dados disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Rio Verde, “as atividades agrícolas e agropecuárias tiveram início em Rio Verde em meados da década

⁵ Vilma de Fátima Machado – Mestre em História das Sociedades Agrárias – Dissertação: Sudoeste de Goiás: Desenvolvimento Desigual (1996)

de 50, quando alguns laticínios, indústrias de beneficiamento de arroz e café de pequeno porte se instalaram no local”. Além dessas atividades, a “Marcha para o Oeste” também contribuiu com o progresso da região (Machado, 1996).

A partir de 1960, o governo goiano iniciou uma série de ações visando o desenvolvimento e diminuir as desigualdades regionais, ao mesmo tempo, estimular o progresso da nova fronteira agrícola (Pedrosa e Silva, 2005). A partir da década de 1970, Rio Verde ultrapassou a cidade jataiense na atividade pecuarista e destacou nacionalmente pela produção de soja (Borges, 2012).

Com isso, a formação da atividade econômica consolidou-se por meio de investimentos públicos e privados, incentivos públicos. Além disso, o preço baixo das terras provocou uma onda de migração de sulistas, sudestinos para o sudoeste de Goiás, com objetivo de desenvolver atividades de pecuária e agricultura (Pedroso e Silva, 2005).

Sendo assim, por meio da tabela 1 pode ser percebido, conforme os dados do IBGE, o desenvolvimento demográfico das cidades de Rio Verde e Jataí entre 1960 a 1980.

Tabela 1 População total dos municípios da região sudoeste (1960 – 1980)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	1960	1970	1980
	TOTAL	35.436	55.819	74.694
RIO VERDE	Urbana	31,80	48,47	74,55
	Rural	68,20	51,52	25,44
	TOTAL	27.985	41.374	53.387
JATAÍ	Urbana	50,10	64,54	80,37
	Rural	49,90	35,45	19,63

Fonte dos Dados: IBGE, Censos Demográficos, 1960 a 1980.

Conforme os dados do IBGE referentes a densidade demográfica de Rio Verde, em 1960, apresentam um total de 35.436 mil habitantes, sendo 31,80 mil habitantes residentes na zona urbana e 68,20 mil habitantes residentes na zona rural. Enquanto, no mesmo período, Jataí possuía um total de 27.985 mil habitantes 50,10 mil na zona urbana e 49,90 mil na zona rural, o que comprova a população rio-verdense era maior em relação a jataiense.

Em 1970, Rio Verde totalizava 55.819 habitantes, 48,27 mil na zona urbana e 51,52 mil na zona rural. No mesmo período, existia em Jataí um total de 41.374 mil habitantes, 64,54 mil na zona urbana, 35,45 mil na zona rural, podendo evidenciar o crescimento da cidade de Rio Verde durante este período. Em 1980, Rio Verde possuía um total de 74.694 habitantes, 74,55 mil morando na cidade e 25,44 mil habitantes na área rural. Por outro lado,

em Jataí totalizava 53.387 habitantes, 80,37mil habitantes morando na cidade e 19,63 mil na zona rural.

Evidencia-se por meio dos dados disponibilizados pelo IBGE, o crescimento de Rio Verde em detrimento a Jataí, segundo Machado (1996) esse crescimento foi consequência do desenvolvimento dos setores agropecuários, principalmente, da agroindústria nas cidades do Sudoeste goiano. Esses dados são comprovados conforme tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Porcentagem da população economicamente ativa ocupada nos estabelecimentos segundo o setor de atividade na região sudoeste

SETOR	RIO VERDE			JATAÍ		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Agropecuária	71,81	92,91	48,73	45,11	39,63	37,60
Indústria	1,13	1,59	2,73	5,02	3,68	4,13
Comércio	2,32	6,62	7,20	4,24	8,27	8,23
Serviços	1,21	2,73	4,68	4,51	5,58	6,53

Fonte: IBGE, Censos Econômicos, 1960 a 1980.

Durante a década de 1960, em Rio Verde o desenvolvimento da agropecuária representava 71,81%, em contrapartida apenas 1,13% no setor de indústria, 2,32% no comércio e 1,21% no setor de serviços. No mesmo período, Jataí possuía 45,11% de atividades econômicas voltadas para agroindústria, 5,02% indústria, 4,24% comércio, 4,51% serviços. Para Machado (1996):

O setor ligado à indústria é o único em que, a partir de 1960, Jataí apresenta índices declinantes, enquanto os outros tendem a aumentar o percentual da população economicamente ativa ocupada nesse setor. No entanto, o desempenho de Jataí neste setor, a partir de meados da década de 80, depois que ele se integra à produção da soja (Machado, 1996, p. 120).

A agropecuária, na década de 1970, em Rio Verde cresceu 92,91% e em Jataí houve um desenvolvimento de 39,63% no setor agro-industriário, 3,68% no setor de indústrias, 8,27% no comércio, 5,58% no setor de serviços.

Para Borges (2012) três grandes agroindústrias contribuíram para a transformação da região Sudoeste, além da COMIGO, Caramuru Alimentos S/A, Cargil Agrícola S/A e Coimbra S/A todas instaladas em Rio Verde. Segundo Machado (1996) o fator primordial para o desenvolvimento econômico rio-verdense foi porque:

Este município foi uma das áreas priorizadas para a implantação de projetos vinculados aos programas do governo federal para incentivos ao setor agrário. Através do POLOCENTRO, estabeleceu-se mecanismos para o “desenvolvimento da agricultura mecanizada e o envolvimento da produção agrícola dos cerrados com o complexo agroindustrial. Estima-se que 500 mil hectares foram incorporados aos recursos desse programa no período de 1975 a 1978, somente na área de Rio Verde”. Numa avaliação preliminar dos resultados obtidos pelo programa, publicada pela SUDENE, Rio Verde é o único município do Sudoeste de Goiás a figurar nos projetos financiados pelos recursos do POLOCENTRO em Goiás. De maneira que esse município foi o que, de forma mais rápida, e eficiente, serviu-se da conjuntura favorável à reorganização econômica do setor agropecuário. Em 1975, por exemplo, é fundada a COMIGO - Cooperativa Mista de Produtores Rurais do Sudoeste Goiano, com sede nesse município. Esta cooperativa transformou-se na maior da região, abrangendo sob sua influência cerca de 14 municípios entre eles Mineiros, Jataí e Quirinópolis (Machado, 1996, p.123).

O município de Rio Verde foi uma área priorizada por programas do governo federal com vistas a incentivar o setor agrário. Um destes foi o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste), Rio Verde foi o único município do Sudoeste goiano inserido nos projetos financiados pelos recursos deste programa (Machado, 1996).

“O objetivo do programa era proporcionar, por intermédio do efeito demonstrativo, a difusão de tecnologias adequadas às condições edáficas do cerrado” estimulando os produtores rurais a investir na inovação tecnológica, como ferramenta de otimização para estimular maiores resultados econômicos de seus empreendimentos (Pires, 2000, p. 120).

Em 1980, conforme tabela 02, Rio Verde desenvolveu em 48,73%, 2,73% a indústria, 7,20% o comércio, 4,68% serviços. E Jataí desenvolveu 37,60% a agroindústria, 4,13% a indústria, 8,23% o comércio, 6,53% o setor de serviços. Sobre a cidade jataiense Machado (1996) destaca que algumas agroindústrias começaram a ser instaladas a partir de 1980.

A partir do início da década de 80, começaram a se instalar no município algumas agroindústrias. A Nestlé instala uma usina de captação de leite. Mais tarde, as indústrias Coimbra abrem uma fábrica de óleo que utiliza matérias-primas da região. fertilizantes, a FERTEG. Enfim, crescem o número de cerealista, de curtumes e instala-se um frigorífico, além de pequenas fábricas de calçados e confecções (Machado, 1996, p.124).

Na década de 1980, o cenário nacional denotava uma situação econômica extremamente negativa por causa dos seguintes problemas: fome, inflação, desemprego, redução do PIB, além disso, as taxas internacionais de juros causaram um crescimento da dívida externa do Brasil com os Estados Unidos.

Neste mesmo período, Rio Verde era um município caracterizado pelo desenvolvimento do agronegócio, com um poder político em oposição ao governo do país e estadual, entretanto foi o único município da região sudoeste beneficiado com um programa

governamental, com intuito de implementar as tecnologias no setor agrário. Evidencia-se que a parceria público/privada contribuiu para o progresso do setor privado por meio da agroindústria estimulando o crescimento demográfico bem como a economia local.

Frente a estas informações podemos debruçar sobre o processo de criação do ensino superior federal tanto no sudoeste goiano quanto no Estado de Goiás, pois estas configuraram e influenciaram na materialização da UFG bem como as políticas de interiorização implantadas pelo governo na época.

1.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: A CONCRETIZAÇÃO DE UM SONHO NO CORAÇÃO DO BRASIL

A gênese de uma instituição se mistura com a História, ao desenvolvimento de um lugar e ao sonho de moradores localizados no coração do Brasil. Nesta sessão, traremos uma breve exposição sobre a criação da Universidade Federal de Goiás (UFG) em Goiânia, a fim de compreendermos como esse fato influenciou as primeiras discussões sobre a necessidade de desenvolver o ensino superior em Rio Verde.

De acordo com os dados do IBGE, o Estado de Goiás está localizado no Planalto Central brasileiro, até então, possuía um dos maiores territórios espaciais do país, pois o território goiano, nesta época, não era dividido com Tocantins, possuía limites com Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais e o Distrito Federal.

Na figura 02, há o demonstrativo do mapa do Estado de Goiás em 1960.

Figura 2 - Estado de Goiás 1960



Fonte: Mapa territorial do Estado de Goiás – 1960
Disponível em: <https://brainly.com.br>
Acesso em 22/01/2022

Contudo, o resultado das políticas governamentais, além do aumento demográfico, culminou na organização dos diversos setores da sociedade, em especial, da educação. Nesse sentido, inúmeras escolas dos diversos níveis educacionais foram criadas, inclusive as instituições de ensino superior (Nepomuceno, 1994).

Entretanto, no Estado de Goiás, em 1892 foi criada a Academia de Direito de Goyaz, funcionava na cidade de Goiás, antiga capital do Estado (Revista Afirmativa UFG, 2008).

Em 1945, quinze anos antes da criação da UFG, haviam duas escolas de Ensino Superior no Estado.

Quinze anos antes da criação da Universidade Federal de Goiás (1960), duas escolas de ensino superior começavam a escrever a sua história: a de Farmácia e a de Odontologia. Tradição na época, elas nasceram juntas, no dia 12 de outubro de 1945, sendo batizada de Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiaz (Revista Afirmativa UFG, 2008, p. 14).

Foi concebido o funcionamento das Faculdades de Pharmacia e Odontologia por meio do Decreto-Lei n°24231, a mesma funcionava na Santa Casa de Misericórdia, no endereço av. Tocantins, no centro da Cidade de Goiaz (Revista Afirmativa UFG, 2008).

Em 1948, Jerônimo Coimbra Bueno, eleito governador na época, tentou cumprir uma promessa eleitoral de criar a Universidade do Brasil Central, desta forma, foi elaborado por ele e apresentado na Assembleia Legislativa da época, um projeto para materialização da instituição, aprovado por meio da Lei n°192, de 20 de outubro de 1948 e acabou não sendo implantado por falta de recursos (Revista Afirmativa UFG, 2008).

Em 1952, foi criada a Escola de Engenharia do Brasil Central, em 13 de setembro, pelo Clube de Engenharia de Goiás. Logo depois, em 1954, o Ministério da Educação (MEC) autorizou o funcionamento da Faculdade de “Engenharia do Brasil” por meio do Decreto-Lei n°45.183, de 06 de janeiro de 1954 (Revista Afirmativa UFG, 2008, p. 20).

Em 1956, foi criado o Conservatório de Música Goiana, pelo Decreto-Lei n° 45.285, de 26 de março de 1956. Na mesma época, o Deputado Federal Emival Caiado encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de Lei, propondo a criação da Universidade Federal de Goiás (Revista Afirmativa UFG, 2008).

Entretanto, a luta pela criação da UFG foi fruto do desejo de vários personagens, inclusive estudantes que aspiravam estudar em uma Universidade acessível a todas as classes sociais, conforme Revista Afirmativa UFG (2008):

A Universidade Federal de Goiás de hoje é fruto de uma sementinha plantada e regada, há quase 40 anos, pelos estudantes. Jovens que desejavam estudar em uma universidade acessível a todas as classes sociais, gratuita e de qualidade, em que houvesse “liberdade de cátedra, de ensino e de manifestação”. O modelo idealizado pelos estudantes da época foi além: queriam uma universidade em que os professores fossem admitidos por concurso seletivo de competência intelectual e que houvesse condições financeiras que facilitassem as pesquisas culturais e científicas e “não o comércio do ensino, a venda mercantilizada e bitolada da cultura” (Revista Afirmativa UFG, 2008, p. 20).

Em 1959, integrantes, em sua maioria estudantes, criaram a Frente Universitária Pró-Ensino Superior Federal, cujo objetivo era reivindicar a criação de uma Universidade Federal no Estado de Goiás. Inúmeras manifestações, “audiências com autoridades, debates em salas de aulas, assembleias estudantis, panfletagens em vias públicas para sensibilizar a população, viagens a Brasília” foram realizadas pela Frente, as quais contaram com o apoio popular (Revista Afirmativa UFG, 2008, p. 20).

Mas, em 1959, a Universidade Católica de Goiás conseguiu autorização para criar a primeira universidade do Estado goiano, de caráter privado, nomeada de Universidade do Brasil Central. Na década de 1970, foi renomeada de Universidade Católica de Goiás. Conforme Revista Afirmativa UFG (2008):

É oportuno registrar que a Igreja Católica se encontrava em plena atuação nos campos político e educacional em Goiás e, de forma segura, marcava sua posição no Centro-Oeste e nos demais estados brasileiros, dentro de uma estratégia político-religiosa, visando naturalmente consolidar e ampliar projetos políticos de sacralização da sociedade e desenvolvimento de novos acordos com os aparelhos de Estado, sob a ótica de uma nova cristandade (Revista Afirmativa UFG, 2008, p. 38).

Tal fato, corroborou para intensificar a luta pela criação da UFG, com isto, no dia 21 de dezembro de 1959, inúmeros estudantes foram às ruas centrais de Goiânia e realizaram uma grande manifestação, a qual chamou a atenção e o apoio do Diretor da Faculdade de Direito Colemar Natal e Silva (Revista Afirmativa UFG, 2008).

“Ele passou a assumir, com a maior presteza e determinação, a luta iniciada pelos estudantes. Tornou-se líder. Foi um guerreiro em prontidão” e organizou toda parte burocrática. Na época, as eleições se aproximavam e havia boatos se o candidato da oposição ganhasse, poderia mudar toda política de JK (Revista Afirmativa- UFG, 2008, p. 21).

A atuação dos estudantes do Estado e o envolvimento de parcelas significativas “dos docentes das faculdades acima referidas permitiu que esse projeto ganhasse fôlego, com o professor Colemar Natal e Silva assumindo papel de grande destaque” (Miziara; Cavalcante 2010, p. 91-92). Conforme Revista Afirmativa UFG (2008):

Enfim, depois de muita correria, com idas e vindas de Colemar Natal e Silva a Brasília e ao Rio de Janeiro, capitais das decisões políticas, o projeto de criação da Universidade Federal de Goiás foi encaminhado pelo presidente Juscelino Kubitschek para o Congresso Nacional no dia 14 de dezembro de 1960. Quatro dias depois, JK participou da solenidade oficial de assinatura da Lei nº 3.834-C, realizada em Goiânia, no Palácio do Governo (Revista Afirmativa-UFG, 2008, p. 21).

Assim, o projeto nº 2.357/60 a Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, instituiu a fundação da Universidade Federal de Goiás (Revista Afirmativa UFG 2008), disponível no anexo I, na página 205. De acordo com Miziara; Cavalcante (2010):

A UFG foi criada em 14 de dezembro de 1960, por meio da Lei No. 3.834-C, com a reunião de cinco escolas superiores já existentes: a Faculdade de Direito de Goiás, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás, a Escola de Engenharia do Brasil Central, a Faculdade de Medicina de Goiás e o Conservatório Goiano de Música (Miziara; Cavalcante, 2010, p. 91).

Na Lei nº 3.834-C estabelecia as normas regentes da nova universidade, como no art.1º parágrafo único afirmava que: “A Universidade Federal de Goiás terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, na forma da lei”. Também, tratava acerca dos cursos, os quais estariam sendo ofertados: Direito, Medicina, Engenharia, Música. De acordo com o art. 2º da Lei 3.834-C:

Art. 2º - A Universidade compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

- a) Faculdade de Direito de Goiás (LEI nº 604, de 3 DE JANEIRO DE 1949);
- b) Faculdade de Medicina de Goiás (DECRETO 48.061, DE 7 DE ABRIL DE 1960);
- c) Escola de Engenharia do Brasil Central (DECRETO 45.183, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1958);
- d) Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás (DECRETO 30.180, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1951);
- e) Conservatório Goiano de Música (DECRETO 45.785, DE 26 de JANEIRO DE 1959).

A fundação da UFG a partir de Faculdades isoladas, reproduziu uma tendência na formação do ensino superior no país, desde 1972, conforme Miziara; Cavalcante (2010):

A fundação da UFG a partir de Faculdades isoladas já existentes reproduz a tendência de formação do Ensino Superior no Brasil. Por exemplo, com o objetivo de formar engenheiros militares foi fundada no Rio de Janeiro em 1792 a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, cuja trajetória pode ser acompanhada até a criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920. Outros exemplos de Universidades que tiveram essa origem são: Universidade Federal da Bahia (Escola de Cirurgia, 1808), Universidade de São Paulo (Faculdade de Direito,

1827), Universidade Federal de Ouro Preto (Escola de Farmácia, 1839), Universidade Federal de Minas Gerais (Faculdade de Direito, 1892).² Seguindo essa perspectiva, podemos identificar as raízes da criação da UFG com a criação, em 1898, da Academia de Direito de Goiás pela Lei Nº. 186 (Miziara; Cavalcante, 2010, p.92).

A cerimônia de assinatura da criação da UFG contou com a presença de autoridades políticas, como o governador Mauro Borges, inúmeros populares e acadêmicos, conforme fotografia 01:

Fotografia 1 - Juscelino Kubitschek assina a criação da Universidade Federal de Goiás em Goiânia



JK e o então governador da época José Feliciano de Almeida

Fonte: Acervo da UFG/ Regional Jataí (Universidade Federal de Jataí)

A Lei de criação da UFG em 1960, previa a organização da instituição abrangendo desde a constituição física patrimonial, os recursos para manutenção, o desenvolvimento dos serviços e a regulamentação para formação dos servidores. Parte dos servidores foram reaproveitados, pois já prestavam serviço nas Faculdades antes da formalização da criação da UFG, conforme disposto no art. 6º:

Art. 6º É assegurado o aproveitamento, no serviço público federal, a partir da data da publicação desta lei, ao pessoal administrativo das Faculdades, Escola e Conservatório referidos nas alíneas b, c, d e do artigo 2º, como funcionários em quadro que será criado, para esse fim, contando-se o tempo de serviço para efeito Artigo 182, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Poderão ser aproveitados, como interinos os professores e fundadores dos aludidos estabelecimentos que ocupam interinamente ou por contrato, cátedras dos mesmos (Brasil, lei n. 3.834-C - de 14 de dezembro de 1960).

Nota-se que os artigos 8º e 9º determinavam a criação do quadro permanente de servidores, os quais gozariam do direito catedrático, além dos professores, o de Reitor. A

entrevistada 3 (2022) rio-verdense, teve um papel importante no desenvolvimento do ensino superior em Rio Verde, durante entrevista comentou sobre a criação da UFG:

Eu venho de família pobre, sempre gostei de estudar e morria de medo, na época, de não me formar...era meu sonho. Sabe, a única forma que um filho de pobre podia se igualar a um rico, era na inteligência. Eu estudava muito pra ser alguém na vida, pra ajudar minha família. Eu não tinha condições de mudar de cidade, estado pra estudar. Eu era menina...e a vinda da UFG pra Goiânia, foi como se fosse uma pequena luz no fim do túnel pra muita gente aqui. Foi um pouco tempo depois, que as discussões sobre a situação do ensino superior daqui começaram (Entrevistada 3, 2022).

Na narrativa da entrevistada 3 (2022) havia uma desigualdade social evidente em Rio Verde na época e ingressar no ensino superior era o sonho da entrevistada. Para ela a única possibilidade do filho de um pobre melhorar sua condição de vida, era por meio do estudo e da formação, mas evidencia-se que a própria condição social era um fator impeditivo para a participante.

Por meio das informações relatadas pela participante, poucos eram àqueles que tinham condições financeiras de deslocarem 233 km de distância entre Rio Verde e Goiânia para estudar na UFG. Além disso, a criação da UFG estimulou o início das discussões sobre a situação do Ensino Superior em Rio Verde, desta forma, a representação da UFG sob o olhar da entrevistada 3 (2022) não representava apenas um ponto de vista individual, porém coletivo.

A ideia de ascensão social por meio da educação e a luta por uma educação sem privilégios, destinada apenas às elites era antecessora a década de 1960, nomes como Florestan Fernandes (1920 – 1995), Anísio Teixeira (1900-1971), Paulo Freire (1921-1997) lutavam por uma educação democrática, inclusiva, buscando respeitar as diferenças, sociais, raciais e religiosas.

No entanto, o contexto histórico do Brasil, no início dos anos 1960 foi problemático, pois o país enfrentava uma crise econômica e política. A educação para o desenvolvimento esteve presente nos discursos dos grupos políticos, em especial, dos Militares no decorrer de 1960 (Germano, 2008).

A educação era considerada a principal variável para se obter um “[...] crescimento de renda, produzir a modernização ou construir uma sociedade mais justa” gerando mobilidade social (Cunha, 1985, p.16).

Assim, a luta entre os grupos era motivada por interesses distintos centrados na educação pública e a privada. Segundo Dourado (2001, p.54) “o embate entre o público e o

privado, é necessário ressaltar que seus desdobramentos efetivos se vinculam às determinações estruturais e conjunturais de uma dada realidade sociopolítico-cultural”.

Os conflitos ideológicos entre o público e o privado assumem configurações diferentes no decorrer do processo histórico:

Esse confronto ou essas ideologias em conflito vão assumindo, portanto, contornos/ configurações diferenciadas ao longo do processo histórico, tendo em vista as questões conjunturais em que se efetivam, seus protagonistas e a caracterização do regime político (Dourado, 2001, p. 54).

Do mesmo modo Hanna Arendt (2008), analisou e conceituou o que representava o público e privado partindo do modelo grego instaurado na *Polis*, onde o homem podia discursar livremente o seu pensamento a todos na *Ágora*. A partir deste modelo social, a autora definiu a concepção de público remetendo, primeiramente, a tudo o que vem a público, podendo ser visto e ouvido por todos; em seguida, o que há em comum a todos.

Enquanto que o privado remete ao sentido de ser privado, não ter, ser excluído. Com o advento da Modernidade, ocorreu a extinção da diferença entre a esfera privada e pública, em consequência, emergiu a sociedade de massa, o homem foi privado de compartilhar suas ideias, impossibilitando o exercício original da política e a possibilidade do indivíduo se diferenciar dos demais, quanto maior fosse o crescimento demográfico mais difícil seria se destacar (Arendt, 2008).

Frente a isto, estudantes iniciaram um movimento de luta reivindicando o direito ao ingresso no ensino superior em uma instituição pública em Goiás e conseguiram destacar e estabeleceram apoio político, da sociedade civil bem como de profissionais da educação ao mesmo tempo, o auxílio do Diretor da Faculdade de Direito Colemar Natal e Silva.

Em Goiás haviam dois grupos com o mesmo interesse: criar uma Universidade. O primeiro, representado pela Igreja Católica, pretendia criar uma instituição de caráter privado e o segundo, pela sociedade civil que reivindicava a implantação de uma Universidade Federal em Goiás.

As discussões em torno da dicotomia público/privado na área educacional no país, se configuraram a partir de 1930, e vão “desenhar-se como resultado das disputas político-ideológicas pela hegemonia entre os defensores da escola pública e da privada” (Dourado, 2001, p. 54).

Os debates se intensificaram entre os defensores da escola pública e privada, pois centravam-se no entendimento diferente sobre a liberdade de ensino: liberdade de ensino, sem

a dogmas religiosos e/ou político. Os defensores da escola pública defendiam que a escola deveria ofertar uma educação livre a partir do instante que fosse laica, pública e gratuita. Enquanto para àqueles defensores do ensino confessional/particular, a educação deveria promover a liberdade por ser entendida como um direito da família na escolha da escola para seus filhos e ao mesmo tempo deveria ser custeada pelo Estado, caso houvesse necessidade, visto que este não tinha o direito de se sobrepor ao direito das famílias (Buffa, 1979).

Os defensores do ensino público entendiam que a educação não poderia ser vista como um privilégio (Teixeira, 1957). Em meio aos conflitos ideológicos, os defensores da educação pública foram acusados de ter a intenção de implantar o socialismo no Brasil (Buffa, 1979), bem como àqueles que lutavam pela criação da UFG foram acusados de serem comunistas (Revista Afirmativa UFG, 2008).

Em contrapartida, nota-se que o interesse político corroborou para ser outro fator determinante para a concretização da UFG. Contudo, a concessão da criação de uma Universidade Pública em Goiás, próxima ao período eleitoral evidencia a prática do clientelismo, o que do ponto de vista político poderia render o apoio dos manifestantes, vistos como clientes ao governo vigente da época.

A criação da UFG na capital do Estado influenciou o sudoeste goiano discutir e propor caminhos para criar uma Universidade Federal na região, esta temática será abordada na próxima sessão.

1.4 PROPOSTA DE ESTUDO PARA IMPLANTAR UMA UNIVERSIDADE FEDERAL NO SUDOESTE GOIANO

Nesta sessão, abordaremos como a ideia de implantar uma Extensão da UFG em Rio Verde surgiu, bem como, abordaremos quais lideranças políticas pensaram criar uma Universidade Federal no sudoeste goiano.

A entrevistada 3 (2022) quando questionada sobre como surgiu a ideia de criar uma instituição educacional de ensino superior para Rio Verde, respondeu:

Olha, a fundação da UFG influenciou e muito o pensamento das pessoas aqui de Rio Verde. Começou um burbulhinho na cidade, que foi tomando força...Eu me lembro bem, que os filhos das famílias ricas, aqui da cidade, saiam de Rio Verde pra estudar em Goiânia, enquanto que os que não tinham dinheiro, ficavam por aqui mesmo, faziam somente até o Ensino Médio, depois parava, ia trabalhar. Sem contar que na época: ter um curso superior era chique, e todo mundo respeitava e a UFG era pra gente um espelho, até porque o vestibular era terrível de difícil de passar. Mas assim, ainda continuava difícil pro filho do pobre sair da cidade, porque tinha os

custos de viver em outra, como: pagar aluguel, alimentação, transporte...e naquela época era tudo muito difícil. Mas, foi em meio a isso tudo aí, que um grupo de pessoas da cidade, em 1964, começou a agir...queríamos a UFG aqui na cidade também. Aqui era bem maior que Jataí, tinha muito mais pessoas, eu posso afirmar que era a maior cidade do sudoeste goiano. No início pensamos em trazer a UFG pra cá, mas a burocracia era muito grande e não podíamos esperar tanto tempo (Entrevistada 3, 2022).

Nota-se diante da resposta da Entrevistada 3 (2022) afirmou inicialmente que a fundação da UFG influenciou o pensamento das pessoas. Novamente, afirmou sobre a questão da desigualdade social existente na cidade e ao mesmo tempo, o fator financeiro como impeditivo para ingressar no ensino superior.

Para a participante, a presença da UFG no Estado de Goiás, mesmo sendo uma instituição pública, para muitos rio-verdenses era um desafio estudar por causa dos gastos com a manutenção referente a moradia, alimentação e transporte.

Além disso, conforme discurso da Entrevistada 3 (2022) a UFG representava para os sudestinos um modelo educacional de excelência e era difícil passar no vestibular. Sobre este problema Teixeira (1989) advoga que:

A prova consiste em considerável massa de perguntas e problemas, não visando apurar o que os alunos sabiam, mas a sua ignorância, sendo algumas perguntas e problemas quase diríamos capciosos. Geralmente, ao contrário dos demais exames, este não se preocupa em relacionar-se com o que foi ensinado ao aluno, nem sempre se limitando ao programa da escola secundária. Diante disto, é claro que o exame é uma prova no escuro. O aluno aprovado sente-se um pouco como se tivesse tirado um prêmio na loteria. A expressão social é a de ter sido feliz no exame, no sentido de ter tido sorte (Teixeira, 1980, p.37).

Mesmo de caráter público, a Universidade ainda não era para todos, ao analisarmos a formação da Universidade no Brasil, veremos seu o caráter de excludente. A prova do vestibular era considerada difícil, porque o problema partia do currículo escolar secundário, embora os currículos eram uniformes, “a escola média resumia-se em quatro horas por dia com pouco mais de três horas consumidas em aulas durante quatro anos no primeiro ciclo e três anos no segundo ciclo”, os alunos permaneciam 11 anos, somando o ensino primário e secundário (Teixeira, 1989, p. 37).

O nível da prova do vestibular das universidades públicas promovia exclusão e os aprovados no exame eram considerados privilegiados, detentores de sorte, porque por mérito próprio conseguiram lograr êxito e ingressar em uma instituição de ensino superior federal, a qual deveria realmente ser para todos e com acessibilidade o que não mudou ao longo da História (Teixeira, 1989).

Neste sentido, a entrevistada 3 (2022) comentou que para muitos era aspiração ingressar no Ensino Superior público, tanto que em 1964, um grupo de moradores rio-verdenses tentaram levar a UFG para a cidade. Nas entrelinhas do discurso da participante, podemos deduzir que a tentativa foi frustrada por causa do percurso burocrático exigido pelo MEC para interiorizar uma Universidade Federal.

Por outro lado, conforme narrativa da participante, era urgente a necessidade de Rio Verde criar uma Faculdade e não seria interessante aguardar o processo, caso preferissem a implantação da UFG. Entretanto, a situação da educação no Brasil era preocupante, conforme os dados do IBGE, na década de 1960, os matriculados no ensino superior no país, tanto em instituições públicas quanto privadas totalizavam 93.202 (Sampaio, 2020).

Segundo Sampaio⁶ (2020):

[...] Nos trinta anos que se seguiram à criação das primeiras universidades a sociedade mudou rapidamente e se ampliaram extraordinariamente os setores médios próprios de uma formação social industrial e urbana. As demandas dessas camadas em ascensão foram, inicialmente, pela ampliação do ensino público de grau médio. A satisfação dessa necessidade, ainda que limitada a setores relativamente restritos da sociedade, criou uma nova clientela para o ensino superior. O desenvolvimento das burocracias estatais e das empresas de grande porte abriu um novo mercado de trabalho, disputado pelas classes médias. O diploma de ensino superior constituía uma garantia de acesso a esse mercado. Era a demanda por ensino, e até mesmo pelo diploma que impulsionava as demandas por transformações da década de 60 (Sampaio, 2020, p. 14).

Florestan Fernandes em sua obra: “Universidade brasileira: reforma ou revolução”, destaca “[...] o Brasil enfrenta vários problemas graves em relação à organização, expansão e aproveitamento do ensino superior” (Fernandes, 1975, p.44) com isto, a questão universitária não era uma questão de querer, mas de necessidade.

Após o golpe de 1964, as políticas progressistas à favor do Ensino Superior foram interrompidas, porém retomadas ao cenário, impositivamente, com a Reforma de 1968, com intuito de atender aos interesses do capital (Cunha, 1975; Fávero, 2006; Romanelli, 1991; Germano, 2006; Motta, 2014). Em Goiás, neste período, existiam duas universidades: a) Universidade Católica de Goiás (UCG) e b) Universidade Federal de Goiás (UFG) (Baldino, 1991).

Em 1968, representantes rio-verdenses conseguiram firmar uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a UCG, o resultado foi a criação de um convênio entre as entidades e a oferta do curso de Filosofia para a comunidade local, regional e professores sem formação

⁶ Maria Helena Sampaio – Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo.

superior. Entretanto pouco tempo depois, com o encerramento do convênio, foi criada a Faculdade de Filosofia (FAFI) de caráter particular (Collet; Silva 2001).

Entretanto em 1975, de acordo com o jornal “Folha do Sudoeste”, o Deputado Federal do ARENA, José Alves de Assis (1935 – 1979), solicitou um estudo ao Senhor Ney Braga, ex-Ministro da Educação, com objetivo de viabilizar a criação da Universidade Federal do Oeste Brasileiro. A intenção, divulgada pela imprensa, era criar uma Universidade Federal com Faculdades distribuídas pelas cidades de Mineiros, Jataí, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Quirinópolis e Iporá, no Sudoeste goiano, em Rondonópolis e Barra do Garças, no Leste mato-grossense.

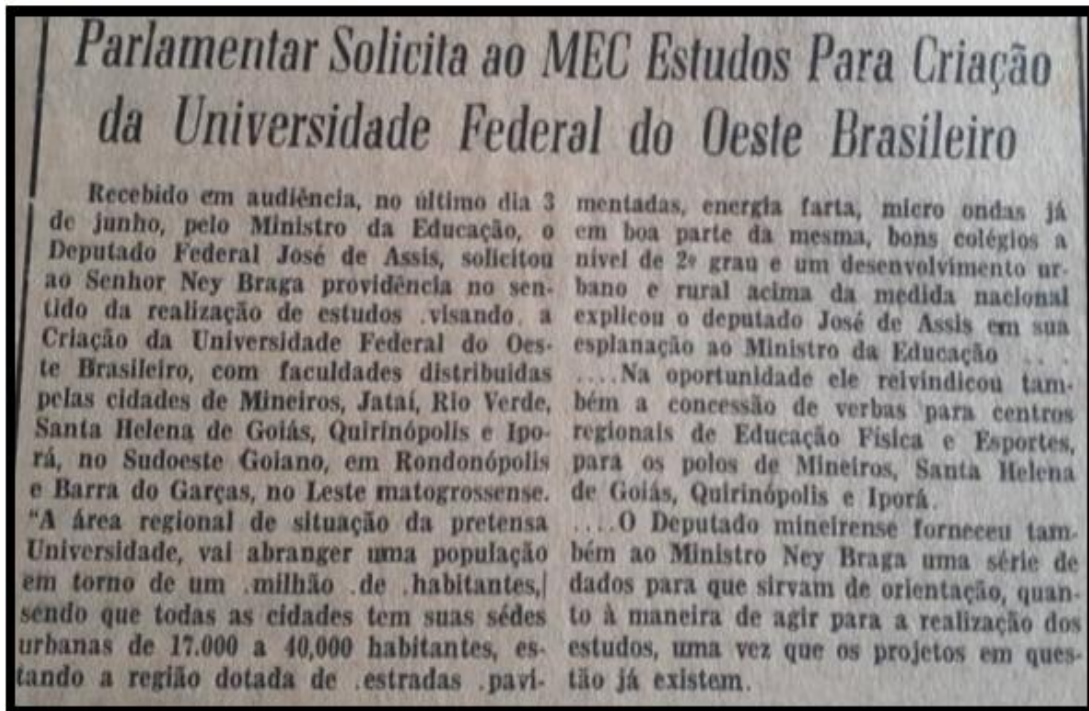
O que motivou o Deputado Federal José Alves de Assis (1935 – 1979), foi possibilidade de atender um milhão de habitantes, pois “cada cidade possuía entre 17.000 a 40.000 habitantes”, contando com infraestrutura para acesso a cada cidade (Jornal Folha do Sudoeste, 1975, p.2).

De acordo com o site da Câmara dos Deputados Federal, José Alves de Assis era político do ARENA, ou seja, do partido do governo militar, defendia os ideais governista. Após se candidatar e ser eleito, fez parte de diversas Comissões durante o período em que ocupou o cargo como parlamentar, entre elas: a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste, atuou como suplente, em 1975 e membro, em 1978.

Também foi Ministro da Educação, como era natural de Mineiros, uma das cidades do Sudoeste goiano, por meio de suas ações, tentou fortalecer economicamente a região, porém sua morte precoce em um acidente aéreo impossibilitou de dar sequência ao seu ideário, conforme site da Câmara dos Deputados Federal.

A figura 03 mostra a reportagem sobre a solicitação do estudo para a criação da Universidade Federal do Oeste Brasileiro.

Figura 3 - Solicitação de estudo para a criação da Universidade Federal do oeste brasileiro



Fonte: Jornal Folha do Sudoeste - 22 a 28 de junho de 1975
Acervo: Museu Municipal Histórico de Jataí

Certamente, a iniciativa de José Alves de Assis⁷ (1935-1979) frente a possibilidade de desenvolver o ensino superior no Sudoeste de Goiás, foi resultado da política de interiorização das universidades federais implantada no país durante o período da Ditadura Militar.

Pouco tempo após a morte de José Alves de Assis (1935-1979), em 1979, o Deputado Federal Iturival Nascimento (1935-2000) apresentou o projeto de Lei nº 1.750, à Câmara dos Deputados, em 05 e 06 de setembro, exposto no Diário do Congresso Nacional – Seção I, o qual previa a criação da Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás, com sede no município de Rio Verde, constituída de Fundação. O projeto encontra-se no anexo II, na página 208.

Percebe-se que no projeto apresentado por Nascimento (1935-2000) haviam semelhanças no estudo proposto por Assis (1935-1979): uma relativa a região, dotada de contingente populacional e de estudantes de nível médio suficiente para criar uma Universidade Federal e a outra, previa que a universidade contasse com faculdades distribuídas nos municípios vizinhos: Rio Verde, Jataí, Mineiros, Santa Helena, Quirinópolis, Palmeira de Goiás, Aragarças e Itumbiara.

⁷ O ex-Deputado Federal José Alves de Assis do Arena de Goiás, era natural de Mineiros – Goiás, nasceu em 1935 e faleceu em 1979, em um trágico acidente aéreo. Filho dos agricultores Lindolfo Alves de Brito e Marcolina Flora Alves, de família pobre José de Assis, era Bacharel Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Direito da Universidade Federal de Goiás.

Nota-se no texto do projeto duas justificativas para a proposta do Deputado Nascimento (1935-2000) a primeira, a região sudoeste detinha condições infraestruturas para abrigar estabelecimentos de ensino superior, por causa da quantidade de estudantes concluintes do Ensino Médio. A segunda, referia-se à necessidade de aumentar o contingente de profissionais no Estado, como: agrônomos, médicos, veterinários, dentistas, farmacêuticos e outros profissionais liberais evidenciando o caráter elitista da proposta.

O texto do projeto ainda destaca, que a carência desses profissionais seria suprida a médio prazo, após a criação da Fundação Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás, ofertando os cursos listados acima, porque eram os mais exigíveis frente ao desenvolvimento da época. Por que não citar cursos de Licenciatura? A questão da desvalorização das carreiras do magistério para Teixeira (1979) está relacionada a questão salarial, as condições de trabalho que impossibilitam desenvolver um ensino de qualidade.

O projeto previa como forma de manter a Universidade, a criação de uma Fundação a qual seria autônoma, regida por estatuto aprovado pelo Poder Executivo, administrada por um Conselho Diretor composto por 08 (oito) membros. O art. 3º esclarece que a função da Fundação manter a Universidade, contando com doações, auxílios, subvenções, feitos ou concedidos pela União, Estados, Municípios e quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais.

O art. 5º especifica a finalidade da Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás, com vistas ao empenho em equacionar problemas e corroborar com o planejamento de programas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

O projeto no art. 6º apresentava as Faculdades que comporiam a Universidade: Filosofia, Ciências e Letras; Ciências Econômicas; Medicina Veterinária; Mineralogia; Odontologia; Astronomia; Medicina e Farmácia, todas gozando de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar.

Assim, partindo dos princípios propostos pela metodologia da História Oral com suporte do método indiciário, realizamos uma análise dos documentos expostos: Jornal Folha do Sudoeste e o Projeto de Lei prevendo a criação de uma Universidade Pública com sede em Rio Verde, o resultado evidenciou, a priori, indícios do interesse político na materialização desta instituição pública, mesmo com personagens de partidos diferentes: ARENA e MDB.

Entretanto, precisávamos entrevistar pessoas que vivenciaram este período em Rio Verde, para complementar as informações expostas nos documentos. Por esta razão, recorremos a entrevistada 3 (2022), ela afirmou que o projeto apresentado por Iturival (1935-

2000) foi resultado da reivindicação de parte dos moradores rio-verdenses, os quais defendiam o ideário Pró-Universidade Pública para a cidade.

Tinham dois grupos bem definidos na cidade, eu não fiz parte do grupo do movimento da Universidade Federal, até porque estaria contradizendo o que eu ajudei fundar aqui, a faculdade particular. Mas eu me lembro que foi o maior bafafá...essa história da UFG vir pra cá. Como tudo resolvia politicamente, o Iturival apresentou um projeto na Câmara dos Deputados, o povo achava que ia vir a UFG, mas era pra criação de uma Universidade Federal própria da região, com sede em Rio Verde. Até porque a pressão tava grande demais na cidade, o povo falava em criar a UFG ou criar uma Universidade Federal, ele era o político que representava a cidade, a região sudoeste...então, ele tinha que fazer alguma coisa, porque caso contrário ficava feio pra ele. Era um grupo mais voltado para o político, não tinham tanta organização como o nosso (Entrevistada 3, 2022).

A entrevistada comentou que existiam dois grupos na cidade com objetivos distintos, configurando dois campos: um, reivindicava a criação de uma Universidade pública aliado ao clamor dos moradores pela presença da UFG e o outro, centrava esforços para criar uma universidade de caráter particular. Para Bourdieu (1989) o campo caracteriza-se pelas lutas dos diferentes grupos dentro do mesmo campo, com vistas a legitimar suas posições.

A participante deixou claro que não apoiou o grupo Pró-Universidade Pública, pois estaria contradizendo o que ela ajudou a fundar, a Faculdade Privada. Observa-se por meio da narrativa apresentada pela entrevistada 3 (2022) sobre a existência de discussões acaloradas em torno da perspectiva da UFG ser implantada em Rio Verde. Além disso, afirmou que “as coisas resolviam politicamente” naquela época. Segundo Germano (2008):

[...] no campo do fenômeno político, o que envolve as ações pertinentes ao exercício do poder político são: ações coletivas; atos e decisões políticas emanadas de autoridades e governantes; formulação e implementação de políticas públicas; organização e estruturação das relações sociais; legislação com vistas à regulação jurídica da vida social; explicitação e disseminação de sistemas de valores, conformando visões de mundo, com vistas à conquista da hegemonia política (Germano, 2008, p.316).

Para a entrevistada 3 (2022), o Deputado Federal, daquele período da cidade, elaborou um projeto prevendo a criação de uma Universidade Federal com sede em Rio Verde, como resultado da pressão popular. Nota-se que o documento elaborado pelo Deputado Federal poderia ter a intenção de assegurar a dominância do poder e tirar partido, ou seja, conseguir votos, mas ao mesmo tempo, cumprir a função política de resolver conflitos, evidenciando a prática de clientelismo.

Entretanto, havia o interesse político de levar uma universidade pública para Rio Verde. Em sua fala, a entrevistada afirmou que o grupo pró-universidade pública “era um grupo mais voltado para o político, não tinham tanta organização como o nosso”. Em que sentido a participante alega tal fato, tudo não era resolvido politicamente?

Sobre o projeto que previa a criação da Universidade Federal do Sudoeste Goiano com sede em Rio Verde, o entrevistado 4 (2022) comentou:

Veja bem, o sonho do Iturival era concretizar o projeto que ele fez e está na Câmara dos Deputados, mas você pode olhar e pesquisar o de criar uma Universidade Federal em Rio Verde. Ele pensou antes na UFG, até porque ele fez Direito lá, mas os trâmites para criação desta universidade delongariam mais tempo, por isso ele achou melhor criar um projeto para estabelecer uma universidade de caráter federal própria de Rio Verde até porque muita gente queria, o povo estava pedindo e tinha um movimento na cidade pra isso (Entrevistado 4, 2022).

Na narrativa do entrevistado 4 (2022), filho de Iturival Nascimento (*in memoriam*) (1935-2000), primeiramente, confirma a existência do projeto na Câmara dos Deputados Federal como resultado de um sonho particular, pois Nascimento (1935-2000) era egresso da UFG. Neste sentido, as evidências da posição social de Iturival Nascimento (1935-2000) antes de ingressar na política, demonstram que o mesmo pertencia a uma classe social mais elevada, porque demonstra ter tido condições financeiras de ingressar no Ensino Superior cursando Direito na UFG em Goiânia, custar as despesas para morar em outra cidade e do deslocamento entre as cidades.

Para entrevistado 4, o fator impeditivo da criação da UFG em Rio Verde foi o caráter burocrático, corroborando com a narrativa da entrevistada 1. Entretanto, observa-se que Iturival Nascimento (1935-2000) fazia oposição ao governo militar, as discussões e reivindicações ocorreram antes e após a instauração da Ditadura, tal impeditivo se referia ao processo burocrático ou ao viés político?

As discussões foram intensas pela existência de dois campos de disputa (Bourdieu 1989) sobre a aspiração popular em ter a UFG ou uma universidade pública na cidade, sobre isto o entrevistado 5 (2022) comentou:

Naquela época, por volta do final dos anos 70...e durante os anos 80, aqui na nossa região, só tinha a mais próxima UFG, em Goiânia. E o povo queria a UFG em Rio Verde também, por oferecer os cursos gratuitamente, até porque o governo estava desenvolvendo programas para interiorizar as universidades federais. Mas, caso não fosse possível, a UFG, reivindicávamos a possibilidade de Rio Verde sediar uma Universidade Federal também. Uma coisa eu me lembro bem, haviam dois grupos bem formados, com interesses diferentes: um, da faculdade particular e o que não chegou a se concretizar o sonho, trazer a UFG ou alguma federal pra cá. O Iturival sempre foi muito atuante na cidade como político, ouvia o povo...ele chegou a criar

um projeto, eu ouvi falar...não vi esse projeto, mas me parece que ele foi até discutido na Câmara dos Deputados (Entrevistado 5, 2022).

A fala do entrevistado 5 (2022) morador da cidade de Rio Verde, teve a oportunidade de vivenciar e testemunhar o grupo pró-universidade pública, comprovando assim, a existência do clamor de parte dos moradores rio-verdense pela criação da UFG na cidade. Porém ao mesmo tempo, se não fosse possível a UFG, poderia ser outra desde que fosse de natureza pública, tal narrativa corrobora com as informações da entrevistada 3 (2022).

O contexto de disputas em Rio Verde e da criação do projeto de lei remete ao período da Ditadura Militar. Para Germano (2008) o período da Ditadura foi desafiador para a oposição, que era sempre impedida de manifestar, abafada frente a seus interesses. Apenas um lado tinha voz, este era do governo. As lideranças políticas nesta época em Rio Verde, pertenciam ao partido da oposição MDB, enquanto que o governo era do ARENA, neste sentido, isto representava um impeditivo: a condição política partidária da cidade.

Para Arendt (1978, p. 588), a lógica ditatorial ou “totalitária destrói a capacidade humana de sentir e pensar tão seguramente como destrói a capacidade de agir”, ao produzir o isolamento na esfera política, tal como indica os indícios do isolamento do grupo social que defendia a Universidade Pública.

Mesmo assim, o grupo pró-universidade pública persistiu e no final da década de 1970, contava com o apoio dos representantes do Centro dos Professores de Goiás (CPG), o qual posteriormente mudou a sigla para Sindicato dos Trabalhadores de Goiás (SINTEGO), uma dessas pessoas que estava à frente do sindicato foi a entrevistada 1 (2022), na época era professora da rede estadual e sindicalizada, testemunhou as reivindicações e afirmou:

Nós começamos mesmo, os grandes movimentos, em 1980, começamos mesmo em 1979. Porém, em 80 que a gente cresceu mesmo e teve reuniões no estado inteiro. Em 79, a gente fazia reuniões, até assim, uma primeira reunião do estado, foi em Goiânia, mas a primeira do interior foi em Jataí, vieram vários dos nossos líderes. Então, era pela nossa luta mesmo, por melhores condições de ensino, melhores salários e pelas universidades e espaço para os alunos que terminavam o Ensino Médio. Nós tínhamos um sindicato forte, que iniciou como CPG (Centro dos Professores de Goiás) e depois foi elevado a SINTEGO (Sindicato dos Trabalhadores de Goiás). E desde o início eu fiz parte, ora secretária ora presidente...assim sempre administrando, sempre trabalhando, lutando e fui até mesmo vice-presidente do SINTEGO no estado de Goiás. Então, a nossa luta por uma Universidade Federal foi muito grande, porque nós que trabalhamos muito para os trabalhadores da educação de um modo geral, nós tínhamos e temos certeza que muitos alunos terminavam o Ensino Médio e não podiam continuar, porque não tinham condições de pagar, né. Então era assim: uma maioria muito grande, que ficava só com Ensino Médio. Então, nós batalhamos, chegamos a fazer muitas reuniões e nas nossas assembleias gerais tanto em Goiânia tanto no interior do estado, a gente falava muito nas nossas conversas, nos discursos, a gente falava bastante da criação de uma Universidade Federal e depois veio a proposta para a

criação de uma Estadual, ou seja, sempre nós pedíamos universidades públicas pra Goiás e mesmo aqui pra cidade de Rio Verde (Entrevistada 1, 2022).

Observa-se no relato da entrevistada 1 (2022), o SINTEGO mobilizou, por meio de grandes movimentos iniciados em 1979, porém na década de 1980 cresceu com a realização de reuniões em todo Estado, período conforme Germano (1994) caracterizado pelo enfraquecimento da Ditadura. Segundo Goettert (2014):

Os trabalhadores e trabalhadoras, já no máximo de sua condição de exploração e percebendo o momento político favorável, começam a se manifestar e a exigir melhorias no salário que possibilitassem a melhoria das suas condições de vida e de trabalho. Essas manifestações aconteciam, seguindo esta lógica, durante algum tempo, nos momentos de negociação de salários (a data-base de cada categoria). Este passou a ser o momento mais propício para o enfrentamento político que, também, procurava abarcar outras questões, além das salariais (Goettert, 2014, p. 85).

Embora, por parte da União houvesse discursos referentes ao progresso na área educacional (Germano, 2008), por meio da execução de projetos extensionistas previstos na Reforma de 1968, não houve discussão entre os profissionais da educação para construção da Reforma, ela teve caráter arbitrário e autoritário (Germano, 1994; Romanelli, 1991; Motta, 2014; Cunha, 1980).

Mas, dentro deste cenário, as reivindicações dos sindicalistas de Rio Verde centravam-se em melhores condições de ensino, valorização salarial para os professores bem como mais universidades para os estudantes concluintes do Ensino Médio. O Estado contava com poucas instituições de ensino superior, em sua maioria, de caráter privado; pública apenas a UFG evidenciando assim, a crise na educação (Baldino, 1991).

Para Arendt (1957, p. 02) “[...] um dos aspectos mais característicos e reveladores é a crise periódica da educação[...]” os vãos e inumeráveis esforços das autoridades responsáveis pelo controle da situação, mostram bem toda a gravidade do problema.

As lutas pela educação de qualidade são históricas, de acordo com Gohn (2016, p. 01) “ocorrem no seio dos profissionais da própria educação, usualmente via associações de classe e sindicatos, na forma clássica de greves, manifestações com carros de som, extensas pautas e jornadas de negociações”.

Observa-se que os movimentos de luta, organizados pela categoria dos docentes estaduais, possuíam estratégias de mobilização organizada, conforme relato da participante foram realizadas reuniões, assembleias e discussões reivindicando, primeiramente, uma

universidade federal, depois uma estadual, mas o objetivo era ter uma universidade pública independente do caráter.

Evidentemente, a luta sindical contribuiu para a motivação de outros participantes reivindicar uma universidade pública em Rio Verde. A entrevistada 6 (2022), que também era sindicalizada e professora comentou:

Menina...eu sou ruim demais em data...final de 70, em 1979, a gente começou essa luta, né. Foi a luta, as brigas pela preocupação pela valorização da educação no Estado... Porque pela estratégia geográfica, Rio Verde era o ponto crucial para ter a faculdade federal, mas infelizmente...até hoje, eu acho que a gente luta pra ter essa faculdade aqui e naquela época, por mais que a gente tentasse, por mais que a gente lutasse, a gente não conseguia. Agente trabalhou muito também no SINTEGO, que é o sindicato da educação, naquela época CTP, que nos envolvia com todos os professores da rede estadual e inclusive, da rede municipal. E aí, a gente tinha aquela vontade, aquela sede...e agente distribuía conhecimento, coletávamos isto, e ajudava dentro da educação do Estado de Goiás. E aí, por mais que a gente tentasse, por mais que a gente fizesse não tinha como trazer essa faculdade pra cá. Existiram muitos problemas, muitas coisas...Eu estava envolvida, era sindicalista, era professora da faculdade, era como diz as pessoas daquela época: brigona demais...brigava o tempo todo, queria o melhor pra todo mundo e aí, agente envolveu com muitos probleminhas que a gente percebia: o caráter e a falta de caráter de vários políticos, na época, pra impedir que esse avanço acontecesse, foram várias promessas feitas que não se cumpriam nunca (Entrevistada 6, 2022).

O relato da entrevistada 6 (2022), mostra a luta do campo sindical, a qual centrava-se na valorização da educação no Estado de Goiás, corroborando com a narrativa da entrevistada 1 (2022). Entretanto, no discurso da entrevistada 1 (2022) evidencia-se a questão da posição geográfica de Rio Verde, como um fator importante para criação de uma universidade pública.

Conforme os dados do IBGE nas décadas de 1970 e 1980, o contingente de habitantes na cidade rio-verdense contribuía para ser considerada a maior cidade da região sudoeste. Tal fato, foi resultado do desenvolvimento da agricultura, pecuária, agroindústria e da oferta de vagas de emprego na indústria e no comércio (Machado, 1996).

As ações do sindicato evidenciam a participação dos professores da rede municipal e estadual. A entrevistada 6 (2002) reitera que trabalhou muito no sentido de divulgar conhecimento, pois para ela, a luta consistiria a partir da conscientização de toda classe trabalhadora. No entanto, encerra sua narrativa afirmando por ser uma pessoa brigona, acabou se envolvendo em problemas relativos “à falta de caráter de vários políticos pra impedir que esse avanço acontecesse, foram várias promessas feitas que não se cumpriam nunca”.

Para Arendt (2008) na esfera política, a existência do poder se mantém pela virtude, ou seja, pelo ato de fazer e manter promessas. No caso de Rio Verde, o não cumprimento das

promessas feitas por alguns políticos conferiu no impeditivo para a materialização da universidade pública.

Entretanto, a participante não citou a sigla partidária destes políticos, vale ressaltar como o país vivia um período de Ditadura, os políticos da oposição não tinham espaço no governo (Germano, 1994), e as lideranças político-partidárias de Rio Verde pertenciam ao MDB, neste sentido, as evidências apontam que essa possa ser uma das razões das promessas não serem cumpridas.

O entrevistado 7 (2022) comentou que as discussões pró-universidade pública adentraram o campo da Faculdade particular de Rio Verde:

Na época, eu já era acadêmico do curso de Direito, fui presidente do primeiro Centro Acadêmico do curso de Direito. E a gente teve oportunidade de participar desses embates, porque nós, os acadêmicos, defendiam a vinda da UFG e UEG para Rio Verde, mas infelizmente...Lembro, e olha que...Rio Verde é um polo que agregava mais condições tanto da estratégia da logística quanto econômica e até mesmo, política. Na época tinham dois grupos, um pró e outro contra a vinda dessas instituições para Rio Verde e tinha político envolvido querendo trazer a universidade pra cá, mas tinha também outro grupo que impedia essa vinda pra cá. O que pesou com isso aí? Porque com a vinda da universidade UEG e UFG pra cá, com certeza por ter ensino gratuito, estaria esvaziando a FESURV, na época. Então, esse grupo foi muito bem debatido, polemizado e que acabou pesando na decisão, não é, perdemos aí, a UEG e a UFG (Entrevistado 7, 2022).

O participante relatou que teve oportunidade de participar de embates referentes a criação de uma universidade pública em Rio Verde. Segundo ele, os acadêmicos defendiam a vinda da UFG e UEG para a cidade, pois a localidade constituía-se em um polo econômico regional e no seu ponto de vista, a cidade dispunha de maiores condições políticas em comparação com outras cidades da região sudoeste.

Segundo Germano (1994), muitos movimentos de reivindicação de melhoria para educação nasceram e se fortaleceram por meio dos estudantes das instituições de ensino superior. O entrevistado 7 (2022) confirmou a existência de dois grupos em disputa na cidade e acreditava que a presença de uma universidade pública esvaziaria a faculdade particular, e conseqüentemente, ocasionaria o fechamento da mesma, mostrando que o problema não era somente político, mas havia um motivo econômico por trás de tanta resistência.

Desta forma, o grupo defensor da faculdade privada via que a presença de uma universidade pública seria um concorrente, impediria o crescimento da instituição e assim, não haveria clientes interessados para pagar as mensalidades. Para Buffa 1979, o interesse da escola privada obedece a lógica mercadológica capitalista centrada na obtenção do lucro, a

educação é vista como uma mercadoria. Isso justifica, pois o modo de organização social condiciona o de educar.

De acordo com a entrevistada 8 (2022), aposentada como professora da rede estadual e sindicalizada na época pelo SINTEGO, fez parte do grupo pró-universidade pública para Rio Verde, comentou:

Esse movimento vem desde a década de 80, a luta é sempre, ela começa... e a gente vai ao desenrolar, grupos vão aglomerando para que a gente possa fazer um trabalho melhor. Como que esse movimento começa? Foi através do Sindicato dos trabalhadores da Educação (SINTEGO), no qual na época, eu era dirigente aqui de Rio Verde, mas com todos os companheiros, professores, trabalhadores da educação, inclusive os pais dos alunos nos apoiaram muito, né. Na época, eu trabalhava no Colégio Estadual e sempre me dediquei a escola pública de qualidade. Então, qual que era o interesse do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Goiás? Trazer também a Universidade Pública para Rio Verde, porque Rio Verde sempre se destacou, também, na educação particular. Isso é importante? Isso também é importante, mas nós precisamos da educação pública, porque ela vai servir tanto para o trabalhador quanto para as pessoas mais pobres economicamente falando como para os que tem também um certo poder aquisitivo, então a faculdade...eu acho que a educação, ela no país, ela não precisa ser educação particular. Não desmerecendo toda essa contribuição que ela nos traz, mas o país precisa da educação pública para todos, sem escolher raça, credo, a estrutura social, que a pessoa se encontra. Então, é isso que nós precisamos. Então, o SINTEGO juntamente com o Partido dos Trabalhadores, o PCdoB foram os partidos que contribuíram muito. Então, o que a gente pensava: trazer a faculdade federal ou transformaria a faculdade de Rio Verde em federal, federalizando ela ou municipalizar ou então, trazer a UEG, que na época, se expandiu por várias cidades, né. E aí, temos: Mineiros, Jataí e até Santa Helena também e Rio Verde ficou isolada porque tinha faculdade, mas era faculdade particular. A maioria não podia fazer essa faculdade, porque não tinha condições de pagar (Entrevistada 8, 2022).

Por meio do relato da entrevistada 8 (2022) observa-se que o movimento, iniciado na década de 1980, contou com o apoio não somente dos sindicalizados, mas também dos pais de alunos, evidenciando a participação de parte da sociedade rio-verdense na luta. A participante comentou sobre o interesse do SINTEGO em trazer uma universidade pública para Rio Verde.

Percebe-se que o interesse do sindicato, como movimento de classe, reivindicava o mesmo que Florestan Fernandes (1920-1995) e Anísio Teixeira (1900-1971), uma instituição sem distinção de credo (laica), etnia ou estrutura social.

A presença do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) no movimento como apoiadores da implantação da universidade pública em Rio Verde, também evidencia o interesse político dos partidos de esquerda da cidade, conferindo que tal situação ocorreu após o fim do bipartidarismo.

O fim do bipartidarismo ocorreu após a queda do regime militar (Germano 1994), a redemocratização possibilitou a reorganização do sistema político e a criação dos novos partidos com viés ideológicos de esquerda e direita, para Bresser-Pereira (2006):

[...]a esquerda se caracteriza por atribuir ao Estado papel ativo na redução da injustiça social ou da desigualdade, enquanto a direita, percebendo que o Estado, ao se democratizar, foi saindo do controle, defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, dando preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social (Bresser-Pereira, 2006, p. 26-27).

A ideologia dos partidos políticos de esquerda compreendem ser papel do Estado procurar reduzir as desigualdades sociais, enquanto que os de direita acreditam e defendem o Estado mínimo, ou seja, o Estado deve estabelecer medidas de controle garantindo a ordem pública proporcionando preponderância para o mercado ordenar a vida social (Bresser – Pereira, 2006).

Ao analisarmos a história política de Rio Verde, após a redemocratização, os prefeitos da cidade eram membros dos partidos políticos de direita, conforme quadro 11 abaixo:

Quadro 11 - Prefeitos de Rio Verde após o Período Militar

PREFEITO	PARTIDO	PERÍODO
Osório Leão Santa Cruz	Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB)	01/02/1983 a 31/12/1988
Paulo Roberto Cunha ⁸	Partido Democrático Cristão (PDC)	01/01/1989 a 03/04/1990

Fonte: Produzida pela própria autora

Este cenário mostra a disputa pela predominância do poder político vigente direitista na cidade, uma vez que o próprio viés ideológico partidário era contrário ao grupo defensor do ensino superior público. Além disso, os partidos de direita, geralmente, são ligados ao mercado, agronegócio, representam os donos do capital, os patrões, as elites (Bresser- Pereira, 2006).

No entanto, o propósito do sindicato e dos partidos políticos de esquerda era: “trazer a faculdade federal ou transformaria a faculdade de Rio Verde em federal, federalizando ela ou municipalizar ou então, trazer a UEG, que na época, se expandiu por várias cidades” – conforme afirmou a entrevistada 8 (2022).

⁸ Paulo Roberto Cunha cumpriu o seu mandato até 1990 se afastou para concorrer a eleição ao governo do Estado de Goiás.

Para a participante a UEG não foi criada em Rio Verde, porque a cidade tinha uma faculdade de caráter privado, mas nem todos tinham condições para pagar. Além disso, a presença de uma universidade pública em Rio Verde, para o grupo defensor da faculdade privada, colocaria em risco a instituição enquanto empresa.

Sobre a questão de municipalizar a faculdade não seria possível, pois ela era uma Fundação Municipal e a Prefeitura tinha participação nela. Este cenário evidencia não somente a disputa do poder político, mas pelo poder econômico. Seria este o motivo de tamanha resistência? Para elucidarmos esta resposta, precisamos ampliar nossas informações para comprovarmos este apontamento.

O entrevistado 2 (2022), graduado em Direito, foi Secretário de Cultura filiado pelo PT, durante a entrevista comentou:

Eu tinha um programa: “Um minuto de Cultura” com o Costa Filho e falava todos os dias. E lá nesse programa, quando eu batia diretamente: uma universidade pública para Rio Verde, depois tirei do meu bolso, pagava anúncio na rádio pra falar várias vezes durante o dia, a mesma campanha: “Rio Verde precisa de universidade pública” e não tinha respaldo. Você não via ninguém falar que era a favor ou contra. Impressionante! Eu nunca vi um trem desses, devido a força que tinha esse segmento político, eles não deixavam caminhar nada! E parece, que toda essa campanha que nós fizemos, não teve repercussão. Mas pronunciávamos o dia todo, tinha os deputados, prefeitos, vereadores...não via ninguém se posicionar. Não falava e desaparecia e parece, que a campanha que a gente fez desapareceu. Isso eu nunca esqueço, um passado triste para Rio Verde. E eu não sei o porquê, eu não sei porque a universidade, uma era paga e a outra seria pública...ou transformar a FESURV em uma faculdade pública ou trazer igual Jataí fez, Jataí levou...Jataí foi beneficiada, eles levaram vários cursos da universidade pública federal e estadual. A cidade saiu beneficiada. E Rio Verde...não é que Rio Verde saiu perdendo, porque nós temos uma universidade, mas porque eles não aceitaram essa universidade ser pública? Até hoje, eu não entendo o porquê (Entrevistado 2, 2022).

O entrevistado 2 (2022) afirmou que possuía um programa em uma rádio local em Rio Verde chamado “Um minuto de cultura”, uma das metas além de ampliar o campo de luta, também visava fomentar a discussão pública e conquistar mais apoio político para o grupo pró-universidade pública.

Para Foucault (2015, p. 18) onde há disputa pelo poder há resistência, comparando esta disputa a uma guerra. Na perspectiva foucaultiana pensar o poder remete relacioná-lo a luta. No caso, da situação descrita pelo participante, as evidências convergem a disputa política. Mas seria somente isso? Para conseguirmos a resposta precisamos ampliar nossa pesquisa.

O entrevistado 2 (2022) disse ter investido recursos próprios para ampliar a campanha na rádio, para Arendt (2008) a melhor forma de obter o poder, ou seja, atenção do povo é por

meio da argumentação. Porém o resultado não foi o esperado, pois não houve manifestação da classe política rio-verdense, permanecendo em silêncio. Segundo Chartier (1990):

As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (Chartier, 1990, p. 17).

Neste caso, o silêncio evidencia uma visão negativa desta classe política de integrar ao grupo. Para Nora (1993) o dito e o não dito coabitam em um jogo de forças que se atualizam no discurso, o silêncio pode parecer uma não ação, todavia é uma ação. Conforme o autor, o silêncio remete a memória e os lugares da memória, os quais possibilitam construções históricas revelando os processos sociais, os conflitos etc.

Ao longo dos relatos dos participantes, percebeu-se que havia um movimento organizado de reivindicação para a criação de uma universidade pública, este fato responde a primeira indagação referente a fala da entrevistada 3 (2022), quando ela afirmou que o grupo pró-universidade pública era mais voltado para o político e não tinha tanta organização.

Conforme os relatos dos participantes verificamos que o movimento Pró-Universidade Pública tinha organização, era um movimento de classe, realizavam palestras, iam nas escolas, entretanto, possuíam pouco apoio político. O entrevistado 2 (2022) disse não saber o porquê desta reação, pois uma seria uma universidade pública e a outra privada. Mas afirmou não ter havido perdas para Rio Verde, pois na cidade há uma universidade, mas é paga.

As narrativas dos participantes aliada a reportagem do jornal “Folha do Sudoeste” em 1975, o projeto de Lei da criação de uma universidade pública em 1979, havia a pretensão de criar uma universidade pública na cidade.

Embora os entrevistados mostraram que havia falta de interesse político demonstrando apoio ao grupo pró-universidade pública, após análise verificou-se o contrário, isto pode ser comprovado por meio do estudo solicitado por José Alves de Assis e pelo projeto de Lei do Deputado Iturival Nascimento prevendo a criação de uma universidade federal com sede em Rio Verde.

Assim, mesmo havendo apenas dois partidos durante a ditadura, os políticos poderiam chegar a um consenso sobre a construção de uma universidade pública em Rio Verde, pois alguns aspectos contribuiriam para isto, como: a cidade possuía maior potencial demográfico

e econômico daquela localidade. Entretanto, não identificamos nada relacionado a isto durante realização da pesquisa.

Mas se durante a gênese do processo de criação do ensino superior em Rio Verde, foi pensado implantar uma universidade pública para Rio Verde tanto por meio dos representantes políticos dos partidos do ARENA quanto do MDB, o que de fato conferiu impeditivo? As evidências apontam também para a questão política como fator de impossibilidade.

O contexto histórico da época também proporcionava facilidades para a criação de políticas educacionais voltadas para a criação de instituições de ensino superior privadas (BALDINO, 1991), conferindo um dos motivos de Rio Verde ter optado pela criação e garantir o investimento para o desenvolvimento da faculdade privada.

A partir de 1979, conforme as memórias dos entrevistados, os movimentos do campo dos trabalhadores da educação, anos depois, apoiados por partidos de esquerda como PCdoB e o PT, emergiram reivindicando propostas de melhorias para a educação e mais universidades no Estado e em Rio Verde. Esse grupo, embora, minoritário tinha o objetivo de conseguir articular juntamente com o máximo de lideranças políticas interessadas no mesmo propósito.

Entretanto, a faculdade privada era ligada à Prefeitura Municipal e não era interessante para o órgão ter outra instituição de ensino superior na cidade, pois seria aceitar a condição de ter um concorrente na mesma cidade. Mas o porquê? A Prefeitura recebia algum benefício em troca?

O interesse da Prefeitura Municipal era manter a Faculdade privada. Provavelmente, como empresa, há evidências que apontam para a existência de um motivo econômico, referente ao lucro o qual a instituição geraria aos cofres públicos, estar por trás de tamanha resistência política, assim, o silêncio de alguns políticos e o não apoio ao movimento pró-universidade pública.

Observa-se até 1980, a região Sudoeste possuía apenas uma instituição de ensino superior, no caso a existente em Rio Verde, a qual ofertava os cursos de Ciências Sociais, Pedagogia e Letras com mensalidades menores em relação a outras faculdades particulares do país.

Por enquanto, as evidências apontam a não somente a questão política foi impeditivo, mas também a disputa pelo poder econômico. Todavia, será necessário aprofundarmos na construção e desenvolvimento do ensino superior em Rio Verde, com vistas a buscar mais indícios para o desenvolvimento desta pesquisa e complementar as respostas dos

questionamentos desta sessão, compreendendo o contexto histórico-educacional rio-verdense entre 1960 a 1980.

2 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM GOIÁS: DÉCADAS DE 1960 A 1980

Só existirá democracia no país, no dia em que montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a Escola Pública.
(Anísio Teixeira)

Anísio Teixeira acreditava que uma escola pública deveria restaurar a democracia. A ruptura da democracia, durante o governo Militar, fomentou mudanças na esfera educacional por meio do uso do autoritarismo, valorização do ensino privado e desqualificação do ensino público (Germano, 1994). Este período fomentou a criação de uma faculdade de caráter privado em Rio Verde e as discussões pró-universidade pública.

Assim, este capítulo tem como objetivo verificar como ocorreu o desenvolvimento do ensino superior no sudoeste goiano destacando o caso de Rio Verde, abordando como as políticas públicas voltadas para a Extensão, Expansão, Interiorização, *Campus* Avançados influenciaram na criação da UFG em Jataí, elucidando assim, quais foram os ex-Reitores da UFG entre 1960 a 1980 e suas ações durante o período em que estiveram à frente da gestão na universidade bem como a influência no processo de Interiorização da universidade para Jataí.

2.1 ENSINO SUPERIOR NO SUDOESTE GOIANO: O CASO DE RIO VERDE

Nesta sessão, abordaremos como ocorreu o desenvolvimento do ensino superior no sudoeste goiano destacando o caso de Rio Verde. O caso, rio-verdense chama atenção, pois a priori, um grupo de moradores preocupados com a situação da educação na cidade, pensaram criar um campus da UFG na cidade. Então, inicialmente, para compreendermos o caso propriamente dito, há necessidade de compreender a história da criação de Rio Verde, pois o desenvolvimento sistema educacional da cidade está estritamente relacionado ao seu crescimento demográfico.

Em 1846, José Rodrigues de Mendonça e sua esposa Florentina Cláudia de São Bernardo saíram de Casa Branca, em São Paulo, em busca de terras no sudoeste goiano. Na época, o Governo Imperial deu incentivos àqueles que queriam fixar raízes na região e auxiliar o desenvolvimento da região. O casal conseguiu uma gleba de terra para iniciar o desenvolvimento agropecuário, como seu José Mendonça era muito devoto a Nossa Senhora das Dores, doou parte de suas terras para a igreja Nossa Senhora das Dores de Rio Verde (Arantes, 2022).

Este ato de doação contribuiu para a construção de casas, elevando o local a povoado nomeado de Nossa Senhora das Dores. E, à medida que a notícia se espalhava sobre as terras prósperas, mais pessoas chegavam na região e ampliavam a área urbana. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) alguns combatentes estiveram na região, entre eles o engenheiro militar, escritor, historiador Visconde de Taunay, responsável por apelidar o local de Arraial das Abóboras, o qual perdura nos dias atuais. Na época, a localidade possuía 3.000 habitantes (Arantes, 2022).

Em 5 de agosto de 1848, por meio da Resolução Provincial n° 6, o povoado foi elevado a categoria de Distrito recebendo o nome de Rio Verde. Em 1854, o Distrito de Rio Verde foi elevado a categoria de Vila por meio da Lei Provençal n°8, de 06 de novembro de 1854. Em 26 de setembro de 1862, foi elevado à categoria de cidade por meio da Resolução Provençal n°670, de 31 de julho de 1882, recebendo o nome de Rio Verde (Arantes, 2022).

A cidade de Rio Verde, nas primeiras décadas do século XX, entre 1900 a 1930, possuía como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária. Em 1930, o governo de Getúlio Vargas⁹ (1882 – 1954) lançou o programa Marcha para o Oeste, com o objetivo de promover o progresso das regiões menos habitadas do país, como: nordeste, norte e o centro-oeste brasileiro. Por meio deste programa ocorreu a criação de estradas no Estado goiano, incentivos para ampliação da produção agrícola e a urbanização de Goiás (Arantes, 2022).

Em 1956, o governo desenvolveu o plano de metas com o slogan “cinquenta anos em cinco” e a construção de Brasília influenciou também, a migração de diversas pessoas oriundas de outras regiões do país para o centro-oeste. Por meio do plano de metas, Juscelino Kubitschek¹⁰ autorizou a construção da rodovia BR 060, a qual possibilitou ligar o sudoeste à capital de Goiás, Goiânia, ao mesmo tempo interligou a BR 452 possibilitando o acesso à diversas cidades do país, como por exemplo: Itumbiara, Tupaciguara, Uberlândia (Arantes, 2022).

⁹ Getúlio Dornelles Vargas (São Borja, 19 de abril de 1882 — Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1954) foi um advogado, militar e político brasileiro, líder da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha. Foi presidente do Brasil em dois períodos. A “Marcha para o Oeste” foi um de seus projetos desenvolvido durante a ditadura do Estado Novo com o objetivo de promover o desenvolvimento populacional e a integração econômica das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

¹⁰ Juscelino Kubitschek de Oliveira, também conhecido pelas suas iniciais JK (Diamantina, 12 de setembro de 1902 — Resende, 22 de agosto de 1976) foi um médico, oficial da Polícia Militar mineira e político brasileiro que ocupou a Presidência da República entre 1956 e 1961. Durante a campanha eleitoral para presidência, fez um comício na cidade de Jataí. Neste dia, o Toniquito da Farmácia fez uma pergunta a JK a qual firmou o compromisso dele construir Brasília no Centro-Oeste do país. O principal lema de JK era “Cinquenta anos em Cinco”, ou seja, desenvolver o país em cinco anos.

As estradas fomentaram o desenvolvimento da região sudoeste e as cidades de Rio Verde e Jataí foram as que mais receberam imigrantes, oriundos de diversas regiões do país (Arantes, 2022). Este contexto foi responsável para que as primeiras discussões sobre a implantação do ensino superior em Rio Verde iniciassem, em 1965. Conforme entrevistada 3 (2022):

Em 1965, havia um clamor forte da população rio-verdense para trazer uma faculdade para Rio Verde, foi aí que conseguimos o convênio com a Universidade Católica de Goiás, foi bem menos burocrático o processo, mas a cidade tinha porte e potencial para a região (Entrevistada 3, 2022).

Conforme o relato, os moradores rio-verdenses estavam pedindo uma faculdade para a cidade. No entanto, a Prefeitura Municipal recorreu a Universidade Católica de Goiás com intenção de estabelecer um convênio via extensão da universidade, em 1968. Entretanto, após o golpe militar as políticas implantadas pelo governo, como a regulamentação da Reforma Universitária de 1968, beneficiaram a abertura de instituições de ensino superior privadas, para Dourado (2011):

Em seu percurso histórico, é no período militar, após o golpe de estado, em 1964, que se consolidaram as condições objetivas para a intensificação da presença do ensino superior privado e, paradoxalmente, para a institucionalização da pós-graduação nas universidades públicas e a criação de novas universidades sob o regime fundacional no setor público federal (Dourado, 2011, p.56).

Neste sentido, após o golpe de Estado, as condições políticas proporcionaram a consolidação da ampliação do ensino superior privado no país, por outro lado, propiciou a criação de novas universidade públicas sob o regime fundacional e a institucionalização da pós-graduação (Dourado, 2011). Dentro desta perspectiva, a narrativa da Entrevistada 3 (2022) aponta uma das justificativas para o convênio era devido ao caráter menos burocrático.

Frente a esta demanda, em 1967, um grupo de moradores rio-verdenses se reuniu para discutir sobre a necessidade de a cidade ter uma instituição de ensino superior. As reuniões ocorriam nas dependências da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul. Embalados pelo desenvolvimento crescente da região e das políticas governamentais de interiorização das universidades pelo país. Além disso, para o funcionamento da faculdade não era necessário ter sede própria (Collet; Silva, 2001).

Entretanto, muitos concluíam o estudo secundário e não tinham condições de arcar com a verticalização educacional, tanto na capital do Estado de Goiás quanto em outras

regiões do país. De acordo com a participante esta foi outra razão para a parceria entre a Prefeitura Municipal de Rio Verde e a Universidade Católica de Goiás (UCG).

A entrevistada 3 (2022) afirmou que Rio Verde tinha porte para implantar a extensão universitária, significava que até 1967, de acordo com os registros da Secretaria Municipal de Rio Verde, haviam 09 (nove) instituições de ensino, as quais compreendiam o ensino primário e o secundário. No quadro 12, pode-se observar, em ordem cronológica as instituições de ensino, de 1851 até 1968:

Quadro 12 - Instituições educativas em Rio Verde (1851 a 1968)

ANO	INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
1851	Primeira Escola Primária (Extinta)
1876	Escola destinada a alunos do sexo feminino (Extinta)
1911	Instituto de Ciências e Letras (Extinto)
1914	Colégio Rômulo Francklin (Extinto)
1917	Instituto João Pinheiro (Extinto)
1920	Colégio João Pinheiro (Extinto)
1921	Grupo Escolar Eugênio Jardim Colégio Nossa Senhora da Conceição (Extinto)
1924	Colégio Novaes de Eleuthério de Souza (Extinto)
1933	Escola Normal de Rio Verde (Extinta)
1935	Patronato Agrícola de Rio Verde (Extinto)
1937	Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul
1945	Colégio Estadual Martins Borges
1947	Escola Popular de Rio Verde (Extinta)
1950	Escola Vila Amália
1955	Escola Primária Moreira Guimarães (Extinta)
1964	Colégio Estadual do Sol
1966	Grupo Escolar Alfredo Nascier
1967	Ginásio Agrícola de Rio Verde
1968	Campus de extensão – UCG- Faculdade de Filosofia – FAFI

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro 12, observa-se a primeira instituição de ensino era de caráter primário fundada em 1851 e até o início do século XX, algumas escolas primárias foram extintas, mas as informações expressas no quadro evidenciam que Rio Verde possuía condições de implantar o ensino superior comprovando a narrativa da participante.

De acordo com Collet; Silva (2001) o grupo ficou conhecido como Grupo de Ação Social, composto por Frei César Collet, Claudino Collet, gaúchos de Erechim, Waldyr

Emerich Portilho, Selva Campos Monteiro, Paulo Guimarães de Freitas, Ersi Furquim de Freitas, Elba Fonseca, Terezinha Bueno Pereira Macedo e Lauro Ferreira Guimarães, os sete de Rio Verde, Ruth Anacleto, de Jataí. Outros participantes: Renato Rolim Barbosa, Oronides Urbano e Josemar de Freitas Ramos.

Frente a estes dados, descobrimos que apenas 03 pessoas deste grupo estão vivas. Tentamos entrevistá-las uma recusou participar, a outra pessoa foi acometida de Covid-19 teve sequelas graves da doença, infelizmente, em setembro de 2022 veio a óbito e apenas a entrevistada 3 (2022) aceitou participar desta pesquisa, a mesma encontra-se lúcida e bem de saúde.

A entrevistada 3 (2022) comentou: “o grupo tinha um objetivo: levar uma instituição de ensino superior para Rio Verde, não interessava o caráter a princípio, se seria público ou privado”. No entanto, a entrevista 3 (2022) comentou corroborando com a confirmação dos dados apresentados por Collet; Silva (2001):

Ai, um grupo enorme a Stella, o Claudino, frei César, a irmã Terezinha, a irmã Auxiliadora e a dona Ruth Anacleto e eu fiz parte desse grupo, o dr. César Cunha Bastos. Olha, quando nós começamos a pleitear, foi em 1967. Foi em 67, que nós fizemos as primeiras reuniões, que nós fizemos os primeiros projetos... e tal. Aí, nós só conseguimos começar o curso mesmo na década de 70...entre 70 e 71. Então, em 70 nós ficamos mais nessa coisa de tentar uma coisa ou outra, mas começar mesmo, o curso foi em 1971 (Entrevistada 3, 2022).

Para Collet; Silva (2001, p. 15-16) o grupo enxergava que o sentido da vida era constituído de propósito, evidenciando que para os membros constituintes deste grupo, implantar o ensino superior seria um propósito de vida. “O grupo não via a vida como uma série de eventos aleatórios a sucederem-se sem destino, mas seus componentes tinham em suas frentes serenas e altivas um caminho estimulante, cujo propósito era a transformação da sociedade”. Nesta época, “emergia no país movimentos direcionados para as reformas de base” e uma das áreas era a educação, mais especificamente, no ensino superior, a União Nacional dos Estudantes (UNE) articulou manifestações e produziu manifestos denunciando o marasmo, o qual encontrava o ensino superior no país.

Com isto, Rio Verde não ficou de fora dessa época, ou seja, os moradores da cidade também manifestaram querendo mudanças, de acordo com Collet; Silva (2001)

Rio Verde, como dissemos, não ficou de fora dessa operosa época de engajamento social. Respondendo ao anseio por reformas, arraigado nos corações, diversas pessoas da comunidade rio-verdense corajosas e valentes, percebendo as necessidades de sua cidade e auscultando o clamor do povo por mudanças à luta, em busca de soluções (Collet; Silva, 2001, p. 16).

O cenário histórico do país influenciou também as reivindicações do povo rio-verdense. Essas, contavam com o apoio do líder do executivo municipal “na época, o prefeito era o seu Eurico Veloso, e seu Eurico era uma pessoa muito interessada pela educação e pela saúde. Então aí, o que ele fez; foi cogitar um curso pra trazer” (Entrevistada 3, 2022).

O prefeito da época, Eurico Veloso do Carmo¹¹, filiado ao partido União Democrática Nacional (UDN), com o bipartidarismo os membros do UDN migraram para o ARENA, partido político do governo Militar. Conforme os dados da Câmara Municipal de Rio Verde sua gestão compreendeu os períodos de 1966 a 1970 e 1973 a 1977.

Segundo a Entrevistada 3 (2022):

Ai, o seu Eurico foi a Goiânia e tentou colocar a universidade federal, mas aí era mais complicado, burocrático demais...Meu Deus! E aí tentou com outras universidades, outras faculdades e não conseguiu. Aí, a UCG, ela interessou, porque ela imaginou criar um campus maior aqui em Rio Verde, então, ela abriu essa exceção. Outro motivo que não deu certo a implantação da UFG aqui, era que a cidade não tinha estrutura, eles exigiam a construção de um local separado, não dava pra funcionar em sala de colégio, a gente tinha pressa pra começar (Entrevistada 3, 2022).

De acordo com a entrevistada 3 (2022), frente a constante preocupação externada pelos moradores, o então prefeito da época, Eurico Veloso, a pedido do grupo de Ação Social foi à Goiânia com a intenção de implantar um *Campus* da Universidade Federal de Goiás (UFG) na cidade. Porém, para isto ocorrer conforme a participante relatou, delongaria um grande tempo, o trâmite seria longo e além disso, seria necessário a Prefeitura disponibilizar uma área e um prédio próprio para a construção da sede para o funcionamento da Universidade.

Nota-se aqui que a gestão Municipal não achou interessante atender as demandas de contrapartida da UFG, por isso recorreu a UCG. Neste sentido, evidencia-se que o maior empecilho não era de ordem burocrática ou de uma política restritiva do MEC, mas o posicionamento da gestão municipal de desinteresse em atender às demandas.

Sobre a burocracia Max Weber (1864 – 1920) entende sobre os seus efeitos nos diversos estratos sociais e políticos era contrária àquela apreendida pelo senso-comum, compreendida como entrave pela lentidão do serviço público. Segundo a concepção weberiana independente da esfera de uma instituição, seja pública ou privada, existirá burocracia, ou seja, normatizações para o funcionamento e a prestação de serviços de forma

¹¹ O ex-prefeito Eurico Veloso do Carmo, era apelidado carinhosamente de Nenzinho Veloso, foi prefeito de Rio Verde durante o período de 1966 – 1970, e posteriormente, de 1973 – 1977, construiu várias escolas e articulou para implantar uma instituição de ensino superior na cidade.

mais rápida e eficaz. Neste sentido, as instituições educacionais públicas ou privadas também estão sujeitas a burocracia moderna.

Mas, para a entrevistada 3 (2022), a UCG não exigia tanta burocracia nem grande infraestrutura para funcionar. Com a certeza da vinda do *Campus* de Extensão da UCG para a cidade, o Grupo de Ação Social se esbarrou em outro dilema: o curso a ser ofertado. Segundo a entrevistada 3 (2022):

E aí, qual curso mais fácil de trazer pra cá, que tinha menos burocracia? Ai, foi Filosofia. Ele podia também ser ofertado para que os professores da cidade pudessem ter a oportunidade de se capacitarem. E aí, trouxe e curso funcionava lá no Colégio do Sol (Entrevistada 3, 2022).

O curso funcionava na sede do Colégio Estadual do Sol, localizado na rua Augusta Bastos, 1836 no centro de Rio Verde. Neste colégio, na década de 1970, funcionava a Congregação das Irmãs Vicentinas, na época era dirigido pela Irmã Celina, que cedeu gratuitamente uma professora e dois cômodos para o funcionamento da Extensão. Na época, as exigências para criar uma Faculdade privada eram menores e muitas funcionavam sem a menor infraestrutura (Baldino, 1991).

A chegada da extensão da UCG na região representou um marco para o desenvolvimento educacional rio-verdense. A universidade funcionava dentro de duas salas-de-aula no Colégio do Sol, uma seria destinada ao funcionamento das aulas, enquanto a outra, comportaria a diretoria e a secretaria. “As universidades, na época, podiam manter cursos de Extensão, abrir cursos superiores numa determinada localidade sem a permissão do MEC, mesmo que fosse apenas um curso” (Collet; Silva, 2001, p.19).

As condições de funcionamento foram acordadas com o Reitor da UCG, segundo Collet; Silva (2001) ele autorizou a abertura do curso de Filosofia, porém firmou o não comprometimento da universidade com recursos de qualquer ordem para mantê-los em Rio Verde. Desta forma, a prefeitura assumiu toda responsabilidade pelo funcionamento da instituição na cidade e a remuneração dos professores vinha da mensalidade dos alunos.

Segundo a entrevistada 3 (2022): “a gente conseguiu que a Prefeitura se responsabilizasse por tudo relacionado a Extensão. o curso funcionava bem, os professores vinham de Goiânia, a prefeitura ajudava com sua parcela nos custos do deslocamento”.

A narrativa da participante corrobora com as informações dispostas por Collet; Silva (2011) complementa ainda que os professores vinham de Goiânia para ministrar as aulas.

Abaixo, na fotografia 02 encontra-se o Colégio do Sol, local onde foram cedidas as salas de aula para o início do funcionamento do curso de extensão da UCG:

Fotografia 2 - Funcionamento da extensão da UCG - Colégio do Sol

Colégio do Sol - década de 1970
Fonte: Arquivo Pessoal de Silva

Como os custos eram altos, a prefeitura viu a necessidade de criar uma associação com objetivo de arrecadar fundos para manter a instituição. Com isso, um número significativo de pessoas passou, mensalmente, a fazer doações, por esta razão, foi criada em 1969, a Sociedade de Ensino de Rio Verde – SERVE, por meio dela muitas doações foram realizadas (Martins, 2004).

A extensão da UCG com o curso de Filosofia teve duração de um ano, pois o ingresso de estudantes não atendia as expectativas da universidade, como também o interesse da população em cursá-lo. Por esta razão, a UCG passou a ofertar o curso de Letras Modernas.

A entrevistada relatou ter participado como candidata no primeiro vestibular do curso de Letras Modernas na Faculdade de Filosofia (FAFI), este foi o nome dado para a primeira instituição de ensino superior em Rio Verde, extensão da UCG. Segundo a entrevista 3 (2002), “Aí, houve o primeiro vestibular, e eu estava de férias viajando. Quando eu cheguei, eu fiz e eu fui da primeira turma. E essa primeira turma, a gente penou muito, mas muito pra trazer o curso, os professores cobravam muito e tinha que estudar.”

A Faculdade de Filosofia - FAFI funcionou por um período de 1 (um) ano no Colégio do Sol, até posteriormente, migrar para o seu primeiro prédio, localizado na rua Senador Martins Borges, nº269 – doação do casal Dr. César da Cunha Bastos (Advogado) e sua esposa.

Conforme fotografia 03, verifica-se o 1º prédio do funcionamento da FAFI (Collet; Silva, 2001).

Fotografia 3 - 1º prédio da FAFI



1º Prédio da FAFI, localizada na Rua Senador Martins Borges – em 1970

Fonte: IBGE

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>

Entretanto, o convênio entre a UCG e a prefeitura foi finalizado, em 1972 e a UCG renunciou aos direitos pelo curso de Letras Modernas (Collet; Silva, 2001). Conforme a entrevistada 3 (2022) foi neste momento, que o grupo de moradores reuniu novamente e decidiu construir um projeto para Rio Verde ter sua própria faculdade, de caráter privado, ofertando o curso de Letras Modernas.

Mas o curso de Filosofia funcionou bem um ano. No segundo ano, o pessoal foi desestimulando pelo curso, porque não via assim, uma perspectiva maior pra Rio Verde, quanto a questão de trabalho. Aí, pensamos: vamos então mudar pra Letras e criar uma Faculdade nossa, própria de Rio Verde. Novamente o grupo de Ação Social se reuniu com o prefeito da época dr. César Bastos para ver uma solução, foi então, que a ideia de novamente, construir um projeto para Rio Verde ter sua própria faculdade floresceu, foi aí então, que a gente começou a trabalhar na construção do plano de ter nossa faculdade particular na cidade (Entrevistada 3, 2022).

Neste sentido, a entrevistada 3 (2022) afirmou que “o curso de Letras teve uma aceitação melhor e proporcionou o crescimento da Faculdade”. Com o crescimento da instituição, o dr. César da Cunha Bastos e sua esposa, doaram um imóvel com 39.920 m², em 1971, na fazenda São Tomaz – Lage. Segundo Collet; Silva (2001):

A Fundação Universitária de Rio Verde recebeu doação do casal Dr. César da Cunha Bastos e sua esposa, o imóvel com 39.920 metros quadrados, na fazenda São Tomaz – Lage”, foi assinado por José Costa Martins, CRC 708/P GO e por Affonso Rodrigues do Carmo, presidente da FURV em Rio Verde, no dia 1º de janeiro de 1971 (Collet; Silva, 2001, p. 43).

De acordo com o entrevistado 5 (2022) a doação da área destinada para a construção da Faculdade particular tornou de conhecimento público.

Eu estava concluindo o Ensino Médio, mas lembro de o assunto correr na cidade, a Faculdade recebeu uma doação do dr. César Bastos, que foi prefeito aqui em Rio Verde, de uma área grande pra construir a sede da Faculdade e com isto, aumentar os cursos (Entrevistado 5, 2022).

A entrevistada 3 (2022) confirmou a doação realizada pelo dr. César, corroborando com a informação de Collet; Silva (2001, p. 43) e a narrativa do entrevistado 5 (2022).

[...]o dr. César fez uma doação para a construção da Faculdade até porque a gente queria trazer mais cursos pra cá, a intenção dele era ver a nossa Faculdade crescer e se tornar a potência que é hoje. Mas, infelizmente, ele faleceu e não pode ver o que ajudou a criar (Entrevistada 3, 2022).

Para auxiliar na manutenção financeira da instituição, a SERVE foi extinta e em seu lugar, foi criada a Fundação de Ensino Universitário de Rio Verde (FURV), para manter o curso de Letras Modernas, no período de 19/12/1970 a 19/03/1973. Conforme os registros em atas: “a extinção da SERVE 23/01//1971 e a constituição da FURV foi 19/12/1970, portanto constituiu-se primeiro uma para depois extinguir-se a outra” (Martins, 2004, p. 53).

Em 1973, conforme Martins (2004, p. 54) a FURV foi substituída pela Fundação de Ensino Universitário de Rio Verde (FEURV), passando a funcionar com dotação orçamentária municipal, “criada pela Lei municipal nº1.221, de 19/03/1973 a 15/04/1974, mantenedora da Faculdade de Filosofia (FAFI)”. Em substituição a FEURV, foi criada a FESURV por meio da Lei Municipal nº 1.313, de 15/04/1974 a 24/02/2003, conforme estatuto da FESURV, a substituição ocorreu porque era uma exigência do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura, pois a instituição era mantenedora de uma faculdade isolada e não de uma universidade.

Neste sentido, a FESURV era uma instituição mantenedora e ao mesmo tempo, tinha função de faculdade. Aos poucos a oferta dos cursos foi ampliada para Administração, Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Direito, Letras Modernas, Pedagogia, Zootecnia e atualmente, FESURV constitui-se como uma instituição mantenedora da Universidade de Rio Verde (UniRV) (Martins, 2004).

Como a única instituição de ensino superior de Rio Verde era a FESURV, a Prefeitura Municipal começou investir no desenvolvimento da infraestrutura da Faculdade. Em 1977, Iron Jayme do Nascimento (1938-1999) foi eleito prefeito de Rio Verde pelo MDB, durante sua gestão “construiu várias salas de aula para atender à demanda cada vez maior de

acadêmicos. Destinava verbas.” A construção das salas foi realizada, após o Poder Público Municipal comprar uma área localizada na região rural da cidade, conhecida como fazenda São Tomaz e Cabeceira da Cachoerinha, denominada Fazenda “Fontes do Saber”, com total de 58 alqueires, ou seja, 259 hectares de cerrados e culturas (Collet; Silva,2001, p.29).

Com isto, o entrevistado 4 (2022) afirmou:

Quando o Iron ganhou a eleição, que virou prefeito e ajudou adquirir aquela área que a FESURV possui hoje, foi adquirida pela Prefeitura na gestão dele, mais ou menos 60 alqueires e foi doada para fazer construir uma faculdade e impulsionar a área da educação (Entrevistado 4, 2022).

Conforme anexo IV, na página 214, verifica-se o Prefeito Iron Nascimento, na época, assinando a compra da área, a qual foi nomeada “*Campus Rural*” em 1981, comprovando a narrativa do entrevistado 4 (2022), cuja finalidade era construir uma faculdade, no caso, a FESURV.

Também, a entrevistada 3 (2022) comentou sobre alguns políticos, os quais contribuiriam com o desenvolvimento da educação e conseqüentemente, com o progresso da faculdade:

Tivemos vários representantes políticos aqui na cidade que ajudaram muito no desenvolvimento, mas o seu César Bastos, o Iron e o Iturival ajudaram muito o progresso dessa faculdade, doaram um espaço para construção da sede, se preocupavam muito com a educação, procuravam sempre ajudar (Entrevistada 3, 2022).

A entrevistada 6 (2022) também comentou sobre o Prefeito Iron:

O Iron era prefeito, só que o Iron era muito assim: tan tan tan... ele ajudava, interessante que ele ajudava. Na realidade, quando a gente teve uma conversa um pouco particular...que o eu conheci o Iron como: o Iron não queria dar aumento para os professores, uma época. Ai, ele falou que ia dar carne para os professores no final de ano, que foi na época que nós estávamos pedindo um aumento para o outro ano né. Ai nós fizemos uma reunião e eu levantei e falei: professores não estão precisando de osso! Professores estão precisando de qualidade de ensino, de respeito! Nós queremos aumento de salário, respeito! E depois disso, nós começamos fazer um grupo e naquela época, o Iron prometeu que o irmão dele iria fazer um documento, que era Deputado Federal pra conseguir trazer a Universidade Federal (Entrevistada 6, 2022).

No relato da participante entrevistada 6 (2022) afirma inicialmente, que o prefeito ajudava, mas ao longo de sua fala narra como o conheceu em uma ocasião em que ele não queria autorizar um aumento salarial para os professores, mas sim dar carne como forma de bonificação no final do ano.

Como uma das representantes do SINTEGO retrucou afirmando que os professores precisavam de respeito e qualidade de ensino. Entretanto, quanto a ajuda que a entrevistada 6 (2022) narra, percebe-se que era referente a luta pela materialização da universidade federal na cidade, o irmão do prefeito elaboraria um documento em formatos de Projeto de Lei, o qual seria apresentado na Câmara dos Deputados.

Em 1984, foi criada a Associação Pró-Desenvolvimento de Rio Verde (APRODERV)¹², definida como uma entidade civil, com o objetivo de arrecadar fundos para manutenção e ampliação do ensino superior em Rio Verde, o que não a caracterizava como faculdade. A edição de julho/1984 do Jornal do Sudoeste, disponível no anexo V, página 215, trouxe uma reportagem com o Dr. Emerich, como presidente da entidade, explicou que a APRODERV era uma Associação Pró-Desenvolvimento de Rio Verde.

Conforme publicação, havia o interesse de implantar cursos voltados para as Ciências Agrárias e a pretensão de criar a Universidade do Sudoeste Goiano, evidenciando o interesse em transformar a faculdade existente, no caso, a FESURV em Universidade. Tendo em vista que uma das características da região sudoeste era o destaque na produção agrícola e agroindustrial, estes motivos remetem a escolha por esses cursos (Machado, 1996).

Além disso, na reportagem cita que a APRODERV recebeu várias formas de doações de diversos seguimentos da sociedade, como: empresas, incluindo uma área de 60 alqueires adquirida pela prefeitura e doada à faculdade (FESURV), com a intenção de construir a sede própria; doações das organizações de serviços sociais, bem como o recebimento de recursos financeiros oriundos da União, Estado e Município.

O apoio à entidade era expresso por meio da Prefeitura Municipal, das lideranças políticas, dos clubes de serviço e da comunidade rio-verdense, segundo a reportagem. Também, a prefeitura seria responsável em administrar e executar as atividades na área de 60 alqueires.

No mesmo ano, um mês depois, a edição do Jornal Folha do Sudoeste de 22/07 a 05/08/1984, apresentou uma reportagem, exposta no anexo VI, na página 216, a qual mostra que Iturival Nascimento tinha dois grandes projetos, os quais não concretizaram: implantar uma universidade pública federal e construir uma ferrovia, com intuito de facilitar o escoamento dos grãos da região.

¹² Observando os registros do site <https://consultacnpj.com>, a associação foi criada em 23/10/1981 e baixada em 31/12/2008, comprovando a informação disposta por COLLET; CASTRO e SILVA (2001).

As propostas apresentadas em Rio Verde agradaram muitos moradores, porém não a todos, conforme o entrevistado 4 (2022):

O pessoal tinha na época só a FESURV e achava que se viesse pra cá uma universidade pública, uma federal, ia acabar com ela, e não deixaria de influenciar. Então, houve muitos que não queriam, sabe. Mas eram os sonhos dele e ele falou enquanto ele era Deputado Federal, que se ele realizasse esses sonhos, o mandato dele estaria concluído (Entrevistado 4, 2022).

Por meio da narrativa do entrevistado 4 (2022) evidencia como a cidade tinha apenas a FESURV, algumas pessoas acreditavam que iam acabar com ela, caso fosse instalada uma Universidade Federal na cidade. Assim, este foi um dos motivos, segundo o participante, para a não criação da universidade pública em Rio Verde.

Para a entrevistada 3 (2022) os políticos não se interessaram na criação de uma universidade pública, porque estavam envaidecidos com a Faculdade de Rio Verde e a presença de uma Federal ofuscava o brilho da instituição privada, a participante afirma que isto se deve ao ensino ser de qualidade.

Os políticos de Rio Verde não se interessaram, eles não buscaram. Por quê? Porque eles estavam vaidosos com a Faculdade de Rio Verde, então vindo uma federal ia tirar o brilho. E você sabe que curso federal, por todos; quer queria quer não, eles superam os outros. Então, não adianta dizer que não, mas é a realidade (Entrevistada 3, 2022).

O entrevistado 5 (2022) na época, era estudante da FESURV e pertencia ao Diretório Acadêmico, segundo ele havia um movimento de resistência, contrário a criação de uma universidade pública em Rio Verde, além disso, afirmou que as mensalidades da faculdade privada eram altas.

Eu estudei na FESURV e fiz parte do Diretório Acadêmico, eu fiquei sabendo, na época, que havia um movimento contrário de não aceitação da UFG aqui em Rio Verde, inclusive nós, alunos e moradores da cidade ficamos muito felizes, porque a mensalidade era alta pra muita gente (Entrevistado 5, 2022).

O entrevistado 4 (2022) disse que os projetos do seu pai e do seu tio, acabaram sendo alvo de críticas por parte de alguns representantes políticos, por populares e parte de fundadores, de alguns funcionários da Faculdade privada existente na cidade.

Durante as conversações na política, nas eleições, logo que meu pai virou deputado federal. Aí, o que aconteceu em 79, o pessoal gritava: “Fica tranquilo que vou estudar na faculdade do Iron e do Itu”!! “Ah, eu cheguei atrasado, porque eu cheguei

no trem de ferro do Itu”!!Entendeu!? Meu pai era tido como Itu, o nome dele é Iturival Nascimento. Então, eles não tinham uma visão de crescimento, eles não acreditavam (Entrevistado 4, 2022).

A entrevistada 1 (2022) também comentou sobre as críticas recebidas por estar na luta pela universidade pública na cidade: “Eu fui de um tempo de luta, um pouco mais à frente do Iturival, mas o Iron e ele procuravam ajudar e quem fazia parte desses movimentos pró-universidade pública era criticado aqui na cidade, com isso a autoestima ia lá embaixo.”

A entrevistada 6 (2022) relata ter sofrido duras críticas e perseguições por fazer parte do movimento Pró-Universidade Pública. A participante narrou que chegou ter uma reunião com a assessora da Reitora Maria do Rosário em um Encontro Estadual da Educação.

Quem fazia parte desse movimento era ridicularizado, perseguido... e eu tive...essas dificuldades nisso aí. Ai, depois vai raleando, o pessoal vai vendo uma coisa, eles foram querendo mostrar objetivos melhores dentro da faculdade e tudo...como eu tinha várias lutas...você vai mexendo com o SINTEGO, vai mexendo com o diretor das escolas...e as coisas vão modificando nisso aí. Nós chegamos a ir na reitoria da UFG, tivemos uma reunião com uma assessora da Maria do Rosário, né. Inclusive, naquela época, foi um Encontro Estadual da Educação, que estava acontecendo lá (Entrevistada 6, 2022).

O Entrevistado 7 (2022) relatou sobre a falta de apoio político ao grupo pró-universidade pública, resultou na permanência dos interesses do grupo corporativista fundador da FESURV.

O nosso grupo era menor entendeu, porque na época não tinha o peso que tinha hoje, nós tínhamos poucos cursos na época e infelizmente, pesou mais o grupo político de Rio Verde pra manter e não esvaziar com a FESURV, resultado correram com a UFG e a UEG (Entrevistado 7, 2022).

Segundo o Entrevistado 4 (2022) relatou a dificuldade e falta de apoio enfrentado pelo Deputado Federal – Iturival Nascimento para dar sequência ao trâmite de seu projeto apresentado na Câmara dos Deputados:

Era um sonho...e como era uma faculdade federal tinha que ter aprovação do governo federal, como ele era deputado federal, ele foi a busca disso aí, de projeto na Câmara e sempre engavetando e não havia interesse das pessoas daqui de Rio Verde. Daí, ele teve dificuldade lá dentro, de não tirar e virar realidade. Como se montou a FESURV, naquela ocasião, houve realmente o trabalho da comunidade, de pessoas que acharam interessante, que era uma faculdade que estava indo pra Rio Verde, mas não teve o mesmo empenho nem o mesmo apoio a UFG por quê? Ai, a pergunta e aí, eu analiso dizendo ou há interesse político ou há interesse financeiro, que poderia detonar a FESURV e hoje, UniRV. E hoje, temos esse monte de faculdades particulares, mas na época o assunto gerava um mal-estar terrível entre muita gente. A ideia dos dois era comprar essa área para alimentar a FESURV, daí

seriam, então, duas faculdades: a particular FESURV (que é ligada a prefeitura) e a UFG ou a federal, que daria oportunidade para quem não tinha dinheiro, poderia estudar a custo zero (Entrevistado 4, 2022).

Ao analisarmos o corpus documental e oral seguindo a proposta expressa pelo método indiciário de Guinzburg (1989) evidencia outros elementos que podem elucidar a questão da Universidade Federal ter sido criada em Jataí e não em Rio Verde.

Observa-se que desde a implantação do ensino superior em Rio Verde, há evidências que a gestão municipal não interessou em atender as demandas de contrapartida para criação da UFG na cidade, como: a doação de uma área e a construção de um prédio para o funcionamento da universidade.

Embora, a gestão Municipal da época, representada pelo Prefeito Eurico Veloso do Carmo (ARENA) pertencesse ao mesmo partido político do governo Militar, não há provas que houve algum tipo de acordo entre os partidos existentes na época, apenas dois por causa do bipartidarismo, para que Rio Verde tivesse apenas uma faculdade de caráter privado.

Após o mandato do Prefeito Eurico, seu sucessor foi Iron Jayme do Nascimento do MDB, oposição ao governo. No mesmo período, o governador de Goiás era membro do ARENA e ao expor este cenário político, evidencia este fator possa conferir como um impeditivo para a criação de uma universidade pública em Rio Verde. Tendo em vista, de acordo com Germano (2008) durante o Regime Militar a oposição existia, mas não tinha voz, isso porque o sistema precisa legitimar o seu poder.

O sociólogo Weber (1864 - 1920) compreende a questão do poder como a imposição da vontade da pessoa ou da instituição sobre os indivíduos, de forma direta ou indireta, e para aceitação instaura-se a ordem, independentemente da vontade dos indivíduos. Neste sentido, dar voz à oposição conferia erradicar o poder governamental.

Contudo, à análise do lugar social e do período em que ocorreram os fatos, na perspectiva da História Cultural visa “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é constituída (Chartier 1990, p.16).

A reportagem do Jornal do Sudoeste, na figura 04, edição de 22/07 a 05/08/1984 apresenta a proposta enviada à Câmara Municipal pelo Prefeito da época.

Figura 4 - Auxílio financeiro a FAFI



Fonte: Folha do Sudoeste – agosto/1984
Disponível em: Museu Histórico Francisco Honório de Campos

De acordo com a reportagem, há menção de uma proposta para doação de R\$10 bilhões (dez bilhões) a FAFI (Faculdade de Filosofia) para aquisição de materiais de construção de casas para os estudantes carentes de Rio Verde e residentes de outras cidades. A votação ocorreu no dia 06 de agosto de 1984 e foi aprovada.

O entrevistado 4 (2022) afirmou que desde a fundação da FAFI, a Faculdade recebeu verbas em sua maioria da prefeitura.

Desde quando era a FAFI pra funcionar, ela dependia de doações, no que diz respeito em termos de verbas, muitos políticos conseguiam verbas para ampliar sua estrutura, melhorar suas instalações, garantir pagamento dos professores e até construir pavilhões, assim como o Iron inaugurou os três primeiros prédios, foi recurso que foi disponibilizado em sua grande parte da prefeitura para manter a faculdade (Entrevistado 4, 2022).

A entrevistada 3 (2022) também comentou sobre a faculdade ter recebido muito apoio da sociedade rio-verdense, bem como, doações, auxílios financeiros do das três esferas do poder público, “a faculdade recebeu muito apoio da sociedade, inclusive muitas doações e auxílios financeiros de todos: Município, Estado e União, muitos acreditavam no projeto e queriam contribuir de alguma forma com a nossa faculdade.”

A entrevistada 6 (2022) narrou sobre as doações e verbas oriundas de várias esferas para a faculdade.

Pra você ver, a faculdade recebeu verba demais de tudo quanto é lugar, eles tinham muito dinheiro e cada vez mais recebiam, eu fiquei sabendo de fazendeiro, donos de comércio aqui da cidade, médicos, enfim...gente que tinha dinheiro ter doado pra essa faculdade (Entrevistada 6, 2022).

Para a entrevistada 1 (2022) a importância a faculdade privada para a cidade, era expressa por meio do apoio financeiro, o qual com o passar do tempo aumentou.

A gente sabia da importância de ter uma faculdade em Rio Verde antes de iniciarmos a luta por uma instituição pública, e sabíamos de a importância desse particular receber apoio financeiro para se manter. Só que com o tempo, eu acho que o apoio financeiro passou ser grande (Entrevistada 1, 2022).

A quantidade de doações não eram oriundas apenas da esfera pública, mas também privada. Além disso, Rio Verde era uma cidade rica, caracterizada pela presença do agronegócio, existem evidências que fazendeiros, representantes da sociedade civil, empresas ligadas ao agronegócio tenham doado também.

Ao analisar as doações oriundas da esfera privada para a Faculdade, evidencia-se por meio destes fatos não somente o interesse em contribuir com a faculdade, mas também, poder usufruir de algum tipo de benefício com a classe política ou prefeitura, como uma espécie de moeda de troca, característico do Clientelismo (Leal, 1976).

Após, a faculdade ser transformada em Municipal, frente a quantidade de doações, tudo indicou não ser interessante para a prefeitura aceitar outra faculdade na cidade. Frente a isto, indagamos: a prefeitura se apropriava dessas verbas e doações? Este foi real o motivo de tamanha resistência política, silêncio de alguns políticos e o não apoio ao grupo pró-universidade pública?

A prefeitura poderia ter se apropriado também dessas verbas, uma vez que ela tinha parte na administração da faculdade. Os indícios apontam este como o motivo por trás da inércia de alguns políticos, da resistência e o não apoio a universidade pública em Rio Verde. Contudo, o poder econômico estava em disputa em Rio Verde.

As disputas instauradas pelo interesse dos campos, no caso referente a Rio Verde, os campos são concretizados por indivíduos, capazes de estabelecer novas relações de poder entre os atores os quais compõe cada campo, porque ele é um espaço onde manifestam relações de poder e constituído por estruturas hierárquicas (Bourdieu, 2004).

De um lado, as entidades de classe reivindicavam uma universidade pública; de outro, havia um órgão público lutando pela permanência e desenvolvimento da faculdade privada,

cujo principal interesse estava centrado no capital da empresa. Do ponto de vista econômico, a faculdade poderia ser uma empresa muito rentável para a prefeitura que era sócia. Mas, todos os entrevistados acreditam que o fator impeditivo para a materialização de uma universidade pública na cidade remete à falta de apoio político.

Segundo a entrevistada 3 (2022): “[...] eu acho que a UFG não veio pra cá, por falta de empenho do grupo que dizia querer ela aqui, sem contar que eles não tiveram o apoio político que tivemos na época.”

O entrevistado 5 (2022) tem a mesma percepção da entrevistada 3 (2022), “Infelizmente, não temos a UFG ou uma universidade pública aqui, por falta de interesse e apoio político...é lamentável, mas parece que os políticos aqui, acham que todos são ricos.”

O entrevistado 7 (2022) comentou que o grupo pró-universidade pública não teve apoio político.

Embora tenha convênio com a Prefeitura, mas o que fala forte mesmo ali é a “particularidade”. Se tiver dinheiro fica, se não tiver...quer dizer muito problemático. Temos uma Universidade, mas particular, Municipal, que não deveria cobrar mensalidade, mas...o nosso grupo não teve o apoio político e acho também, mais mobilização (Entrevistado 7, 2022).

O entrevistado 2 (2022) também comentou quando a FESURV foi criada, ela contou com o apoio de “todo mundo”, ou seja, grande parte da população bem como dos Clubes de Serviço e da classe política do município. Mas queria a mesma coisa que Jataí conseguiu: uma universidade pública para Rio Verde.

Faltou vontade política, porque aqui por exemplo: quando foi fundar a FESURV, aí, tinha todo mundo na briga. É claro, todos nós lutando para ter a universidade em Rio Verde...era os Clubes de Serviço, Rotary, vereadores, prefeitos...mobilizou toda a comunidade pra trazer a FESURV, grande fato. Mas, nós queríamos o quê? Aquilo que Jataí conseguiu e nós não conseguimos (Entrevistado 2, 2022).

Para a entrevistada 8 (2022): “ O interesse político foi o fator determinante para que o nosso movimento não tivesse vida e força,” evidenciando que o interesse político foi determinante para o grupo pró-universidade pública não ter vida e força.

Segundo a entrevistada 6 (2022) foi por causa de questão política que Rio Verde não teve uma universidade pública. Além disso, muitos professores, oriundos de outras cidades, trabalhavam na escola agrícola e acabavam trabalhando na FESURV.

Foi politicagem! Porque se fosse punho político até ia..., mas foi por politicagem, o povo queria... o povo sonhava com isto! Porque você sabe que muitas das vezes a universidade pra muito é tipo assim, uma bolha...ela tá longe lá e o povo sonhando

de cá! O povo ficava sonhando com isso, sabe...tinha muito disso. Mas nós tínhamos uma vantagem na época, nós tínhamos a escola agrícola, e muitos professores que vinham de fora pra trabalhar na escola agrícola acabava indo trabalhar na faculdade, na FESURV também. Então, era o sonho de cada cidadão rio-verdense. Mas, infelizmente, a politicagem os ganhos pessoais dos políticos impediram que acontecesse a faculdade pública. Hoje, nem se fala nisso mais, só agente que conhece a história sabe dessas dificuldades aí (Entrevistada 6, 2022).

A entrevistada 1 (2022) ressaltou que a maioria dos políticos rio-verdenses preferiram apoiar a faculdade particular, evidenciando a existência na cidade, na época, de três Deputados Estaduais e nenhuma ação foi realizada por eles. Para a participante, em Jataí também haviam políticos, os quais influenciaram a materialização de muitos projetos. No entanto, para ela faltou empenho político por parte dos líderes de Rio Verde.

A maioria dos políticos preferiram apoiar a Universidade particular. Nós tivemos em Rio Verde até três Deputados da rede estadual, porém como eram três eles tinham que ter uma força bem maior, mas eles não tiveram interesse, né. Então, na época, assim, nós tivemos políticos, porém o interesse não foi vontade deles. Lá em Jataí, eu acredito que foi mais assim: tinha o Maguito Vilela, começou como vereador, foi deputado, governador, prefeito... e depois ele faleceu, ele era prefeito de Goiânia. Então, como ele era de Jataí, ele tinha uma influência danada, quando saia coisas lá pra algumas cidades, ele levava pra Jataí. E sempre teve uns políticos mais fortes lá, Mauro Bento que foi prefeito, mas foi deputado também...sempre eles conseguiam sabe, eu acho que pra nós aqui, faltou vontade política. Porque pra lá foi a Universidade Federal depois a Estadual, eles têm o Instituto Federal Goiás. Faltou pra Rio Verde foi empenho político e mais força política, e nós que estávamos mais envolvidos com o sindicato, a gente lutou, mas não criou uma comissão só pra lutar por esta causa. Porque quando tem comissão, daí marca as reuniões, dias de conversar com o governo, de ir a Brasília. Assim, porque tudo isso nós já fizemos, mas assim, além de ir atrás você tem que acampar, porque se não acampar eles não atendem (Entrevistada 1, 2022).

As memórias dos entrevistados convergem para um mesmo ponto: faltou apoio político, mas vale ressaltar, sempre há interesse político no que se refere a criação de uma instituição escolar. Nota-se por trás desta falta de apoio, havia uma mentalidade ou representação dos segmentos hegemônicos de Rio Verde, acerca da ida da UFG para a cidade, isto inclui os segmentos do agronegócio ainda não tecnologicizados.

Para Halbwachs (2006) as memórias coletivas desempenham um papel fundamental nas construções históricas. Na memória coletiva, o passado é permanentemente reconstruído e vivificado enquanto é ressignificado, podendo ser compreendido como uma forma de história vivente.

Por meio das narrativas e documentos encontrados nesta sessão, observou-se que existiam em Rio Verde dois grupos de luta: um de alguns seguimentos da sociedade, representado pelo SINTEGO, alguns políticos do PT, PCdoB e outro político. Neste sentido,

na luta por hegemonia na região, a instalação de uma UF em Rio Verde, comprometia não apenas os ganhos econômicos, mas, provavelmente, toda correlação de forças políticas na região.

Com isto, alguns segmentos da sociedade civil reivindicavam a implantação/criação de uma universidade federal em Rio Verde; e os segmentos contrários, representados pelo Poder Público (sociedade política) também estavam divididos, ou seja, a correlação de forças em Rio Verde, as relações de prestígio e poder à favor de tal implantação não foram suficientes para materializar uma UF na cidade.

Desde a implantação do ensino superior em Rio Verde, a Prefeitura Municipal era o representante do grupo de moradores aspirantes de uma instituição, e ao mesmo tempo, transformou em participante direto da construção de uma faculdade privada na cidade. E conseqüentemente, receava a UFG ou outra universidade de caráter público na cidade, ser uma ameaça ao desenvolvimento do ensino privado.

Desta forma, verificou-se que não se tratava apenas do lucro do dono da faculdade, pois, os demais apoiadores não usufruíam de tal lucro. Trata-se de outro tipo de lucro, o de capital político na região. Neste sentido, a questão do público e privado são categorias dúbias, porém com interesses específicos, os quais geram conflitos e interesses, principalmente, no que tange ao processo de formação das instituições de educação de um país (Buffa, 1979).

Para Buffa; Nosella (2005) investigar uma instituição educativa remete compreender aspectos como: 1. Origem, criação, construção e instalação; 2. Prédio (projeto, implantação, estilo e organização do espaço); 3. Mestres e funcionários (perfil); 4. Clientela (alunos, ex-alunos); 5. Saber (conteúdos escolares); 7. Evolução; 8. Vida (cultura escolar: prédio, alunos, professores e administradores, normas). Desta forma,

[...] no movimento do real da história, a paixão, a vontade humana, os conflitos, os dissensos, as relações de propriedade e de produção não fazem parte de um jogo abstrato, predefinido, bem comportado, mas, ao contrário, são ingredientes de uma dura luta social, arriscada, cujo resultado final não se conhece. Por isso [...] a instituição escolar não é vista a priori como a eterna reprodutora dos desequilíbrios sociais, nem como a redentora de todos os seus males: dialeticamente, a escola é um importante espaço de luta social pela hegemonia (Buffa; Nosella, 2005, p. 364).

Conforme os autores, os conflitos existentes no momento real da história não fazem parte de um jogo abstrato, mas são ingredientes de uma luta social, tendo em vista que uma instituição escolar é um importante espaço de luta social pela hegemonia. No caso de Rio Verde, notou-se por meio das memórias os conflitos referentes a interesses de um lado, pela educação pública e de outro, a privada.

Para Buffa (1979) os embates entre os interesses pela educação pública e privada retomam a constituição da História do Brasil e o caso de Rio Verde foi uma disputa de interesses de grupos antagônicos, onde prevaleceu o interesse privado em detrimento do público.

Conforme Arendt (2008) a concepção de público e privado, parte da Grécia e adentra o mundo como modelo político-econômico estendendo aos dias atuais. Desta forma, o público refere-se ao comum, enquanto que o privado remete a ideia de dono. Neste sentido, o interesse privado se caracteriza pela força e permanência do capital.

Ao analisar as teorias de memória coletiva de Halbwachs e Nora, concluímos que há diversos caminhos de acesso ao passado e todos eles se deparam com tensões, conflitos e disputas. Além disso, em Rio Verde havia uma lógica ideológica conferida às empresas voltadas para o setor do agronegócio. Essa lógica remetia as políticas de troca de favores, coronelismo, clientelismo e uma universidade pública poderia alterar essa lógica.

O Clientelismo “é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados” (Chauí 1980, p. 33). Neste sentido, a ideologia é uma forma de esconder, ou ofuscar, o real, de maneira que as escolhas feitas pelos indivíduos atendam aos interesses das classes dominantes.

E como alternativa para dissipar o grupo Pró-Universidade Pública táticas como perseguição, ridicularização e não dar atenção aos membros deste movimento, foram usadas por representantes políticos, por simpatizantes e integrantes do grupo Pró-Faculdade privada.

Neste sentido, subentende-se frente aos dados e relatos dos entrevistados, devido a questões políticas Rio Verde preferiu apoiar e construir sua própria faculdade, de caráter particular, embora Municipal. Assim, os interesses privados sobrepuseram ao público.

Frente a isto, as políticas de Extensão, Expansão, Interiorização e materialização do Campus Avançado da UFG materializaram no Sudoeste goiano, porém em Jataí. Para compreender essas políticas, antes de detalharmos, o processo de criação do CAJ/UFG Jataí, necessitamos compreender as políticas extensionistas desenvolvidas no país, incorporadas pela UFG.

2.2 EXTENSÃO, EXPANSÃO, INTERIORIZAÇÃO, CAMPUS AVANÇADO E A LIGAÇÃO COM A UFG

A Reforma Universitária de 1968 alterou significativamente o cenário do ensino superior nacional, mudando a estrutura interior das universidades públicas com o objetivo de concretizar a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Neste âmbito, a extensão universitária assumiria a função de expandir o quantitativo de vagas ofertadas e ao mesmo tempo, possibilitaria a interiorização dos cursos nas regiões distantes dos grandes centros urbanos (Cunha, 1980).

Entretanto, para a concretização destas ações foram criados programas e projetos para este fim, como os CRUTACs e o RONDON (Cunha, 1980). Desta forma, o objetivo desta sessão centra-se em elucidar como os processos de Extensão, Expansão, Interiorização e Campus Avançados contribuíram com o desenvolvimento das universidades públicas da rede federal no país, em especial, o da UFG.

2.2.1 Extensão

Esta sessão tem como objetivo abordar como ocorreu o processo de extensão do ensino superior no país, em especial, o da UFG.

O modelo de extensão universitária desenvolvido no Brasil, em especial, no século XX, sofreu influência das abordagens europeias e americana. Na Europa, a extensão utilizou como referência o exemplo dos cursos ofertados às camadas populares; nos Estados Unidos houve a adoção do modelo de prestação de serviços.

De acordo com Almeida (1991), no século XIX, a ideia de extensão universitária estava ligada ao movimento de “educação continuada” na Inglaterra. Esse tipo de educação era destinado apenas às classes desfavorecidas. As universidades propunham atividades e cursos específicos, com vistas a atender as necessidades dos setores de produção contribuindo para a qualificação da mão de obra, aliados aos interesses da classe popular.

Entre 1870 a 1920, a classe trabalhadora europeia realizou inúmeros protestos influenciando o surgimento de uma nova concepção na educação de adultos, pois era um programa elaborado para atender a população adulta, de forma genérica abrindo a oportunidade para os adultos, por meio da “educação contínua”, dar sequência a sua formação, possibilitando que a universidade atendesse essa parcela da sociedade. A proposta

de educação desenvolvida na Europa, serviu como modelo para algumas universidades americanas contribuindo para o surgimento de dois tipos de extensão: a cooperativa e a universitária (Almeida, 1991).

A extensão cooperativa foi estabelecida em 02 de julho de 1862, nos Estados Unidos, pelo senador Justin Morrill of Vermont, o qual apresentou no 37º Congresso Americano um projeto, o qual foi aprovado e nomeado de Morrill Act. O mesmo previa que a doação de terras públicas, em vários Estados americanos, seria destinada a criação de faculdades para benefício da agricultura e das artes mecânicas. Desta forma, estes institutos receberiam o nome de Universidades Land Grant, as quais ofereceriam assessoria e assistência técnica aos agricultores (Morris, 1964).

O Morrill Act receberia auxílio financeiro dos governos federal, estadual e municipal. Desta forma, o modelo de extensão universitário foi promulgado oficialmente por meio da Lei Hatch de 1887, essa recebeu esse nome por causa do idealizador e criador do projeto William Hactch. Graças a ela, o governo federal contribuiu com \$15.000 para cada escola estadual de concessão de terras a fim de criar uma série de estações experimentais agrícolas. Essas estações agrícolas eram ligadas às faculdades e universidades estaduais fundadas por meio do Morrill Act de 1862 (Morris, 1964).

Em 1914, foi sancionada outra normativa conhecida como Lei Smith Lever, a qual estimulava a criação de um vasto campo de serviço de extensão agrícola nos Land Grant, estas atividades tinham caráter educativo e comunitário (Morris, 1964). Segundo Almeida (1991):

[...] a extensão universitária, por sua vez, também alcançou reconhecimento como atividade regular no âmbito das instituições de ensino, através do empenho de William Harper, dirigente da Universidade de Chicago, cuja proposta de educação continha cláusulas que legitimaram a extensão universitária como uma ação “extramuros”, incluindo ainda a instrução por correspondência, entre outros pontos (Almeida, 1991, p. 17).

Com o sucesso da extensão universitária foram criados os multicampi, “responsáveis pelo processo de “regionalização” da extensão universitária”, originando os *Campi Avançados*, localizados “fora da sede central, permitindo uma aproximação mais estreita e sistematizada com a comunidade regional e o desenvolvimento de atividades específicas que atendam às necessidades locais” como cursos noturnos e/ou preparação para professores, cursos de correspondências, conferências, encontros regionais etc (Almeida, 1991, p.17-18).

O modelo americano influenciou a criação da extensão universitária na América Latina, especialmente, nas universidades da Argentina e do Uruguai. Embora o projeto fosse um modelo de origem estrangeira, sua implantação na América do Sul passou por adaptações às necessidades locais e regionais (Almeida, 1991).

A perspectiva da extensão latino-americana esteve sempre vinculada à difusão cultural e à ampliação das oportunidades da educação básica e da alfabetização de jovens e adultos dirigidas às camadas populares menos favorecidas, bem como ao desenvolvimento das comunidades rurais, incluindo atividades assistenciais (Almeida, 1991, p. 18).

No Brasil, de acordo com Sousa (2000), a Universidade Livre de São Paulo (1912-1917) desenvolveu, pioneiramente, atividades extensionistas por meio da oferta de cursos e conferências variadas, semanais, gratuitas e abertas. Assim, a extensão estaria cumprindo o seu papel na transmissão da cultura técnica, conhecimento científico estabelecendo proximidade entre a universidade e a comunidade.

Nos anos de 1920, a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa - Minas Gerais, inaugurada em 1926, possibilitou a realização de atividades de extensão destinadas a prestação de serviços rurais por meio de cursos, palestras e conferências. Sob um contexto de influência norte-americano, os ideais da Escola Nova adentraram no país, influenciando as universidades apresentarem ações mais ativas visando o desenvolvimento da educação popular (Sousa, 2000).

A década de 1930 foi marcada por mais mudanças, com o fim do governo das oligarquias e embalado pelo crescimento econômico, a educação começou ser vista como condição viabilizadora para o progresso econômico, político, sócio-cultural. A educação, neste contexto, passou a ser disponibilizada sob o controle do Estado (Sousa, 2000).

O Estado pretendia formar um trabalhador enquanto ferramenta de produção, a educação seria o ponto-chave para a formação desse sujeito. Porém, após anos de luta e reivindicações dos Movimentos Sociais e da UNE, inspirada no ideário da Carta de Córdoba¹³ em 1918, cuja reivindicação visava possibilitar a extensão universitária como ferramenta propulsora do fortalecimento da função social da universidade ao povo por meio da cultura universitária (Sousa, 2000).

¹³ Os estudantes proclamavam suas reivindicações como a necessidade de autonomia, participação paritária nos conselhos, regime de concursos, participação livre nas aulas, assistência social aos estudantes, dentre outras. O movimento argentino, publicou o Manifesto de Córdoba, em 21 de junho de 1918, o mesmo influenciou os movimentos estudantis em toda América Latina.

O Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, referenciava a extensão universitária restrita à pesquisa, não como obrigatoriedade e um componente da universidade. Em 1934, a Universidade de São Paulo seguiu as orientações do Decreto nº 19.851/31 e passou ofertar cursos de extensão aos moldes da universidade popular, assim, o termo extensão foi usado pela primeira vez. O art.42 do Decreto nº 19.851/31, norteava a organização das universidades e as atividades de extensão estabelecendo um novo paradigma à educação, ao mesmo tempo, compunha o projeto do governo desenvolvido naquele momento (Cunha, 1975).

Os anos de 1940/1950 foram caracterizados por lutas e reivindicações por reformas no ensino superior no país. Apenas no início de 1960, a extensão universitária passou a ser direcionada como elemento indissociável do ensino e da pesquisa objetivando a conscientização das classes populares sobre seus direitos (Sousa, 2000).

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimento uteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público (Brasil. Decreto nº 19.851/31, de 11 de abril de 1931).

Nesta perspectiva, a educação deixou de ser um privilégio e adentrou às camadas populares, por meio do compromisso social expresso nas atividades de extensão das universidades. Neste período, o professor Paulo Freire (1921-1997), criou o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Paulo Freire (1921-1997) defendia que a extensão poderia redimensionar a universidade dentro de um projeto popular de educação, por meio da formação de um sujeito crítico e emancipado (Cunha, 1988).

Entretanto, as ações de Paulo Freire (1921-1997) foram interrompidas após o golpe de 1964. Nesta fase, o Estado passou por uma reorganização e reformas foram instituídas, tanto na educação básica quanto na superior. A partir de 1970, as ações de extensão começaram sob os princípios da Reforma Universitária de 1968 (Cunha, 1975).

O governo militar reprimiu a participação política e social organizada pelos estudantes, como: passeatas, movimentos e campanhas pela universidade popular. Então, como resposta a essas medidas explodiram no país uma onda de protestos e os militares

criaram programas que levassem os jovens universitários a desenvolver trabalho voluntário, em formato de estágio em áreas distantes (Sousa, 2000; Germano, 1994; Motta, 2014).

Frente a este cenário, a Resolução 118/1977 da UFG definiu o caráter da extensão universitária como:

Art. 1º - Extensão é o subsistema universitário, baseado na estrutura e na programação departamental, destinado a integrar os demais subsistemas/ensino e pesquisa e a atuar em função deles como fator de formação do aluno e como um dos fatores de aceleração do progresso da sociedade, funcionando como mecanismo permanente da renovação de método e de conteúdo de ensino, através do processo retroalimentação gerado pela integração universidade-sociedade (UFG, Resolução 118/1977, 10 de maio de 1977).

A Resolução 118/1977 normatizou as atividades de extensão na UFG, nela o art. 3º estabelece o seu objetivo de “contribuir para a melhoria dos padrões socioculturais e o atendimento das demandas sociais nas áreas de influência da Universidade”, com isto, para alcançar a meta extensionista seriam ofertados cursos, seminários, encontros, conferências.

De acordo com a Resolução 118/1977, antes destas atividades serem desenvolvidas, as pesquisas seriam realizadas com intuito de detectar as necessidades das áreas de atuação do programa, desta forma, o desenvolvimento da extensão deveria alcançar as metas estabelecidas no art. 6º:

Art. 6º - A implantação e o desenvolvimento da extensão universitária colimarão as seguintes metas:

I - Implantação de órgão supervisor e coordenador das atividades de extensão, de acordo com as normas vigentes;

II - Consolidação de:

a) um esquema de política de extensão universitária, através das suas unidades de ensino e seus respectivos Departamentos;

b) programas de estágios, cursos, difusão cultural, CRUTAC, “Campi” Avançados, prestação de serviços, ação comunitária e outros assegurem um relacionamento permanente da Universidade com o meio.

III - Promoção de:

a) meios e incentivos para a participação de docentes e discentes nas atividades de extensão universitária;

b) uma estrutura física visando atender, progressivamente, a implantação da extensão universitária;

IV -Inclusão, nos currículos dos vários cursos, de créditos obtidos em atividades de extensão;

V - Adequação da política de ensino e pesquisa à extensão, e vice-versa;

VI - Articulação da Universidade com os diversos graus de ensino, especialmente no que se refere à formação de recursos humanos para a educação;

VII -Previsão, no orçamento geral da universidade, de recursos financeiros para o atendimento das necessidades da extensão universitária;

VIII -Expedição de instrumentos legais para a consolidação de um modelo de extensão universitária (UFG, Resolução 118/1977, 10 de maio de 1977).

Nos artigos 7º ao 11º os incentivos para participação dos discentes e docentes no programa de extensão universitária seriam considerados como curriculares, avaliados por meio de notas e créditos. O discente-participante teria o direito à segunda chamada em provas e testes, concernentes ao período em que estivesse afastado, marcado em período especial pelo Departamento de Curso.

Além disso, a Resolução 118/1977 mostra que o discente-participante poderia realizar matrículas em época especial, uma vez que estariam envolvidos com as atividades fora da universidade bem como, o órgão de extensão solicitaria autorização para ausência no trabalho dos docentes e dos alunos, que fossem convocados para desenvolver as ações fora da universidade.

As atividades desenvolvidas, por meio da Resolução 118/1977, estariam sob a responsabilidade dos Departamentos de Curso e Coordenadores, os quais deveriam organizar os projetos para serem executados pelos acadêmicos. Além disso, as atividades de extensão eram consideradas como disciplina para os cursos de graduação, conforme Resolução nº11, como Estudos dos Problemas Brasileiros.

A Extensão universitária também alcançaria os cursos de especialização da UFG, no dia 10 de maio 1978, a instituição normatizou a disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros, após reunião com o Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa, a qual seria organizada por meio da Resolução 126/1978. Essa teria o caráter facultativo para os cursos de especialização, com exceção do curso de Direito, tanto para os alunos matriculados quanto para àqueles egressos.

Pretendia-se “civilizar” os “espaços vazios” do interior do país, por meio dos programas de desenvolvimento das regiões centrais, nordestinas e do norte. As universidades exerceriam um papel importante nessa tarefa, por isso houve a criação de dois projetos: RONDON e os CRUTACs, o quais corroboraram para o envio de vários discentes estagiários com a finalidade de executar atividades no interior do país bem como contribuir para a criação de *Campus* Avançados nas cidades.

O documento disposto pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFG de 1994 intitulado: “Proposta para o Programa de Interiorização dos Cursos da UFG” apresenta o seguinte dado:

Em 1972, instalou na cidade de Picos, Piauí, o seu primeiro *Campus* Avançado, que, a partir de 1985, foi transferido para Universidade Federal daquele Estado. Em Goiás, a UFG iniciou suas atividades de extensão através de estágios rurais na área de saúde na cidade de Nerópolis. Em 1975 estas atividades passaram a ser

desenvolvidas em Firminópolis, com a criação do Crutacs naquela cidade. A partir de 1980 este Crutac passou a denominar-se *Campus* Avançado de Firminópolis, atendendo também outras localidades próximas. Em 1980 foram criados ainda dois *Campus* Avançados: o de Jataí e o de Porto Nacional. Dois anos depois foi criado mais um: o *Campus* Avançado de Catalão (UFG/PROGRAD, 1994, p. 06).

Dessa forma, a interiorização da UFG “foi feita basicamente sob a égide da extensão”, estabelecida conforme regimento, em 1980, Jataí e em 1982, Catalão (UFG/PROGRAD, 1994, p.06). Conforme informação disponível no site da UFG/Regional Jataí, em 20 de dezembro de 1982 foi assinado o primeiro termo de convênio entre a UFG e a Prefeitura Municipal de Catalão, antevendo a implantação da universidade no local. Apenas em 1983, a unidade acadêmica da universidade tornou-se *Campus* Avançado.

No entanto, após a decadência do governo militar, na década de 1980, esses programas perderam relevância com a redemocratização do país, entretanto instaurou-se discussões sobre a autonomia universitária e o seu lugar na sociedade. Somente a partir desse momento, os debates sobre a extensão universitária foram retomados (Cunha, 1980).

Percebe-se ao longo da história, que a extensão universitária visava a integração da universidade à comunidade buscando atender as comunidades mais carentes do país, conforme Sousa (2000):

A Extensão Universitária, identificada em suas diversas fases, assume características conforme a prática que lhe é dada. Assim, contemporaneamente à criação dos campi e dos CRUTAC, vimos que a prática da extensão era tida como a oferta de cursos extracurriculares, palestras e oficinas. E além disso, com uma prática voltada para assistir as comunidades mais carentes de nossa sociedade (Sousa, 2000, p. 31).

Evidencia-se que a relação entre os *Campi* Avançados e a extensão universitária centrava-se no propósito de interiorizar e expandir as universidades públicas no país. A interiorização remeteria a criação de novas universidades e a expansão possibilitaria a ampliação das ofertas das vagas dos cursos ofertados pela universidade, tal temática será abordada na próxima sessão.

2.2.2 O processo de expansão da UFG

Nesta sessão abordaremos como ocorreu o processo de expansão da UFG para outras cidades de Goiás, em especial, Jataí. Porém, o ponto de partida da temática desta sessão, instaura-se a partir da análise lexical do termo expansão, caracterizado como item

polissêmico, converge para o seguinte significado: ato ou efeito de expandir(-se), de tornar(-se) maior, mais amplo, mais extenso ou mais dilatado.

A concepção proposta por Dourado (1997):

A expansão do ensino superior é aqui entendida como a garantia da ampliação das oportunidades educacionais, considerando para tal o incremento de matrículas (acesso), as modalidades em que se efetivam esse processo (criação de escolas, expansão de vagas) (Dourado, 1997, p. 539).

A UFG iniciou suas atividades expansionistas com a criação de cursos em outras localidades e ao mesmo tempo, culminando no surgimento dos *Campi* Avançados (Dourado, 1997, p. 539), conforme Baldino (1991):

A Universidade Federal de Goiás implantou a Reforma Universitária em 1970. Ao nível expansionista criou os cursos de Enfermagem e Nutrição (CCEP. Res. 090/75); Biblioteconomia (Res. CCEP. 135/79), Mestrado em Ciências Humanas, Letras (CCEP. Res. 077/74), Especialização em Educação (Res.106/76), Campus Avançado em Picos – Piauí, Firminópolis (GO), além de atividades de extensão – estágio (ainda não campus avançados) em Porto Nacional (base essencialmente de estágio para alunos de medicina), Jataí e Catalão, todos esses últimos em território goiano (Baldino, 1991, p. 118).

As ações de expansão da UFG iniciaram com a criação de novos cursos e projetos de interiorização, como o PREMEN:

Por parte da UFG, a expansão se deu com a criação de novos cursos e com o desenvolvimento, na década de 70, de alguns projetos de interiorização de cursos através do PREMEN (Programa de Expansão e Melhoria da Educação Nacional), também fruto do Acordo MEC-Usaid. Este programa consistia em cursos de licenciatura curta e parcelada, realizados durante as férias (UFG/PROGRAD 1994, p. 06 - 07).

Na década de 1970, conforme Baldino (1991), no Estado de Goiás haviam inúmeros projetos de interiorização da UFG. Por meio do PREMEN, cursos de formação de docentes de curta-duração eram ofertados das seguintes maneiras: parcelado - férias ou integral – intensivo), todos sob as orientações dos oficiais do MEC/governo militar. Segundo Baldino (1991):

Nesta década de 70, há inúmeros projetos de interiorização de ações da UFG por todo o Estado de Goiás, desenvolvidos à luz das orientações oficiais do MEC/governo militar. Além do curso de graduação em Pedagogia realizado por alguns anos na cidade de Goiás, pela Faculdade de Educação, esta através do PREMEN - Programa de Expansão e Melhoria da Educação Nacional (Acordo MEC/USAID) desenvolve um intenso programa de formação de docentes de curta-duração (parcelado – férias ou integral – intensivo) nas áreas de Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Educação para o Lar, Economia Doméstica, Licenciatura

Curta em Língua Portuguesa, Ciências e Matemática, além de complementação pedagógica na área de Supervisão Escolar e Orientação Educacional (Baldino, 1991, p. 118).

O PREMEN foi criado pelo governo Emílio G. Médici, sancionado por meio do Decreto nº 70.067, de 26 de janeiro de 1972. No artigo 81, item III do Decreto, tinha como principal objetivo aperfeiçoar o sistema de ensino de primeiro e segundo graus, porém para o seu funcionamento, seria composta uma comissão de administração designada pelo Ministro do Estado, com vistas a representar a União e coordenar as ações desenvolvidas pelo programa.

No artigo 5º do Decreto defende que os recursos orçamentários seriam oriundos das esferas federais, estaduais e extraorçamentários de fontes internas e externas. Enquanto que, no artigo 6º elucida como seria organizada a criação do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, o qual seria composto por doações externas recebidas da União.

Art. 6º. Na conformidade do artigo 4º, § 3º, da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, com a redação do Decreto-lei nº 872, de 15 de setembro de 1969 é aberto como subconta do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), um Fundo Especial para, nas condições previstas nos artigos 71 e 73 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, prover os recursos necessários à realização dos Projetos a cargo do PREMEN.

§ 1º - Todos os recursos provenientes das fontes externas e do Governo Brasileiro constituirão o Fundo Especial, que fará as liberações automáticas ao PREMEN, para fins de aplicação.

§ 2º - As dotações orçamentárias consignadas aos Órgãos do Ministério da Educação e Cultura destinadas a projetos a serem executados pelo PREMEN, serão automaticamente integradas nesse FUNDO, tão logo aprovadas.

§ 3º - O FNDE poderá destinar outros recursos para o financiamento total ou parcial de Projetos a serem executados pelo PREMEN, não custeados com recursos orçamentários.

§ 4º - Os recursos provenientes de empréstimos externos serão depositados em contas especiais no Banco do Brasil S.A, em nome do Fundo Especial, uma para cada acordo de empréstimo.

§ 5º - Os recursos postos à disposição do PREMEN serão depositados em contas especiais, abertas à sua ordem, no Banco do Brasil Sociedade Anônima.

§ 6º - As atividades do PREMEN se desenvolverão segundo programas especiais de trabalho, devendo as despesas ser classificadas como Serviço em Regime de Programação Especial, de acordo com o § 4º do art. 12, artigo 13, parágrafo único do artigo 20 e artigo 71, todos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 7º - Os recursos nacionais disponíveis, no atual exercício financeiro, continuarão a ser aplicados até o fim do exercício, segundo os Planos de Aplicação em vigor, porém obedecendo ao previsto no artigo 73 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

§ 8º - Os recursos empenhados e os não aplicados, de correntes do Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968, relativos ao exercício de 1971, serão transferidos para o atual, na forma do artigo 73 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Decreto 70.067, de 26 de janeiro de 1972).

Para Dourado (1997, p. 539) a expansão durante os anos de 1980, efetivou-se “através da consolidação de instituições já instaladas e da criação e da instalação de novas instituições de ensino.” Com isto, Dourado (1997) afirma que:

A expansão e a interiorização das oportunidades educacionais nem sempre se efetivaram através de mecanismos de planejamento qualitativo sendo, na maioria das vezes, resultado de pressões sociais e barganhas políticas as mais diversas o que contudo, não confere a esse processo o caráter de processo desordenado mas indica que, a despeito de sua aparente feição, ela é sempre orientada por escolhas, por opções, sendo, portanto, política e constituindo-se como uma política (Dourado, 1997, p. 539-540).

Os programas de extensão e interiorização se constituíram como um projeto político, na maioria das vezes, resultado de pressões sociais e barganhas políticas. Quanto ao PREMEN, esse foi um programa com objetivo de ofertar a capacitação para professores sem formação pedagógica (Dourado, 1997).

Esses projetos com viés político autoritário e antidemocrático procuravam atender o acordo com o governo americano e os militares, porém ao mesmo tempo, pretendiam passar à população brasileira a imagem de representantes do progresso nacional e preocupados com a educação (Dourado, 1997).

Segundo Baldino (1991) havia intenção eleitoreira quando foram criadas as ações e projetos de extensão, principalmente, porque isso poderia facilitar a ampliação do ensino superior privado. Embora as instituições públicas timidamente ampliavam o acesso e as vagas, graças a extensão, nada se comparava ao aumento vertiginoso das faculdades privadas no país (Baldino, 1991).

Neste sentido, as ações e projetos de extensão estavam ligados a interiorização do ensino superior no país. Para compreendermos como de fato ocorreu, a próxima sessão contemplará como ocorreu a interiorização da UFG no Estado de Goiás.

2.2.3 Interiorização

Nesta sessão abordaremos sobre o processo de interiorização da UFG. Conforme documento disponível na Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), tal fenômeno ocorreu de forma indireta e direta. A primeira, refere-se ao direcionamento das atividades de ensino e pesquisa às realidades levantadas pela “instituição-sede para os problemas do Estado, incluindo as regiões interioranas” (UFG/PROGRAD, 1994, p.10-11).

Neste sentido, foram desenvolvidos três tipos de ações:

- a) Pela formação de graduandos e pós-graduandos capazes de compreender os problemas do interior e influir na sua solução;
- b) Pela realização de pesquisa voltada para a solução de problemas das populações interioranas;
- c) Pela reciclagem de profissionais que atuam no Estado (UFG/PROGRAD, 1994, p.11).

A segunda, faz referência ao “desenvolvimento de atividades permanentes na Universidade – ensino, pesquisa e extensão, em regiões de extensão através da implantação do *Campus Avançados*” (UFG/PROGRAD, 1994, p. 11).

Os programas governamentais para a interiorização no Estado de Goiás, conforme Baldino (1991) tiveram o seu auge na década de 1980. “A interiorização dos cursos pela UFG efetivou-se sem o estabelecimento de políticas específicas e ocorreu mais como resultado da organização de setores da sociedade civil, que reivindicavam a instalação do *campus*” (Dourado, 1997, p.541).

A Resolução 156/81, do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da UFG, estabelecia as normas para o programa de interiorização será executado exclusivamente nos municípios sede dos *Campus*;

1. Os cursos criados pelo Programa de Interiorização serão ministrados pelos Departamentos Didáticos da UFG;
2. Os assuntos administrativos, técnicos, didáticos e acadêmicos ficarão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de graduação nesse processo;
3. O vestibular unificado pela UFG;
4. A transferência de alunos para a UFG em Goiânia somente será admitida em casos especiais;
5. Admite a possibilidade de implementação de calendário Escolar diversificado.

Segundo Dourado 1997, não havia um programa de avaliação sistemática do processo de interiorização, porém tal problema foi solucionado por meio da proposta para o programa de interiorização da UFG, aprovado pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da UFG, em 06 de dezembro de 1994. Tal documento apresentou normatizações e diretrizes gerais para a interiorização e expansão, bem como a criação dos Centros Regionais de Estudos Superiores (CRES) para o *Campus* existente.

Conforme Dourado (1997):

A perspectiva sinalizada para a otimização das atividades de expansão e interiorização da UFG para a criação, por intermédio da Universidade, de dois Centros Regionais de Estudos Superiores no Estado de Goiás. Para a viabilização desses CRES, indicaram-se critérios norteadores, tais como: racionalização da

oferta, o que implica que a implantação de CRES somente se efetiva onde não exista IES Estadual ou Municipal ou Ela fique a mais de 100km da Capital; capacidade, localização e articulação do município com municípios vizinhos visam garantir a manutenção dos CRES, considerados de alto custo (Dourado, 1997, p.542).

A UFG implantou o Campus Avançado de Jataí (CAJ) na cidade jataiense, a qual localiza-se a 80 km de Rio Verde, um dos critérios proposto pelos CRES, seria a localização das cidades: ambas no Sudoeste goiano com distância inferior a 100km.

As discussões bem como a proposta de interiorização via expansão da UFG iniciaram na gestão do ex-Reitor Cruciano (1978-1981), contou com o apoio do Conselho Federal de Educação, entretanto grande parte do colegiado da universidade não acreditava na proposta e por isso, a criação do CAJ gerou resistência dentro da própria universidade (Cassimiro, 2018).

Mesmo com a resistência da comunidade interna, provavelmente, motivada pelo período controverso militar a interiorização ocorreu bem e passou a ser um plano de desenvolvimento para a UFG. Uma das consequências da interiorização foi a criação de novas universidades a partir dos *Campus* Avançados, o que será abordado na próxima sessão.

2.2.4 *Campus* Avançados

Nesta sessão explicaremos como ocorreu a política de desenvolvimento dos *Campus* Avançados, em especial, os da UFG. O objetivo deste tópico é abordar como ocorreu o processo de implantação dos *Campus* Avançados universitários.

As políticas de Expansão, Interiorização e implantação de *Campus* Avançados ocorreram em um período marcado por intensa repressão, perseguição e autoritarismo para as IES, em meio a esse contexto, alguns decretos-leis foram impostos como a Lei nº 5.540, a qual fixou normas sobre a organização e funcionamento do ensino superior bem como sua articulação com a escola média, conforme os artigos 20 e 40:

Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes.

Art. 40. As instituições de ensino superior: por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos; estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais; estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional (Lei nº5.540, de 28 de novembro de 1968).

O artigo 20 informa que as universidades estenderão à comunidade sob forma de cursos e serviços especiais, como: atividades de ensino. O art. 40 estabelece que as instituições de ensino superior, por meio das atividades de extensão, deveriam proporcionar aos discentes a participação nos programas possibilitando ao estudante à formação cívica, a consciência dos deveres como cidadão e profissional. A partir desta lei, foram criados os projetos dos CRUTAC e o Rondon objetivando a concretização da Extensão universitária e também a implantação dos *Campus* Avançados (Almeida, 1991).

Em 07 de outubro de 1976¹⁴, foi criado o Decreto-Lei 916, o qual regulamentava o surgimento da Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC), também propiciava condições materiais e técnicas para implantação nas universidades brasileiras, o documento foi assinado pelos Ministros da Marinha, Guerra e Aeronáutica da época. O art. 1 determinava a finalidade de sua criação:

Art. 1 É criada, no Ministério da Educação e Cultura, a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CINCRUTAC, com a finalidade de propiciar condições, inclusive materiais e técnicas, para implantação nas Universidades brasileiras de programas que visam a:

- I - Ajustar a ação governamental às necessidades das populações interioranas, mediante o trabalho associado e integrado das universidades junto aos demais órgãos e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de entidades privadas;
- II - Encaminhar, com a extensão dos serviços universitários às áreas interioranas, através dos cursos específicos de cada unidade, a realização de atividades básicas que conduzam à promoção do homem, ao desenvolvimento econômico-social do País e à segurança nacional;
- III - Promover o treinamento rural dos estudantes universitários, em períodos de estágios, no exercício das atividades específicas dos respectivos currículos;
- IV - Proporcionar aos estudantes estagiários, com o assessoramento de professores e técnicos, as condições necessárias ao estudo e solução dos diversos problemas da comunidade, mediante a adequação do exercício profissional às peculiaridades do meio;
- V - Proceder ao levantamento de recursos financeiros da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a serem aplicados em projetos específicos (Decreto- Lei 916, de 07 de outubro de 1976).

Todas as ações estabelecidas no Decreto 916, seriam controladas pelos militares bem como a instalação da Comissão, que contaria com a participação de um representante dos Ministérios de Educação e Cultura, Interior, Agricultura, Saúde, Trabalho e Previdência Social, Planejamento e Coordenação Geral. Ao último, seria determinado um representante que ocuparia o cargo de coordenador e executor do projeto.

O Projeto contaria com um Fundo Especial destinado a doações como medida de manutenção orçamentária, conforme art. 3º:

Art. 3º Fica criado um Fundo Especial de natureza contábil, destinado a atender despesas com o desenvolvimento das atividades da CINCRUTAC, constituído por:

- I - Dotações consignadas especificamente no Orçamento Geral da União;
- II- Créditos adicionais aberto em seu favor;
- III- Doações, legados e contribuições de qualquer origem;
- IV- Juros de depósitos bancários; e
- V- Outras rendas (Decreto-lei 916, de 07 de outubro de 1976).

Percebe-se que embora houvessem fundos com vistas a arrecadação de verba para execução dos projetos, não havia uma política clara quanto a prestação de contas do uso deste dinheiro. Para Dourado (1997) as políticas de execução de programas de estágios aliados as ações de extensão, deram subsídios à criação de *Campus* Avançados no interior do Estado, no caso da UFG, estas ações iniciaram a partir de 1972:

Os *campi* avançados foram criados pela universidade a partir de 1980, como órgãos suplementares vinculados à Pró-Reitoria de Extensão, com o objetivo de interiorizar as atividades da universidade, particularmente, os programas de estágios e extensão, em substituição ao Projeto Rondon e aos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC). Nessa óptica a UFG inicia, em 1972, o seu programa de interiorização situando-se no âmbito da política sinalizada pelo MEC de criação de *Campus* Avançados. A política de interiorização adotada, inicialmente pela UFG caracterizou-se a partir do estabelecimento de práticas extensionistas (estágios curriculares) e, só na década de 80 implementou políticas de criação de *campus* no interior (Dourado, 1997, p. 540).

Nesse sentido, para a escolha das cidades as quais iriam ministrar os cursos levou-se em consideração o aspecto de serem consideradas polos de desenvolvimento regional. Para Baldino (1991), a questão da escolha dos polos para implantação dos *Campus* nas cidades/polo, levou em conta a concentração populacional objetivando a intenção eleitoral.

A instalação e manutenção dos *Campus* ocorreria por meio de convênios firmados entre a UFG e as Prefeituras locais, esses seriam renovados periodicamente (Dourado, 1997). O documento “Proposta para Programa de Interiorização dos Cursos” da UFG/PROGRAD apresenta um conjunto de responsabilidades entre a UFG e as Prefeituras da época. Assim, estaria sob responsabilidade da UFG:

- Destinar, na dotação orçamentária, recursos financeiros para manutenção do Campus Avançado;
- Realizar o concurso vestibular;
- Responsabilizar-se pela coordenação didático-pedagógico do(s) curso(s), designando professor coordenador, por um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido, com carga horária mínima de 16h semanais;
- Responsabilizar-se pelo assessoramento didático-pedagógico, por meio da Coordenação de Curso e do respectivo Departamento;
- Acompanhar as atividades realizadas;
- Responsabilizar-se pela seleção de pessoal docente a ser contratado pela prefeitura, através de concurso público de provas e títulos;

- Assessorar e apoiar a prefeitura, através da Coordenação de Curso, no processo de aprimoramento do ensino de 1º e 2º graus;
- Oferecer, quando for necessário, as instalações físicas do *Campus* Avançado (UFG/PROGRAD, 1994, p. 12).

E caberia às Prefeituras:

- Destinar recursos financeiros necessários ao funcionamento do curso;
- Contratar todos os professores necessários aos cursos;
- Adequar a remuneração dos professores de acordo com a seguinte correspondência: quando graduado, receberá como Professor Auxiliar, referência inicial da Universidade, quando mestre, receberá como Professor Assistente, na referência inicial, quando doutor, receberá como Professor Adjunto, na referência inicial. A progressão na carreira dar-se-á conforme critérios da UFG;
- Pagar ajuda de custo aos professores da Universidade que lecionarem no curso do interior. A ajuda de custo é igual ao salário de Professor Adjunto IV, graduado, 20 horas, da UFG;
- Pagar ajuda de custo ao Coordenador do curso, correspondente a 50% da ajuda de custo do professor (salário de Professor Adjunto IV, graduado, 20 horas);
- Pagar a ajuda de custo aos professores no período de férias, desde que realizem atividades docentes neste período;
- Promover meios necessários a realização dos concursos e contratação;
- Adquirir livros para o acervo da biblioteca, bem como equipamentos e material didático para o funcionamento do curso;
- Responsabilizar-se pelo transporte e remuneração de pessoas convidadas pela Coordenação do Curso para ministrar atividades culturais e/ou complementares. O valor da remuneração será, no mínimo, igual ao valor de diárias pagas pela Universidade;
- Assegurar a otimização do ensino público municipal e colaborar com a UFG na realização dos eventos programados;
- Buscar a liberação dos docentes rurais e urbanos da rede municipal para frequentarem cursos programados;
- Promover uma política pessoal no sentido de que, no preenchimento de cargos do magistério, sejam admitidos, preferencialmente, os portadores de diploma de licenciatura;
- Assegurar a gratuidade do ensino que seja ministrado por docentes da UFG;
- Garantir que os docentes que licenciarem nos cursos fora da UFG o farão como atividades do Departamento de origem, sem prejuízos de seus encargos didáticos (UFG/PROGRAD, 1994, p.12-13).

Mesmo após a execução do que foi firmado por ambas partes via contrato, muitos problemas foram enfrentados pela universidade, como: falta de dotação orçamentária própria, falta de uma estrutura técnico-administrativa para dar suporte às atividades de ensino, falta de um plano de carreira do pessoal docente, cobrança da comunidade local e de políticos, os departamentos da UFG não assumiram a interiorização, houve falta de uma política explícita de Interiorização da UFG (Dourado, 1997).

Por meio dos acordos e dos programas, como o CRUTAC surgiu o primeiro *Campus* Avançado em Picos, no Piauí em 1972. Em 1973, fruto do projeto RONDON, o de

Firminópolis “com o objetivo de levar os recursos de seus conhecimentos científicos e tecnológicos para a população desse município” (Revista Afirmativa UFG, 2009, p.12).

Em 1980, foram criados dois *Campus* Avançados: o de Porto Nacional e Jataí. No caso específico de Jataí, em março de 1980 criou-se o CAJ pela UFG com o objetivo de expandir, interiorizar cursos de formação para professores da instituição e da região sudoeste do Estado de Goiás (Dourado, 1997), formalizado por meio da Resolução nº145, de 10 de março de 1980, conforme anexo VII, na página 217.

Em 1981, segundo Dourado (1997) os cursos de Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Matemática, Química e Física eram ministrados por professores lotados em Goiânia, os quais deslocavam da capital para Jataí. Em 1983, foi aprovada a criação do *Campus* Avançado de Catalão resultado do Convênio nº 035/83 entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Centro de Apoio Técnico à Educação e a UFG em 1983 (Dourado, 1997).

Conforme o regime militar avançava, os programas de Extensão via Interiorização ganhavam vigor. Os Reitores das universidades tiveram um papel importante para a materialização dos projetos governamentais. Desta forma, na próxima sessão abordaremos sobre os Reitores da UFG durante 1960 a 1980.

2.3 EX-REITORES DA UFG: 1960 A 1980

Esta sessão, tem como objetivo abordar quais foram os reitores da UFG durante o 1960 a 1980 e suas contribuições para o desenvolvimento da universidade, sob o comando do regime militar.

O Professor Colemar Natal e Silva foi o primeiro reitor da UFG, nasceu em 1907, em São José do Tocantins (atual Niquelândia), graduou-se em Direito, na antiga Universidade do Brasil – Rio de Janeiro. Quando retornou à Goiás, foi convidado por Pedro Ludovico Teixeira a lecionar História, Sociologia e Português no Estado, em 1930 (Jornal UFG, 2020).

Pouco tempo depois, foi convidado a atuar na esfera da administração pública, representando a Secretaria do Interior e Justiça. Fez parte da comissão que estudou qual melhor área para a construção de Goiânia. No final de 1950, lutou incessantemente pela instalação de uma Universidade Federal em Goiás, nesse tempo, era professor e diretor da Faculdade de Direito de Goiás. Sua atuação conferiu na realização de inúmeros movimentos, promoção de atos públicos, assembleias e até organizou passeatas com um único objetivo: criar a Universidade Federal de Goiás (Jornal UFG, 2020).

Evidentemente, foi responsável pela articulação do projeto entre professores e o presidente Juscelino Kubitschek. Seu esforço foi concretizado em 1961, na capital de Goiás, quando JK assinou a criação da UFG. Como forma de reconhecimento de sua luta e trabalho, o Professor Colemar Natal e Silva recebeu o apoio tanto dos docentes como dos estudantes, inclusive apoio político para se tornar o 1º Reitor da instituição. Entretanto, não cumpriu todo o seu mandato por causa da eclosão do golpe de Estado no Brasil, em 1964, assim foi exonerado e acusado de subversão (Jornal UFG, 2020).

Em seu lugar, o governo determinou a substituição pelo professor José Martins D'Álvarez, como *pro tempore*, odontólogo, exercia o magistério superior no estado do Rio de Janeiro, quando foi convocado para assumir a Reitoria da UFG, em 1964. Embora ficasse por pouco menos de um ano, sua gestão foi marcada pela extinção do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) e vários professores foram demitidos acusados de subversão e serem contra a “revolução” (Almeida, 1991).

O CEB era entendido como um órgão voltado para o estudo e pesquisa da realidade estadual e nacional. Na estrutura organizacional do CEB seriam ofertadas os cursos de Didática (um ano de duração), Pesquisa (dois anos de duração), Estudos Brasileiros (Almeida, 1991).

De acordo com Almeida (1991):

O Plano de Ação 65/67, da UFG, faz referências aos I.P.Ms. determinados pelo Governo Federal e deixa transparecer o ambiente conflituoso que vivia a Instituição naquele momento: Encontramos um ambiente de profunda desconfiança e quase nada conhecíamos do funcionalismo existente. Refere-se ainda aos atos do Interventor da UFG – o professor José Martins D'Álvarez, cuja função seria exatamente a de “responsabilizar e regularizar” a vida universitária em Goiás (...) do que, aliás, resultaram várias demissões, inclusive a do próprio Reitor (Almeida, 1991, p.98).

Para Almeida (1991, p. 98) os atos militares levaram a universidade ter, durante o ano de 1964, três Reitores: professor Colemar Natal e Silva, o professor Interventor José Martins D'Álvarez e o professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, “empossado dois dias antes da deposição do Governador de Goiás”.

O professor Jerônimo Geraldo de Queiroz tomou posse como Reitor no dia 24 de novembro de 1964, durante a cerimônia em Brasília, de acordo com Almeida (1991) prometeu em seu discurso:

Estejam, afinal, certos e tranquilos, o preclaro Sr. Presidente Castelo Branco, o austero Sr. Ministro Flávio Lacerda e todo o povo goiano, de que (...) mostraremos

a todos que à dedicação a Universidade Federal de Goiás não é monopólio ou privilégio de ninguém (...)Manterei com todas as autoridades constituídas a cortesia recíproca (...); submeterei todos os serviços iniciados e planos equacionados à rigorosa legitimidade prioritária, abolindo encenações promocionais e as interferências espúrias nas deliberações e execuções da Reitoria (Almeida, 1991, p. 98).

A promessa referia manter cortesia recíproca com todas as autoridades constituídas, além disso afirmou que submeteria todos os serviços iniciados e planos equacionados de forma rigorosa e prioritária, aboliria também, as encenações promocionais e as interferências falsas nas deliberações e execuções da Reitoria. Porém, na mesma ocasião, o discurso direcionado aos docentes foi em tom autoritário:

Solicitamos (...) pontualidade, probidade, eficiência e urbanidade de todo o funcionalismo – docente, administrativo ou auxiliar – já que (...) faremos da Universidade uma oficina de trabalho, dentro da disciplina hierárquica da liberdade e da lei. Mas, se alguém, por algum motivo, quiser deixar o quadro de funcionários pode pedi-lo sem constrangimento, em benefício, talvez, do ambiente de simpatia e solidariedade consciente, que a administração requer e a lealdade pressupõe (Almeida, 1991, p. 100).

Neste sentido, seria exigido: pontualidade, probidade, eficiência e urbanidade de todos os servidores da universidade, incluindo os docentes, os administrativos ou auxiliares, além disso, a disciplina hierárquica (respeito) seria cobrada também. Para os militares a disciplina hierárquica era uma forma de dominação (Germano, 1994). Caso alguém discordasse de sua proposta de gestão, poderia deixar o quadro de funcionários sem constrangimento.

Entretanto, o que ocorreu naquele período foi a demissão de inúmeros servidores, perseguição, afastamento de servidores por meio do AI-1, abertura de processos e sindicâncias (Almeida, 1991). O professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, oriundo de Campina Verde – Minas Gerais, graduado em Direito, foi nomeado pelo presidente Castelo Branco. Durante sua gestão foram construídas a sede da faculdade de Direito, foram criados os cursos de Jornalismo, Engenharia Elétrica e o Colégio de Aplicação (ACADGO, s/d).

Seu trabalho foi visto com bons olhos pelo governo vigente da época, por essa razão foi reconduzido ao cargo, o qual renunciou por discordar das medidas autoritárias e das repressões implantadas, fez inúmeras críticas ao Serviço Nacional de Informação (SNI) no patrulhamento ideológico durante a ditadura militar, permanecendo no cargo até 1969 (Almeida, 1991).

Em seu lugar, assumiu o professor Farnese Dias Maciel Neto sua gestão compreendeu os anos de 1969 até 1973. Seu trabalho contribuiu para ampliação da estrutura da universidade: lançou a pedra fundamental do Campus Samambaia, criou o Departamento de

Comunicação Social da UFG e ao mesmo tempo, seguia com afinco as normas estabelecidas pelo regime militar, prosseguindo com perseguições contra docentes e discentes da UFG (Revista Afirmativa UFG, 2017).

De 1973 a 1977, o professor Paulo de Bastos Perilo foi conduzido à Reitoria da UFG, graduado em Engenharia, durante sua gestão instalou a rádio universitária na instituição. Por meio do Decreto nº 65610/69 criou programas para avaliar anualmente, os resultados dos trabalhos de pesquisa, auxiliou a fundação do Colégio de Aplicação, realizou melhorias na infraestrutura da universidade (Revista Afirmativa UFG, 2017).

O Reitor acreditava no potencial de desenvolvimento da UFG:

Ao ministrar palestra na Escola Superior de Guerra (instituto vinculado ao Ministério da Defesa em que faziam formação, na época, os administradores do país), Perillo comentou sobre a projeção que levava a UFG a ser referência na formação de estudantes oriundos não somente do Centro-Oeste, mas também da Região Norte. Uma vocação agrária e tecnológica foi evocada, tendo em vista o “posicionamento territorial estratégico” da instituição (Jornal UFG, 2010, p.04).

De 1977 a 1981, o governo federal nomeou o Professor José Cruciano de Araújo, sua gestão foi marcada pela ampliação da infraestrutura e extensão da universidade. Criou a Pró-Reitoria de Extensão da UFG, com a função de coordenar as atividades de serviços desta área, instituindo a professora Dra. Maria do Rosário Cassimiro como Pró-Reitora, com o intuito de alinhar a política de interiorização da instituição no Estado, auxiliando assim, na estruturação do *Campus* Avançado de Firminópolis (1975) (Revista UFG, 2017).

O entrevistado 14 (2023), comentou que tinha uma relação muito próxima com o professor José Cruciano, isso porque trabalhou com ele quando foi Diretor do Centro de Formação de Professores, a convite do Secretário de Educação – Hélio Mauro Umbelino Lobo.

Eu tinha uma relação muito próxima, de confiança, em relação ao professor José Cruciano, ele já era uma personalidade aqui do Estado. Eu tinha vindo de São Paulo em 1972 a convite do Secretário da Educação, Hélio Mauro Umbelino Lobo, para criar um Centro de Formação de Professores e tratava assuntos técnicos e administrativos com Cruciano, que era o principal assessor do Secretário. Além de advogado, ele era literato, jornalista e havia sido professor da Escola de Engenharia da UFG. Em 1978, se transformou em Reitor da UFG, mesmo nas circunstâncias difíceis do regime militar minha lembrança foi de uma gestão muito democrática, muito tranquila, com grandes conquistas para a Universidade. Devo-lhe, assim como outros professores punidos pela ditadura, a assinatura da Portaria de readmissão na Universidade em razão da Lei da Anistia promulgada em 1979 (Entrevistado 14, 2023).

A narrativa do entrevistado 14 (2023) evidencia quando José Cruciano transformou em Reitor, em 1978, durante o regime de ditadura no país, a gestão de José Cruciano de Araújo caracterizou-se por ser democrática, muito tranquila com grandes conquistas para a UFG. Outro ponto de sua narrativa chama atenção, refere ao sentimento de gratidão do entrevistado 14 (2023) ao então Reitor na época, por ele ter assinado a Portaria de readmissão na Universidade, tal fato deve à Lei de Anistia promulgada em 1979.

Muitos professores sofreram sansões de perseguição e alguns foram exonerados do serviço público em razão dos Atos Institucionais impostos pelo governo da época (Germano, 1994), como foi o caso do entrevistado 14 (2023).

No período de 1978 a 1981, a Pró-Reitora de Extensão atuou no projeto de Extensão, Interiorização e Expansão da universidade para outras cidades do Estado goiano, embora enfrentou resistência no início, o trabalho de Maria do Rosário Cassimiro possibilitou chegar ao cargo de Reitora da instituição. Segundo Cassimiro (2018):

Em 1981, ainda Pró-Reitora, candidatei-me ao cargo de Reitor da Universidade, tendo sido nomeada em 23 de dezembro de 1981 para um período de quatro anos. Tomei posse no cargo no dia 04 de janeiro de 1982 e nele permaneci até 4 de janeiro de 1986 (Cassimiro, 2018, p. 34).

De 1982 a 1986, a Professora Dra. Maria Cassimiro exerceu o cargo de Reitora da UFG, natural de Catalão, graduou-se em Educação pela Universidade de São Paulo e ingressou no quadro de docentes da UFG em 1967, durante a gestão do Reitor Jerônimo Geraldo de Queiroz.

Ao ingressar no serviço público federal foi lotada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, logo após a Reforma Universitária de 1968, a qual possibilitou a criação da Faculdade de Educação. Entretanto, seu trabalho lhe possibilitou fazer carreira no serviço público, reconhecida como uma mulher de “pulso firme” em suas tomadas de decisões e alinhada as ideologias governamentais (Cassimiro, 2018).

A posse de Maria do Rosário Cassimiro a possibilitou ser manchete em inúmeros jornais, pois seria a primeira mulher a assumir o cargo de Reitora de uma Universidade Federal. Um deles foi jornal Folha de São Paulo, durante a entrevista conforme anexo VIII, página 219, ao ser questionada acerca como pretendia realizar uma administração diferenciada na UFG (Cassimiro, 2018).

Conforme reportagem, ao ser questionada se pretendia imprimir uma gestão diferenciada, sua resposta evidencia uma nova filosofia, a qual permitiria a universidade de

modo mais efetivo compreender problemas regionais, estaduais e nacionais, com ênfase no Estado de Goiás.

Para isto, seria necessário ampliar o processo de interiorização da universidade, permitindo que a mesma fosse “de Goiás” e não “em Goiás”, procurando solucionar os problemas regionais, estaduais e nacionais bem como possibilitar por meio da universidade, a mudança social dos cidadãos.

A Reitora afirmou que precisaria da mobilização da comunidade interna da UFG para executar a proposta de interiorização via extensão. Ao ser questionada se pretendia criar um Conselho Comunitário, a Reitora afirmou não saber, entretanto reiterou a necessidade da ajuda das pessoas, se houvessem erros deveria assumi-los, remetendo que tal fato não ser quebra de autoridade, mas de autoritarismo. No entanto, defendeu a introdução de um sistema de disciplina, no sentido de ordem.

Entretanto, como exercer a autoridade e não o autoritarismo em tempos de autoritarismo? Paulo Freire (1996) em sua obra “Pedagogia da Autonomia” advoga que a autoridade deve estar a serviço da liberdade e por meio do diálogo buscar fortalecer e defender a escola pública plural, democrática e de qualidade.

Entretanto, ao ser questionada sobre qual seria o conceito de autoridade, sua resposta evidencia a responsabilidade vinculada a resolução de problemas, os quais não seriam solucionados coletivamente. Para Alonso (1976) a direção escolar no período da ditadura, tinha uma ligação ampla com a área da administração de empresas.

Assim, o papel do gestor escolar deve ser analisado frente a sociedade constituída da época: capitalista, periférica, dependente e marcada pela supressão dos direitos constitucionais e humanos, justificada pela doutrina de segurança nacional e por reformas de tendência tecnicista nos sistemas de ensino (Clark *et al*, 2006). Contudo, o cargo/função na prática, é predominantemente política (Souza, 2007).

E ao ser questionada sobre o relacionamento com os docentes, sua resposta afirma que teria um bom relacionamento com o colegiado. Entretanto, durante a realização da entrevista com a entrevistada 15 (2022) sobre sua gestão comentou:

Quando eu tomei posse no cargo de reitora da UFG, no meu discurso de posse, eu disse que não queria ser reitora de uma Universidade Federal de Goiânia, porque a nossa Universidade só atendia Goiânia, não queria isso. Eu queria ser reitora da Universidade Federal de Goiás, porque nós tínhamos que derrubar a muralha que cercava a universidade. Fui muito contestada, porque todos achavam que a Federal de Goiás deveria ser o mais perfeita possível, mas sem expandir. E eu achava que não, que tinha que ter. Pra isso existia a Extensão Universitária, que era Constitucional, a Universidade seria: Ensino, Pesquisa e Extensão. E a Extensão não

funcionava, né. Mas a gente não sabia ainda como eu ia fazer isso, eu só sabia que queria. E de fato, houve uma intenção muito grande de criar os *Campi* Avançados, disseram que era Universidade paralela, disseram um monte de coisas a meu respeito. Eu fui muito contestada mesmo na Universidade e uma proporção muito pequena, muito pequena mesmo foi ao meu favor. Antes, eu fui pró-reitora de Extensão, então eu sentia necessidade de que as comunidades fora de Goiânia poderiam participar, deveriam participar e trazer a riqueza que elas tinham pra dentro da Universidade Federal e nós ignorávamos (Entrevistada 15, 2022).

Percebe-se por meio da fala da entrevistada 15 (2022) logo nas primeiras linhas de seu discurso reitera que não queria ser Reitora de uma Universidade Federal de Goiânia, isso porque na época em Goiás existia apenas uma instituição pública no Estado. A intenção evidente era expandir a universidade, interiorizá-la alinhando às políticas governamentais vigentes na época.

De acordo com a participante, durante sua gestão, quando atuou como Pró-Reitora e Reitora da UFG, houve uma grande resistência da maioria da comunidade interna da universidade relacionada a proposta de extensão, poucos foram àqueles apoiadores. A Constituição da época previa que a universidade seria um órgão formado por: Ensino, Pesquisa e Extensão, porém a extensão não funcionava direito.

Desta forma, a entrevistada 15 (2022) esclareceu como a Pró-Reitoria de Extensão da UFG pensou na criação dos *Campus* Avançados:

Então, pensou-se em determinadas regiões para criar Campi Avançados: a primeira pretensão foi Rio Verde, Catalão, Porto Nacional e Firminópolis. Firminópolis porque havia o CRUTAC, não sei se você se lembra do CRUTAC. Então, já havia um começo, que era transformar o CRUTAC em um Campus Avançado. No caso de Jataí, o pensamento primeiro foi realmente Rio Verde, não é. Mas Rio Verde já tinha um começo de Ensino Superior, por isso é que Jataí foi escolhida, porque Jataí não tinha nada e estava na mesma região. Então, optou-se por Jataí, devido ao fato de já haver um princípio de Ensino Superior que atendia na época as necessidades de uma faculdade, que pudesse levar ensino e trazer riqueza para dentro da Universidade. Eu sempre considerei a Extensão uma mão dupla, porque nós sempre levávamos de um modo o conhecimento da Universidade, mas trazia o conhecimento da comunidade para dentro da Universidade e a estudava (Entrevistada 15, 2022).

Por meio da narrativa da entrevistada, a priori a Pró-reitoria de Extensão pensou primeiramente, criar um *Campus* Avançado em Rio Verde, porém a justificativa para não iniciar as atividades extensionistas referiu a existência de um início Ensino Superior na cidade. Entretanto, a análise proposta pela UFG visava contemplar algumas cidades representantes das regiões Norte, Noroeste, Sudoeste e Sudeste do Estado. Assim, vendo a impossibilidade de ofertar a Extensão em Rio Verde, pensou-se em Jataí, local onde as atividades extensionistas foram materializadas.

Entretanto, segundo a entrevistada 15 (2022):

Não houve nenhum contato de ninguém de Rio Verde interessado em levar a UFG para lá, no caso, foram somente as pesquisas da Pró-Reitoria em relação a possibilidade de implantar na região. As pesquisas foram feitas pela própria Pró-Reitora (Entrevistada 15, 2022).

Na afirmativa da entrevista percebe-se a ação da UFG limitava apenas às pesquisas desenvolvidas pela Pró-Reitoria em relação a Rio Verde, ao mesmo tempo, mostra que não houve nenhum contato da cidade interessado em levar a UFG.

Conforme a entrevistada 15 (2022):

Tenho muito que agradecer ao professor Cruciano, ele me apoiava inteiramente nas nossas ações. Isso ajudou muito, pois era um incentivo para desenvolver a minha função com excelência e fazer ao Reitor para mim, era a favor. Ele também tinha um vínculo com Jataí através da esposa dele, que parece que era daquela região (Entrevistada 15, 2022).

Nas palavras da participante, o Reitor a apoiava inteiramente em suas ações. Além disso, afirma que ele tinha um vínculo com Jataí, pois sua esposa era natural da cidade. Embora, a entrevistada não mencionou, por meio dos jornais da época, a Pró-Reitoria juntamente com uma comitiva de representantes, visitou a cidade.

Para os moradores jataienses, a notícia da visita dos representantes da UFG a Jataí fomentou a expectativa referente a instalação da universidade na cidade. Segundo o entrevistado 10 (2022):

Eu falei tá bão demais. Ai, eu pensei o que vou fazer agora pra poder cativar essa dona (Maria Cassimiro). Eu tinha uma sede aqui pertinho que eu tinha, era tipo de um hotel onde eu recebia esses pesquisadores do mundo inteiro, assim modéstia parte. Lá eu hospedava os pesquisadores, e a Cassimiro, aí...eu trouxe ela aqui, pra gente fazer uma festa aqui, ela é tocadora de sanfona. E pra ser sincero eu não lembro hora nenhuma da intervenção de Rio Verde nisso. Nessa aí, teve uma etapa que faltou dar tiro aqui, mas dessa vez eu não me lembro da intervenção aqui (Entrevistado 10, 2022).

Por meio da fala do Entrevistado 10 (2022) nota-se uma preocupação em conseguir agradar, na época, a Pró-Reitora Maria do Rosário Cassimiro, ela estava a frente da Extensão na UFG e representava a universidade. O participante era fazendeiro e empresário do ramo de hotelaria. Em seu hotel ficaram hospedados os pesquisadores bem como Cassimiro e na oportunidade, recorda ter realizado uma festa, onde a Pró-Reitora tocou sanfona. No entanto,

também confirmou que não houve interferência de Rio Verde em implantar um *Campus Avançado* em Jataí.

A entrevistada 15 (2022) comentou sobre a recepção da cidade jataiense: “Fui muito bem recebida em Jataí, as pessoas foram muito gentis e hospitaleiras. Eu percebi, que muitos queriam a universidade ali.” A fala da entrevistada comprova o bom acolhimento que recebeu.

Neste sentido, as falas dos entrevistados evidenciam o interesse das lideranças políticas jataienses em sediar na cidade uma faculdade de caráter público e federal. A simpatia e gentileza da comunidade jataiense com a Pró-Reitora de Extensão denota intrinsecamente não somente o interesse, mas a representação da presença da UFG no local (Chartier, 2002).

Segundo Roger Chartier (2002) as percepções dos sujeitos sociais ou agentes não são neutras, dependem do contexto em que foram elaboradas e de forma direta, determinam as orientações de suas práticas. Neste sentido, a visão de mundo dos sujeitos constitui o mecanismo de justificativas individuais, permitindo assim, a interação com o mundo, suas práticas e representações.

Contudo, presença da Reitora Cassimiro e sua equipe representava para moradores da cidade a expectativa de desenvolvimento, e principalmente os jovens não precisarem mais se deslocar para os grandes centros, a fim de prosseguir seus estudos bem como possibilitaria visibilidade da cidade e região a nível nacional.

Mas, a inovação proposta pela Reitora fazia parte do acordo MEC/USAID/Governo Militar (Baldino, 1991), cuja concepção de educação seria o pressuposto para o desenvolvimento econômico. O USAID estava ocupado em garantir a adequação do sistema de educacional brasileiro aos interesses da economia internacional, especialmente, das grandes corporações norte-americanas. Não houve mudanças diretas na política educacional, entretanto, esse acordo influenciou nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na ditadura militar (Cunha; Goes, 1999).

Na fotografia 04, tem-se a professora Maria do Rosário Cassimiro chegando em Jataí, em 1982.

Fotografia 4 - Recepção da Reitora Maria do Rosário Cassimiro no aeroporto de Jataí em 1982



No centro de calça escura e camisa clara: Maria do Rosário Cassimiro
Fonte: Museu Histórico Francisco Honório de Campos

Percebe-se a alegria estampada no rosto de cada representante jataíense que foi recepcioná-la no aeroporto.

3 O CAMPUS AVANÇADO DA UFG EM JATAÍ: DO PLANO A MATERIALIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Desenho

*Traça a reta e a curva,
A quebrada e a sinuosa
Tudo é preciso.
De tudo viverás.
Cuida com exatidão da perpendicular
E das paralelas perfeitas.
Com apurado rigor.
Sem esquadro, sem nível, sem fio de prumo,
Traçarás perspectivas, projetarás estruturas.
Número, ritmo, distância, dimensão.
Tens os teus olhos, o teu pulso, a tua memória.
Construirás os labirintos impermanentes
que sucessivamente habitarás.
Todos os dias estarás refazendo o teu desenho.
Não te fatigues logo. Tens trabalho para toda a
vida.
E nem para o teu sepulcro terás a medida certa.
Somos sempre um pouco menos do que
pensávamos.
Raramente, um pouco mais.
(Cecília Meireles)*

O poema “Desenho” de Cecília Meireles propõe, do ponto de vista da expressividade visual, uma analogia entre a arte de construir uma imagem e a sua materialização, o eu lírico constrói seu objeto a partir de suas aspirações.

Em paradoxo com a criação do CAJ, a materialização da extensão via interiorização em Jataí, foi possível graças a idealização de um grupo, o qual acreditava no potencial da cidade, que estava apta a receber um *Campus* Avançado. Assim, este capítulo tem como objetivo elucidar como ocorreu o processo de criação do CAJ e o seu funcionamento.

Para isto, iniciaremos apresentando informações sobre Jataí, traçando o seu desenvolvimento histórico e educacional desde sua fundação até os anos de 1980, na sequência, trataremos sobre os bastidores da articulação da interiorização da UFG a Jataí; depois, elucidaremos como ocorreu a aquisição do espaço físico para a construção do CAJ; logo após, abordaremos sobre a inauguração do CAJ: o grande marco na história de Jataí; posteriormente, discutiremos sobre o funcionamento da UFG em Jataí; a criação da Fundação ligada à UFG; o processo de vestibular e os cursos: as demandas pós-implantação do CAJ.

3.1 JATAÍ: ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS-EDUCACIONAIS DA CIDADE “ABELHA”

A cidade de Jataí está localizada no sudoeste goiano, na microrregião da Serra do Caiapó e conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui como área territorial de 7.174,219 km com limite entre os municípios de Caiapônia e Perolândia ao Norte; Itarumã, Caçu e Aparecida do Rio Doce ao Sul; Rio Verde a Leste; por fim, Mineiros e Serranópolis a Oeste, com distância de 321,2 km da capital de Goiás, Goiânia. Possui dois povoados: Estância e Naveslândia. A população jataiense atual está estimada em 103.221 pessoas, de acordo com os dados do IBGE de 2021.

Para compreender a gênese de um lugar é imprescindível elucidar alguns fatos do passado, por esta razão, abordaremos nesta sessão o desenvolvimento histórico-educacional de Jataí. Para Nora (1993) a memória de um lugar auxilia a compreender os acontecimentos do passado.

Alguns documentos históricos certificam que o território goiano foi percorrido por bandeirantes e desbravadores durante a colonização, impulsionando a descoberta das minas de ouro, e conseqüentemente, o povoamento da região sudoeste de Goiás. Segundo Estevam (1998) essas minas foram descobertas em decorrência da Guerra dos Emboabas, nesse período vários núcleos urbanos em Goiás foram instalados.

No romance histórico “Pioneiros” do jataiense Basileu Toledo França publicado em 1995, o autor marcou o início da ocupação da região sudoeste, em especial, do município de Jataí. Nele conta a chegada dos primeiros “desbravadores”, o Capitão Francisco Joaquim Vilela, seu filho José Manuel Vilela e dois peões oriundos de Espírito Santo dos Coqueiros, município de Lavras do Funil, hoje, cidade de Coqueiral em Minas Gerais.

A medida que novos “desbravadores” chegavam e se instalavam na região, um pequeno povoado se estruturava. Assim, em 1848, o casal José Carvalho Bastos e Ana Cândida Gouveia de Moraes (sua esposa) doaram terras para a construção da Capela do Divino Espírito Santo, com intenção de iniciar uma vila (França, 1995).

Conforme a vila crescia, os moradores sentiam a necessidade de elevar e estruturar formalmente o local. Dessa forma, em 1864, por meio da Resolução Provincial nº 362 foi criado o Distrito de Jatahy (reconhecido como Freguesia) ligado a Rio Verde, a partir deste momento começou a cobrança de tributos pela Província (Estado). Apenas em 29 de julho de 1882, foi criado o município de Paraíso com sede na Freguesia de Jatahy com território desmembrado de Rio Verde (Pinto Junior, 2018).

Em 1885, foi fundada a Vila de Jataí. Nela havia a casa de câmara e cadeia, cemitério, igreja, escola e pontes. Além disso, de acordo com Pinto Junior (2018) após a implantação da República no país, a elite da cidade, o mais rápido possível, demonstrou apoio aos governantes.

Para Pinto Junior (2018) até 1890, a região onde situa Jataí, paulatinamente, começou a ser habitada por posseiros de terras, os quais desenvolveram a pecuária. Em 1980, o governo provisório criou Conselhos de Intendência para substituir as Câmaras Municipais.

Logo no início de 1890, o governo provisório dissolveu as Câmaras Municipais, criando Conselhos de Intendência para substituí-las. Para Jataí foram nomeadas cinco pessoas: Antônio Souza Fenelon, o professor Martinho Marra, Serafim de Barros, José Manoel Vilela e José Carvalho Bastos. Uma missão: estruturar o município como partícipe da Federação. Além disso, criou o município de Jataí, desmembrando-o de Rio Verde e estabelecendo as divisas com os estados de Minas e Mato Grosso. O sudeste de Goiás passou à linha de frente na questão das fronteiras, principalmente à Oeste, com Mato Grosso. As frentes de fronteiras de Goiás à oeste e de Mato Grosso à leste, encontraram em Jataí seus limites (Pinto Junior, 2018, p.07).

Para compor os Conselhos em Jataí foram nomeados Antônio Souza Fenelon, o professor Martinho Marra, Serafim de Barros, José Manoel Vilela e José Carvalho Bastos para estruturar o município como pertencente a Federação Nacional, desmembrando de Rio Verde e estabelecer limites entre os Estados de Minas e Mato Grosso. O governo provisório da República enviou uma equipe com objetivo de analisar e estruturar a região sudoeste, em especial, o município de Jataí. Todas as observações feitas pelo grupo serviram para compor as regras, as quais foram incorporadas na Constituição “com ela, estruturava-se o novo regime e um dos principais pontos era a divisão territorial” (Pinto Junior, 2018, p.07).

Em 31 de maio de 1895, por meio da Lei Estadual nº 56, Jataí foi reconhecida e elevada à categoria de município. No entanto, os aspectos geográficos de Jataí contribuíram para o povoamento da cidade, como: o clima tropical úmido, vegetação de cerrado e uma vasta bacia hidrográfica pertencente à bacia do Paraná com dois rios principais – Claro e Doce, os quais contribuíram a influência do aumento da lavoura na região.

O termo Jathay vem do tupi e significa “abelha”, por causa da existência deste animal, o povoado recebeu o nome de Jataí e um apelido carinhoso da população “cidade Abelha”, devido a presença dos animais da espécie *Trigona* e *Meliponides* (Pinto Junior, 2018).

A migração de diversas pessoas do país e estrangeiras para Jataí no início do século XX, influenciou o crescimento demográfico e econômico da cidade. Em 1920, segundo dados demográficos do IBGE, Jataí contava com uma população total de 10.290 mil habitantes e Rio

Verde de 12.661 mil (Pinto Junior, 2018). O crescimento demográfico influenciou diretamente a organização e criação dos centros educacionais. Até 1980, Jataí contava com as seguintes instituições de ensino, conforme quadro 13:

Quadro 13 - Instituições de ensino em Jataí (1875 – 1984)

DATA	ESCOLAS	SITUAÇÃO
1875	Casa da Escola	Extinto
1912	Instituto Municipal	Extinto
1914	Colégio Atheneu Jathaiense	Extinto
1922	Colégio Paula Ribeiro	Extinto
1925	Colégio Novaes	Extinto
1925	Escola de Instrução Militar	Extinto
1941	Escola Normal Nossa Senhora do Bom Conselho	Ativo
1942	Internato e Escola Normal Samuel Graham	Ativo
1956	Ginásio Estadual de Jataí	Extinto
1959	Elevação à categoria de Colégio, o Ginásio Estadual de Jataí, com a denominação de “Nestório Ribeiro”	Ativo
1977	Escola Estadual Polivalente Dante Mosconi	Ativo
1978	Escola Estadual João Roberto Moreira	Ativo
1978	Escola Estadual Emília Ferreira Carvalho	Ativo
1978	Escola Estadual Alcântara Carvalho	Ativo
1978	Escola Estadual Frei Domingos	Ativo
1978	Escola Estadual Serafim de Carvalho	Ativo
1978	Escola Estadual José Manoel Vilela	Ativo
1978	Escola Estadual Marcondes de Godói	Ativo
1978	Escola Estadual José Feliciano Ferreira	Ativo
1980	Campus Avançado de Jataí – Universidade Federal de Goiás	Ativo
1984	Universidade Federal de Goiás	Ativo
1985	Centro de Ensino Superior de Jataí – CESUT	Ativo

Fontes: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Livro: Jathay: Páginas Esquecidas (Biblioteca Pública “Dante Mosconi”).
 Organizado pela autora.

Até a década de 1980, a cidade detinha estrutura organizacional suficiente para criação de uma instituição de ensino superior, como: comércios específicos (farmácias, clínicas veterinárias, empresas da área agropecuária, hospital etc.), escolas demandando profissionais qualificados, escritórios de advocacia, engenharia civil, imprensa local (rádio difusora e jornal impresso).

Conforme dados do IBGE, percebe-se que o desenvolvimento da cidade jataiense foi resultado da expansão da agropecuária. Nesta perspectiva, o desenvolvimento educacional na cidade acompanhou o processo de industrialização, expansão comercial e agrícola da cidade, semelhantemente, como ocorreu em Rio Verde.

A fotografia 05, obtida por meio do Jornal Sudoeste, mostra o tamanho da cidade possibilitando ter a dimensão de sua estrutura, em 1982.

Fotografia 5 - Jataí em 1982

Fonte: Jornal do Sudoeste – 1982
Museu Histórico Francisco Honório Campos

Frente ao progresso, o qual a cidade experienciava aliado às políticas pró-desenvolvimento do ensino superior público por meio dos programas de interiorização nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos no país, iniciou-se um movimento de articulação para a criação de uma unidade da UFG em Jataí.

3.2 A ARTICULAÇÃO DA EXTENSÃO DA UFG PARA JATAÍ

Nesta sessão iremos expor como ocorreu a articulação pela implantação da extensão da UFG na cidade jataiense, nomeada: Campus Avançado de Jataí (CAJ), para isto, foram realizadas entrevistas com intuito de elucidar as informações da História.

A História de uma Instituição Educativa, segundo Magalhães (2004) possui memórias representativas, pois estas são caracterizadas como organismos vivos e criativos, ou seja, evoluem com o tempo e juntamente com as comunidades (interna e externa) que a envolvem, isto significa.

As instituições educativas, como as pessoas, são portadoras de memória e de memórias. [...] Tais relatos adquirem significado como representação das instituições, enquanto organismos vivos e criativos, junto das comunidades envolventes, e correspondem a um memorial que traduz, ainda que indiretamente, um processo de definição de um público-alvo. [...] As instituições educativas são organismos criativos, na sua vivência interna, e construtivos no que se refere à relação com a comunidade e com os públicos a que se destinam (Magalhães, 2004, p. 127).

A memória de uma instituição de ensino está impregnada nos atores internos e externos, os quais participaram do processo de construção e materialização do órgão. Para Magalhães (2004, p.147), “a história de uma instituição educativa se inicia pela

reinterpretação dos históricos anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica”. O autor destaca que:

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, tanto aquilo que permaneceu. A memória de uma instituição é um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais, que se contrapõem a um discurso científico (Magalhães, 2004, p. 155).

A história de uma Instituição não é fruto do acaso, tudo tem seu propósito, sentido e porquê (Magalhães 2004). Ao investigar os bastidores da articulação da implantação da UFG em Jataí, por meio das memórias expressas nas entrevistas articulando com as informações dos *corpus* documentais, foi possível encontrar os indícios sobre a criação do Campus Avançado de Jataí (CAJ).

Nesta perspectiva, o entrevistado 10 (2022) relatou sobre o relacionamento muito próximo existente com o Reitor da UFG, na época, José Cruciano de Araújo. Ao ser questionado como ocorreu o processo de implantação do CAJ em Jataí? Respondeu:

Que eu me lembre Rio Verde não teve nenhuma relação com a vinda da UFG pra cá. Uma vez começou a história pra trazer a universidade pra cá, aí como é que faz pra essa universidade vir? Eu tenho uma irmã que é muito amiga da mulher do Cruciano e filho do Leo Lince, que morou em Jataí, conhecido meu. E o Cruciano também é amigo meu e a Nely, minha irmã morava na época em Goiânia. Ai, eu falei com minha irmã, que preciso conversar com a Ana Tereza e o Cruciano. Aí chegamos lá, falei pro Cruciano: o que me trouxe aqui foi o apoio que tenho seu e da minha irmã também. Nós estamos pensando em levar a universidade pra lá e o você como reitor o que pode fazer. E esse almoço foi baseado nisso. Ele falou Meco, eu já pensei nisso. E agora com essa arrancada sua, eu vou fazer uma coisa. Agora, eu já vou deliberar esse povo que faz transferência da universidade (Entrevistado 10, 2022).

Conforme o entrevistado 10 (2022), os primeiros movimentos de reivindicação ocorreram durante um almoço entre família, em 1978. Havia desejo levar a UFG para Jataí, tanto por parte do Reitor José Cruciano quanto por parte da população. Ele tinha um grau de parentesco entre o Reitor, por esta razão tal diálogo ocorreu de maneira informal, evidenciando o interesse do Reitor e a possibilidade de analisar a expansão da UFG para a cidade.

Segundo o entrevistado 16 (2022), “existe mesmo um parentesco da esposa do Cruciano com o seu Meco.” O relato do entrevistado 16 (2022) confirmou a veracidade do entrevistado 10 (2022) ser parente da esposa do Cruciano. Outra testemunha foi o entrevistado 9 (2022), era empresário e confirmou a respeito do almoço.

Com relação a história da Universidade Federal de Goiás e posteriormente Universidade Federal de Jataí, ela inicia por volta de 1968, ou melhor 1978, quando a comunidade por uma providência divina teve a felicidade também de ouvir numa reunião familiar aqui em Jataí, onde o Reitor José Cruciano tinha vínculos e a Universidade Federal de Goiás tinha sido autorizada para fazer uma experiência no sentido de fazer uma extensão para as cidades do interior (Entrevistado 9, 2022).

Não somente o entrevistado 10 (2022) confirmou a informação bem como a entrevistada 15 (2022), ex-Pró-Reitora de Extensão disse: “O Cruciano tinha um parentesco com Jataí, me parece algo relacionado com a esposa dele, e como Rio Verde já tinha um começo, optou-se por Jataí”.

As respostas dos entrevistados comprovam dois fatos: primeiro, o Reitor era casado com uma jataiense, o que colaborou também para a escolha da cidade e segundo, Rio Verde tinha um início de ensino superior.

A notícia deste almoço ecoou na cidade, o entrevistado 10 (2022) comentou quando os jataienses souberam da implantação da UFG na cidade, a reação de todos foi de euforia. “Daí, o povo ficou sabendo, que a UFG vinha pra cá...daí, foi aquele alvoroço por aqui”.

O entrevistado 9 (2022) respondeu sobre a chegada da notícia na cidade:

Diante desta notícia, como eu já fazia parte, era presidente da Associação Comercial Industrial de Jataí e também, envolvido na Coordenação do Conselho Comunitário de Jataí, eu comuniquei o Prefeito da época, o Sr. Mauro Bento e convoquei uma reunião com esse Conselho e passei a informação para esses líderes, que tinham uma preocupação muito grande com o desenvolvimento da cidade. A partir dessa reunião, ficou decidido para nós formarmos uma Comissão, fazer um ofício ao digníssimo Reitor José Cruciano, no sentido de solicitar dele, essa Extensão para Jataí (Entrevistado 9, 2022).

O entrevistado 9 (2022) era presidente da Associação Comercial Industrial de Jataí, coordenador do Conselho Comunitário de Jataí, comunicou o Prefeito Mauro Bento e foi o responsável em convocar uma reunião com os membros das entidades referidas. Após o encontro, foi formado uma Comissão com objetivo de produzir um ofício para encaminhar ao Reitor solicitando a Extensão da UFG para a cidade jataiense. Embora não esteja expresso, durante a entrevista, o participante relatou sobre a resposta da Reitoria, a qual solicitou uma reunião com o grupo representante de Jataí em Goiânia.

O Reitor nos recebeu, nos deu as boas-vindas, ficou feliz porque ele também tinha vínculos com Jataí...aí ele nos deu uma colocação, uma resposta em função dessa nossa solicitação, da seguinte forma: vocês estão privilegiados porque por coincidência hoje está sendo inaugurado a Reitoria, a Pró-Reitoria de Extensão. Eu falei, e aí...qual é o nosso procedimento? Ele falou: Vocês têm que ir lá...dialogar com a nossa Pró-Reitora de Extensão, que já foi nomeada, e essa Pró-Reitora é a digníssima professora Maria do Rosário Cassimiro. Nós fomos pra lá, na sede lá

perto do aeroporto, e nós fomos os primeiros a abrir a sala da Pró-Reitoria. Ai quando entramos, [...] nós ficávamos falando igual papagaio...E ela lá ficava só escutando, só escutando...Aí... eu...assim... muito ansioso, porque eu sempre fui ansioso, ai não aguentei mais e falei: Professora, o quê que a gente tem que fazer para ter essa Extensão lá? Ela falou assim: primeiro, autorização, segundo vocês tem que arrumar uma área, essa área tem que ser transferida para a Universidade Federal de Goiás, ou melhor para o MEC, e aí vocês também têm que fazer um edifício. Um prédio para exercer as atividades escolares e eu não sei porque razão, eu era o presidente da Comissão também, falei: Só isso professora? Ela riu na minha cara, né...porque não é pouca coisa, mas eu estava tão entusiasmado (Entrevistado 9, 2022).

Por meio da fala do entrevistado 9 (2022) assim que chegaram em Goiânia, foram recebidos pelo Reitor, o qual orientou-os dirigir à Pró-Reitora de Extensão, pois ela informaria quais seriam as providências necessárias para implantar a Extensão: primeiro, deveria ter autorização do MEC, disponibilizar uma área e transferi-la para a UFG.

Ao retornar, a Comissão comunicou a Prefeitura sobre as exigências da UFG, segundo o entrevistado 9 (2022):

Ai, nós chegamos em Jataí e eu era muito amigo do prefeito da época: Dr. Mauro Antônio Bento, ele recém-formado na Mackenzie em São Paulo, tinha um desejo ardente de montar algo na área de educação...no outro dia cedo, eu não dormi a noite quase, perdi o sono, cê fica bolando as coisas...aí quando foi 06:30 eu estava lá na porta do gabinete dele lá, aí quando ele me viu, ele assustou. [...] relatei tudo que a Pró-Reitora tinha falado pra mim, e ele era membro aqui do Instituto Samuel Graham, ele era da Presbiteriana, fazia parte do Conselho e aí, eu contei isso pra ele. E ele: Uai, Avalino é isso que ela relatou? É isso que ela exige? Você tem o telefone dela aí? Falei: tenho. Liga pra ela, lá do gabinete dela. Aí nós ligamos pra ela, ele falou com ela, e disse que nós vamos providenciar isso (Entrevistado 9, 2022).

Conforme narrativa do entrevistado, o Prefeito ao tomar conhecimento do fato, entrou em contato com a Pró-Reitora e firmou o compromisso de providenciar as exigências feitas por parte da universidade. Observa-se que a postura da gestão Municipal de Jataí foi o oposto de Rio Verde, pois demonstrou interesse em atender as demandas de contrapartida para ter a Universidade pública na cidade.

Outra testemunha foi entrevistado 17 (2022), trabalhava como Chefe da Casa Civil da Prefeitura Municipal de Jataí afirmou ter existido movimentação não somente por parte da Prefeitura, mas também dos Clubes de Serviço, Lions, Rotary, Maçonaria e entidades de classes:

Houve uma movimentação muito grande tanto por parte do Prefeito da época, o sr. Mauro Bento, como por parte dos seguimentos organizados de Jataí, como: Lions, Rotary, Maçonaria, Clubes de Serviço e entidades de classe, todos esse...não me lembro bem... Então, essa movimentação ajudou muito, e esse movimento é que também, ajudou... O Avelino foi quem foi um grande articulador tudo isso ai, um

grande parceiro nosso e foi uma das pessoas que ajudou a viabilizar a vinda não só da universidade e das outras instituições. Também outra pessoa que ajudou muito foi o seu Meco (Entrevistado 17, 2022).

Durante a entrevista 15 com a senhora Cassimiro (2022) comentou sobre a articulação das lideranças políticas, da comunidade jataiense, dos Clubes de Serviço e o empenho do senhor Binômimo e do Avelino:

Além dos políticos da época, em especial, o ex-prefeito que morreu de forma trágica, Mauro Bento, lembro de muita gente da comunidade jataiense que nos acolheu de bom grado, dos clubes de serviço, o Binômimo, o Avelino tinha mais gente, mas agora não me recordo os nomes, mas foi muita gente empenhada em ajudar a Universidade (Entrevistada 15, 2022).

O entrevistado 16 (2022) informou:

O Reitor José Cruciano era casado com uma pessoa daqui de Jataí. Com certeza teve relação da UFG vir pra aqui. Eu te garanto que o fato de viabilizar esse Campus aqui pra Jataí, foi fruto de muita ação política, das sociedades organizadas...citei um dos líderes da época, o seu Adelino...Na época, houve muito trabalho político através das sociedades organizadas pra viabilizar isso aí. O José Cruciano casado com uma pessoa daqui, tinha um relacionamento muito bom com a cidade. O Prefeito empenhou na época (Entrevistado 16, 2022).

Por meio das narrativas dos entrevistados foi possível verificar o empenho da sociedade civil jataiense e dos órgãos representativos em prol da materialização da Extensão. Porém, as evidências demonstram o interesse político ter sido decisivo neste contexto. Além disso, conforme elucidado na sessão 1.2, por meio da narrativa do entrevistado 14 (2022) havia uma promessa política entre o candidato Hélio Umbelino Lobo, caso ganhasse a eleição para Deputado, implantaria a UFG em Jataí.

Este tipo de promessa permite evidenciar a existência da prática do clientelismo, o interesse político remetia ao apoio político que seria concedido em troca da criação de uma universidade pública em Jataí (Leal 1976). Além do clientelismo, evidenciamos marcas do patrimonialismo também instaurado durante o processo de implantação do ensino superior público em Jataí, a apropriação do patrimônio público para atender a interesses privados.

Para Schwartzman (1988), o patrimonialismo caracteriza-se quando o Estado em sua esfera pública passa a realizar os desejos dos dirigentes particulares, para o autor a administração pública torna-se um patrimônio a ser explorado por eles. Desta forma, instaura-se uma rede de relações sociais e políticas constituídas por políticos e seus seguidores resultando no Estado provedor. Além disso, a relação direta com a sociedade civil, que deveria ser do Estado passa a ser substituída e mediada por políticos. Estes, utilizam a

estrutura estatal beneficiando ao mesmo tempo a si mesmos como também grupos econômicos, individuais ou coletivos.

Analisando o contexto político instalado em Jataí, durante o período Militar havia um alinhamento político entre os poderes Municipal, Estadual e Federal. De acordo com Germano (1994):

A política educacional resulta da correlação de forças sociais existentes em determinado contexto histórico. No Brasil pós-1964 podemos afirmar que, no essencial ela foi uma expressão da dominação burguesa, viabilizada pela ação política dos militares (Germano, 1994, p. 106).

Para Germano (1994, p.104) a qualificação e escolarização, naquele período, foi uma das ferramentas usadas para compor o Estado capitalista. Desta forma, o estímulo à formação educacional estava alinhado as demandas do mercado, por isso, foram realizadas mudanças no sistema de ensino em todas as esferas, principalmente, no ensino superior de “cima para baixo” por meio da Reforma de 1968.

Não somente este fato corroborou para a criação da Extensão em Jataí, mas conforme as narrativas dos entrevistados, a esposa do Reitor José Cruciano era jataiense, pertencia a uma família tradicional da cidade e em um almoço de família um dos membros cobrou do Reitor a presença da UFG da cidade. A partir deste momento, iniciou um processo para formalização dos trâmites. Além disso o Prefeito do ARENA foi comunicado e ao mesmo tempo, demonstrou interesse em criar a UFG na cidade.

O compromisso assumido pela liderança do Executivo Municipal de Jataí, em atender as demandas de contrapartida da UFG, confere o oposto do ocorrido em Rio Verde. Com isso, a notícia da criação da extensão em Jataí mobilizou a sociedade jataiense. O movimento ocorrido em Jataí evidenciou o interesse privado de instituições conservadoras, como: Lions, Rotary, Maçonaria, Clubes de Serviço, Entidades de classes criar a Universidade Federal na cidade.

Assim, por trás do apoio por parte das instituições citadas havia a expectativa de serem beneficiados de alguma forma com a extensão na cidade. Contudo, as narrativas corroboram com a notícia da criação da extensão nomeada de *Campus* Avançado de Jataí (CAJ) na época, manchete em todos os jornais da região, em especial, “O Favo”, conforme anexo IX, página 220, o qual caracterizava-se como um informativo da Prefeitura Municipal de Jataí, veiculado para toda população da cidade.

Conforme a reportagem da primeira capa, escrita pelo Prefeito Mauro Bento (*in memoriam*), mostra o anúncio sobre a chegada da comitiva da UFG composta pela Pró-Reitora de Extensão e os demais membros da universidade, para uma reunião realizada na Câmara Municipal com vistas a discutir a questão da possibilidade de criação do CAJ. Entretanto, também foram informadas as ações de articulação desenvolvidas antes do encontro.

Além disso, o segundo parágrafo demonstra a união de todas lideranças políticas e seguimentos da sociedade contribuíram para a articulação do CAJ. O terceiro e quarto parágrafo evidenciam a presença da Comitiva da Reitoria da UFG juntamente com todas as lideranças da sociedade jataiense durante um almoço oferecido pela Prefeitura à Comitiva. A reunião tinha como objetivo discutir a viabilidade da instalação de cursos superiores em Jataí.

O quinto parágrafo mostra o Sr. Adelino como membro representante da Comitiva da Comunidade jataiense, confirmando o relato do entrevistado 9 (2002). Ele manteve contato com a Reitoria da UFG e foi pessoalmente conversar com o Reitor da instituição. Por meio da reportagem podemos aferir como foram constituídas as ações para formalizar a materialização do CAJ. A Prefeitura formou uma Comissão composta com membros representantes da comunidade jataiense para reforçar o interesse de Jataí sediar uma unidade da Universidade Federal no sudoeste goiano.

Ao longo da pesquisa, verificamos se alguma liderança política jataiense foi contra o projeto de criação do CAJ, as investigações apontam que houve um consenso em ambas as partes: tanto a oposição quanto a base governista eram a favor da Universidade Federal na cidade.

Na segunda página do jornal O Favo, da mesma edição, conforme anexo X, na página 221, a notícia informa com detalhes os nomes dos representantes comunitários e políticos, os quais estiveram reunidos com a Comissão da UFG, o Prefeito apela para todos jataíenses pudessem somar forças, com o objetivo de criar o ensino superior federal na cidade.

No entanto, o texto inicia-se descrevendo a reunião ocorrida no dia 29/07/1979, na ocasião Maria do Rosário Cassimiro (representando o Reitor da UFG José Cruciano), trouxe na ocasião informações favoráveis sobre a materialização do CAJ.

Durante o almoço, conforme reportagem, o Prefeito saudou a Comitiva em seu discurso, confirmando a respeito do projeto de Interiorização da UFG, sobre os contatos realizados com a Reitoria e a partir daquele momento, a informação sobre a materialização de uma *Campus* da UFG em Jataí seria uma realidade concreta e não uma promessa.

Na ocasião, o Prefeito informou sobre o compromisso da Prefeitura em construir o prédio sede do CAJ, bem como a disposição do Instituto Samuel Grahan em ceder suas instalações e doar parte do imóvel para construir a universidade. Além disso, afirmou ter encaminhado à Câmara o projeto, em caráter extraordinário, para que o Executivo agilizasse os trabalhos com vistas a instalar o ensino superior na cidade.

Evidentemente, por meio das reportagens nota-se um cenário composto por interesses públicos e privados. O primeiro, refere ao interesse político enquanto que o segundo, remete ao interesse das instituições privadas da cidade. Esse interesse configura em torno do clientelismo, segundo Andrade (2004):

É uma estratégia utilizada por grupos empresariais locais e grupos políticos vinculados a partidos políticos legais que dominam a administração do executivo [...], e que visam a preservação e a reprodução do poder governamental em que a tática dos beneficiados na utilização das instituições públicas está voltada para favorecer os interesses privados e favorecer os correligionários e consolidar laços de fidelidade, que se configura em torno de recompensas materiais e simbólicas, em troca de apoio político (Andrade, 2004, p. 177 – 178).

Neste sentido, partindo da perspectiva de Andrade (2004) as evidências dos interesses público/privado convergiriam em torno das recompensas materiais e simbólicas, as quais os grupos corporativos poderiam usufruir tanto ao apoiarem a gestão Municipal com o projeto de criação do CAJ quanto com a própria Universidade na cidade.

A Comitiva da Pró-Reitora de Extensão da UFG foi recebida com entusiasmo e alegria por populares e estudantes da cidade no aeroporto de Jataí, conforme fotografia 6.

Fotografia 6 - Recepção da Pró-Reitora de extensão no aeroporto de Jataí



Fonte: Museu Histórico Francisco Honório Campos

Para criação do CAJ seria necessário, além do interesse por parte de Jataí, a realização pela UFG de um estudo detalhado sobre a realidade da cidade, com intuito de analisar os aspectos: físicos, históricos, sociais e comunitários, saúde, habitação, infraestrutura (rede de esgotos, sistema de comunicações, lazer, levantamento das lideranças, aspectos administrativos e jurídicos) conforme disposto no anexo XI, na página 222, com recorte do Jornal “O Favo” de 1979, do mês de setembro.

A pesquisa denominada “Projeto Jataí” foi coordenada pelo professor Helder Victor Mulatinho, que conduziu uma equipe composta por dois professores da universidade: Vera Maria Magalhães e Marcolina Martins Garcia; cinco alunos: Dilamar Cândida Martins, Leila Miguel, Clovis Garcia Souza Filho, Cecília Bossois Mulatinho e Carlos Magno Rodrigues. Além disso, a Pró-Reitoria solicitou hospedagem e apoio por parte da Prefeitura da cidade aos participantes do trabalho.

A pesquisa era um estudo profundo e minucioso sobre Jataí, que a entrevistada 15 (2022) comentou:

A Pró-Reitora era responsável por realizar uma pesquisa sobre o local onde pretendíamos interiorizar a Universidade, nosso objetivo era que toda região do estado tivesse uma unidade da UFG via Extensão, mas para isto, não bastava apenas o interesse da comunidade local, era necessário analisar a estrutura da cidade. O Caso de Jataí, depois de Rio Verde, era a maior cidade do Sudoeste goiano. Até mesmo esse estudo foi importante para verificarmos qual curso poderíamos implantar, se seria realmente possível ter uma Extensão da UFG, então vários aspectos relativos da cidade foram necessários para analisar (Entrevistada 15, 2022).

Nota-se por meio da fala da entrevistada 15 (2022), o alinhamento das ações realizadas para criação da UFG, com as políticas governamentais da época regidas por meio da Lei 5.540/68 (Reforma Universitária), de acordo com Cunha (1980). Para Baldino (1991) o critério de criação de uma universidade consistia na necessidade em analisar o potencial de desenvolvimento econômico, regional e a infraestrutura local.

Conforme avançávamos na pesquisa por meio das entrevistas, verificamos que um dos entrevistados afirmou sobre a expectativa do povo jataiense, inclusive da Comissão composta pela Prefeitura, sobre os primeiros cursos ofertados pelo CAJ, seriam àqueles voltados para formação de profissionais liberais, como: Odontologia, Medicina, Direito etc – tal narrativa será descrita na sessão 3.7.

Essa visão sobre os cursos de formação para profissionais liberais, indica o pensamento elitista referente a educação bem como remonta as origens do ensino superior no país, quando a família real portuguesa fundou cursos para atender os interesses da classe dominante no Brasil (Cunha, 1980). Mas, após o estudo providenciado pela Reitoria, foram

decididos os primeiros cursos que seriam implantados no CAJ, estes pertenciam a área de Licenciatura: Química, Física e Matemática.

Até então, tudo parecia ser consenso em todas as esferas com relação a implantação do CAJ, mas conforme fomos pesquisando, vimos que estes cursos não era o esperado, evidenciando o primeiro ponto de divergência referente a criação da Universidade em Jataí. Todavia, isso não atrapalhou a materialização do CAJ.

Ainda, na mesma edição do jornal “O Favo”, conforme anexo XII, na página 223, há na capa outra manchete assinada pelo Prefeito Mauro Bento (*in memoriam*) informações sobre a aquisição do espaço físico para construção do CAJ e do retorno da equipe responsável pelo “Projeto Jataí”.

O Prefeito, autor do texto, afirmou que Jataí caminhava a passos largos, pois a área para instalação dos cursos superiores havia sido adquirida e a Prefeitura determinou o engenheiro do órgão entrar em contato com a UFG, com intuito de realizar um estudo técnico sobre o processo de construção.

Também informou acerca dos contatos constantes com a UFG como forma de demonstrar todo apoio à universidade. O Prefeito ressaltou que a construção de uma Faculdade pública envolvia o Poder público em seus diversos níveis, pois sozinho ele não conseguiria cumprir com todos os encargos legais. Também, solicitou ao povo jataiense cobrar do próprio Prefeito as promessas referentes às providências das instalações físicas para materialização da faculdade federal na cidade.

Ao propor uma análise do discurso, de acordo com Chartier (1991) o texto escrito pelo Prefeito Mauro Bento representa o apelo coletivo para a construção do CAJ, isso incluiu todos os sentidos, como: apoio financeiro, auxílio no que for necessário a equipe da UFG, condução com hospitalidade os servidores. Além de informar o povo sobre o andamento das ações do CAJ, a gestão municipal evidencia a necessidade de mostrar a comunidade jataiense o cumprimento da promessa política. Partindo da concepção weberiana nota-se a presença de ações de punho clientelista com vistas a aumentar o apoio do povo a seu favor.

De acordo com as pesquisas realizadas, as verbas para a construção do CAJ eram, em sua maioria, oriundas da Prefeitura, não conseguimos elucidar se a União enviou algum recurso financeiro para a construção do CAJ, seja informações expostas por meio dos documentos ou de algum entrevistado.

Na mesma edição do informativo, o Reitor José Cruciano de Araújo e a Pró-Reitora de Extensão da UFG Maria do Rosário Cassimiro foram entrevistados, conforme anexo XIII, página 224. O Reitor reiterou a informação expressa pelo Prefeito sobre a presença da equipe

da UFG em Jataí. Além disso, comentou que o estudo e os projetos seguiriam para o Conselho de Pesquisa e ao Conselho Universitário da UFG com objetivo de serem aprovados.

A Pró-Reitora afirmou ser desafiador a Interiorização da UFG e ao mesmo tempo, conclamou também o apoio de toda comunidade. O motivo do desafio instaura-se no segundo parágrafo, do texto “Novo Desafio”, na mesma página, a Pró-Reitora informou acerca do pioneirismo do projeto e Jataí seria o primeiro município experienciar cursos superiores de extensão da universidade.

Também, ressaltou a boa vontade das lideranças políticas e comunitárias em estabelecer o projeto na cidade. Além disso, informou sobre os contatos preliminares a partir de agosto do mesmo ano, bem como a realização da pesquisa sobre a realidade da cidade e o funcionamento dos cursos estava previsto para 1981.

Dentro desta perspectiva, o Reitor, conforme entrevista, afirmou que o projeto da UFG visava criar cursos superiores em mais cidades do Estado, como: Porto Nacional, Rio Verde, Catalão, Araguaína, dentre outras cidades, não citando seus respectivos nomes. Por meio desta informação expressa no documento oficial, conseguimos comprovar e verificar que a UFG pensou implantar cursos superiores em Rio Verde, corroborando com a narrativa da entrevistada 15 (2022).

O Reitor afirmou que os cursos seriam instalados seguindo as exigências do MEC. Na época, as universidades iniciavam suas atividades ofertando cursos de Licenciatura, era uma exigência de o MEC proporcionar a formação dos professores e aos poucos, ocorria a ampliação da oferta de cursos nas mais diversas áreas do conhecimento (Almeida, 1991).

Esta exigência foi estabelecida após os Militares apropriarem dos estudos realizados por pesquisadores e do MEC no pré-golpe, Romanelli (1991, p. 124) esclarece que “existiam muitos professores registrados no Ministério da Educação para exercício do magistério no ensino secundário, e uma mínima parcela teriam sido diplomados em cursos superiores”.

Para o professor atuar no magistério era exigido apenas ter conhecimento sobre o conteúdo da disciplina, por causa disso, surgiram as licenciaturas curtas em caráter experimental. Com a Reforma de 1968, foi determinado a qualificação de professores (Romanelli, 1991). Frente ao exposto, podemos responder ao seguinte questionamento desta pesquisa: o que influenciou para esta conquista na cidade de Jataí?

Algumas razões influenciaram na conquista do CAJ: o interesse das lideranças políticas, a esposa do Reitor da UFG ser natural de Jataí, as políticas governamentais disponíveis naquele momento, o não interesse de Rio Verde atender as demandas de contrapartida da UFG. Mas, frente a todos esses fatores elencados, os indícios apontam para o

interesse político como determinante na materialização do CAJ. Por trás desse interesse haviam ações de clientelismo e patrimonialismo. O interesse político movimentou a sociedade jataiense para atender as demandas de contrapartida, uma delas centrava em disponibilizar um espaço físico para construção da sede do CAJ.

3.3. OS BASTIDORES DA VINDA DA UFG: AQUISIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

A criação do CAJ envolveu uma série de etapas e negociações, entre elas, o espaço físico destinado ao funcionamento da instituição. O Instituto Samuel Graham (ISG) doou uma área em forma de permuta e mais duas do ISG foram compradas pela Prefeitura. Nesta sessão, abordaremos como ocorreu o processo de aquisição do espaço físico para implantar o CAJ.

Segundo Lima (2002) a Prefeitura de Jataí adquiriu, comprou e doou à Universidade Federal de Goiás uma área com um prédio, o qual posteriormente foi reformado e construídos mais prédios para formar o *Campus* de Jataí, com estrutura para acolher 400 estudantes, utilizando recursos municipais.

Conforme Certidão de Inteiro Teor disponível no Cartório de Registro de Imóveis de Jataí, disponíveis no anexo XIV, na página 225, essa área foi avaliada em Cr\$100.000,00 (cem mil cruzeiros), medindo 124,50 metros de frente para a Rua Riachuelo, 100,00 metros do lado direito na confrontação com a rua Marechal Rondon, 100,00 metros do lado esquerdo na confrontação com o restante do imóvel, na projeção da rua Leo Lince, 124,50 metros ao fundo na confrontação com o remanescente do imóvel, na projeção da rua Napoleão Laureano. O registro deste imóvel foi realizado no dia 07 de abril de 1981, sob número R.01-2.065, folhas 272, livro 2-G. O documento de registro do imóvel confirma as narrativas dos participantes desta pesquisa, quando questionados sobre a aquisição da área realizada por meio de doação a Prefeitura Municipal de Jataí, representada pelo Prefeito Municipal Mauro Antônio Bento. Também consta que a área foi doada para fins educativos.

De acordo com a Certidão de Inteiro Teor sob matrícula nº 11.046, do Livro 02 – Registro Geral de Imóveis, disponível no anexo XV, na página 227, a Universidade Federal de Goiás comprou duas áreas: a primeira, pertencente ao Instituto Samuel Graham, foi registrada no dia 30/12/1982 no Cartório de Registro de Imóveis de Jataí, poucos meses depois do espaço doado. Era localizado na Quadra 18, no Bairro Samuel Graham, medindo 124,50 metros de frente para a rua Osvaldo Cruz, 101,00 metros na lateral esquerda para a rua Leo Lince, 101,00 metros na lateral direita, para a rua Marechal Rondon, por 124,50 metros de fundo para a rua Tiradentes totalizando 12.574,50 m² no valor de

Cr\$18.000.000,00(dezoito milhões de cruzeiros) sendo Cr\$6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), que foram pagos no ato da escritura, Cr\$6.000.000,00 (seis milhões cruzeiros) pagado no dia 30/07/1983 e Cr\$6.000.000,00(seis milhões de cruzeiros) efetuado o pagamento em 30/12/1983.

A segunda área registrada sob matrícula nº 11.048, do Livro 02 – Registro Geral de Imóveis, conforme anexo XVI, na página 229, situada na rua Napoleão Laureano, medindo 124,50 metros e de fundo por 101,00 metros de cada lado com a área total de 12.574,50 metros, limitando a direita com a rua Marechal Rondon, a esquerda com a rua Leo Lince e ao fundo com a rua Oswaldo Cruz.

Consta no documento, no local havia um prédio com dois pavimentos em péssimo estado de conservação, telhado de barro, instalações elétricas, 64 vitrais, térreo; uma sala de visitas, piso de taco, forro de laje, dois corredores, primeiro piso ladrilhado, barrado a óleo, pintura a cal, segundo piso de taco, pintura a base de água, uma copa, uma cozinha, piso de cimento, pintura a base de água, um banheiro barrado a óleo, piso de cimento, um dormitório, barrado a óleo, piso de ladrilho, uma despensa, uma cozinha, piso cimentado, pintura a cal, um quarto, lavrado a óleo, piso de taco, nove mictórios, piso cimentado, barrado de cimento, pintura a óleo, oito chuveiros, pintura a cal, teto de chapa, piso de cimento, nove pias; superior, seis dormitórios, forro de chapa, lavrado a óleo, pintura de cal, forro de laje, piso de cimento, um alpendre, piso de ladrilho, sem forro, com a área construída de 711 m², este local funcionava o internato feminino.

Fotografia 7 - Internato feminino



Fonte: Lemes (2018, p. 60)

Fotografia 8 - Área adquirida para a construção do CAJ



Fonte: Lemes (2018, p.60)

O prédio do internato feminino serviu como residência para os professores, que vinham de Goiânia ministrar aulas no CAJ. A fotografia 7 ilustra o prédio localizado na área descrita acima, onde funcionava um internato feminino e a fotografia 8 mostra como era a área adquirida pela Prefeitura antes da construção do CAJ, conforme exposto acima.

Por meio dos documentos conseguimos encontrar alguns indícios sobre a aquisição da área para a construção do CAJ. Frente a estes, recorreremos aos participantes com objetivo de confirmar e/ou ampliar informações sobre o assunto. Então, a entrevistada 15 (2022) comentou que a área disponibilizada pertencia a Igreja Presbiteriana.

Mas os políticos de Jataí, ao contrário, foram inteiramente a favor, aí juntaram mais muito mesmo. Tinha e deve haver até hoje lá, aquela organização dos protestantes...eles tinham uma área enorme em Jataí, e nós conseguimos que o prefeito comprasse uma parte do terreno e doou para a Universidade Federal para construir o Campus de Jataí (Entrevistada 15, 2022).

O entrevistado 9 (2022) narrou como o Prefeito Mauro Bento¹⁴ conseguiu junto ao Conselho da Instituição Presbiteriana desmembrar a área, ou seja, definir a demarcação destinada a UFG. “Aí ele conseguiu, junto ao Conselho da Instituição Presbiteriana

¹⁴Mauro Antônio Bento nasceu no dia 03 de outubro de 1948 na Fazenda Bom Jardim, município de Jataí. Filho de Antônio Bento de Souza e Catarina Rodrigues de Jesus. Estudou no Instituto Samuel Graham, em Jataí e formou-se em Direito na Universidade Mackenzie, em São Paulo. Casou-se com Eula Corina com quem teve cinco os filhos Mauro e Ninfa. Após sua formatura retornou a Jataí, onde advogou por um tempo nos Estados de Tocantins, Bahia e Mato Grosso. Ingressou na política em 1976, foi eleito prefeito de Jataí e reeleito em 1988. Além disso, assumiu a Presidência da Estatal goiana Metais de Goiás S/A, em 1983; foi Secretário de Estado das Minas e Energia de Goiás em 1984; foi Deputado Federal em 1986; integrou a equipe de Gabinete do Governo de Goiás em 2001; faleceu no dia 05 de dezembro de 2004, no município de Diamantina (MG), onde desenvolvia pesquisas em mineração.

desvincular uma área, e essa área está a sede onde iniciou a Universidade Federal de Goiás, como Extensão”.

O entrevistado 10 (2022) relatou que: “a prefeitura comprou da igreja presbiteriana uma área grande para construção da faculdade”.

O entrevistado 16 (2022) informou que a área pertencia ao Instituto Samuel Graham, era uma Escola fundada por missionários americanos ligada à Igreja Presbiteriana. O Prefeito da época Mauro Bento era membro da igreja e pertencia ao Conselho Deliberativo da Escola. O participante elucidou que a igreja era proprietária de uma área grande e foram realizadas cessões desse espaço.

Porque na época, aquela área onde está instalado o Campus Riachuelo, era uma área do Instituto Samuel Graham, o Mauro Bento sempre foi membro da Presbiteriana e na época ele pertenceu ao Conselho Deliberativo da Escola também e era Prefeito da cidade e na época, a gente sabe que o Instituto era uma área muito grande...80 anos tem a escola, tem uma vinculação muito grande com a Igreja Presbiteriana e ele tinha uma área enorme e ele foi fazendo cessões dessa área... (Entrevistado 16, 2022).

O entrevistado 17 (2022), na época, Secretário-geral da Prefeitura de Jataí, trabalhou diretamente com o Prefeito Mauro Bento, comentou que a materialização da UFG na cidade foi fruto da influência do José Cruciano, Maria do Rosário Cassimiro e do Prefeito Mauro Bento. O participante informou que a Prefeitura adquiriu a área, antes pertencente a Igreja Presbiteriana e construiu a primeira parte para a implantação dos primeiros cursos.

Na realidade, em termos de implantação da UFG, ele nasceu devido a grande influência, do então, reitor, José Cruciano da Silva. E realmente, era de grande interesse de José Cruciano da Silva de implantar o Campus Jataí e na época. E na época, a pró-reitora Maria Cassimiro, também teve uma grande influência, que surgiu, o Campus da Universidade Federal de Jataí para que pudesse implantar esse *Campus* em Jataí. Como o Instituto Samuel Graham possuía uma área muito grande naquela área, naquele setor, através da Prefeitura houve a aquisição de parte dessa área, a Prefeitura representada pelo então Prefeito Mauro Bento construiu a parte para a primeira implantação, se não me engano para dois primeiros cursos. E essa construção se deu nessa área...e eu me lembro bem, porque naquela época, eu era Secretário-Geral de Prefeitura de Jataí, acompanhei e ajudei na implantação e construção dessa primeira etapa (Entrevistado 17, 2022).

Entretanto, o Entrevistado 13 (2022) elucidou como ocorreu o processo de doação e compra do local onde foi construído o *Campus* Avançado da UFG.

O Instituto Samuel Gran quando ele veio como escola para Jataí, ele adquiriu uma área de 12 hectares aqui nessa região alta da cidade, né! Existia uma chácara com uma porção um pouco menor, que até então, o Instituto em 1942 tá...ele com os adventos americanos vindos para o Brasil, eles fizeram a aquisição dessa área e fizeram a construção do novo prédio da escola, né... com a questão da morte do

missionário americano Samuel Gran, eles homenagearam e deram o nome a ele. Então, a escola era um internato e era formada pelos alunos que eram da cidade mesmo. Então, nós recebíamos alunos da região pra estudar aqui e... em 1965, os americanos fizeram uma doação de toda área para a Igreja Presbiteriana do Brasil, ta...então, foi doada essa área...então, a missão americana retornou aos Estados Unidos e doou essa área. Ali, naquela área onde se encontra a UFG é... nós tínhamos e ainda temos o prédio do internato feminino, tá...então, aquela área era um internato feminino e aonde é o prédio da UEG e fica uma área interna do instituto, era o internato masculino. Então, nós tínhamos dois prédios e foi fazendo a ampliação dos outros prédios. É...com a questão da vinda dos cursos pra Jataí, se eu me recordo bem, parece que foi o curso de Geografia, parece que foi um dos primeiros cursos vindo para Jataí, eles tinham a necessidade da questão de um prédio próprio. O Instituto tinha parece um débito junto ao governo estadual, ta...de impostos, tal...foi feita uma permuta de uma parte da área para a UFG, então foi doado, foi feita uma cessão dessa área e duas áreas remanescentes pra que completasse a quadra, foi feita a venda. Tá...eu tava vendo isso esses dias desses, nos documentos e lá nas matrículas constam uma área de doação e duas áreas como vendidas. Tá, então, eu não sei se se deu tudo no mesmo tempo e agente pode verificar nos documentos no cartório para verificar essa questão dessa área (Entrevistado 13, 2022).

Segundo o entrevistado 13 (2022), o espaço físico construído para a Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí foi adquirido anteriormente, pelo missionário americano presbiteriano Samuel Graham, quando chegou em Jataí, compreendendo um total de 12 hectares. No local, foi construído um prédio para a Escola Presbiteriana funcionar como um internato, cujo objetivo era atender estudantes da cidade. Em 1965, os missionários americanos moradores de Jataí decidiram retornar para os Estados Unidos e doaram a área adquirida para a Igreja Presbiteriana.

Entretanto, conforme informações disponíveis no site do Instituto Samuel Graham (ISG), durante os anos de 1924 e 1925, o missionário reverendo americano Ashmun Clark Salley da Missão Sul do Brasil ligada a *Prebyterian Church – United States*, residente em Alto Araguaia – Mato Grosso, visitou Jataí, porém somente em 1931, ele e sua esposa Sarah transferiram residência e moraram por dez anos na cidade jataiense.

A chegada desse casal missionário possibilitou outros imigrarem nas terras jataíenses como foi o caso do Reverendo Doanld F. Schroeder e sua esposa Helen, em 1940. Esse casal organizou uma biblioteca e uma escola primária, mas devido a problemas de saúde retornaram para os Estados Unidos. Desta forma, em 1942, o reverendo Robert E. Lodwick registrou o estabelecimento na Diretoria Geral de Educação do Estado de Goiás com o nome de Escola Evangélica de Jataí, conforme disposto no site do ISG.

No site mostra, após o registro, a inauguração da escola em 1943. A Missão Brasil Central da Igreja Presbiteriana esteve em Jataí fazendo um levantamento com o objetivo de ampliar a escola primária e implantar um Curso Normal Regional para a formação de professores para a zona rural. Depois do estudo sobre o levantamento, chegou em Jataí o casal

de missionários Samuel e Ruth Graham com a seguinte tarefa: iniciar o Curso Normal e a construção da sede própria onde funcionaria o curso.

Então, o missionário Samuel Graham, anos depois, doou uma parte da área em formato de permuta para a UFG e outras duas áreas foram vendidas para a Prefeitura de Jataí, a qual fez a transferência para a universidade com vistas a fundar o CAJ (Lima, 2002).

O entrevistado 13 (2022) afirmou que a Igreja possuía débitos fiscais com o governo Estadual, relacionados a impostos não pagos. Com isso, foi realizada a permuta de uma cessão de parte da área dos 12 hectares e outras duas áreas para completar o tamanho de uma quadra, as quais foram vendidas a Prefeitura. Com objetivo de ilustrar o processo de aquisição das áreas, reproduzimos abaixo, por meio da figura 05, como ocorreu o processo de aquisição da área para o funcionamento do CAJ:

Figura 5 - Processo de aquisição da área destinada a UFG/Regional Jataí – unidade Riachuelo em etapas



Fonte: Google Earth (Organizado pela autora)

A figura 05 mostra onde localizava a área adquirida pela Prefeitura via doação-permuta, identificada com o símbolo de 1ª e as duas áreas via compra, identificadas com o símbolo de 2ª. Segundo o entrevistado 13 (2022), quando questionado sobre a divisão da área, o mesmo respondeu: “A área da UFG foi dividida em três partes, até chegar o tamanho que é hoje: uma parte doada e outras duas compradas pela Prefeitura. Depois a Prefeitura abriu uma rua para ser como é hoje, dividindo o Instituto com a UFG.”

O engenheiro civil responsável pela obra de construção do CAJ designado pela Prefeitura era o senhor Carlos Ubaldo de Carvalho. A fotografia 9 mostra o desenvolvimento da obra do prédio do CAJ da unidade Riachuelo e a fotografia 10 apresenta a sede pronta:

Fotografia 9 - Construção do *campus* avançado de Jataí



Fonte: Universidade Federal de Jataí
Disponível em: www.portalufj.jatai.ufg.br
Acesso em: 24 de março de 2022

Fotografia 10 - *Campus* avançado de Jataí



Fonte: Museu Histórico Francisco Honório de Campos

Por meio dos *corpus* documentais e orais evidencia-se que a Prefeitura Municipal investiu muito ao adquirir tais áreas para implantar o CAJ. Ao longo desta pesquisa, foi

possível verificar ter sido de interesse da Igreja Presbiteriana quitar as dívidas referentes aos impostos oriundos do Estado. Estes débitos motivaram a Igreja realizar a doação, em formato de permuta, para a Prefeitura. Assim, a Igreja ficaria com sua situação fiscal sem débitos com os órgãos estaduais.

Com a construção do CAJ finalizada, a Prefeitura organizou um evento para a inauguração.

3.4. A INAUGURAÇÃO: O GRANDE MARCO NA HISTÓRIA DE JATAÍ

Nesta sessão abordaremos como ocorreu a inauguração do CAJ, por isso, entrevistamos algumas pessoas que testemunharam e participaram desse acontecimento histórico.

Conforme Dourado (2001), o CAJ foi criado durante reunião plenária de 04 de março de 1980, por meio da Resolução nº 145, cuja finalidade centrava em construir um campo para estágio e abarcar as atividades extensionistas da UFG, com objetivo de assegurar o desenvolvimento regional.

O Campus Avançado de Jataí foi criado durante reunião plenária em 04 de março de 1980, pela da Resolução n. 145 do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa, com a finalidade de se constituir em campo de estágio e de extensão das atividades da UFG, promovendo a integração da Universidade-comunidade e, possibilitando, através das várias modalidades de extensão, melhores condições de desenvolvimento regional (Dourado, 2001, p. 543).

O Reitor professor José Cruciano de Araújo, em 10 de março de 1980, assinou a Resolução CEPEC nº 145, regulamentando a criação do CAJ, a qual dispõe de cinco artigos:

- a) O art. 1º apresenta, claramente, a criação do Campus Avançado de Jataí;
- b) O art. 2º mostra os objetivos da instituição;
- c) O art. 3º informa sobre a estrutura administrativa;
- d) O art. 4º determina o prazo de 90 dias, contados a partir da data de aprovação da lei de criação, o envio do Regimento do Campus Avançado de Jataí;
- e) O art. 5º estabelece quando entrará em vigor a Resolução: 10 de março de 1980.

Segundo o Entrevistado 16 (2022):

Meu pai, como Chefe do Executivo de Jataí, investiu muito pra instalar a UFG aqui. Ele era um homem que honrava palavra e se ele dissesse que ia fazer, ele ia até o fim

e fazia o que fosse necessário para cumprir o que tinha prometido, essa era uma característica do caráter dele (Entrevistado 16, 2022).

Por meio da narrativa nota-se que a Prefeitura Municipal investiu bastante dinheiro para construir a sede do CAJ. Além disso, o participante descreveu uma característica peculiar de seu pai, na época prefeito de Jataí, ser um “homem que honrava a palavra”, por isso não mediu esforços cumprir sua promessa.

O entrevistado 16 (2022) comentou sobre a inauguração:

Com relação a inauguração, na época pra agradar o povo, ele fez realmente uma grande festa. Na época, os políticos davam as coisas para o povo, tinha comida, tinha muito chopp...ele pegou a rua Riachuelo e cobriu ela toda e o povo bebia e dançava muito feliz com a Universidade pra cidade, foi uma festa memorável, quem participou da época lembra bem. E meu pai era muito povão, mas também era muito catedrático, filosofava com discursos marcantes e muitas pessoas nas inaugurações, na época também tinham aqueles shows, mas iam também porque queriam ver os discursos do Mauro Bento, de tão marcantes que eram (Entrevistado 16, 2022).

O entrevistado 16 (2022) descreveu como foi organizada a festa de inauguração: regada a chopp e música. Segundo Dourado (2001), a inauguração do CAJ teve ampla repercussão não somente em Jataí, mas no sudoeste goiano. Na ocasião, foi entregue o prédio-sede do *Campus*, no dia 19 de março de 1980.

O entrevistado 16 (2022) narra sobre a proximidade do prefeito com as pessoas da cidade.

Meu pai era aquele político muito popular mesmo, que se envolvia com o povo. Você vai ouvir histórias folclóricas do povo, ele entrava nas casas das pessoas sentava, comia...tanto é que você vai conversar com algumas pessoas, elas falam que sentem saudades dele até hoje (Entrevistado 16, 2022).

O entrevistado 12 (2022) morador e escritor jataiense comentou sobre a festa de inauguração:

Então, o prefeito conseguiu esse intento, ele fez um alvoroço danado, promoveu a festa, promoveu o movimento...e ele fez muito barulho por aqui. Ah...eu passei por lá...eu não gosto de aglomeração do jeito que vi lá! Gente, demais...da conta. Tinha som mecânico (Entrevistado 12, 2022).

O discurso do Prefeito Mauro Bento foi feito encima de um caminhão improvisado como palco, onde os artistas da cidade se apresentaram também. Durante a cerimônia houve o desaterramento da placa de inauguração do CAJ e a Pró-Reitora Maria do Rosário Cassimiro discursou:

O acontecimento de hoje encerra dois significados de rara importância fazendo deste dia um marco de excepcional relevância da vida de duas entidades: a Universidade Federal de Goiás e a região polarizada pelo município de Jataí.

[...] o município dá um passo importante no sentido de sua emancipação cultural. Jataí começa a construir sua autonomia na seara da cultura de nível superior, uma vez que se prepara a fim de, gradativamente, dar acolhida aos anseios de seus filhos que desejarem cursar estudos superiores.

O denodo e o descortínio de suas lideranças, unidos a uma vontade firme de construir uma obra de real importância para a comunidade, fizeram com que fosse possível esta inauguração de hoje (Discurso de inauguração do CAJ de Maria do Rosário Cassimiro, 1980).

Conforme trecho do discurso, afirma que a inauguração do CAJ se caracterizava como um acontecimento excepcional para duas entidades: a UFG e o município de Jataí. Para a Pró-Reitora, a cidade passaria a ser detentora de emancipação e autonomia cultural de nível superior. A Pró-Reitora informou que os cursos seriam disponibilizados de forma gradativa, com vistas a atender os anseios dos jataíenses.

Além disso, afirmou que a união das lideranças políticas jataienses possibilitaram a materialização da construção do CAJ e conseqüentemente, a inauguração do mesmo. Novamente, observa-se o posicionamento de interesse e pré-disposição das lideranças políticas de Jataí para criar o CAJ na cidade. Na fotografia 11, abaixo, verifica-se a Pró-Reitora Maria do Rosário Cassimiro caminhando nas dependências do novo prédio com lideranças jataíenses:

Fotografia 11 –Maria do Rosário Cassimiro e lideranças de Jataí caminhando dentro do prédio-sede do CAJ



Fonte: Museu Histórico Francisco Honório Campos

A fotografia 12, exposta dentro da obra “Nos porões do Passado” do escritor regional jataiense Dorival Carvalho Mello, mostra o evento considerado histórico com a multidão presente.

Fotografia 12 - Inauguração da UFG



Fonte: Nos Porões do Passado (Mello, 2002, p. 111)

Durante a realização da pesquisa tentamos encontrar o discurso de inauguração do Reitor José Cruciano de Araújo e do Prefeito Mauro Bento, mas não conseguimos encontrar esses documentos. Após a inauguração, o desafio para a Prefeitura era assegurar o funcionamento da UFG em Jataí.

3.5. O FUNCIONAMENTO DA UFG EM JATAÍ

Em 1980, foi firmado um termo de convênio entre a Prefeitura Municipal e a UFG com o intuito de assegurar a permanência da instituição em Jataí. Nesta sessão, abordaremos como esse convênio garantiu o funcionamento do CAJ.

O Convênio foi autorizado por meio da Lei nº 1000 e 1003/1980, o documento é composto por onze cláusulas e assinado pelo Reitor José Cruciano de Araújo e o Prefeito Mauro Antônio Bento.

A primeira cláusula expressa o objetivo do convênio centrado em possibilitar funcionar o Campus Avançado da UFG em Jataí: “O presente Convênio visa estabelecer a colaboração mútua entre a Universidade e a Prefeitura, no sentido de instalar e fazer funcionar um Campus Avançado da Universidade no município de Jataí, Estado de Goiás” (Lei nº 1000 e 1003/1980, Prefeitura Municipal de Jataí).

A Lei estabelecia as responsabilidades destinadas a UFG e a Prefeitura Municipal de Jataí para o funcionamento do CAJ. Assim, a UFG seria responsável em ofertar:

- I- Responsabilizar-se pelo planejamento, coordenação e execução das atividades programadas para serem executadas através do Campus Avançado;
- II- Acompanhar e avaliar, ao nível das competências técnicas e administrativas das Unidades de Ensino e da Pró-Reitoria de Extensão, os trabalhos desenvolvidos através do Campus Avançado, frente aos objetivos propostos;
- III- Captar e alocar recursos financeiros, através da Pró-reitora de Extensão, para atender, na parte ou no todo as despesas necessárias à instalação e pleno funcionamento do Campus Avançado;
- IV- Realizar, através da Pró-Reitoria de Extensão, levantamentos, auditagens e avaliações, previstas em lei e que se tornem necessárias;
- V- Atender às despesas de pessoal para administração e serviços necessários ao regular funcionamento do *Campus* Avançado (Convênio UFG/Prefeitura de Jataí – 1980).

Nota-se a competência e responsabilidade destinada via convênio a UFG, perpassariam as ações necessárias à execução das atividades propostas pelo *Campus* Avançado, como: planejamento, coordenação e aplicação das atividades programadas.

Conforme disposto acima, a UFG seria responsável em acompanhar os trabalhos desenvolvidos por meio do *Campus* Avançado. Além disso, a captação de recursos financeiros por meio da Pró-Reitoria de Extensão com vistas a atender as despesas de pessoal, administração e serviços do CAJ. Também, realizar levantamentos, auditagens e avaliações previstas em lei.

De acordo com a cláusula quinta ficaria a cargo da Prefeitura:

- I- Doar à Universidade uma área urbana na cidade de Jataí correspondente a 12.400 m², bem como o prédio que nela será construído e os respectivos mobiliários e demais instalações;
- II- Permitir o uso de máquinas e equipamentos de suas propriedades, bem como colaborar com o “Campus” Avançado no desenvolvimento e dinamização dos programas e projetos de Extensão da Universidade, respeitadas as suas disponibilidades;
- III- Efetuar os reparos dos veículos da Universidade ou que estejam a sua disposição e que sejam utilizados no desempenho dos serviços e programas do “Campus” Avançado, bem como proporcionar a manutenção dos mesmos;
- IV- Destinar Cr\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) mensais da quota a que faz jus, do Fundo de Participação dos Municípios, como contrapartida pelos trabalhos realizados pela Universidade, a partir de 1º de janeiro de 1981 (Convênio UFG/Prefeitura de Jataí – 1980).

Conforme documento, a Prefeitura deveria doar à Universidade o espaço de 12.400 m², construir um prédio, também doar todos os móveis e cuidar das demais instalações. Além disso, deveria permitir o CAJ usar as máquinas e equipamentos da Prefeitura colaborando com a dinamização dos programas e projetos de Extensão da Universidade.

Quanto a manutenção, seria responsabilidade da Prefeitura cuidar da manutenção dos veículos disponíveis para o CAJ. E, a Prefeitura deveria destinar Cr\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) do Fundo de Participação dos Municípios à Universidade a partir de 1981.

Por meio da cláusula sexta §1º, a UFG ofertaria todos os cursos de forma progressiva: “§1º – A universidade levará, de forma gradativa e progressiva todas as suas Unidades de Ensino, através dos seus vários cursos e atividades, a participarem das atividades do “*Campus*” Avançado” (Convênio UFG/Prefeitura de Jataí – 1980).

O prazo para o cumprimento do convênio foi estabelecido na cláusula décima, apresentando um período de 05(cinco) anos a contar da data da assinatura: 05 de maio de 1980. Após a assinatura, ambas as partes cumpriram o proposto.

A priori o CAJ iniciou suas atividades ofertando cursos na área de Licenciatura: Química com 20 vagas, Física com 30 vagas e Matemática 40 vagas. “Os Cursos foram oferecidos em caráter transitório e assegurados através da assinatura do primeiro convênio entre a Prefeitura municipal de Jataí e a UFG, com obrigações mútuas entre as partes” (Dourado, 2001, p. 543).

Em 1982, o Jornal Folha do Sudoeste trouxe uma reportagem, disponível por meio da figura 06, informando que além do curso de Pedagogia, o CAJ também estaria desenvolvendo atividades de extensão com estudantes da UFG de Goiânia, graduandos dos cursos de diversas áreas, como: Saúde, Jornalismo, Direito, Educação, Agropecuária e outros. Conforme reportagem disponível por meio da figura 06.

Figura 6 - Notícia sobre oferta de cursos de extensão



Fonte: Jornal do Sudoeste - maio/1982

Segundo a reportagem, para o bom funcionamento da instituição, o antigo internato feminino, adquirido juntamente ao Instituto Samuel Graham, passaria por reforma com vistas

a abrigar professores e alunos participantes dos projetos de extensão, o prédio contaria com biblioteca, refeitório e cozinha.

Além disso, em 29 de outubro de 1984, o Conselho Federal de Educação, por meio da Resolução nº 15, fixou normas para autorização do funcionamento dos cursos superiores de graduação, conforme anexo XVII, na página 231. As mudanças foram baseadas no Decreto nº 87.911/82, o qual regulamentava a criação, funcionamento de universidades bem como aumento e redução do número de vagas e nos Pareceres nº 647/83 e 495/84 homologados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Também outro documento que regulamentava o funcionamento dos cursos de graduação do sistema federal de ensino era a Resolução nº 15/84. No art. 2º dispunha sobre a criação de outro curso superior, para isto, deveria ser realizado um pedido dirigido ao Presidente do Conselho Federal de Ensino com a Carta-Consulta e o Projeto do Curso.

A Carta-Consulta, conforme art. 3º estabelecia que:

Art. 3º A Carta-Consulta será instruída pelos documentos e informações que se seguem:

- a) Nome, qualificação e condição jurídica da entidade mantenedora;
- b) Caracterização da região geoe educacional em que se situa;
- c) Justificativa da necessidade social do curso ou do aumento de vagas pretendido;
- d) Comprovação do satisfatório atendimento do ensino de 1º e 2º graus no local do curso;
- e) Capacidade econômico-financeira da mantenedora;
- f) Natureza do curso pretendido (Resolução nº 15, 29 de outubro de 1984).

Como o sistema político da época pautava no militarismo, nota-se por meio do art. 5º, § 3º a recomendação da não admissão de qualquer pedido de autorização de curso ou de aumento, caso a instituição estivesse sob intervenção, inquérito administrativo ou sindicância.

Art. 5º § 3º Não será admitido pedido de autorização de curso ou de aumento de vagas, quando qualquer estabelecimento mantido pela entidade requerente estiver sob intervenção, inquérito administrativo ou sindicância, ou haja algum curso não reconhecido (Resolução nº 15, 29 de outubro de 1984).

Sobre o Projeto de Curso deveria conter informações sobre:

- a) a organização curricular, regime e duração do curso;
- b) a qualificação e o regime de trabalho dos futuros integrantes dos corpos: dirigente, técnico-administrativo e docente;
- c) o número de vagas totais anuais e a divisão de turmas e turnos;
- d) organização departamental e administrativa;
- e) as instalações físicas pretendidas para o curso, o equipamento e o material didático existentes e outros a serem oportunamente adquiridos;

f) planejamento econômico-financeiro do curso, com projeção trienal, com destaque para o custo de anuidades e os níveis salariais do pessoal (Resolução nº 15, 29 de outubro de 1984).

As disposições estabelecidas pela Resolução nº 15 foram expostas no Diário Oficial da União, no dia 01 de novembro de 1984. Segundo Dourado (2001, p. 543) a partir da experiência de criação do CAJ, a UFG procurou consolidar sua atuação na cidade e atender às reivindicações da sociedade civil referente a criação de novos cursos.

A partir dessa experiência a UFG acenou, então, com a possibilidade de oferecer cursos superiores regulares como forma de: 1) consolidar a sua atuação e 2) de atender às reivindicações da sociedade civil organizada do Município. Em contrapartida, o Município assumiria outros encargos como a contratação de professores, em função da impossibilidade de a UFG fazê-lo, já que um decreto da Presidência da República proibia a realização de concursos públicos para a admissão de professores e servidores na administração direta (Dourado, 2001, p.543).

No entanto, para Dourado (2001) o Município também assumiria a função de contratação dos servidores e professores, pois o governo Federal havia proibido a realização de concursos públicos para o ingresso de servidores nas universidades federais.

Frente aos dados dos documentos norteados nesta sessão, evidencia-se a disposição e o interesse da Prefeitura em assumir os gastos para o funcionamento da universidade na cidade. Claramente, comprova-se novamente o interesse político para manter a universidade em Jataí.

O município de Jataí, conforme dados do IBGE, possuía 74.694 habitantes na década de 1980. Para o entrevistado 17 (2022): “A arrecadação da Prefeitura não era tão expressiva, mas mesmo assim, a Prefeitura alto para manter a Universidade Federal aqui. Nós queríamos, em especial, o Prefeito Mauro Bento, correu atrás e fez de tudo para tê-la funcionando.”

Nota-se por meio do discurso do entrevistado 17 (2022), a arrecadação da prefeitura era pequena em relação aos gastos investidos na universidade. Para auxiliar os custos foi criada a Fundação Educacional de Jataí (FEJ), com objetivo de conseguir verbas para manter o funcionamento do CAJ, especificamente, na contratação de professores e servidores.

3.6 A FUNDAÇÃO LIGADA A UFG

Esta sessão tem como objetivo elucidar as informações sobre a Fundação Educacional de Jataí e qual foi sua relação com CAJ.

Segundo Dourado (2001) a Fundação Educacional de Jataí (FEJ) foi criada com vistas a auxiliar as políticas de Expansão e Interiorização do Ensino Superior em Jataí, bem como a consolidação do *Campus Avançado*.

Após proibição de realização de concursos públicos para admissão ao Magistério e servidores da administração direta e como era de interesse das lideranças políticas e da sociedade civil jataiense garantir o funcionamento do Ensino Superior Público no Município, houve uma mobilização de todos os setores local para realizar reuniões, discutir e debater uma solução para o problema (Dourado, 2011).

Conforme o entrevistado 9 (2022): “A gente ficou sabendo que tinha o risco da Universidade fechar, logo depois que a Cassimiro deixou o cargo de Reitora, por isso corremos e cuidamos de organizar a Fundação”.

Frente aos rumores do CAJ fechar, a comunidade jataiense organizou-se e construiu meios para manutenção da Universidade na cidade, uma destas formas foi com a criação da FEJ. Então, após várias reuniões com lideranças políticas e representantes da sociedade civil jataiense, decidiu-se criar a Fundação Cultural que posteriormente recebeu o nome de Fundação Educacional de Jataí (FEJ), representada por vinte e uma entidades, conforme Dourado (2001, p.544):

Diante da possibilidade concreta indicada pela própria UFG, setores da sociedade local organizaram-se para criar uma entidade que pudesse concretizar os anseios da população através de garantia da regularidade de Ensino Superior no Município. Nesse sentido, após reuniões e debates, decidiu-se pela criação de uma Fundação cultural. Em reunião ordinária contando com representantes de vinte e uma entidades, o estatuto foi aprovado com algumas modificações, com destaque para a alteração do nome da entidade de Fundação cultural para Fundação Educacional de Jataí, em 18 de janeiro de 1984 (Dourado, 2001, p. 544).

A Fundação Educacional de Jataí (FEJ), conforme Ata de criação, foi fundada pela Lei Municipal nº 1.077, de 13 de março de 1984, com o objetivo de arrecadar fundos para a manutenção e despesas com contratação de professores para o CAJ, porque o Campus corria o risco de ser extinto, pois a União havia suspenso a realização de concursos.

Nota-se tanto em Rio quanto Jataí as Fundações foram criadas com o mesmo propósito: arrecadar fundos para manutenção das faculdades. Segundo o entrevistado 16 (2022):

Eu sei que pra bancar esses cursos aqui em Jataí, as verbas federais não vinham e não existia assim, a legalidade de dizer que era...era apenas um Campus que tinha autorização por meio dessa fundação, mas ainda não recebia verba do governo federal para isso. Isso tudo era mantido pelos cofres da Prefeitura, até depois desse período, não me recordo se de 10 ou 12 anos resolveu fazer convênio com o Estado, e daí o Estado começou a repassar verba. Daí nesse período, construíram a sede da Universidade Federal de Goiás esse Campus passou a receber as verbas para manutenção (Entrevistado 16, 2022).

O relato do entrevistado 16 (2022) aponta que as verbas federais não chegavam a Universidade, evidenciando outro motivo para a criação da FEJ. Conforme Lei de Criação, a Prefeitura repassou o valor de Cr\$15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) para manter a Fundação durante o exercício de 1984. Este valor seria destinado ao pagamento dos servidores contratados via Fundação para o CAJ.

Antes de efetivar sua criação, foram realizadas reuniões com representantes da comunidade jataiense, com intuito de compor uma Comissão a qual seria responsável pela organização da FEJ.

O registro da primeira reunião está na Ata nº 01, de 18 de janeiro de 1984, às vinte horas, na Associação Comercial e Industrial de Jataí, localizada na rua José Manoel Vilela nº 483, no primeiro andar. Nela, fora aprovado o estatuto da Fundação Educacional de Jataí, a Eleição e a Posse da Comissão Diretora, composta por: Adelino Gameiro das Neves; Binômimo Costa Lima; Eudes Assis Carvalho; Gilásio Sousa Santos e Zenilda Souza.

Um dado no documento chamou-nos a atenção revelando os bastidores para a criação da FEJ, expresso durante a fala do Presidente da Comissão responsável pela elaboração do Estatuto:

[...] fez breve histórico da futura entidade fazendo constar da Ata que ela nascera da profícua articulação procedida pelo professor Guilhermino, diretor do Campus Avançado Jataí, inspirado em anseios da Universidade Federal de Goiás, cujo professor após conversações com Binômimo da Costa Lima (Meco) fizeram chegar a ideia ao Sr. Prefeito Municipal, que de imediato, integrara-se a ela sugerindo que ela fosse elevada ao Conselho Comunitário, o que fora feito mediante conversação da liderança do Lions. Reunidas as lideranças comunitárias, deliberaram por unanimidade das presentes, criar a Fundação Cultural de Jataí, designando-se uma Comissão com poderes especiais para rever a matéria e elaborar um anteprojeto de Estatuto destinado a instituir a nova entidade com denominação Fundação Cultural de Jataí, cuja Comissão fora composta dos seguintes representantes: Adelino Gameiro das Neves, Dra. Maria das Graças Filizola, Zenilda Souza, Nei Rosa de Oliveira, Dr. Rubens Martins Vieira, Hidelbrando Alves de Assis, Dr. Goiano Barbosa Garcia (Ata nº 01, 18 de janeiro de 1984).

No registro verifica-se a veracidade e comprova as narrativas dos entrevistados, quando afirmaram sobre a conversas informais realizadas durante um almoço de família, a partir deste momento, as conversações chegaram ao conhecimento do Prefeito, o qual demonstrou interesse em formalizar e organizar os trâmites para implantar o CAJ.

Na ocasião, conforme registro, foi eleito como Presidente desta Comissão o Sr. Adelino Gameiro das Neves, o qual escolheu o Sr. Hidelbrando como responsável por redigir o projeto. Após elaboração, foi levado para apreciação do Conselho Comunitário e sofreu algumas alterações, dentre elas, o nome da entidade.

O Conselho Comunitário foi convocado para a reunião representado por: Nelson Antônio da Silva (Prefeito Municipal); Adelino Gameiro das Neves (Presidente da Comissão e representante da Associação Comercial e Industrial de Jataí); Hidelbrando Alves de Assis (Membro da Comissão); Gilásio Souza Santos (representante da Loja Maçônica “28 de Julho nº 13” de Jataí); Dom Benedito Domingos Cósia (representante da Diocese de Jataí); Binômimo Costa Lima (representante da Fundação Cultural de Jataí); Dr. Hélio Vilela Carvalho (representante da Associação Profissional dos Engenheiros Civis e Arquitetos de Jataí); Dr. José França Rezende (representante da Associação Brasileira de Odontologia Subseção do Sudoeste Goiano); José Tosta de Carvalho (representante do Conselho Regional Espírita de Jataí); Paulo Rodrigues (representante a Associação Profissional dos Contabilistas de Jataí); Dr. Reny Franco Garcia (representante da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Goiás Seccional de Jataí); Sandra Mariza Ferreira Prado (representante da Delegacia Regional de Educação de Jataí); Carlos Educardo Vilela (representante do Sindicato Rural de Jataí); João Justino de Oliveira (Representante da Câmara Municipal de Vereadores); José Ferreira (Representante do Lions Clube de Diretores Lojistas de Jataí e o Centro dos Professores de Goiás – Regional de Jataí); Oswaldo Alves de Freitas (representante da Loja Maçônica Liberdade do Sudoeste de Jataí); Guilhermino de Paula Souza (representante do Campus Avançado de Jataí); Major Ivanildo Lopes (representante do Rotary Clube de Jataí); Eudes Assis Carvalho (representante o Lions Clube de Jataí); Neley Souza (representante das Igrejas Evangélicas de Jataí).

Frente as informações expostas no registro da Ata nº 01, nota-se que os representantes da sociedade civil se uniram, em sua maioria, líderes de entidades de natureza privada com o objetivo de manter um órgão público em Jataí. Na época, uma das exigências para regulamentar as fundações era elaborar um Estatuto.

Neste sentido, durante uma das reuniões convocadas foi apresentada a proposta para o Estatuto, o qual no 2º art. apresentava as finalidades da instituição:

- I Proporcionar sua colaboração aos poderes públicos e entidades particulares, nos diversos domínios do saber e assessoria que solicitarem no âmbito de suas atribuições;
- II Colaborar com as instituições de todo o país na elevação do nível do ensino e na sua adaptação às necessidades do desenvolvimento local, regional e nacional;
- III Cooperar com instituições científicas e culturais nacionais e estrangeiras, visando o enriquecimento da ciência das letras e das artes, defendendo ainda a liberdade de pesquisa, de expressão e encarecendo a defesa da autonomia cultural;
- IV Estimular o progresso do pensamento, da ciência, das artes e da tecnologia;
- V Manter-se permanentemente alerta à evolução da sociedade brasileira, sensível aos seus anseios e compromissada com os seus problemas;

- VI Sugerir estudos e cursos sobre problemas educacionais local e regional discutindo-os com as instituições e publicando-os sempre que oportunos;
- VII Contribuir para a formação científica, cultural, moral, cívica e física da juventude;
- VIII Promover a análise crítica permanente da vida nacional, em todos os seus aspectos publicando-as sempre que oportunas, como contribuição da Fundação para estudo e solução dos problemas brasileiros;
- IX Aplicar os recursos próprios e os provenientes da comunidade ou de convênios com outras instituições públicas ou particulares;
- X Proporcionar as condições físicas e financeiras que, juntamente com a universidade, atinja objetivos e metas em relação a pesquisa, o ensino e a extensão universitária (Estatuto FEJ, 24 de abril de 1984).

O Estatuto também estabelecia a presença de um Conselho Diretor, o qual seria composto por I. Presidente, II. Vice-Presidente, III. Conselho de Administração estaria a frente da FEJ. No regulamento proposto pelo Estatuto, o Prefeito Municipal tornaria responsável pela escolha do Presidente e Vice-Presidente da FEJ.

A escolha obedeceria uma lista sêxtupla de representantes das seguintes entidades: Lions Clube de Jataí, Rotary Clube de Jataí, Associação Comercial e Industrial de Jataí, Clube de Diretores Lojistas de Jataí, Loja maçônica “28 de Julho nº 13” de Jataí, Loja Maçônica Liberdade do Sudoeste de Jataí, Delegacia Regional de Educação de Jataí, Diocese de Jataí, Sindicato Rural de Jataí, Igrejas Evangélicas de Jataí, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jataí, Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de Jataí, Associação Profissional dos Contabilistas de Jataí, Associação Profissional dos Engenheiros Civis e Arquitetos de Jataí, Associação Cultural de Jataí, Sindicato dos Bancários de Jataí, Câmara Municipal dos Vereadores de Jataí, Secretaria Municipal de Educação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí, Associação Brasileira de Odontologia Subseção do Sudoeste Goiano, Associação de Engenheiros Agrônomos de Goiás Seccional de Jataí, Sociedade Goiana de Veterinária Seccional do Sudoeste, Centro dos Professores de Goiás Regional Jataí e Conselho Regional Espírita de Jataí.

O Estatuto também estabelecia a presença de um Conselho de Administração, esse de caráter consultivo e deliberativo composto por: a) um Presidente; b) um Vice-Presidente; c) seis membros efetivos; d) dois suplentes. As decisões e consultas devem passar pelo Conselho, o qual deverá se reunir uma vez por mês. A escolha dos representantes ocorreria a cada dois anos.

Quanto as receitas, essas seriam provenientes de doações e arrecadações de quaisquer espécies, de verbas oriundas da Prefeitura Municipal de Jataí. As receitas seriam obtidas por meio da Tesouraria e aplicadas no que for determinado pelo Presidente.

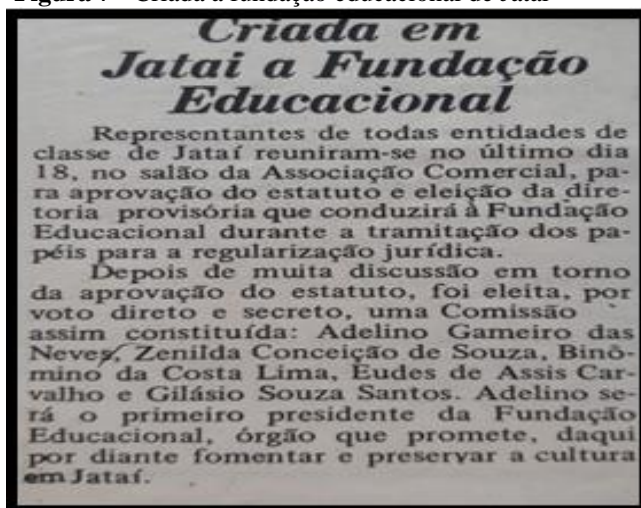
Após apresentação do Estatuto, o mesmo foi votado e aprovado pelos presentes na assembleia. Depois da aprovação foi encaminhado para ser registrado no Cartório do 2º Cível – Registros e Fazendas Públicas. A diretoria da FEJ o encaminhou para a vara Civil da Comarca de Jataí, passando da personalidade de direito privado para público, desta forma, houve-se a necessidade de reformular o artigo 1º:

Art. 1º – A Fundação Educacional de Jataí (F.E.J.) é um ente de cooperação com fins culturais e objetivos não lucrativos, de direito público, com jurisdição em todo o município, domicílio e foro na cidade de Jataí, Estado de Goiás, criada pela Lei Municipal nº 1.077, de 13 de março de 1984 (Estatuto reformulado – Art. nº 01 – FEJ).

A justificativa sobre reformulação atendia uma exigência do Conselho Estadual de Educação para manifestar à pretensão de criação cursos universitários. Todas as decisões tomadas para elaboração do Estatuto e sua reformulação foram realizadas em reunião com os representantes da FEJ, segundo o registro das atas. O local de encontro da Comissão era sempre o salão nobre da Associação Comercial e Industrial de Jataí, a reunião nº 02 de reformulação ocorreu no dia 30 de novembro de 1984.

A notícia da criação da FEJ ganhou destaque na imprensa da época, conforme figura 7, do Jornal Folha do Sudoeste, conforme figura 7.

Figura 7 - Criada a fundação educacional de Jataí



Fonte: Jornal Folha do Sudoeste

A reportagem reproduz de forma resumida, o que ocorreu na criação da FEJ em 1984. Informou também quem eram os representantes da Comissão formada para criação do Estatuto da entidade. Na ocasião, o Presidente da FEJ afirmou que a entidade visava fomentar e preservar a cultura em Jataí.

Desta forma, o vínculo da FEJ com o CAJ foi fundamental para a contratação dos professores e pagamento dos salários possibilitando o funcionamento dos cursos implantados. Até então, era necessário que a Fundação escolhesse entre os seus representantes, um secretário e um tesoureiro responsável pela contabilidade e repasse das verbas a UFG/Regional Jataí.

Por essa razão, conforme registro de Ata, no dia 02 de maio de 1985, foi realizada a 4ª reunião da FEJ no plenário da Associação Comercial Industrial de Jataí, com intuito de escolher os responsáveis pela Secretaria e Tesouraria, na ocasião foram eleitos: João Justino de Oliveira (Secretário) e Binômino da Costa Lima (Tesouraria).

Segundo Dourado (2001, p. 544) a responsabilidade da Prefeitura com o CAJ não se resumia apenas a manutenção e disponibilidade da área física, mas também, com o suporte de pessoal e contratação de professores.

A UFG inaugurou, dessa forma, uma nova fase em suas políticas de interiorização, iniciadas na década de 80, prioritariamente, sob a forma de Extensão. A partir de então, a UFG ampliou o número de alunos ingressos, através da interiorização de seus cursos assumindo, nesse contexto, a condução político-administrativa e pedagógica dos mesmos. À Prefeitura, couberam os encargos da manutenção e da ampliação da área física, suporte de pessoal de apoio e, principalmente, a contratação de professores a serem colocados a disposição do CAJ/UFG (Dourado 2001, p. 544).

Durante entrevista com a Entrevistada 11 (2022), comentou que as atividades da Fundação iniciaram a partir de 1986.

Em 1984, várias pessoas da sociedade se juntaram e através do Prefeito Nelson Antônio, ele criou então, a Fundação. Essa Fundação foi criada com o objetivo de amparar os cursos de Direito, Administração da faculdade sendo que desde aquela época só podia registrar cursos superiores por meio de uma Fundação pública...Fundação privada não era permitido. Então, assim, foi um esforço de várias pessoas da sociedade que tinham o anseio de trazer cursos superiores para Jataí, que até então, não tinham...Criou-se então a Fundação e a partir de 1986 deu início a seus trabalhos, que duram até a presente data (Entrevistada 11, 2022).

Observa-se que no relato da Entrevistada 11 (2022) informa acerca da Fundação criada com objetivo de amparar os cursos de Direito e Administração, os quais funcionavam em outra instituição de ensino, o CESUT, uma faculdade privada. Mas a entidade deveria ser de natureza pública, conforme elucida a participante.

O entrevistado 17 (2022) disse sobre FEJ foi criada para auxiliar o funcionamento das Instituições de ensino superior existentes na cidade na época: uma Faculdade privada –

CESUT e a uma Universidade pública – CAJ/UFG, “durante o período em que fui Prefeito de Jataí, nós conseguimos criar a Fundação Educacional de Jataí com objetivo de auxiliar o funcionamento das instituições de ensino superior aqui existentes em Jataí. Conseguimos muitas parcerias e doações.”

O entrevistado 10 (2022) foi tesoureiro nos primeiros anos de criação da FEJ, relatou acerca das doações, a grande maioria provenientes da Prefeitura, da sociedade civil, inclusive, afirmou ter doado aparelhos para o laboratório da Universidade.

Eu fiz parte da diretoria da FEJ, fui tesoureiro, logo nos primeiros anos, assim que foi criada. Ela recebeu doações da Prefeitura, que ajudou muito a Universidade e também como pessoas, como eu, doei aparelhos para o laboratório, tinha mais gente que também doava dinheiro, muita gente ajudou (Entrevistado 10, 2022).

De acordo com os registros disponíveis na FEJ, em 1985, foi organizado um convênio entre a FEJ e a UFG. A entrevistada 11 (2022) informou que “O convênio entre a Fundação e a UFG tinha como principal objetivo a Prefeitura assumir e auxiliar na contratação de professores com vistas a ampliação dos cursos, foi muito investimento financeiro realizado para a Universidade.”

A entrevistada 11 (2022) foi uma das primeiras funcionárias da FEJ, registrada como auxiliar de contabilidade, conforme disposto no anexo XVIII, na página 232, exerce sua atividade laboral até os dias atuais na Fundação.

O entrevistado 9 (2022), na época, Presidente da Fundação, elucidou que o convênio foi criado e firmado entre a Universidade, Fundação e a Prefeitura. O participante narrou que a Fundação recebia verbas do município para efetivar os custos da contratação dos funcionários do CAJ, como também explicou qual era outra função da Fundação: ajudar na implantação de cursos na cidade.

Criamos a Fundação, e firmamos um convênio entre a Universidade, Fundação e a Prefeitura. A Fundação recebia a verba do município que era repassada e a responsabilidade da Fundação era contratar funcionários para trabalhar nos cursos, até porque naquela época não tinha concurso público para professores, outra função da Fundação era ajudar na implantação de cursos na cidade (Entrevistado 9, 2022).

De acordo com os relatos dos entrevistados e dos documentos analisados, no início da criação da Fundação foi percebido que a maior parte das doações eram oriundas do poder público do município, ou seja, da Prefeitura Municipal. Neste sentido, ao compararmos as

realidades de Rio Verde e Jataí frente ao processo de criação das Fundações observaremos que em ambas cidades as Fundações criadas tinham ligação com a Prefeitura.

Entretanto, em Jataí, nota-se que o principal objetivo da Fundação, além de receber doações, era centrado na manutenção da Universidade Pública na cidade bem como ajudar o desenvolvimento do ensino superior existente nas Instituições: uma pública e outra privada.

As fotografias 13 e 14 apresentam o momento da assinatura do Convênio estabelecido entre FEJ, UFG e a Prefeitura Municipal.

Fotografia 13 - Assinatura do convênio entre FEJ, UFG e a Prefeitura Municipal



Fonte: Museu Histórico Francisco Honório Campos

Fotografia 14 - Solenidade para assinatura do convênio FEJe UFG/CAJ



Fonte: Museu Histórico Francisco Honório de Campos

A FEJ organizou um jantar com a Dra. Maria do Rosário Cassimiro, segundo registrado na ata nº 05, do dia 08 de outubro de 1985. A notícia do acordo estabelecido entre UFG e a Fundação adentrou à comunidade jataiense. Na ocasião, foi realizado uma festa em comemoração ao convênio, conforme fotografia 15:

Fotografia 15 - Festa em comemoração do convênio entre UFG e a FEJ



Fonte: Museu Histórico Francisco Honório de Campos

A entrevistada 11 (2022) comentou sobre o convênio:

Olha, antes de 86, já havia uma parceria entre a Prefeitura e a Universidade Federal de Goiás. Foi então, trazido para Jataí alguns cursos: Letras, Pedagogia, Química, Matemática, Física...é que eu me lembro esses assim. Mas, existia era um convênio entre Prefeitura e Universidade Federal de Goiás até, então a Fundação não aparecia neste convênio é a partir de 1986 é que a Fundação criou-se o seu quadro de pessoal para regularizar a função dos professores que davam aula na Universidade e que eram pagos com o recurso da Prefeitura. A Prefeitura começou a passar para a Fundação, e ela então fazia o pagamento desses professores (Entrevistada 11, 2022).

A contratação de professores para atuar nos cursos do CAJ ocorria via FEJ, até o final dos anos 1980. Quanto a formação profissional destes profissionais não era exigida a especialização nos cursos de Mestrado ou Doutorado, o docente contratado poderia ser graduado ou possuir o título de Especialização. Segundo a entrevistada 11 (2022):

A contratação dos professores ocorria via Fundação, porque o governo federal da época, não abria concursos para isto. Os professores poderiam ser graduados ou serem especialistas até o final dos anos 80. Com a assinatura do convênio, nos anos 90, me lembro bem...a UFG começou a exigir que os professores que fossem atuar lá, tivessem Mestrado e Doutorado. Então na época, a FEJ...a Fundação, ajudou muito os professores que atuavam lá, concedendo licença para capacitação, tanto para quem quisesse fazer Mestrado quanto para quem fosse fazer Doutorado (Entrevistada 11, 2022).

A criação da FEJ levou a UFG adequar à nova realidade, desta forma, o Conselho Universitário da UFG aprovou no dia 30 de agosto de 1985, o Regimento do Campus Avançado de Jataí, “constituindo-o como órgão suplementar da UFG, vinculado à Pró-reitoria de Extensão” (Dourado, 2003, p. 544).

No documento a UFG destaca os esforços para efetivar parcerias institucionais, desenvolvimento de pesquisas e formação de profissionais com vistas ao progresso sócio-econômico-cultural do Estado.

Para Dourado (2003) essa condição de órgão suplementar garantiu ao CAJ sua constituição, entretanto sem dotação orçamentária própria, sem autonomia administrativa e pedagógica, porém subordinado à Pró-Reitoria de Extensão da UFG.

O documento apresentava as condições dos eixos norteadores para as políticas de Interiorização da UFG:

- 1) o caráter temporário dos cursos oferecidos;
- 2) a oferta de novos cursos condicionada às demandas do mercado de trabalho, às possibilidades dos departamentos da sede em supervisionarem os cursos e ao interesse da comunidade;
- 3) a promoção de condições para transferência gradativa dos cursos para a comunidade (Regimento *campus* avançado de Jataí, 1985).

Para Dourado (2003) os professores ao mesmo tempo que prestavam serviço para a União desenvolvendo atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão eram identificados como servidores municipais à disposição do Campus, sem condições de asseguramento a estabilidade no emprego.

Com a contratação dos professores em caráter emergencial pela FEJ e apesar da regulamentação de seus estatutos preverem a fiscalização e o controle das atividades de ensino, o orçamento financeiro era proveniente em sua maioria da Prefeitura.

A FEJ quando foi criada organizou-se como Fundação Pública, sendo órgão da administração indireta, “não se configura juridicamente como entidade mantenedora de fato dos Cursos do CAJ, na medida em que a UFG se responsabiliza pelos seus cursos” (Dourado, 2003, p. 545).

A partir de 1989, a Prefeitura Municipal começou ter problemas financeiros e no repasse das verbas com pontualidade. Com isso, o salário dos professores começou a ser comprometido gerando manifestações dos profissionais, os quais exigiam a regularização.

Abaixo na fotografia 16, há uma manifestação de alguns professores, todos contratados pela FEJ, em 1994 durante cerimônia de Colação de Grau.

Fotografia 16 - Manifestação dos professores do CAJ pela regularização dos salários atrasados da FEJ– 1994



Fonte: Lemes (2018)

Mesmo com salários atrasados, o CAJ rompia as dificuldades e garantia o funcionamento de suas atividades aos estudantes neste período. Não era somente o problema orçamentário que o CAJ enfrentava, mas também as demandas por novos cursos era uma reivindicação constante por parte da comunidade jataiense.

3.7 DEMANDAS SOCIAIS PÓS-IMPLANTAÇÃO DO CAJ

Nesta sessão, abordaremos quais foram as demandas pós-implantação do CAJ. O objetivo centra-se em abordar como a comunidade jataiense reivindicou novos cursos.

Na década de 1980, a UFG implantou os *Campi* Avançados em diversas cidades em Goiás (Dourado, 2001). Os cursos de cada *Campus* não foram criados aleatoriamente, a Pró-Reitoria realizou um estudo avançado e profundo da região e da cidade, a qual receberia uma unidade da universidade (Cassimiro, 2018).

Antes da criação da FEJ, os cursos superiores do CAJ eram ministrados por professores da UFG, lotados em Goiânia. De acordo com a entrevistada 15 (2022):

Fizemos uma pesquisa sobre as necessidades maiores do ensino, eram as disciplinas dos ramos da Ciência era Química, Física e Matemática. O Diretor do Instituto de Ciências, Físicas e Biológicas foi contra, não quis criar a Biologia, então ficou...nós começamos com os cursos de ciências, mas só com uma perna porque ele se negou...e tudo foi aprovado nas pró-reitorias aqui da UFG, né. Porque tinha que ser, porque pertenceu a UFG. Os professores saíam da UFG daqui de Goiânia para lecionar em Jataí (Entrevistada 15, 2022).

O entrevistado 9 (2022) comentou sobre a expectativa em relação aos cursos que seriam implantados no CAJ.

Aí nós começamos a princípio, nós queríamos cursos de ponta: nós queríamos odontologia, direito, agronomia, sabe... E aí, nós fomos frustrados nessa parte, porque nós éramos muito pequenos, nós não sabíamos o que queríamos, nós fizemos este procedimento. [...]O que foi que nós descobrimos: não se levanta um prédio sem primeiro fazer a base, a Universidade tinha que começar pela base. A base dela é Pedagogia, Letras...Vamos formar professores para poder levantar o prédio, e aí começamos então, a princípio foi Matemática, Física e Química. No início os professores eram de Goiânia da universidade para trabalhar aqui (Entrevistado 9, 2022).

O entrevistado 10 (2022) comentou sobre a expectativa de ter cursos de ponta. Mas qual seria a compreensão sobre “cursos de ponta”? Na realidade, são cursos que atendem aos interesses das elites, tal mentalidade é típica de sociedades mais oligárquicas e pretensamente liberais. O entrevistado 10 (2022) confirmou acerca dos primeiros cursos implantados no CAJ: Matemática, Química e Física. “Eram três cursos que fez a universidade começar, não lembro bem, mas acho que era matemática, química e física...sei que formou pouquinho gente. Mas, os professores vinham de Goiânia a Prefeitura era responsável pela hospedagem deles.”

Nota-se na fala dos entrevistados, quais foram os primeiros cursos implantados no CAJ e como chegou-se à decisão para o funcionamento dos mesmos. A entrevistada 15 (2022) comentou sobre a existência de um estudo realizado pela Pró-Reitoria com vistas a verificar qual(is) área(s) havia deficiência de profissionais, o resultado centrou no ramo das Ciências Exatas, especificamente, nas Ciências: Matemática, Física e Química.

Para o entrevistado 9 (2022) havia a expectativa da universidade trazer cursos “de ponta”, tais cursos: Odontologia, Direito, Agronomia, em sua visão esses teriam um valor maior em relação aos de licenciatura. De acordo com o participante, após diálogo com a Pró-Reitora descobriram o sentido dos cursos de licenciatura, pois esses seriam a base para os demais, eram necessários para a cidade e região, somente após esta explicação houve aceitação por parte da Comitiva para o CAJ iniciar seus trabalhos.

Segundo Marques e Abut (2008, p.51) estudiosos do Direito do Trabalho, “entende-se por remuneração o conjunto de prestações recebidas pelo empregado em razão da prestação de serviços, em dinheiro ou utilidades, proveniente dos empregadores ou de terceiros”. Neste sentido, em comparação a outras profissões os docentes acabam sofrendo um desprestígio social.

Para Pinto (2009, p. 60) a remuneração adequada para o professor, foi um dos grandes desafios da educação no país, pois “quando se fala em valorização salarial, contudo, há que se

ter claro, de que a medida não é, necessariamente, um valor muito acima, mas, simples e tão somente, o que já é pago por outras profissões.”

Na obra “Caderno de Tomaz Garcia: Confissões de Maria Cassimiro”, a autora explica porque o curso de Biologia não foi criado junto com os demais:

A primeira experiência com a interiorização de cursos de graduação se deu em 1980, no Campus de Jataí, quando eu ainda era Pró-Reitora, com a instalação do Curso de Licenciatura Plena em Ciências, com as áreas de Física, Química e Matemática. A área de Biologia não foi instalada devido à oposição cerrada feita ao projeto do professor José Salum, Diretor do Instituto de Ciências Biológicas. Aliás, a oposição que sofri referente a esse projeto, dentro da UFG, foi enorme, foi uma luta sem tréguas que travei contra quase todos, inclusive com expressivas personalidades da administração superior (Cassimiro, 2018, p. 150-151).

Segundo Cassimiro (2018), o curso de Biologia não foi implantado no CAJ, por oposição do professor José Salum do Instituto de Ciências Biológicas da UFG, mas a autora narra ter sofrido muita resistência contra quase todos, inclusive com personalidades da administração superior, não as nomeando.

As políticas repressivas e autoritárias do período militar contribuíram para as manifestações de recusa e resistência por parte da comunidade interna da UFG, tendo em vista, que o entendimento coletivo referente a interiorização, era um programa imposto sem discussão democrática dos entes internos da instituição.

De acordo com o editorial do Jornal Folha do Sudoeste no anexo XIX, na página 233, de 1984, o povo reivindicava a criação de novos cursos e “mais atraentes”. Na reportagem há uma preocupação crítica com os cursos ofertados pelo CAJ, o desejo dos setores mais progressistas da comunidade jataiense realizar o concurso vestibular de 1985 e a implantação de novos cursos superiores.

Desde o funcionamento do CAJ em 1981, “não houve a ampliação da oferta dos cursos, e conseqüentemente, baixa entrada de estudantes totalizando apenas 60”. A quantidade de ingressantes bem como os cursos foi alvo de críticas e ao mesmo tempo, reivindicação por outros, de acordo com o texto.

Os cursos de Licenciatura não eram “atraentes” à comunidade jataiense, por esta razão os pais estavam mantendo seus filhos estudando em instituições de ensino superior em outras cidades, em cursos considerados “melhores”. Neste sentido, o editorial conclama a necessidade não somente da FEJ articular a implantação de novos cursos, mas orienta o povo de Jataí e as cidades do sudoeste goiano cobrarem das autoridades.

O problema para a criação de novos cursos seria a falta de mão de obra qualificada para ministrar as aulas. O editor conclui o texto com uma interrogação: “[...] por que não se

atentar para a sugestão de formar aqui mesmo os nossos professores?” A formação dos docentes seria para atuarem nas graduações “atraentes”.

Mesmo com os problemas enfrentados, em 1983, o CAJ participou do Desfile Cívico de Jataí, como mostra a fotografia 17.

Fotografia 17 - Desfile cívico de 1983



Fonte: Museu Histórico Francisco Honório Campos

Para entrevista a entrevistada 15 (2022):

A comunidade jataiense e as lideranças políticas acreditaram no projeto de Interiorização universitário e era visível o orgulho, alegria das pessoas, dos estudantes da cidade. Para nós também foi motivo de sentimento de missão cumprida (Entrevistada 15, 2022).

O entrevistado 10 (2022) disse que os jataienses ficaram muito felizes, porque Jataí era detentora de uma universidade federal e Rio Verde não:

Todo mundo ficou muito feliz na cidade, porque a gente tinha uma federal e Rio Verde não. Todo mundo queria soltar um tiro de alegria, era muito bom. Tanto que fizemos de tudo pra Universidade ficar na cidade e os meninos que estudava lá, eu acredito, que tinha muito orgulho também (Entrevistado 10, 2022).

Para o entrevistado 9 (2022), o sentimento dos jataienses era visível o orgulho, além disso, sempre acompanhava o funcionamento do CAJ ouvindo os estudantes, os quais relatavam demonstrar satisfação.

O sentimento do jataiense não podia ser outro: orgulho. Afinal a cidade era sede de uma Universidade Federal, por isso, como tínhamos interesse na permanência dela

aqui, acompanhávamos de perto o seu funcionamento, e ouvíamos também os estudantes, que demonstravam satisfação em estudar lá (Entrevistado 9, 2022).

Embora a participação em eventos cívicos das instituições de ensino nos municípios do país fosse comum, nota-se que a presença do CAJ no desfile cívico em 1983, foi uma oportunidade de divulgar o trabalho da Universidade para a comunidade.

O arranjo político nacional era reproduzido no sistema escolar, frente ao slogan “Ame a Pátria ou deixe-a” participar dos desfiles era uma maneira de expressar o patriotismo e o civismo. Mas, estes tinham a função de confirmar o poder do regime militar em todas as esferas como fundo o uso da disciplina (Germano, 2004). “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (Foucault, 2014, p. 167).

Para isso, o governo instituiu o Decreto 68065/71 determinando atividades relacionadas ao civismo nas escolas durante todo o ano letivo, estas seriam nomeadas Horas Cívicas. Caberia aos Centros Cívicos (organizações de alunos sob supervisão de professores e direção criada em substituição aos Grêmios Estudantis durante a Ditadura Militar) realizá-las, de acordo com art. 32:

Art. 32 – nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação de Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado à centralização, no âmbito escolar, e à erradicação, na comunidade local, as atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando.

§1.o – As chapas concorrentes às funções da diretoria deverão ser submetidas à aprovação prévia do diretor do estabelecimento.

§2.o – Os Centros Cívicos deverão:

a) considerar o civismo, nos três aspectos fundamentais: caráter, caráter com base na moral, tendo como fonte Deus, nos termos do Preâmbulo da Constituição do Brasil; amor à Pátria e Pátria às suas tradições, com capacidade de renúncia; ação intensa permanente em benefício do Brasil;

§3.o – Serão membros dos Centros Cívicos, em caráter facultativo, alunos e professores do estabelecimento.[...] (Decreto 68065/71).

Neste sentido, era obrigação das instituições educacionais independente do nível de ensino participar dos desfiles cívicos. Para Germano, 2005:

O tripé ideológico de sustentação da política educacional era constituído, pois, pela Doutrina da Segurança Nacional, pela Teoria do Capital Humano e por correntes do pensamento cristão conservador. A este último coube legitimar, num país de maioria católica, as iniciativas do Estado Militar de associar diretamente educação e produção capitalista, bem como de fornecer sustentação a toda ideologia estatal, uma vez que o nome de Deus e os princípios cristãos eram sempre invocados pelos poderosos (Germano, 2005, p. 183).

Assim, o uso da religião dentro dos documentos oficiais bem como nos discursos proferidos pelo governo, possuíam como propósito legitimar o sistema vigente promovendo a aceitação popular das benesses impostas. Embora havia um cenário político formado no país. Em Jataí, o anseio por mais cursos era uma cobrança recorrente da comunidade jataiense, nos editoriais da imprensa local, com isso a Universidade instaurou estudos para ampliar a oferta de vagas de novas graduações.

Porém, era necessário respeitar a Resolução nº 15, de 29 de outubro de 1984 elaborada pelo Conselho Federal de Educação (CFE), a qual fixava normas de autorização para funcionamento de cursos superiores de graduação e com base nesse documento, a Universidade pode seguir as diretrizes para criar novos cursos.

A FEJ também era interessada auxiliar o CAJ na oferta de novos cursos. Em março de 1984, o Jornal “Folha do Sudoeste”, anexo XX, na página 234, informou acerca de duas reuniões realizadas entre os representantes da FEJ e da Reitoria da UFG, com o propósito de articular a criação do curso de Pedagogia para 1985.

A primeira contou com a presença do Reitor Joel Pimentel Uchoa e a segunda, com a Diretora da Faculdade de Educação: Margarida M. Monteiro, os Chefes de Departamento da UFG e o Presidente do Colegiado do Curso de Pedagogia. O editorial informa sobre a existência de um processo em andamento, na Faculdade de Educação, para complementação do curso de Pedagogia. Também, a UFG havia solicitado um estudo para ofertar o primeiro vestibular em 1985.

Além disso, o Presidente da FEJ afirmou sobre o repasse de uma verba pela Prefeitura de Jataí e a Fundação para a UFG. Esta seria destinada à gratificação do salário dos professores, aquisição de um veículo para transporte dos docentes oriundos de Goiânia a Jataí e vice-versa. Conforme editorial seriam necessários 15 profissionais.

De acordo com o texto, a implantação de novos cursos como Agronomia, Direito e Veterinária não seria possível no momento por falta de recursos da FEJ, mas poderiam ser criados num futuro próximo. De acordo com o Presidente da FEJ havia a possibilidade de criar o curso de Saúde Pública, pois o Diretor do CAJ Guilhermino de Paula Souza estava em contato com o Instituto de Patologia Tropical de Goiânia.

Além disso, em outro editorial do mesmo jornal Folha do Sudoeste de março de 1984, conforme anexo XXI, na página 235, complementou a notícia anterior, afirmando que em 1985 seria implantado o curso de Pedagogia e em 1986, havia previsão para criação do curso de Letras.

Com vistas a adequar as novas graduações, a Prefeitura decidiu melhorar o currículo do ensino e incentivar a formação dos professores da rede municipal. A decisão foi tomada em reunião realizada no dia 09 de março de 1984, entre os representantes da FEJ, o prefeito da época Nelson Antônio da Silva, vereadores, membros de entidades de classe, clubes de serviço, professores e juízes. Na ocasião, também foi discutida a proposta para escolha dos cursos conforme texto do jornal.

Com isto, o editorial informa em 1985, ocorreu o primeiro vestibular do curso de Licenciatura em Pedagogia. A Prefeitura Municipal por meio do convênio nº 028/84, de 10/10/84, assinado entre a UFG e a Prefeitura Municipal de Jataí, comprometeu-se dar preferência aos portadores de diplomas do curso de Pedagogia (Licenciaturas Plena e Curta) para o exercício da profissão no 1º grau e garantir remuneração diferenciada a estes professores.

Como forma de incentivo aos estudos, ficou assegurado aos professores da zona urbana e rural a liberação para frequentarem os cursos de atualização e capacitação. A FEJ também arcou com a responsabilidade de transportar e remunerar os agentes, o pagamento de gratificações mensais aos coordenadores didático-pedagógicos dos cursos e cumprir com o disposto exposto nos convênios, segundo editorial.

As notícias expressas nos editoriais corroboram com o relato do entrevistado 9 (2022):

A FEJ juntamente com a Prefeitura Municipal de Jataí, representada na época pelo prefeito Nelson Silva, fizemos de tudo para manter a UFG na cidade, pois esta era a função da Fundação, ajudar na manutenção financeira da faculdade. Com isto, a escolha do curso de Pedagogia, em especial, foi uma escolha bem democrática e contou com uma participação diferente da comunidade, fizemos uma reunião e apresentamos a opção que a Universidade nos deu: Geografia, História, Pedagogia e Letras, e apresentamos aos presentes, foi aí que se optou por Pedagogia e depois Letras. Até porque a prefeitura tinha interesse em capacitar os professores que atuavam na educação com as crianças e jovens (Entrevistado 9, 2022).

O entrevistado 17 (2022), na época, Prefeito de Jataí comentou:

A Prefeitura de Jataí, na época, ajudou muito a Universidade na cidade, além de ajudar na contratação dos professores através do repasse da verba via Fundação, também incentivamos os professores da rede municipal estudar, principalmente, quando veio o curso de Pedagogia para cá (Entrevistado 17, 2022).

Nota-se que a fala dos entrevistados vai ao encontro do editorial do jornal, com isto, para a execução dos cursos seria necessário além da aprovação da comunidade jataiense, formalizar um convênio entre a Prefeitura, FEJ e a Universidade.

Em 1986, ocorreu a formatura da graduação dos três primeiros cursos de Licenciatura com total de 27 estudantes, 11 eram formandos em Matemática, 2 em Física, 2 em Química e 12 em Ciências (Licenciatura Curta) (LIMA, 2002).

Em ato simbólico, o senhor Avelino Gameiro das Neves – presidente da FEJ e a Reitora Maria do Rosário Cassimiro descerraram a placa de formatura, em 1984, conforme fotografia 18, abaixo:

Fotografia 18 - Descerramento da placa em homenagem a primeira turma de formandos do CAJ



Fonte: Museu Francisco Honório Campos

Abaixo na fotografia 19 tem-se a fotografia das primeiras alunas formandas em Matemática, em 1984.

Fotografia 19 - Três primeiras alunas formandas em Matemática 1984



Fonte: Museu Histórico Francisco Honório Campos

A quantidade de formandos das primeiras turmas dos cursos superiores do CAJ, era um problema muito questionado e criticado nos editoriais. Em junho de 1988, o Reitor da UFG, Professor Joel Pimentel de Ulhôa, por meio da Portaria 821, determinou a criação de uma comissão de trabalho com vistas a averiguar as prioridades para o Campus de Jataí.

O resultado desses estudos foi apresentado pela Comissão ao Reitor, em outubro de 1988, sugerindo tornar permanente no CAJ o Curso de Pedagogia e a criação de Licenciaturas

Plenas em Português, História, Geografia, implantar os cursos de Medicina Veterinária ou Engenharia Florestal; ofertar cursos de Aperfeiçoamento e Especialização para professores (especialmente em Língua Portuguesa) e oferecer atividades de extensão nas áreas de Saúde Humana, Veterinária e Agronomia.

Em 1989, foram assinados os convênios entre a FEJ e a UFG, os quais possibilitava a continuidade ao Curso de Pedagogia e a criação da Licenciatura Plena de Letras. Além disso, esses acordos trouxeram mudanças, como: fixação da carga horária dos professores e especificaram seus salários por referências; designaram dois professores (um do Departamento de Pedagogia e outro de Letras) para exercerem, pelo período de dois anos, a coordenação didático-pedagógica dos cursos; implementaram o apoio a projetos de Pesquisa e Extensão e encarregaram de remunerar os monitores selecionados pelos cursos.

Frente ao exposto acima, observa-se ser possível responder ao terceiro objetivo desta pesquisa: a Universidade contribuiu para o desenvolvimento de Jataí? Seguindo o método indiciário, após análise do corpus documental e oral foi possível verificar indícios que o CAJ contribuiu com o desenvolvimento cultural da cidade e possibilitou a visibilidade de Jataí na esfera nacional, pois passou a ser uma das cidades disponíveis para o ingresso dos estudantes no vestibular no país.

Nos primeiros anos, a oferta dos cursos era voltada para formação de professores. Com isto, a contribuição do CAJ para Jataí, também centrou na melhoria da qualificação e formação dos professores da cidade, em especial, do Município. Entretanto, conforme a oferta de cursos foi aumentando, a partir de 1988, chegaram estudantes de diversas partes do país, há evidências que tal fato tenha influenciado também o crescimento populacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.

(John Dewey)

John Dewey ao propor a educação como um processo social, de desenvolvimento para a vida, independente do nível de ensino para Anísio Teixeira e Paulo Freire, pois por meio dela o indivíduo alcançará ascensão econômica e problemas como a desigualdade social poderão ser corrigidos.

Foi pensando na educação como um instrumento de transformação, que ingressei no curso de Doutorado, pois o conhecimento adquirido ao longo da jornada estudantil transformou minha visão de mundo, posso afirmar que entrei com uma e saí com outra visão sobre a educação.

Ao longo do desenvolvimento desta tese, consegui alcançar os objetivos propostos e elucidar as lacunas expostas por meio dos questionamentos iniciais desta pesquisa feito pelos meus alunos: Por que Rio Verde não tem uma Universidade Federal como Jataí?

O percurso do desenvolvimento da presente tese foi árduo, mas aprendi como realizar uma pesquisa historiográfica e quais passos o pesquisador/historiador deveria percorrer para encontrar os vestígios do passado. Por esta razão, foi necessário dividir esta pesquisa em duas fases: a primeira, em busca de informações em Rio Verde e a segunda, em Jataí.

Seguindo as orientações constituintes do método indiciário, fomos em algumas instituições, tanto em Rio Verde quanto em Jataí, para coletarmos documentos históricos, jornais da época para analisarmos os indícios do passado.

Depois de conseguirmos os documentos, iniciamos as entrevistas, tive a oportunidade de conhecer pessoas extraordinárias, as quais contribuíram para a construção do Ensino Superior em Rio Verde e Jataí. Elas ficarão registradas em minha Memória. Agradeço mais uma vez a cada participante, aos órgãos públicos que visitei e fui bem recebida por todos.

Após realizarmos a transcrição das entrevistas, o gotejamento das narrativas e a análise observamos algumas informações dos participantes iam ao encontro do que constava nos documentos encontrados.

Além disso, por meio do estudo bibliográfico pude ampliar meu conhecimento referente a cada sessão abordada nesta tese. Hoje compreendo o desenvolvimento do ensino

superior no país, como ocorreu a criação da UFG em Goiás e o processo de interiorização da mesma.

Para chegarmos à resposta motivadora desta tese foi necessário ler muito, investigar e averiguar tanto as informações expressas no corpus documental quanto oral, para compreender como ocorreu o processo de desenvolvimento do ensino superior em Rio Verde.

Averiguamos que o início das conversações iniciara em 1964, com um a inquietação dos rio-verdenses acerca do anseio da cidade sediar uma instituição de ensino superior. Além disso, Rio Verde era a maior cidade da região sudoeste, muitos estudavam até o Ensino Médio e por causa dos altos custos aliado aos problemas financeiros, grande parcela da população não ingressava no ensino superior, apenas os filhos da elite da cidade tinham a oportunidade de migrar para os grandes centros para prosseguir seus estudos.

Frente aos problemas existentes em Rio Verde, um grupo de moradores influenciados pela criação da UFG em Goiânia, se reuniram e iniciaram um movimento, o qual contou com o apoio do Prefeito da época tentar interiorizar a UFG na cidade.

Uma das condições para criar uma Universidade pública consistiam em: ofertar um espaço com sede para a Universidade e ter a autorização do MEC. Mas para isso, era necessário aguardar um tempo, como era urgente a necessidade ter uma Universidade em Rio Verde, evidenciando que o Chefe do Executivo não quis atender as demandas de contrapartida.

Então, o grupo de moradores juntamente com os representantes da sociedade rio-verdense encontraram outra alternativa, entrar em contato com a UCG e tentar buscar uma Extensão da UCG.

Com isto, após a Extensão ser firmada, em 1968, o curso de Filosofia iniciou o seu funcionamento em Rio Verde. A Prefeitura arcou com todos os custos financeiros com os professores para ministrar as aulas da Extensão. Muitos ajudaram a Faculdade, como duas irmãs da Igreja Católica, que cederam duas salas do Colégio Estadual do Sol para o curso de Filosofia funcionar.

Porém, este curso durou pouco tempo, porque não houve a aceitação da população, ocasionando a troca do curso para Letras e o rompimento com a Extensão. Frente a isso, o grupo organizou toda documentação para criar uma Instituição de Ensino Superior de Rio Verde, com isso, foi criada a FURV, faculdade particular da cidade, com o passar do tempo tornou-se uma Fundação Municipal.

Entretanto, mesmo sendo uma Fundação Municipal cobrava mensalidades dos estudantes. Como o governo permitia que as IES criassem órgãos para obter recursos

financeiros com o objetivo de mantê-las, foram criadas fundações com vistas a receber doações, uma delas foi uma grande área, onde anos depois construiu-se a sede da Faculdade.

Porém, encontramos evidências em Rio Verde e na região, haver políticos interessados em criar uma Universidade Federal. O primeiro foi o Deputado Federal José Alves de Assis, o qual em 1975, solicitou um estudo ao MEC avaliar a possibilidade de criar uma Universidade Federal na região Sudoeste do Estado de Goiás, os motivos eram: o contingente de pessoas aptas a ingressar no ensino superior.

Além disso, as discussões em Rio Verde lideradas pelo grupo Pró-Universidade Pública esquentava a cidade, em meio a este cenário o Deputado Federal Iturival Nascimento (*in memoriam*) apresentou na Câmara Federal dos Deputados um projeto de Lei, o qual previa a criação da Universidade do Sudoeste de Goiás, de caráter público e federal, com sede em Rio Verde.

Porém, frente as narrativas dos entrevistados encontramos evidências para elucidar o primeiro questionamento desta tese, as vinculações partidárias existentes nas esferas Municipal, Estadual e Federal foi um dos impeditivos para a criação da Universidade pública na cidade, bem como uma disputa pelo poder econômico, que a instituição privada representava para a Prefeitura. Além disso, a mentalidade dos segmentos hegemônicos de Rio Verde frente ao papel desenvolvimentista da cidade e região, caso abrigasse uma universidade federal, também contribuiu para a estruturação do ensino superior privado.

A presença da Universidade Federal em Rio Verde ofuscaria o projeto da criação da Faculdade Particular rio-verdense. Além disso, conforme o *corpus* documental e oral, verificou-se que era de interesse da Prefeitura investir na Faculdade privada, mantê-la na cidade, uma vez que, as doações eram constantes, o lucro que a instituição gerava com as mensalidades era expressivo.

Neste sentido, as evidências apontam ser este o motivo do silêncio de algumas lideranças políticas da cidade, o não apoio político por parte de partidos de direita, defensores do agronegócio. Afinal, uma Universidade Federal quebraria a lógica ideológica instituída na cidade.

Essa lógica consistiria na existência do pensamento centrado na obtenção do lucro, uma vez que a Faculdade privada era uma instituição ligada à Prefeitura e muitas empresas poderiam conseguir benefícios em troca do apoio à Prefeitura.

Após elucidarmos os fatos em Rio Verde, passamos para a segunda etapa da tese em Jataí. Cidade localizada à 80 km, tinha o menor desenvolvimento econômico e demográfico em comparação com Rio Verde. Verificou-se por meio do *corpus* oral a não interferência de

Rio Verde no processo de interiorização da UFG na cidade jataiense. Além disso, o interesse político foi uma das razões da materialização da Universidade.

Com isto, ao longo desta pesquisa foi possível verificar que o CAJ/UFG foi implantado em Jataí primeiramente por vontade política e das lideranças locais. O interesse político também pautou no benefício que poderia receber caso conseguisse criar o CAJ na cidade. Este benefício seria o apoio político por parte dos moradores jataienses, uma vez que havia a pretensão do Prefeito em reeleger ao cargo na próxima eleição, segundo apontamentos teóricos tal prática evidencia o clientelismo. Estes fatores foram verificados após analisar o *corpus* documental e oral.

Outro motivo, refere a esposa do Reitor José Cruciano de Araújo, era natural de Jataí, como Rio Verde tinha um início de Ensino Superior, as primeiras conversas referentes a reivindicação sobre a perspectiva de criar um Campus da UFG, a cidade jataiense ocorreu em um almoço entre famílias. Também, o Secretário da Educação do Estado de Goiás Hélio Mauro Umbelino Lobo prometeu durante o período eleitoral, em que se candidatou a Deputado Federal de levar a UFG para Jataí.

Durante entrevista com a senhora Cassimiro (2022) foi revelado que a Pró-Reitoria fez um estudo sobre a possibilidade de criar uma Extensão da UFG em Rio Verde, porém a materialização ocorreu em Jataí, por razões políticas.

O segundo questionamento desta tese: o que influenciou para esta conquista na cidade de Jataí? Evidentemente, o interesse político foi determinante na materialização do CAJ/UFG, o Prefeito Municipal, demais lideranças políticas de Jataí e representantes da sociedade jataiense não mediram esforços para materializar o CAJ/UFG.

A Universidade cumpriu as exigências centradas na aquisição do local para funcionamento e a transferência da área para a UFG. Percebeu-se que a sociedade jataiense abraçou com boa vontade a possibilidade de ter um CAJ.

Hipoteticamente, levantamos a suspeita que o crescimento de Jataí tinha relação com a implantação do CAJ, mas para nossa surpresa verificamos que a presença do CAJ na cidade possibilitou a visibilidade de Jataí a nível nacional, estadual e regional. Não impactando de imediato, o crescimento populacional e desenvolvimento econômico. Mas, a presença da UFG na cidade atraiu os olhares dos vestibulandos do país à medida que ia dispor de mais cursos. Com isso, conseguimos elucidar o terceiro questionamento: A universidade contribuiu para o desenvolvimento da cidade de Jataí?

Mas no dia 13 de julho de 2023 fomos informados, por meio do site do jornal “A redação” de Goiânia, disponível no site www.aredacao.com.br, disponível no anexo XXVII,

na página 243, uma notícia a qual o Senador Vanderlan Cardoso protocolou no Senado Federal o Projeto de Lei 3505/2023 propondo a criação da Universidade Federal de Rio Verde, por meio do desmembramento do Campus Rio Verde do Instituto Federal Goiano.

Conforme a reportagem:

A proposta tem apoio dos Poderes Executivo e Legislativo local e de entes representativos do setor produtivo da região: do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Rio Verde (CODERV), da Associação Comercial e Industrial de Rio Verde (ACIRV), da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (ADIAL), da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo), do Sindicato Rural de Rio Verde (SRRV) e da Associação dos Produtores de Soja, Milho e Outros Grãos Agrícolas do Estado de Goiás (APROSOJA) (Jornal A Redação, 13 de julho de 2023).

Ao que tudo indica, finalmente Rio Verde terá uma Universidade Federal, algo que poderia ser conquistado antes. Evidencia-se o que faltou em Rio Verde, foi a compreensão dos setores produtivos (oligárquicos) à época de que, a implantação de uma universidade pública na região contribuiria para o desenvolvimento local e regional.

Infelizmente, o tempo disponível para o período de realização desta pesquisa foi insuficiente para ampliarmos algumas questões propostas pela banca de defesa. Mas, sabemos que o passado não muda, por meio do uso da metodologia proposta nesta tese, conseguimos desvendar um questionamento de anos. Por isso acredito na relevância desta tese e que ela contribuirá com a História e Memória da Universidade Federal de Goiás, bem como servirá de acervo Histórico e Historiográfico tanto para Rio Verde quanto Jataí.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na História Oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.
- _____. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. **A Extensão Universitária: uma Terceira Função**. Orientador: José Luiz Sanfelice, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1991.
- ALONSO, Myrtes. **O papel do diretor na administração escolar**. São Paulo: DIFEL / EDUC, 1976.
- ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento de. **Fundamentos para uma Interpretação do Brasil: a vertente Patrimonialista e suas ramificações**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 21, n. 7, p. 161-184, set./dez. 2004.
- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARANTES, Antônio Ferreira; ARANTES, Pedro Ferreira. **Rio Verde: os caminhos de nossa história**. Goiânia: Kelps, 2022.
- ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (Org.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. **A crise na educação**. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1957.
- _____. **O sistema totalitário**. Lisboa: Dom Quixote, 1978.
- ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA. **PUC completa 60 anos**. Site. 17/10/2019. Disponível em: <<https://www.arquidiocesedegoiania.org.br/comunicacao/vida-crista/114-puc-completa-60-anos>>. Acessado em 12/10/2021.
- BALDINO, José Maria. **Educação Superior em Goiás em tempos de euforia**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Departamento de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.
- BORGES, Ronan Eustáquio. **Complexo agroindustriais e desenvolvimento regional: O caso do sudoeste de Goiás**. Uberlândia, p.01-14, out. 2012. Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012.

_____. **Modernização, agroindústrias e transformação do espaço no Sudoeste de Goiás: da criação de gado aos complexos agroindustriais de soja e de carnes.** Goiânia: Ateliê Geográfico, v. 7, n. 2, p.139-163, ago./2013.

BRASIL. **Decreto nº19.851/31, 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades e instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte estatuto das universidades brasileiras.** Brasília: Câmara dos Deputados, Diário Oficial da União, 15 abr. 1931.

_____. **Lei nº 3.834-C, 14 de dezembro de 1960. Ementa: Cria a Universidade Federal de Goiás, e dá outras providências.** Brasília: Câmara dos Deputados, Diário Oficial da União, seção 1, página 16117, 20 dez. 1960.

_____. **Lei nº5.540, de 29 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.** Brasília: Câmara dos Deputados, **Diário Oficial da União**, seção 1, parte I, 28 nov. 1968. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm>. Acessado em 19/06/2022.

_____. **Decreto de Lei nº 70.067, de 26 de janeiro de 1972. Dispõe sobre o programa de Expansão e Melhoria do Ensino e dá outras providências.** Brasília: Câmara dos Deputados, Diário Oficial da União, seção 1, página 787, 27 de jan. 1972. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70067-26-janeiro-1972-418584-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 09/03/2020.

_____. **Decreto de Lei nº 916, de 07 de outubro de 1976. Cria a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária CINCRUTAC - e dá outras providências.** Brasília: Câmara dos Deputados, Diário Oficial da União, seção 1, 08 de outubro de 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-916-7-outubro-1969-375250-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 19/06/2022.

_____. **Projeto de Lei nº1750. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás, e dá outras providências.** Brasília: Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional, Seção I, Brasília, DF, páginas 9104-9105, 06 jun. 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Difel: Rio de Janeiro. 1989.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O paradoxo da esquerda no Brasil.** Revista Novos Estudos, São Paulo, 2006, n. 74.

BRETAS, Genesco Ferreira. **A história da instrução pública em Goiás.** Goiânia: CEGRAF, UFG, 1991.

BUFFA, Ester. **Ideologias em Conflito: Escola Pública e Escola Privada.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação.** ECCOS, São Paulo, 2005.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia.** 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

CÂMARA DE RIO VERDE. **Notícias.** Site. Gestão 2023-2024. Disponível <https://www.camararioverde.com.br/> Acesso em:19/março/2022.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás.** Goiânia: UFG, 1987.

CASSIMIRO, Maria do Rosário. **Caderno de Tomaz Garcia: Confissões de Maria Cassimiro.** Goiânia: Kelps, 2018.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Estudos Avançados, 1990.

_____. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Tradução Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Algarves, Portugal: Difiel, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.** 2. ed. Goiânia: UFG, 2002.

_____. (Coordenador). **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias.** Goiânia: Kelps, 1998.

CLARK, J. U.; NASCIMENTO, M. N. M.; SILVA, R. A. **A administração escolar no período do governo militar (1964-1984).** Revista Histedbr On-line. N. especial, p. 124-139, ago./2006.

COLLET, Claudino; SILVA, Carmem (Org.). **FESURV: Sua origem, sua história, o ensino superior em Rio Verde.** Goiânia: Gráfica e Editora Renascer, 2001.

COLUSSI, Eliane Lucia. **Estado Novo e Municipalismo Gaúcho.** Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. **A expansão do ensino superior: causas e consequências.** Debate & Crítica 1975; 5: 27-58, São Paulo: Hucitec.

_____. **A Universidade Reformada.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** 8. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

CUNHA, Luiz Antônio; GOES, Moacyr. **O Golpe na Educação.** Rio de Janeiro, Zahar,1999.

D'AVILA, Paulo et alli (2004). Acesso ao Poder. **Clientelismo e Democracia: Desconstruindo uma dicotomia**. IN: Democracia a Novas Formas de Participação Política, Revista Civitas, Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, Volume 4,n.2,Julho-Dezembro de 2004.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. 3 Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979

DOURADO, Luiz Fernando. **A interiorização da educação superior e a privatização do público**. Goiânia: Ed. UFG,2001.

_____. **Políticas e gestão da Educação Superior no Brasil: múltiplas regulações e controle**. Revista Nacional de Política e Administração da Educação: Brasília, v.27, n.01, jan./abr. 2011, p. 53-65.

_____. **Expansão e interiorização da Universidade Federal de Goiás nos anos 80: a parceria com o poder público municipal**. Anais do IV Seminário, 1997.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. do autor, 1998.

FALCON, Francisco. **A Época Pombalina**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

_____. **A História das Ideias na Historiografia Brasileira Recente: uma tentativa de balanço**. Portugal: Pombalina. Universidade de Coimbra, 2010.

_____. História e representação. In: CARSOSO, C. F.; MALERBA, J. **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar em Revista, nº 28, p. 17-36, 2006.

_____. **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução**. 2ª ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Os pioneiros**. Goiânia: UFG, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. p.57-76. 1996

GATTI JR., Décio. **A pedagogia tecnicista no contexto brasileiro do golpe militar de 1964: projeto educacional do Instituto de Pesquisa e Estudos sociais (1961 – 1972)**. Caderno de História da Educação, Universidade Federal de Uberlândia, v.9, n.1, jan./jun. 2010, p. 45 – 63.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964- 1985)**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Ordem e progresso: o discurso político sobre a educação no Brasil autoritário**. Natal: UFRN, Revista Educação em Questão, vol. 32, núm. 18, maio-agosto, 2008, p. 79-112

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOETTERT, Jones Dari. **Introdução a história do movimento sindical**. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO PRESBITERIANO SAMUEL GRAHAM. **Nossa história**. Site. Comunicar propaganda. Disponível em: <<https://ipsgjatai.com.br/index.php/nossa-historia/>>. Acesso em: 23/maio/2022.

JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 43-64.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LENARDÃO, Elisio. **Gênese do clientelismo na organização política brasileira**. São Paulo: PUCSP, Revista Lutas Sociais, n.11/12, 2004, p. 109 – 122.

LIMA, Silvânia Rosa de Souza. **A História do Campus Avançado de Jataí**. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, Campus Jataí da UFG, Jataí, 2002.

MACHADO, Vilma de Fátima. **Sudoeste de Goiás: Desenvolvimento Desigual**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Departamento de História, Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 1996.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: História das Instituições educativas**. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.

_____. **Contributo para a história das instituições educativas-entre a memória e o arquivo**. Braga: Universidade do Minho, 1996.

MARQUES, Fabíula; ABUD, Cláudia José. **Direito do Trabalho**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Denize Geny Silva Machado. **A Reconstrução Histórica da Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (FESURV): 1968-2004**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Mom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: Como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Mom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MELLO, Dorival Carvalho. **Nos Porões do Passado**. Documentário Histórico de Jataí, 2002.

MIZIARA, Fausto; CAVALCANTE, Fabiani. **Resgate de um ideal: a proposta de criação da UFG**. Goiânia: UFG. Revista UFG, ano XII, nº 09 Dez. 2010.

MORRIS, Richard. **Documentos Básicos da História dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

NEPOMUCENO, Maria Araújo. **A ilusão pedagógica 1930-1945: Estado, Sociedade e Educação em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás**. 6.ed. Goiânia: UCG, 1994.

PALACÍN, Luís; GARCIA, Ledonias Franco. **História de Goiás em documentos: I. Colônias**. Goiânia: Editora da UFG, 2001.

PEDROSO, Ízula Luiza Pires Bacchi; SILVA, Antenor Roberto Pedroso da. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento industrial de Rio Verde - GO. Caminhos de Geografia**, v.6, n.15, p.20-27, jun. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15384>. Acesso em: 09 de abril 2021.

PINTO, José Marcelino Rezende. **Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira**. Revista Retratos da Escola/CNTE, Brasília, v. 3, n. 4, jan./jun. 2009.

PINTO JUNIOR, Rafael Alves. **Território Hipotético: Sudoeste de Goiás (1890 – 1940)**. Curitiba: CRV,2018.

PIRES, Mauro Oliveira. **Programas Agrícolas na Ocupação do Cerrado**. Goiânia: UFG. Revista Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, jan./dez. 2000, p. 111-131.

PREFEITURA DE RIO VERDE. **A Revolução do Agro negócio de Rio Verde.31 março de 2009**. Site. Disponível em: <https://www.rioverde.go.gov.br/a-revolucao-do-agronegocio-de-rio-verde/>. Acesso em 09 fev. 2021.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992.

RODRIGUES, Fernando Rocha. **História política de Goiás: Governo de Pedro Ludovico Teixeira e a dominação tradicional**. Urutaí, Revista Multi Science Journal, v. 1, n. II, 2015.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SAMPAIO, Maria Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro 1808-1960**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9108.pdf>. Acesso em: 20/03/2021.

SANFELICE, José Luiz. **História de instituições escolares e micro-história**. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.39, p. 32-41, set.2010.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SILVA, Ana Lúcia da. **A revolução de trinta em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Cãnone Editorial, 2005.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

SOUZA, A. R. **Perfil da gestão escolar no Brasil.** (Tese de doutorado - Educação: História, Política, Sociedade). São Paulo: PUC-SP, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. **Educação não é privilégio.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

_____. **O Ensino Superior no Brasil - Análise e Interpretação de sua Evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Resolução nº 118/1977.** Fixa a Política de Extensão Universitária e dá outras providências. Goiânia: UFG, 10 de maio de 1977.

_____. Câmpus Avançado de Jataí. **Resultado da pesquisa de opinião.** Jataí, s/d.

_____. **Resolução nº 126/1978.** Dispõe sobre a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros Cursos de Especialização da UFG e dá outras providências. Goiânia: UFG, 10 de outubro de 1978.

_____. **Resolução nº 145.** Cria o Campus Avançado de Jataí e dá outras providências. Goiânia: UFG, 10 de março de 1980.

_____. Prefeitura Municipal de Jataí. **Termo de convênio,** para instalação do CAJ em Jataí, 5 de maio de 1980. Goiânia: 1980.

_____. Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa (CCEP). **Resolução 156, de 30 de março de 1981 – Fixa normas para o Programa de Interiorização de cursos de 3º grau e dá outras providências.** Goiânia, 1981.

_____. **Revista UFG Afirmativa.** Goiânia: Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás, v. 2, 2008.

_____. **Revista UFG Afirmativa.** Desenvolvimento Regional: Universidade Cresce com a Interiorização e com o Investimento de Recursos Federais. Goiânia: Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás, nº 04, dezembro 2009.

_____. **Jornal da UFG.** Momento de Celebrar a História: 50 anos. Goiânia: UFG, n. 42, nov./dez. 2010.

_____. **Jornal da UFG.** Ditadura Militar na UFG: Vigilância, perseguição e expurgo. Goiânia: UFG, 27 de março de 2019. Disponível em:

<<https://jornal.ufg.br/n/115177-ditadura-militar-na-ufg-vigilancia-perseguiacao-e-expurgo>. Acesso em: 29/07/2022

_____. Proposta para o Programa de Interiorização dos Cursos da UFG. Goiânia: **UFG/PROGRAD**, 1994.

VAINFAS, Ronaldo. **Os Protagonistas Anônimos da História: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

XAVIER, Libânia Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: Campinas, n. 5, jan./jun. 2003.

APÊNDICE I – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

ENTREVISTADOS EM RIO VERDE

1.O(A) senhor (a) tem informações de como ocorreu o processo de criação e implantação do ensino superior em Rio Verde? Comente.

2.Rio Verde, nessa época, tinha a população maior, o desenvolvimento econômico mais expressivo do que Jataí, e também, mais condições de receber uma Universidade Federal do que a cidade jataíense? Comente.

3.O(A) senhor(a) tem conhecimento da existência de dois grupos constituídos por cidadãos da cidade 01 (um) interessado na vinda de uma Universidade Federal e outro interessado na manutenção e ampliação da faculdade particular? Comente.

4.Havia alguma ameaça para as pessoas que faziam parte do movimento pró-universidade pública? Comente.

5.Houve, por parte da comunidade rio-verdense, interesse e incentivo para trazer a Universidade Federal de Goiás em Rio Verde semelhante ou igual que teve a faculdade particular? Comente.

6.Quais obstáculos o senhor (a) acredita que impediram a implantação da Universidade Federal de Goiás em Rio Verde? Comente.

7. Houve algum movimento de resistência a vinda da UFG na cidade? Comente.

8.A presença de uma instituição de ensino superior, mesmo particular, em Rio Verde contribuiu em algum ponto positivo para a cidade? Comente.

9.O que o senhor(a) acredita que de fato contribuiu para a não criação de uma universidade pública em Rio Verde? Comente.

ENTREVISTADOS EM JATAÍ

1.O(A) senhor(a) tem informação sobre como correu o processo de implantação da UFG em Jataí? Comente.

2.Qual reação a comunidade jataíense teve ao saber que a Universidade Federal de Goiás estaria implantada na cidade? Comente.

3.A comunidade jataíense foi consultada antes do primeiro curso superior da UFG funcionar se era o anseio da população? Comente.

4. Antes da chegada da UFG em Jataí, havia algum grupo de moradores se mobilizando para a implantação da instituição ou foi uma decisão apenas envolvendo lideranças políticas? Comente.

5. O(A) senhor(a) se lembra onde funcionou o primeiro curso superior da UFG e como a área foi disponibilizada? Comente.

6. O(A) senhor(a) sabe se implantação impactou em algum aspecto o desenvolvimento social, econômico, cultural da cidade e região? Comente.

7. A Prefeitura auxiliou financeiramente o CAJ? Comente.

8. Sobre a FEJ o(a) senhor(a) sabe o porquê criada e qual relação dela com o CAJ? Comente.

9. Sobre a área onde foi construída o CAJ, o(a) tem alguma informação como ocorreu a aquisição daquela área? Comente.

ROTEIRO PARA A ENTREVISTADA15 (2022)

1. Comente como ocorreu o processo de criação, implantação e organização do CAJ.

2. O projeto de Interiorização foi bem visto pela comunidade interna da UFG, na época?

3. Como a senhora descreveria as ações políticas da Reitoria da IFG, a gestão Municipal de Jataí bem como as lideranças políticas e os segmentos da sociedade na criação e consolidação do CAJ.

4. Houve alguma interferência governamental na criação, expansão e consolidação do CAJ? De qual forma, se sim.

5. Quais foram os motivos, os quais corroboraram com a escolha da cidade de Jataí para implantação do CAJ?

6. Quais foram os principais protagonistas que colaboraram com a criação do CAJ? Como estes colaboraram?

7. Qual foi o impacto do CAJ para o Ensino Superior de Jataí e região, na época?

8. Como ocorreu a escolha dos cursos do CAJ?

9. As autoridades de Rio Verde manifestaram algum interesse em criar um Campus Avançado na cidade?

10. A senhora como mulher quando assumiu o cargo de Reitoria, a senhora sentiu alguma resistência ou até mesmo preconceito por parte dos homens? Pois, a senhora foi a

primeira mulher a assumir um cargo de liderança em um tempo em que a mulher não tinha tanto espaço.

ROTEIRO PARA O ENTREVISTADO14 (2022)

- 1.Comente como o senhor conheceu o Reitor Cruciano?
- 2.O senhor tem alguma informação sobre a relação do CAJ e o Sr. Hélio Mauro Umbelino Lobo Filho?
- 3.O senhor tinha orientação política de esquerda e trabalhou como Diretor do Centro de Formação de Professores na Secretaria Estadual de Educação de Goiás no período militar, o senhor sofreu perseguição?
- 4.O senhor trabalhou na UFG? Foi perseguido pelo regime militar?
- 5.O senhor trabalhou com o Reitor Cruciano, era uma gestão democrática ou as decisões eram tomadas de forma arbitrária?
6. Como o senhor recuperou os seus direitos como servidor público federal?
- 7.Para o senhor o que de fato contribuiu para a implantação do CAJ em Jataí?

ANEXO I – LEI DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - 1960



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 3.834-C, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1960.

Cria a Universidade Federal de Goiás, e dá outras providências.

Faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É criada a Universidade Federal de Goiás, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, integrada no Ministério da Educação e Cultura e incluída na categoria constante do item I do art. 3º da Lei 1.254, de 4 de setembro de 1950.

Parágrafo único. A Universidade Federal de Goiás terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, na forma da lei.

Art. 2º - A Universidade compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

- a) Faculdade de Direito de Goiás (Lei nº 604, de 3 de janeiro de 1949);
- b) Faculdade de Medicina de Goiás (Decreto 48.061, de 7 de abril de 1960);
- c) Escola de Engenharia do Brasil Central (Decreto 45.183, de 29 de dezembro de 1958);
- d) Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás (Decreto 30.180, de 20 de novembro de 1951);
- e) Conservatório Goiano de Música (Decreto 45.785, de 26 de janeiro de 1959).

§ 1º - As Faculdades, Escolas e Conservatórios mencionados neste artigo passam a denominar-se, respectivamente, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia, Faculdade de Farmácia e Odontologia e Conservatório de Música da Universidade Federal de Goiás.

§ 2º - A agregação de outro curso ou de outro estabelecimento de ensino depende de parecer favorável do Conselho Universitário e de deliberação do Governo, na forma da lei e, bem assim a desagregação.

§ 3º - O Poder Executivo promoverá, dentro do prazo de três anos, a criação ou agregação, à Universidade Federal de Goiás, de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Art. 3º - O patrimônio da Universidade Federal de Goiás será formado por:

- a) bens móveis e imóveis pertencentes ao Patrimônio da União e ora utilizados pelos estabelecimentos de ensino superior, mencionados no artigo anterior e que lhe são transferidos, na forma da lei;
- b) bens e direitos que adquirir ou que lhe sejam transferidos, na forma da lei;
- c) saldos da receita própria e dos recursos orçamentários ou de outros que lhe forem destinados.

Parágrafo único - A aplicação desses saldos depende de deliberação do Conselho Universitário e somente poderá sê-lo em bens patrimoniais ou em equipamentos, instalações e pesquisas, vedada qualquer alienação sem expressa autorização do Presidente da República.

Art. 4º - Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços provirão das dotações orçamentárias que lhes forem atribuídas pela União, das rendas patrimoniais, das receitas de taxas escolares, da retribuição e atividades remuneradas de laboratórios e de doações, auxílios, subvenções e eventuais.

Parágrafo único - A receita e a despesas da Universidade constarão de seu orçamento e a comprovação dos gastos se fará nos termos da legislação vigente, obrigados os depósitos no Banco do Brasil S.A., cabendo ao Reitor a movimentação das contas.

Art. 5º - Independentemente de qualquer indenização, são incorporados ao patrimônio da Universidade, mediante escritura pública, todos os bens móveis, imóveis e direitos ora na posse, ou utilizados pelas Faculdades, Escola e Conservatório referidos nas alíneas b, c, d e do art. 2º.

20/04/2022 05:58

L3834-C

Art. 6º - É assegurado o aproveitamento, no serviço público federal, a partir da data da publicação desta lei, do pessoal administrativo das Faculdades, Escola e Conservatório referidos nas alíneas b, c, d e e do art. 2º, como funcionários, em Quadro que será criado, para esse fim, contando-a o tempo de serviço para efeito do art. 182 da Constituição Federal.

Parágrafo único - Poderão ser aproveitados, como interinos, os professores e fundadores dos aludidos estabelecimentos que ocupam interinamente ou por contrato, cátedras, dos mesmos.

Art. 7º - Para o cumprimento do que dispõe o artigo anterior, a administração das referidas Faculdades, Escola e Conservatório apresentará à Diretoria do Ensino Superior relação, acompanhada do currículo de seus professores e servidores, especificando a forma da investidura natureza do serviço que desempenham, a data de admissão e a remuneração.

Parágrafo único - Serão expedidos, pelas autoridades competentes, os títulos de nomeação decorrentes do aproveitamento determinado nesta lei depois e a contar da data da última das escrituras públicas referidas no art. 5º.

Art. 8º - Para execução do que determina o art. 1º desta lei, são criados, no Quadro Permanente, do Ministério da Educação e Cultura, um cargo de Reitor, símbolo 2-C, duas funções gratificadas, sendo uma de Secretário, 3-F e outra de Chefe de Portaria, 22-F.

Art. 9º - Para execução do disposto no art. 2º, alíneas b, c, d e e, e no § único do art. 6º, são criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura 22 (vinte e dois) cargos de Professor Catedrático, uma função gratificada de Diretor 5-C, uma de Secretário 3-F e uma de Chefe de Portaria, 20-F, para a Faculdade de Medicina; 32 (trinta e dois) cargos de Professor Catedrático, uma função de Diretor 5-C, uma de Secretário 3-F e uma de Chefe de Portaria 20-F, para a Escola de Engenharia; 24 (vinte e quatro) cargos de Professor Catedrático, uma função gratificada de Diretor 5-C, uma de Secretário 3-F e uma de Chefe de Portaria 20-F, para a Faculdade de Farmácia e Odontologia; e 12 (doze) cargos de Professor Catedrático, uma função gratificada de Diretor 5-C, uma de Secretário 3-F e uma de Chefe de Portaria 20-F, para o Conservatório de Música.

§ 1º - Os cargos de Professor Catedrático na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás serão reduzidos progressivamente a 18 (dezoito), à medida que forem vagando, por extinção das respectivas cátedras, na forma a ser prevista no Regimento da Escola, que deverá ser aprovado dentro de 60 (sessenta) dias após a instalação da Universidade.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior será aplicado às cátedras vagas na data da publicação desta lei, as quais não deverão ser providas em caráter efetivo, até a aprovação do Regimento.

§ 3º - Para provimento, em caráter interino, de cátedras de novos cursos, que forem instalados em qualquer escola integrante da Universidade Federal de Goiás, somente poderão ser contratados Docentes Livres, ou Professores Catedráticos das mesmas disciplinas ou disciplinas afins.

Art. 10. - Para cumprimento das disposições desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 114.072.000,00 (cento e quatorze milhões e setenta e dois mil cruzeiros), sendo Cr\$ 5.304.000,00 (cinco milhões, trezentos e quatro mil) para funções gratificadas; Cr\$ 78.268.000,00 (setenta e oito milhões, e duzentos e sessenta e oito mil cruzeiros) para pessoal permanente; Cr\$ 30.000.000,00, (trinta milhões de cruzeiros) para material e Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para diversos.

Art. 11. - Os cargos dos institutos de ensino que integram a Universidade Federal de Goiás serão preenchidos à medida do desenvolvimento dos cursos e das necessidades das respectivas administrações.

Art. 12. - Os cargos e funções de que trata a presente lei serão enquadrados e ajustados automaticamente ao sistema da Lei de Classificação de Cargos e Funções.

Art. 13. - O estatuto da Universidade Federal de Goiás, que obedecerá aos moldes dos das Universidades Federais, será expedido pelo Poder Executivo, dentro de 120 dias a contar da data da publicação desta lei.

Art. 14. - É o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) destinados à manutenção de restaurantes universitários e Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) à aquisição de veículos para transporte de universitários de Goiânia e Anápolis, tudo a cargo da União Estadual dos Estudantes (UEE) de Goiás.

Art. 15. - Fica igualmente criada a Universidade de Santa Maria, situada em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, e que será integrada no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 16. - A Universidade de Santa Maria será constituída dos seguintes estabelecimentos federais de ensino superior, com sede na referida cidade:

a) Faculdade de Medicina;

20/04/2022 05:58

L3834-C

- b) Faculdade de Farmácia;
- c) Faculdade de Odontologia;
- d) Instituto Eletrotécnico, do Centro Politécnico.

Art. 17. - A Universidade de Santa Maria será integrada, ainda, dos seguintes estabelecimentos particulares de ensino superior ou de alto padrão, na situação de agregados:

- a) Faculdade de Direito;
- b) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Imaculada Conceição;
- c) Faculdade de Ciências Políticas Econômicas;
- d) Escola de Enfermagem N. S. Medianeira.

Art. 18. - Até serem previstas legalmente as dotações próprias da Universidade de Santa Maria os encargos dos Institutos federais continuarão sendo custeados pela Universidade do Rio Grande do Sul, na forma do Orçamento desta autarquia educacional.

Parágrafo único - Dentro de sessenta dias, o Ministro da Educação e Cultura designará uma Comissão, constituída de três membros, sendo um indicado pela Reitoria da Universidade do Rio Grande do Sul, outro pela direção das Faculdades federais de Santa Maria e o terceiro pela Divisão de Orçamento do Ministério para levantar as verbas que, a serem destacadas da Universidade do Rio Grande do Sul, devem ser transferidas para a Universidade de Santa Maria.

Art. 19. - Enquanto a Universidade de Santa Maria não tiver estatuto próprio, reger-se-á, no que couber, pelo estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul, da qual serão desmembrados alguns dos institutos de ensino de que trata a presente Lei.

Parágrafo único. Até ser criado e provido o cargo de Reitor da Universidade de Santa Maria, as respectivas funções serão exercidas pelo Diretor mais antigo dos atuais estabelecimentos federais de ensino ali sediados; e as direções dêstes serão desempenhadas pelos professores designados pelo Reitor.

Art. 20. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1960; 139º da Independência e 72º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Clóvis Salgado
S. Paes de Almeida

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.12.1960 e retificado em 23.12.1960

ANEXO II - PROJETO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA REGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XXXIV — Nº 106

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 1979

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

I — ATA DA 111.^a SESSÃO DA 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA, EM 5 DE SETEMBRO DE 1979

I — Abertura da Sessão

II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III — Leitura do Expediente

PROJETOS A IMPRIMIR

Projeto de Lei n.º 244-A, de 1979 (Do Sr. Henrique Eduardo Alves) — Dispõe sobre a aposentadoria proporcional, aos 25 anos de serviço, da mulher, através do INPS; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e técnica legislativa, com emenda; da Comissão de Trabalho e Legislação Social, pela rejeição deste e aprovação do de n.º 673/79 a este anexado, com emenda; e, da Comissão de Finanças, pela rejeição deste e aprovação do de n.º 673/79 a este anexado, com adoção da emenda da Comissão de Trabalho e Legislação Social.

Projeto de Lei n.º 345-A, de 1979 (Do Sr. Jerônimo Santana) — Dispõe sobre a instalação de Superintendências Regionais do INPS e de Postos do INAMPS nos Territórios Federais, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela falta de técnica legislativa e, contra os votos dos Srs. Claudino Sales e João Gilberto, pela inconstitucionalidade.

Projeto de Lei n.º 411-A, de 1979 (Do Sr. Walter de Prá) — Acrescenta mais um parágrafo ao art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda; da Comissão de Trabalho e Legislação Social pela aprovação com Substitutivo; e, da Comissão de Finanças, pela aprovação, com Substitutivo.

Projeto de Lei n.º 447-A, de 1979 (Do Sr. Benjamim Farah) — Autoriza o Poder Executivo a determinar o pagamento de gratificação especial ao funcionalismo civil e militar da União, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Projeto de Lei n.º 465-A, de 1975 (Do Senado Federal) — Altera dispositivos da Lei n.º 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Projeto de Lei n.º 1.023-A, de 1979 (Do Sr. Léo Simões) — Altera a redação do Decreto-lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, instituindo Tribunal Especial Misto e novo rito, para o processo de cassação do mandato do Prefeito, por infrações político-administrativas; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.

Projeto de Lei n.º 1.024-A, de 1979 (Do Sr. Walter Silva) — Dispõe sobre a instituição da Carteira de Identidade de Jurado, para os fins a que alude o art. 437, do Código de Processo Penal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Projeto de Lei n.º 1.230-C, de 1975 — Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei n.º 1.230-B, de 1975, que "altera a redação do § 2.º do art. 72, da Lei n.º 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito).

Projeto de Lei n.º 1.788-A, de 1976 (Do Senado Federal) — Dispõe sobre o exercício de cargo de administração sindical ou de representação econômica ou profissional pelo aposentado; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; da Comissão de Trabalho e Legislação Social, pela rejeição, contra o voto em separado do Sr. Jorge Moura; e, da Comissão de Finanças, pela aprovação.

Projeto de Lei n.º 2.931-C, de 1978 — Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei n.º 2.931-B, de 1978, que "modifica a redação do art. 306 do Código de Processo Civil".

PROJETOS APRESENTADOS

Projeto de Lei n.º 1.734, de 1979 (Do Sr. Jorge Arbage) — Extingue o protesto de títulos.

Projeto de Lei n.º 1.735, de 1979 (Do Sr. Aldo Fagundes) — Dispõe sobre o sistema previdenciário dos servidores municipais.

Projeto de Lei n.º 1.736, de 1979 (Do Sr. Amadeu Geara) — Autoriza o Poder Executivo a isentar da Taxa Rodoviária Única os veículos automotores com mais de dez anos de fabricação.

Projeto de Lei n.º 1.737, de 1979 (Do Sr. Adhemar de Barros Filho) — Faculta ao Prefeito Municipal, na hipótese que menciona, a filiação ao Sistema Nacional de Previdência Social.

Projeto de Lei n.º 1.738, de 1979 (Do Sr. Adhemar Ghisi) — Acrescenta dispositivo ao art. 9.º da Lei n.º 5.890, de 8 de junho de 1973, dispondo sobre o estabelecimento de critério para a concessão de aposentadoria por tempo de serviço.

Projeto de Lei n.º 1.742, de 1979 (Do Sr. Francisco Libardoni) — Institui o abono-transporte.

Projeto de Lei n.º 1.743, de 1979 (Do Sr. Sérgio Ferrara) — Dispõe sobre a profissão de Garçom, fixa o salário mínimo profissional, e determina outras providências.

Projeto de Lei n.º 1.744, de 1979 (Do Sr. Sérgio Ferrara) — Dispõe sobre o adicional de insalubridade a ser pago a funcionários do Ministério do Trabalho encarregados da expedição de carteiras profissionais.

Projeto de Lei n.º 1.746, de 1979 (Do Sr. Jorge Arbage) — Altera e introduz dispositivos no Decreto-lei n.º 584, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal.

20/04/2022 05:58

L3834-C

Art. 6º - É assegurado o aproveitamento, no serviço público federal, a partir da data da publicação desta lei, do pessoal administrativo das Faculdades, Escola e Conservatório referidos nas alíneas b, c, d e e do art. 2º, como funcionários, em Quadro que será criado, para esse fim, contando-a o tempo de serviço para efeito do art. 182 da Constituição Federal.

Parágrafo único - Poderão ser aproveitados, como interinos, os professores e fundadores dos aludidos estabelecimentos que ocupam interinamente ou por contrato, cátedras, dos mesmos.

Art. 7º - Para o cumprimento do que dispõe o artigo anterior, a administração das referidas Faculdades, Escola e Conservatório apresentará à Diretoria do Ensino Superior relação, acompanhada do currículo de seus professores e servidores, especificando a forma da investidura natureza do serviço que desempenham, a data de admissão e a remuneração.

Parágrafo único - Serão expedidos, pelas autoridades competentes, os títulos de nomeação decorrentes do aproveitamento determinado nesta lei depois e a contar da data da última das escrituras públicas referidas no art. 5º.

Art. 8º - Para execução do que determina o art. 1º desta lei, são criados, no Quadro Permanente, do Ministério da Educação e Cultura, um cargo de Reitor, símbolo 2-C, duas funções gratificadas, sendo uma de Secretário, 3-F e outra de Chefe de Portaria, 22-F.

Art. 9º - Para execução do disposto no art. 2º, alíneas b, c, d e e, e no § único do art. 6º, são criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura 22 (vinte e dois) cargos de Professor Catedrático, uma função gratificada de Diretor 5-C, uma de Secretário 3-F e uma de Chefe de Portaria, 20-F, para a Faculdade de Medicina; 32 (trinta e dois) cargos de Professor Catedrático, uma função de Diretor 5-C, uma de Secretário 3-F e uma de Chefe de Portaria 20-F, para a Escola de Engenharia; 24 (vinte e quatro) cargos de Professor Catedrático, uma função gratificada de Diretor 5-C, uma de Secretário 3-F e uma de Chefe de Portaria 20-F, para a Faculdade de Farmácia e Odontologia; e 12 (doze) cargos de Professor Catedrático, uma função gratificada de Diretor 5-C, uma de Secretário 3-F e uma de Chefe de Portaria 20-F, para o Conservatório de Música.

§ 1º - Os cargos de Professor Catedrático na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás serão reduzidos progressivamente a 18 (dezoito), à medida que forem vagando, por extinção das respectivas cátedras, na forma a ser prevista no Regimento da Escola, que deverá ser aprovado dentro de 60 (sessenta) dias após a instalação da Universidade.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior será aplicado às cátedras vagas na data da publicação desta lei, as quais não deverão ser providas em caráter efetivo, até a aprovação do Regimento.

§ 3º - Para provimento, em caráter interino, de cátedras de novos cursos, que forem instalados em qualquer escola integrante da Universidade Federal de Goiás, somente poderão ser contratados Docentes Livres, ou Professores Catedráticos das mesmas disciplinas ou disciplinas afins.

Art. 10. - Para cumprimento das disposições desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 114.072.000,00 (cento e quatorze milhões e setenta e dois mil cruzeiros), sendo Cr\$ 5.304.000,00 (cinco milhões, trezentos e quatro mil) para funções gratificadas; Cr\$ 78.268.000,00 (setenta e oito milhões, e duzentos e sessenta e oito mil cruzeiros) para pessoal permanente; Cr\$ 30.000.000,00, (trinta milhões de cruzeiros) para material e Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para diversos.

Art. 11. - Os cargos dos institutos de ensino que integram a Universidade Federal de Goiás serão preenchidos à medida do desenvolvimento dos cursos e das necessidades das respectivas administrações.

Art. 12. - Os cargos e funções de que trata a presente lei serão enquadrados e ajustados automaticamente ao sistema da Lei de Classificação de Cargos e Funções.

Art. 13. - O estatuto da Universidade Federal de Goiás, que obedecerá aos moldes dos das Universidades Federais, será expedido pelo Poder Executivo, dentro de 120 dias a contar da data da publicação desta lei.

Art. 14. - É o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) destinados à manutenção de restaurantes universitários e Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) à aquisição de veículos para transporte de universitários de Goiânia e Anápolis, tudo a cargo da União Estadual dos Estudantes (UEE) de Goiás.

Art. 15. - Fica igualmente criada a Universidade de Santa Maria, situada em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, e que será integrada no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 16. - A Universidade de Santa Maria será constituída dos seguintes estabelecimentos federais de ensino superior, com sede na referida cidade:

a) Faculdade de Medicina;

ANEXO III – ATA DO PROJETO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUDOESTE DE GOIÁS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XXXIV — Nº 106

CAPITAL FEDERAL QUINTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 1979

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

I — ATA DA 111.^a SESSÃO DA 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA, EM 5 DE SETEMBRO DE 1979

I — Abertura da Sessão

II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III — Leitura do Expediente

PROJETOS A IMPRIMIR

Projeto de Lei n.º 244-A, de 1979 (Do Sr. Henrique Eduardo Alves) — Dispõe sobre a aposentadoria proporcional, aos 25 anos de serviço, da mulher, através do INPS; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e técnica legislativa, com emenda; da Comissão de Trabalho e Legislação Social, pela rejeição deste e aprovação do de n.º 673/79 a este anexado, com emenda; e, da Comissão de Finanças, pela rejeição deste e aprovação do de n.º 673/79 a este anexado, com adoção da emenda da Comissão de Trabalho e Legislação Social.

Projeto de Lei n.º 345-A, de 1979 (Do Sr. Jerônimo Santana) — Dispõe sobre a instalação de Superintendências Regionais do INPS e de Postos do INAMPS nos Territórios Federais, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela falta de técnica legislativa e, contra os votos dos Srs. Claudino Sales e João Gilberto, pela inconstitucionalidade.

Projeto de Lei n.º 411-A, de 1979 (Do Sr. Walter de Prá) — Acrescenta mais um parágrafo ao art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda; da Comissão de Trabalho e Legislação Social pela aprovação com Substitutivo; e, da Comissão de Finanças, pela aprovação, com Substitutivo.

Projeto de Lei n.º 447-A, de 1979 (Do Sr. Benjamim Farah) — Autoriza o Poder Executivo a determinar o pagamento de gratificação especial ao funcionalismo civil e militar da União, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Projeto de Lei n.º 465-A, de 1975 (Do Senado Federal) — Altera dispositivos da Lei n.º 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Projeto de Lei n.º 1.023-A, de 1979 (Do Sr. Léo Simões) — Altera a redação do Decreto-lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, instituindo Tribunal Especial Misto e novo rito, para o processo de cassação do mandato do Prefeito, por infrações político-administrativas; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.

Projeto de Lei n.º 1.024-A, de 1979 (Do Sr. Walter Silva) — Dispõe sobre a instituição da Carteira de Identidade de Jurado, para os fins a que alude o art. 437, do Código de Processo Penal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Projeto de Lei n.º 1.230-C, de 1975 — Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei n.º 1.230-B, de 1975, que “altera a redação do § 2.º do art. 72, da Lei n.º 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito).

Projeto de Lei n.º 1.788-A, de 1976 (Do Senado Federal) — Dispõe sobre o exercício de cargo de administração sindical ou de representação econômica ou profissional pelo aposentado; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; da Comissão de Trabalho e Legislação Social, pela rejeição, contra o voto em separado do Sr. Jorge Moura; e, da Comissão de Finanças, pela aprovação.

Projeto de Lei n.º 2.931-C, de 1976 — Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei n.º 2.931-B, de 1976, que “modifica a redação do art. 306 do Código de Processo Civil”.

PROJETOS APRESENTADOS

Projeto de Lei n.º 1.734, de 1979 (Do Sr. Jorge Arbage) — Extingue o protesto de títulos.

Projeto de Lei n.º 1.735, de 1979 (Do Sr. Aldo Fagundes) — Dispõe sobre o sistema previdenciário dos servidores municipais.

Projeto de Lei n.º 1.736, de 1979 (Do Sr. Amadeu Geara) — Autoriza o Poder Executivo a isentar da Taxa Rodoviária Única os veículos automotores com mais de dez anos de fabricação.

Projeto de Lei n.º 1.737, de 1979 (Do Sr. Adhemar de Barros Filho) — Faculta ao Prefeito Municipal, na hipótese que menciona, a filiação ao Sistema Nacional de Previdência Social.

Projeto de Lei n.º 1.738, de 1979 (Do Sr. Adhemar Ghisi) — Acrescenta dispositivo ao art. 9.º da Lei n.º 5.890, de 8 de junho de 1973, dispondo sobre o estabelecimento de critério para a concessão de aposentadoria por tempo de serviço.

Projeto de Lei n.º 1.742, de 1979 (Do Sr. Francisco Libardoni) — Institui o abono-transporte.

Projeto de Lei n.º 1.743, de 1979 (Do Sr. Sérgio Ferrara) — Dispõe sobre a profissão de Garçom, fixa o salário mínimo profissional, e determina outras providências.

Projeto de Lei n.º 1.744, de 1979 (Do Sr. Sérgio Ferrara) — Dispõe sobre o adicional de insalubridade a ser pago a funcionários do Ministério do Trabalho encarregados da expedição de carteiras profissionais.

Projeto de Lei n.º 1.746, de 1979 (Do Sr. Jorge Arbage) — Altera e introduz dispositivos no Decreto-lei n.º 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal.

Projeto de Lei n.º 1.749, de 1979 (Do Sr. José Carlos Vasconcelos) — Dispõe sobre duração, interrupções e controle do trabalho de motoristas de transportes coletivos urbanos.

Projeto de Lei n.º 1.750, de 1979 (Do Sr. Iturival Nascimento) — Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás, e dá outras providências.

Projeto de Lei n.º 1.751, de 1979 (Do Sr. Jorge Uequed) — Isenta de taxas, contribuições e emolumentos a operação de aquisição de casa própria efetuada por trabalhador que perceba até 5 (cinco) salários mínimos.

Projeto de Lei n.º 1.752, de 1979 (Do Sr. Amadeu Gears) — Assegura à mulher grávida estabilidade na empresa, de conformidade com as condições que especifica.

Projeto de Lei n.º 1.754, de 1979 (Do Sr. Amílcar de Queiroz) — Dispõe sobre a aposentadoria dos servidores remunerados pela União e transferidos para o Estado do Acre, na forma da Lei n.º 4.070, de 15 de junho de 1962.

Projeto de Lei n.º 1.755, de 1979 (Do Sr. João Arruda) — Dispõe sobre audiência e participação de órgãos profissionais, bem como de outras entidades, no estudo de proposições submetidas à Câmara dos Deputados.

IV — Pequeno Expediente

WALTER SILVA — Ampliação dos benefícios previdenciários ao homem do campo.

CARLOS SANTOS — Moralidade de programas de TV.

ALUIZIO BEZERRA — Sistema de telecomunicações do Acre. Asfaltamento da BR-364, Acre.

NABOR JÚNIOR — Extensão dos benefícios do Plano de Classificação de Cargos aos servidores do Estado do Acre.

CARDOSO DE ALMEIDA — Política cafeeira.

ADHEMAR DE BARROS FILHO — Anistia.

ANTÔNIO FLORÊNCIO — Pagamento dos aposentados do FUNRURAL, no Rio Grande do Norte, pelos postos avançados do Banco do Brasil.

BRAGA RAMOS — Execução do Protocolo de Expansão Comercial entre o Brasil e o Uruguai.

SIMÃO SESSIN — Saneamento básico da Baixada Fluminense.

CÉLIO BORJA — Aplicação dos recursos destinados pelo Governo à recuperação da região norte fluminense assolada por enchentes.

WILSON BRAGA — Nova política salarial.

GOMES DA SILVA — Liquidação dos débitos municipais para com a Previdência Social.

JÚLIO COSTAMILAN — Instalação, em Caxias do Sul, do I Complexo Metal-Mecânico do Rio Grande do Sul.

RUBEN FIGUEIRÓ — Criação de Delegacia da SUNAB no Estado de Mato Grosso do Sul.

CARLOS BEZERRA — A Independência do Brasil.

JOÃO LINHARES — Filiação de religiosos à Previdência Social.

TARCÍSIO DELGADO — Visita do Presidente João Figueiredo a Belo Horizonte, Minas Gerais.

OCTÁVIO TORRECILLA — Greve de vigilantes bancários de São Paulo.

DARCY POZZA — Destinação de recursos para construção de BR-470.

PEDRO CORREIA — Substituição do Ministro Mário Henrique Simonsen na Secretaria do Planejamento.

EDISON LOBÃO — Homenagem à memória do Deputado Theódulo de Albuquerque.

J. G. DE ARAÚJO JORGE — Pedido de expulsão do Governador Chagas Freitas do MDB.

NILSON GIBSON — Cobrança de juros pela Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil.

EVANDRO AYRES DE MOURA — Concurso para preenchimento de cargos na Previdência Social, Ceará. Correção salarial semestral para o funcionalismo público.

ANTÔNIO ZACHARIAS — Criação de áreas de lazer.

RUY CODO — Criação do dólar-turismo.

ROQUE ARAS — Funcionamento, em fins de semana, de postos de gasolina em cidades históricas e turísticas da Bahia.

PAULO MARQUES — Projeto "Cotredor de Almetos", Paraná.

PEIXOTO FILHO — Desburocratização da Justiça.

JERONIMO SANTANA — Previdência e Assistência Social em Rondônia.

CELSON PEÇANHA — Melhoria de salários e alta do custo de vida.

LEONIDAS SAMPAIO — Reabertura dos cassinos.

JORGE ARBAGE — Reforma partidária.

MAURO SAMPAIO — Instituição de pecúlio em favor da família do trabalhador rural.

JOSÉ CARLOS VASCONCELOS — Acordo Nuclear Brasil-Alemanha Ocidental.

MÁRCIO MACEDO — Atuação do Deputado Ulysses Guimarães na presidência do MDB.

FERNANDO COELHO — Nova política salarial.

DASO COIMBRA — Majoração semestral dos vencimentos do funcionalismo público.

OSVALDO LIMA — Aumento de preço da gasolina automotiva.

MILTON BRANDÃO — Cultivo do soja em regiões do cerrado nordestino.

PACHECO CHAVES — Cobrança do ICM ao produtor agropecuário.

JUAREZ FURTADO — Memorial da Associação Comercial de Florianópolis, Santa Catarina, sobre taxaço de heranças, doações e legados.

JORGE CURY — Lesão de direitos trabalhistas na Siderurgia Ilme, São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

LÉO SIMÕES — Reivindicações da União dos Ferroviários do Brasil.

V — Grande Expediente

ITURIVAL NASCIMENTO — Recuperação do sistema ferroviário nacional. Criação da Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás.

ANÍSIO DE SOUZA — Conciliação nacional.

VI — Ordem do Dia

OCTÁVIO TORRECILLA, SIQUEIRA CAMPOS, NOSSER ALMEIDA, ABRÃO CAMPOS, LAZARO DE CARVALHO, MÁRCIO MACEDO, LEOPOLDO BESSONE, WILSON BRAGA, PEIXOTO FILHO, HENRIQUE EDUARDO ALVES, ATHIE COURRY, WALTER SILVA, FRANCISCO ROLLEMBERG, WALDIR BELINATTI, JÚLIO COSTAMILAN — Apresentação de proposições.

ADHEMAR SANTILLO — Comunicação, como Líder, sobre apreensão, pela Polícia Federal, de filmes na Federação Paulista de Cineclubes.

GERSON CAMATA — Comunicação, como Líder, sobre razões motivadoras da apreensão, pela Polícia Federal, de filmes na Federação Paulista de Cineclubes.

CRISTINA TAVARES — (Como Líder — Retirado pela oradora para revisão.) — Retorno do Sr. Miguel Arraes ao País.

CARDOSO DE ALMEIDA — (Como Líder) — O álcool como fonte alternativa para produção de energia.

ELQUISSON SOARES, EDISON LOBÃO — Discussão do Projeto de Lei n.º 3.721-A, de 1977.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 7-A, de 1979, que aprova o texto da Convenção entre a República Federal do Brasil e o Grão-Ducado do Luxemburgo para evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, firmada na cidade do Luxemburgo, a 8 de novembro de 1978. (Da Comissão de Relações Exteriores) — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 3.646-A, de 1977, que dispõe sobre a inclusão do rio Piracicaba no Sistema Hidroviário Nacional, do Plano Nacional de Viação. (Do Sr. Octávio Ceccato) — Rejeitado.

Projeto de Lei n.º 3.670-A, de 1977, que torna obrigatória a declaração de bens do cidadão investido na função de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios Federais e dos Municípios, no início e ao final do mandato ou do exercício do cargo, e determina outras providências. (Do Sr. Florim Coutinho) — Emendado.

te coletivo de passageiros, o médico examinador fornecerá à empresa o competente laudo, bem como o certificado de aptidão em exames de sanidade física e mental e psicotécnico, por ele firmado, com indicação do número de seu registro no Conselho Regional de Medicina.

§ 1.º Os laudos referentes aos exames psicotécnico e de sanidade física e mental deverão ser arquivados na Seção de Pessoal da empresa.

§ 2.º O certificado de aptidão em exames de sanidade física e mental e psicotécnico, referido neste artigo, será impresso de acordo com o modelo anexo à presente Norma (Anexo II), e dele constarão, além de fotografia recente do motorista, as datas de realização dos exames psicotécnico e de sanidade física e mental, bem como a de expiração da validade deste último.

§ 3.º O porte do certificado de aptidão em exames de sanidade física e mental e psicotécnico, válido, é condição obrigatória e essencial para o exercício do trabalho de direção de veículo.

Art. 21. Verificado, através de exames de sanidade física e mental e psicotécnico, que o motorista não reúne condições para continuar no exercício do trabalho de direção de veículo e trata com o público, deverá ele ser encaminhado ao órgão competente do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social — SINPAS, para os fins de direito.

CAPITULO IX

Da Fiscalização e das Penalidades

Art. 22. Para controle das disposições desta Norma, será obrigatória a exibição:

I — pelos motoristas, sempre que solicitada pela fiscalização, do bloco de guias de serviço e do certificado de aptidão em exames de sanidade física e mental e psicotécnico, de que cuidam os artigos 15 e 20;

II — pelas empresas, dos formulários relativos aos exames técnico-profissionais referidos no art. 16, § 1.º e dos laudos dos exames psicotécnico e de sanidade física e mental, referidos nos artigos 19 e 20, sempre que solicitada, através de expediente regular oriundo de autoridade competente do DNER.

Art. 23. Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação de trânsito e no Regulamento baixado com o Decreto n.º 68.961, de 21 de julho de 1971 e alterado pelos Decretos n.ºs 71.984, de 23 de março de 1973 e 81.219, de 16 de janeiro de 1978, a fiscalização deverá, observadas, quando for o caso, as disposições dos artigos 39 e 40 desse Regulamento:

I — Impedir o início da viagem:

- a) quando o motorista não exibir o bloco de guias de serviço ou o certificado de aptidão em exames de sanidade física e mental e psicotécnico;
- b) quando o bloco de guias de serviço exibido pelo motorista não estiver devidamente validado pelo DNER;
- c) quando expirado o prazo de validade do exame de sanidade física e mental, consignado no correspondente certificado;
- d) quando o motorista apresentar evidentes sinais de embriaguez alcoólica ou de estar sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza;
- e) quando o motorista não houver desfrutado de todo o tempo fixado para o período de descanso mínimo após a jornada de trabalho imediatamente anterior.

II — Interromper a viagem no primeiro ponto de seção ou de parada:

- a) quando o motorista não exibir o bloco de guias de serviço ou o certificado de aptidão em exames de sanidade física e mental e psicotécnico;
- b) quando o bloco de guias de serviço exibido pelo motorista não estiver devidamente validado pelo DNER;
- c) quando expirado o prazo de validade do exame de sanidade física e mental, consignado no correspondente certificado;
- d) quando o motorista não houver desfrutado de todo tempo fixado para o período de descanso mínimo após a jornada de trabalho imediatamente anterior;
- e) quando o motorista estiver dirigindo por tempo superior ao permitido, excetuados os casos de força maior.

III — Interromper imediatamente a viagem, quando o motorista apresentar evidente sinais de embriaguez alcoólica ou de estar sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza.

Parágrafo único. Sempre que, em razão de inobservância desta Norma, lavrar autuação, impedir o início ou determinar a interrupção da viagem, a fiscalização, conforme o caso, visará a

guia ou guias de serviço que revelarem a infração ou apreenderá o certificado de aptidão em exames de sanidade física e mental e psicotécnico, vencido.

Art. 24. Sem prejuízo das disposições contidas nesta Norma, as empresas deverão observar e fazer cumprir, no que for aplicável, as Normas de segurança, higiene, medicina do trabalho e prevenção de acidentes estabelecidas pela legislação trabalhista, especialmente as constantes da Portaria MTPS n.º 31, de 6 de abril de 1954, da Portaria DNSHT n.º 32, de 29 de novembro de 1968, da Portaria MTPS n.º 3.237, de 27 de julho de 1972 e as demais prescrições legais pertinentes a tais matérias, cuja fiscalização será exercida pelas autoridades competentes dos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social.

CAPITULO X

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 25. As empresas que atualmente executam serviços utilizando equipe de dois motoristas deverão, no prazo máximo de 90 dias, contado da entrada desta Norma em vigor, apresentar ao DNER, relativamente a cada serviço, a exposição circunstanciada referida no § 1.º do artigo 3.º Negada a autorização para prosseguimento da utilização da dupla de motoristas, o DNER estabelecerá prazo para que a empresa adote o regime previsto no "caput" do artigo 3.º

Art. 26. Até se esgotarem os respectivos estoques disponíveis nas empresas, porém, no máximo, até 6 meses depois da entrada da presente Norma em vigor, poderão ser utilizados blocos de guias de serviço e certificados de inspeção médica de motoristas impressos de acordo com os anexos I e II da Norma Complementar n.º 04/Dr.OP., publicada no Diário Oficial da União, de 22 de outubro de 1973.

A presente Norma entrará em vigor no dia 19 de janeiro de 1979, revogando as disposições em contrário.

ANEXO I

GUIA DE SERVIÇO DO MOTORISTA Nº _____

EMPRESA	PLACA	TIPO DE VEÍCULO	DESTINO
NOME DO MOTORISTA			
NÚMERO DO VEÍCULO			
DATA DE EMISSÃO			
VALIDADE			
LOCAL DE EMISSÃO			
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL			
ASSINATURA DO MOTORISTA			

ANEXO II

<p>CERTIFICADO DE APTIDÃO EM EXAMES PSICOTÉCNICO E DE SANIDADE FÍSICA E MENTAL</p> <p>NOME DO MOTORISTA</p> <p>NÚMERO DO VEÍCULO</p> <p>DATA DE REALIZAÇÃO DO EXAME</p> <p>DATA DE VALIDADE</p> <p>LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EXAME</p> <p>ASSINATURA DO EXAMINADOR</p>	<p>FOTOGRAFIA DO MOTORISTA</p>
---	--------------------------------

PROJETO DE LEI N.º 1.750, DE 1979

(Do Sr. Iturival Nascimento)

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Região Sudeste de Goiás e dá outras providências.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Poder Executivo é autorizado a criar a Fundação Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás, com sede e foro no Município de Rio Verde.

Art. 2.º A Fundação, entidade autônoma, dotada de personalidade jurídica de direito privado, será regida por estatutos aprovados pelo Poder Executivo.

Art. 3.º A Fundação manterá Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás, cujo patrimônio será constituído:

a) por doações, auxílios, subvenções, feitos ou concedidos pela União, Estados, Municípios e quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

b) por dotação consignada anualmente no Orçamento da União;

c) pela doação dos bens móveis e imóveis do Estado de Goiás e Municípios interessados;

d) pelos bens e direitos que, no ato constitutivo da Fundação lhe forem dados ou outorgados por entidades interessadas na consecução dos seus objetivos.

Art. 4.º A Fundação Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás será administrada por um Conselho Diretor, constituído de 8 (oito) membros, escolhidos entre pessoas de ilibada reputação e notório saber e competência, nomeados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. As atribuições do Conselho Diretor serão discriminadas em regulamento, estabelecido que a esse colegiado caberá a eleição do Reitor da Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás.

Art. 5.º A Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás deverá empenhar-se no equacionamento dos problemas e no planejamento de programas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do País, emprestando ênfase às peculiaridades regionais das áreas sob sua influência.

Art. 6.º A Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, compondo-se de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; de Ciências Econômicas; de Medicina Veterinária; de Mineralogia; de Odontologia; de Astronomia, de Medicina e de Farmácia.

Parágrafo único. O Conselho Diretor da Fundação, atendendo a proposta da Reitoria da Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás, escolherá os Municípios que ofereçam condições propícias para sediar as Faculdades de que trata este artigo, uma ou mais em cada um deles, dentro da região.

Art. 7.º Todos os servidores da Fundação Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás, inclusive o pessoal técnico e docente, serão subordinados ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 8.º A instalação da Fundação Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás é subordinada à consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento, por iniciativa do Presidente da República.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Qualquer fundação, mesmo com caráter de pessoa jurídica de direito privado, quando vinculada ao poder público, insere-se no campo do Direito Administrativo. Assim, a criação de uma universidade federal envolve matéria atinente a "estruturação, atribuições e funcionamento" de um órgão da administração federal, prevista, no caso, a competência privativa do Presidente da República para a sua criação, nos termos do art. 81, V, da Constituição.

Já houve o precedente de lei autorizativa nesse sentido, quando criada a Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba.

Assim, a presente proposição se coaduna, plenamente, à ortodoxia constitucional.

Quanto ao mérito do projeto, forçoso assinalar que, para arrancar o Estado de Goiás do estágio de desenvolvimento em que se encontra, principalmente em regiões mais carentes de iniciativas progressistas, é indispensável o concurso de profissionais qualificados, de nível superior, que atuem nos mais diversos setores.

Resente-se todo o Estado da falta de agrônomos, médicos, veterinários, dentistas, farmacêuticos e outros profissionais liberais, carência que resulta, principalmente, da insuficiência de estabelecimentos superiores de ensino, estrategicamente distribuídos em seu enorme território, que confina com seis Estados da Federação. Tal carência só se pode suprir, a médio prazo, com a criação de pelo menos mais uma Universidade Federal, com os cursos mais exigíveis pelo imperativo do desenvolvimento

Dal procurarmos, na presente proposição, criar a Fundação Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás, indicando para sediá-la o Município de Rio Verde, que já conta com uma Faculdade de Filosofia, dispendo do maior alunado de segundo ciclo em toda a região.

Essa instituição universitária contaria com Faculdades distribuídas nos municípios vizinhos, dentre os quais poder-se-iam escolher os de Jataí Mineiros, Santa Helena, Quirinópolis, Palmeira de Goiás e Aragarças, Itumbiara, beneficiando vasta área do Interior goiano detentora de condições infra-estruturais para abrigar estabelecimentos de ensino superior, em vista do alto contingente de estudantes de nível médio.

Assinala-se, outo tanto que, em obediência ao preceito constitucional prevê que a instalação da Fundação Universidade Federal da Região Sudoeste de Goiás só se consuma ante prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias à sua instalação e funcionamento, depois de criados os cargos, funções e empregos indispensáveis ao exercício da sua finalidade, por iniciativa exclusiva do Senhor Presidente da República.

Nesta conformidade, configurando medida de grande interesse para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Estado de Goiás, esperamos mereça esta proposição a devida acolhida, o melhor exame e a final aprovação dos nossos ilustres pares.

Sala das Sessões.

— Itirival Nascimento.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI N.º 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968

Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Do Ensino Superior

Art. 4.º As universidades e os estabelecimentos de ensino superior isolados, constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações.

Art. 5.º A organização e o funcionamento das universidades serão disciplinados em estatutos e em regimentos das universidades que as constituem, os quais serão submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente.

Parágrafo único. A aprovação dos regimentos das unidades universitárias passará à competência da Universidade quando esta dispuser de Regimento-Geral aprovado na forma deste artigo.

Art. 7.º As universidades organizar-se-ão diretamente ou mediante a reunião de estabelecimentos já reconhecidos, sendo, no primeiro caso, sujeitas à autorização e reconhecimento e, no segundo, apenas a reconhecimento.

Art. 8.º Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento.

Art. 11. As universidades organizar-se-ão com as seguintes características:

a) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;

CAPÍTULO V

Disposições Transitórias

Art. 52. As atuais universidades rurais, mantidas pela União, deverão reorganizar-se de acordo com o disposto no artigo 11 desta Lei, podendo, se necessário e conveniente, incorporar estabelecimentos de ensino e pesquisa também mantidas pela União, existentes na mesma localidade ou em localidades próximas.

Parágrafo único. Verificada, dentro de doze meses, a partir da data de publicação desta Lei, a junção do Conselho Federal de Educação, a impossibilidade do disposto neste artigo, as universidades rurais serão incorporadas às federais existentes na mesma região.

Fonte: Diário do Congresso Nacional

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=195761>

Acesso em 28/11/2021

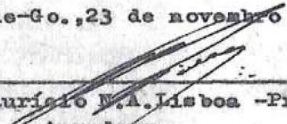
ANEXO IV - EX-PREFEITO IRON JAYME DO NASCIMENTO ASSINANDO A COMPRA DO "CAMPUS RURAL" - 1981



Amigo Iron,

em seus amais particulares, guarde com carinho esta foto, que marca a data memorável que o ilustre Prefeito de Rio Verde, se reuniu com os demais membros da Associação Civil Pró-Desenvolvimento de Rio Verde-Aproderv., numa noite festiva sancionou a Lei nº 1.803, que atribuiu ao Poder Público Municipal a comprar da Diocese local, como sucessora do Espólio do Pe. Mariano Ignácio de Sousa, local destinado à implantação do "Campus Rural" da futura Universidade de Rio Verde, passo seguro de propulsão do progresso deste município.

Rio Verde-GO., 23 de novembro de 1.981.


Maurício M.A. Lisboa - Pres.
Aproderv.

Local:- residência do casal Lazaro Ferreira Arantes. (Lázaro F. Arantes, então presidente do Rotary Club de Rio Verde, nomeou Juraci M. de Oliveira, Claudino Collet e Avelar M. Macedo, formando a 1ª comissão p/ criar Ciências Agrárias em Rio Verde)

Fonte: Collet; Silva (2001)

ANEXO V - FUNDAÇÃO DA APRODERV

Buscar, ao lado da comunidade, promover o desenvolvimento de Rio Verde, especialmente na área de educação, tem sido o principal trabalho da APRODERV – Associação Civil Pró-Desenvolvimento de Rio Verde. Aprenda um pouco mais sobre essa entidade, com o seu atual presidente, Dr. Jones Emrich. Sua entrevista à Folha do Sudoeste:

FS. – O que é APRODERV?

Jones – APRODERV, Associação Pró-Desenvolvimento de Rio Verde, é uma entidade civil, criada por elementos dos mais diversos segmentos da sociedade, com a finalidade de participar em conceito geral do desenvolvimento de Rio Verde, e em particular e prioritário, da implantação e fixação dos cursos agrários, ou seja Agronomia, Zootecnia, e, futuramente, Veterinária, Engenharia Florestal e outros.

FS. – Quais os trabalhos já desenvolvidos neste sentido?

Jones – Destacáramos, para exemplificar, nossa participação na obtenção de recursos e verbas que possibilitaram a aquisição da biloteca e dos laboratórios, a obtenção do reconhecimento a nível estadual, a aquisição da área destinada ao Campus-Universitário, a autorização pela Presidência da República, para funcionamento dos cursos agrários e de diversos outros de menor significado.

FS. – Atualmente quais são os trabalhos em desenvolvimento?

Jones – O Grande problema do momento é a implantação do Campus-Universitário. Como você deve saber, adquirimos uma área de aproximadamente 60 alqueires, próximo da nova Estação Rodoviária, destinada a abrigar o Campus Universitário, trabalho este desenvolvido na gestão do Dr. Maurício Nassau Arantes Lisboa, que representou um grande passo para consolidação deste ideal. Agora, em minha gestão, estamos trabalhando com o máximo de interesse e seriedade no projeto da implantação física deste Campus. É um projeto de grande complexidade, e que está exigindo um profundo trabalho de pesquisa, para que no futuro possamos dar ao Campus uma conformação física que se coadune com as nossas características sociais e econômicas, pois tenho reafirmado que a implantação de um Campus não deve significar simplesmente a construção de um conjunto de prédios, mas a materialização dos conceitos filosóficos que irão nortear a vida da própria universidade.

FS. – Neste trabalho a APRODERV tem recebido o apoio da Direção Municipal?

Jones – A APRODERV tem recebido um grande apoio da Administração Municipal, das lideranças políticas, dos clubes de serviço, dos alunos e professores, enfim, de toda comunidade. E, o que é muito importante, tem podido manter um excelente relacionamento com a Direção da Fesuv, sem o que nada deste trabalho poderia ter êxito. Gostaria de citar ainda, em relação ao apoio prestado pela Direção Municipal, que recebemos do Dr. Ozório Santa Cruz Seradourada, Prefeito Municipal, a responsabilidade de coordenar todos os trabalhos que se façam naquela área – o que, evidentemente, nos possibilitará a execução dos planos e objetivos traçados com bastante critério e objetividade.

FS. – Gostaria de acrescentar mais algum pormenor?

Jones – Quero aproveitar seu excelente jornal para conchamar uma vez mais todos os segmentos da sociedade, não só de Rio Verde mas da região, a que nos unamos no esforço de se implantar definitivamente a Universidade do Sudoeste. O que, certamente, trará novos caminhos no campo do Ensino Superior, mas promoverá também grandes e vigorosos reflexos nos campos sociais, econômicos, e até políticos da região.

Muito obrigado por este contacto, e nossos cumprimentos pela excelente participação de seu jornal em todas nossas atividades.



Dr. Jones Emrich: "Que os sudoestinos lutem pela Universidade do Sudoeste" (FOTO: NELSON JAIME)

Fonte: Folha do Sudoeste – julho/1984
Museu Histórico Francisco Honório de Campos

ANEXO VI- ENTREVISTA AO JORNAL FOLHA DO SUDOESTE DE ITURIVAL NASCIMENTO



Fonte: Museu Histórico Francisco Honório de Campos

**ANEXO VII - LEI DE CRIAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO DE JATAÍ -
1980**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

RESOLUÇÃO Nº 145

Cria o CAMPUS AVANÇADO DE JATAÍ e dá outras providências.

O CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO E PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, em reunião plenária realizada em 04 de março de 1980,

Resolve:

Art. 1º - Fica criado o Campus Avançado de Jataí, subordinado à Pró-Reitoria de Extensão.

Art. 2º - São objetivos do Campus Avançado de Jataí:

I - Possibilitar à Universidade uma participação efetiva no processo do desenvolvimento sócio-econômico regional e nacional;

II - oferecer bases físicas, administrativas e técnicas para a realização de programas de extensão da Universidade, vinculando as atividades programadas às necessidades básicas da região e do País;

III - contribuir com recursos humanos qualificados, através das várias modalidades de trabalho extensionista, e com a ação participativa com órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, bem como empresas ou instituições privadas, a nível nacional, regional e local, visando proporcionar à região melhores condições de vir a transformar-se em polo de desenvolvimento.

Art. 3º - O Campus Avançado de Jataí terá a seguinte estrutura administrativa:

- a) Diretor Geral;
- b) Diretor Administrativo;
- c) Auxiliares administrativos e serviços.

Art. 4º - No prazo de 90 dias, contados da data da aprovação desta Resolução, a Pró-Reitoria de Extensão apresentará à consideração do CCEP o Regimento do Campus Avançado de Jataí.

Art.5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Goiânia, 10 de março de 1980.

Prof. José Cruciano de Araújo
Presidente

ANEXO VIII- REPORTAGEM FOLHA DE SÃO PAULO COM MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO – 1982

FOLHA DE S. PAULO

Quarta-feira, 6 de janeiro de 1982 EDUCAÇÃO — 13

FOLHA DE S. PAULO

Reitora de Goiás propõe inovações

IREDE CARDOSO

Maria do Rosário Cassemiro, doutora em Pedagogia pela Universidade de São Paulo, com a tese "Desenvolvimento e Educação no Interior do Brasil", é a primeira mulher a ocupar o cargo de reitor numa universidade Federal, em nosso País. Ela tomou posse anteontem e tem manifestado claramente o desejo de criar uma universidade "verdadeiramente brasileira, que em breve irá substituir as instituições criadas a partir de modelos e práticas estrangeiras, até agora existentes entre nós".

A primeira reitora brasileira foi a profa. Ester de Figueiredo Ferraz, na Universidade Mackenzie; e a segunda, Nadir Kfourl, que pela segunda vez chefiou a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com o aval de toda a comunidade universitária. Maria do Carmo Cassemiro assumiu e, com 47 anos, solteira, tem princípios muito claros sobre a maneira de conduzir uma universidade.

Nesta entrevista concedida à "Folha", a nova reitora fala de suas idéias sobre administração, autoridade, comunidade, disciplina, União Nacional de Estudantes (UNE), criticando o autoritarismo e precisando seu conceito de democracia.

"Folha" — A sra. pretende imprimir uma administração diferenciada à Universidade Federal de Goiás?

Maria do Rosário — "E o que pretendemos fazer. Temos uma nova filosofia de ação que deverá ser traduzida de forma prática e, para isso, nosso trabalho será operacionalizá-la. Essas medidas farão com que a Universidade comprometa-se de modo mais efetivo com os problemas regionais, estaduais e

nacionais, mas com ênfase na realidade do Estado de Goiás. Assim, teremos uma Universidade Federal "de" Goiás e não "em" Goiás. Desejamos estabelecer um vínculo e uma integração entre os problemas da comunidade com a Universidade, de tal forma que a Universidade, em prazo o mais rápido possível, possa se tornar instrumento de mudança social.

"Folha" — Para realizar esse trabalho, a sra. pretende mobilizar toda a comunidade universitária?

Maria do Rosário — Só não desejamos mobilizar — porque isso é impossível — as pessoas de má vontade; queremos sensibilizar todo o corpo administrativo, docente e o alunado para encontrar um caminho que operacionalize essa filosofia. Assim, acima de tudo, essa mobilização vai significar uma mudança de mentalidade.

Um trabalho em colegiado

"Folha" — A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo criou um Conselho Comunitário, com representantes de todos os setores da comunidade universitária, para administrar melhor a instituição. A sra. pensa em algo semelhante?

Maria do Rosário — Ainda não sei, porque essas mudanças nós vamos começar a discutir agora. Mas deverei contar com a ajuda de pessoas de boa vontade e inteligentes, para que tenhamos uma administração solidária e não totalitária. A administração que desejar êxito terá que ser solidária. E quando a margem dos erros é menor, pois se trabalha em colegiado. E se os erros ocorrem, há humildade para reconhecê-los e corrigi-los. Isso não significa quebra de autoridades, absolutamente,

mas significa quebra de autoritarismo e o verdadeiro exercício da autoridade. Queremos introduzir um sistema de disciplina, não de punição, mas de ordem; esses são dois princípios que vamos introduzir na Universidade.

"Folha" — A sra. fala em autoridade e seria interessante que definisse o conceito de maior precisão.

Maria do Rosário — Para mim, autoridade significa responsabilidade coexistente, corresponsabilidade a ser exercida nos diferentes níveis hierárquicos, sejam administrativos, acadêmicos ou estudantis. Assim, cada um deve assumir, com responsabilidade, aquilo que decidir. O que tumultua é que ninguém decide nada, nos níveis hierárquicos mais baixos. Isso, para não se comprometer. Então, jogam as decisões para cima e, muitas vezes, os problemas a serem resolvidos são corriqueiros. Um chefe de Departamento, um órgão de representação estudantil devem exercer, de fato, o que lhes compete, em seu nível hierárquico, assumindo as consequências de suas atitudes.

"Folha" — A Universidade Federal de Goiás tem uma associação de Docentes. Qual a sua relação com essa entidade?

Maria do Rosário — Mantenho com ela bom relacionamento. Acredito que não vamos ter problemas e que não haverá posições de radicalização. Temos que manter o bom senso para encontrar as soluções mais adequadas. Aqui na Universidade, como nas outras, há um grande potencial de recursos humanos, que não vem sendo aproveitado como deveria. A descoberta de novos valores é uma de nossas preocupações. Nossos pró-reitores são pessoas que vêm da sala de aula, dos Departamentos e demonstram que podem adquirir

ANEXO IX - CAPA DO JORNAL "O FAVO": ANÚNCIO DO PREFEITO SOBRE A REUNIÃO COM A COMITIVA DE PRÓ-EXTENSÃO DA UFG EM JATAÍ – 1979

Informativo da Prefeitura Municipal de Jataí - Palácio das Abelhas

O FAVO

ANO III 1ª QUINZENA JULHO/79 Nº 36

CURSO SUPERIOR

Com a união de todos o objetivo será atingido



encontro entre a comitiva da UFGo e as lideranças comunitárias de Jataí. Antes foram promessas. Agora é um novo tempo! — disse um dos líderes.

Na tarde desta última sexta-feira, numa reunião que considero histórica, afirmei de público o que agora reafirmo: **EMPENHO MINHA PALAVRA DE HONRA, NUM COMPROMISSO SINCERO COM A COMUNIDADE, PROMETENDO FAZER O QUE NOS COMPETE PARA QUE JATAÍ TENHA O SEU CURSO SUPERIOR. VAMOS CONSTRUIR O PRÉDIO E GESTIONAR NO SENTIDO DE CONCRETIZAR ESSA META, NUM TRABALHO CONJUNTO COM TODAS AS FORÇAS VIVAS DE NOSSA COMUNIDADE.**

Agora essas condições se emergem nos horizontes de nosso desenvolvimento, através do empenho da Universidade Federal de Goiás e da união de forças de todas as lideranças e segmentos de nossa sociedade.

Sexta-feira, recebemos a honrosa e significativa visita de uma comitiva da Universidade Federal de Goiás, liderada pela professora Maria do Rosário Cassimiro, Pró-Reitora que atua na extensão dos cursos daquela universidade, para discutir previamente a viabilidade de instalação de cursos superiores em Jataí, através de uma extensão da UFGo. A ilustre comitiva foi recepcionada com um almoço, e em seguida participou de uma reunião que teve lugar no auditório da Câmara Municipal, onde o problema foi debatido.

Tanto no almoço como na histórica reunião, registrou-se um fato que torna mais próxima a concretização da meta proposta: as presenças e viva participação de praticamente todas as lideranças

Foi com satisfação que ouvimos do sr. Adelino Gameiro os resultados dos contatos que uma comissão representativa da comunidade, da qual ele é membro, manteve em Goiânia, e foi também com entusiasmo que lhe falei dos contatos que pessoalmente mantive com o reitor da UFGo. O objetivo era um só: **trazer cursos superiores para Jataí.** E se a meta buscada era a mesma, por que não somar forças? Por que não buscar o apoio dos demais segmentos da sociedade jataiense? Por que não aproveitar esta oportunidade suscitada pela boa vontade e disposição da Reitoria da UFGo?

É hora de somarmos forças, povo de Jataí. A parte que toca à Prefeitura Municipal será cumprida. É o compromisso que assumo com o povo, neste importante momento histórico de nosso desenvolvimento sócio-cultural.

Fonte: Museu Histórico Francisco Honório Campos

ANEXO X - SEGUNDA PÁGINA DO JORNAL "O FAVO": INFORMAÇÕES E ESPERANÇAS SOBRE A POSSÍVEL INSTALAÇÃO DA UFG EM JATAÍ

PÁGINA 2 O FAVO 1. QUINZENA JULHO/79

A comitiva da UFGo trouxe informações e esperanças



Reunião da Câmara

feitura vai construir um prédio que comporte os cursos superiores e que entrou em contato com o Conselho Deliberativo do ISG, o qual manifestou-se disposto a ceder suas instalações ou até mesmo doar um imóvel para a Prefeitura construir o prédio para os cursos superiores. Informou ter encaminhado à Câmara, para ser apreciado em reunião extraordinária, projeto que autoriza o Executivo a tomar medida que agilize os trabalhos com vistas à instalação de curso superior em Jataí. "Esse trabalho é de tamanha monta que o Legislativo e o Executivo não podem trabalhar separados, mas irmanados, colocando à frente os interesses de nossa comunidade. A intensão é conjugar esforços. A ação individual pode gerar ciúmes e culminar em resultados negativos. Por isso, apelamos pelo apoio de toda a comunidade. E empenhamos nossa palavra de honra: o que compete à Prefeitura fazer será feito".

PRESENCAS

NA recepção e na reunião com a comitiva da Universidade Federal de Goiás estiveram presentes: Adelino Gameiro das Neves, Gilasio Souza Santos, Donald Almeida, Alirio Chagas, Jerônimo Silva Neto, Lindomar Rezende, Luiz Alberto Villela, Antonio Geda, William Cintra, Dolorita Macedo, Eufrasio Rocha, Joviano Justino Oliveira, Sebastião Bento, Idia Paulo de Queiroz, José Inácio Cardoso, Alcides Peregrino Fazolino, Elita Campos, Luiz Moreira Gomes, Antonio Carlos Barros, Nazi Jamal, Ny Peres de Lima, Balduino França Filho, cel. Aírton Francisco de Campos Tirado, Rubens Martins Vieira, Laiz França Rodrigues, Deolita Lima, Maria Rosa de Lima, além do prefeito Mauro Bento e de todos os seus secretários, e outras personalidades.

AS lideranças comunitárias de Jataí se reuniram dia 29 último, sexta-feira, para receber a comitiva da Universidade Federal de Goiás que aqui veio discutir a viabilidade de extensão de cursos superiores daquela universidade, em Jataí. Representando o magnífico reitor da UFGo, e liderando a comitiva, a pró-reitora Maria do Rosário Cassimiro trouxe informações favoráveis à concretização desse antigo sonho de Jataí.

A grande recepção aconteceu no restaurante Taigo, com um almoço solene em que a comitiva foi saudada pelo prefeito Mauro Bento e pelo sr. Adelino Gameiro das Neves, tendo este último conduzido a cerimônia. Em seguida falou a professora Maria do Rosário Cassimiro, agradecendo a carinhosa acolhida. Depois do almoço as lideranças comunitárias e populares se reuniram com a delegação da UFGo, no auditório da Câmara Municipal.

comunidade, através de seus líderes representantes, tem nos procurado para falar sobre o assunto. E nós, muito embora sempre tivéssemos pensado na necessidade do curso superior, não havíamos posicionado publicamente, pois não queríamos fazê-lo sem ter em mãos bases concretas para que nossas palavras não se esviassem, como tem acontecido com relação às promessas de curso superiores em Jataí, pela própria complexidade que o fato comporta".

Seguindo em sua linha de pensamento, já na reunião que teve lugar na Câmara, disse o prefeito dos contatos que manteve com o reitor da UFGo e com as lideranças comunitárias de Jataí e também da necessária união de todos. "A comunidade está coesa, a Prefeitura tem condições e vai apoiar e acreditar que nenhum dos poderes constituídos se negaria a colaborar" — afirmou, explicando em seguida que a Pre-

UM SÓ OBJETIVO

Ao dar início à recepção, no restaurante Taigo, o empresário Adelino Gameiro das Neves historiou os fatos que antecederam à vinda da comitiva da UFGo, informando sobre a ida a Goiânia de uma comissão representativa da comunidade jataiense e que, ao retornar, ele procurou o prefeito Mauro Bento para expor sobre os bons resultados que mantivera com a pró-reitora Maria do Rosário Cassimiro. Disse então que o prefeito já havia mantido contatos com o reitor da UFGo, com o mesmo objetivo: trazer cursos superiores para Jataí.

Em sua saudação à pró-reitora Maria Cassimiro, o prefeito Mauro Bento disse que "sentimos na atual administração da UFGo uma preocupação em interiorizar cursos superiores", e que a presença da comitiva daquela universidade "é para nós um fato confirmador da provável instalação, num futuro próximo, de cursos superiores em nossa Jataí. Falou também que "desde quando assumimos a Prefeitura, a



Flagrante do almoço

Fonte: Museu Histórico Francisco Honório Campos

ANEXO XI - PUBLICAÇÃO DO ROTEIRO DA PESQUISA DO PROJETO JATAÍ

setembro / 79 O Favo - página 5

Acaba de ser feita pela UFGO a pesquisa do "Projeto Jataí"

O prefeito Mauro Bento recebeu um ofício encaminhado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Goiás, datada de 6 de setembro, apresentando o professor Helder Vitor Mulatinho como coordenador de uma equipe destinada a fazer o levantamento dos dados necessários para a montagem do "Projeto Jataí", com vistas à implantação de cursos. Solicitou hospedagem e apoio para o pessoal daquela Universidade.

A equipe, chefiada pelo Professor Helder e integrada pelas professoras Vera Maria Magalhães e Marcolina Martins Garcia, e pelos alunos Dilamar Cândida Mar-

tins, Leila Miguel, Clovis Garcia Souza Filho, Cecília Bossois Mulatinho e Carlos Magno Rodrigues, esteve em Jataí durante o tempo necessário à realização da pesquisa, e recebeu da Prefeitura e da comunidade jataiense todo o apoio necessário, retornando a Goiânia depois de vários dias de trabalho.

Dados levantados

Um trabalho minucioso, sobre a realidade de Jataí, envolvendo muitos aspectos, foi feito pela equipe. O roteiro da pesquisa abordava os seguintes aspectos:

<p>1—ASPECTOS FÍSICOS: Região e Estado onde se situa o Município; Tipo de solo, vegetação, altitude e clima; Municípios limítrofes; Área total do Município; Hidrografia da região.</p> <p>2—ASPECTOS HISTÓRICOS</p> <p>3—ASPECTOS DEMOGRÁFICOS: Habitantes; população urbana e rural e sua evolução Distribuição da população economicamente ativa por faixas de idade e situação de emprego(%); Renda média por família.</p> <p>4—ASPECTOS ECONÔMICOS: Levantamento das atividades extrativas (mineral e vegetal); Estrutura fundiária; Levantamento das atividades agrícolas (culturas permanentes e temporárias); Pragas e doenças mais comuns que atacam as culturas agrícolas; Levantamento das criações de: boi, porco, cabras, carneiros, aves etc; Doenças mais comuns que atacam as criações; Organizações de promoção e defesa ligadas à produção; Número de agrônomos e veterinários na região; Grau de tecnologia e mecanização na área; Destino da produção; Número de estabelecimentos industriais e tipos de indústrias; Número de estabelecimentos bancários; Número de estabelecimentos comerciais; armazéns, açougues, padarias, lojas, restaurantes, hotéis e pensões, bares etc.</p>	<p>5—ASPECTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS: Educação; Primeiro e Segundo Grau e Supletivo: a) número de escolas oficiais e particulares e número de salas; b) número de alunos; c) número de professores; d) grau de formação dos professores; Índice de evasão escolar e causas principais; Bibliotecas existentes na cidade.</p> <p>SAÚDE</p> <p>Número de hospitais, consultórios, médicos, postos, de saúde, consultórios dentários, farmácias, laboratórios e ambulâncias; Número de médicos, dentistas, farmacêuticos, enfermeiros, laboratoristas, parteiras (leigas e formadas); Levantamento das principais doenças da região, endemias e epidemias; Levantamento número de leitos, capacidade percentual de atendimento em função do número de habitantes.</p> <p>HABITAÇÃO: Tipos de habitação; Número de pessoas por casa; Instalações sanitárias.</p> <p>Abastecimento de água: Tipo de abastecimento (encanada, bica, poço etc.); Tratamento de água.</p> <p>sistema de iluminação; Horário de distribuição de energia elétrica; Número de casas que recebem energia elétrica; Usina ou gerador; Capacidade geradora de energia elétrica.</p> <p>Sistema de coleta de lixo: Zonas de coleta; Quem realiza a coleta; Destino do lixo coletado.</p>	<p>Rede de esgotos: Sistema de transportes: Urbano - ônibus, automóvel, caminhão, carroça etc. Interurbano - ônibus, aviões etc.</p> <p>Sistema de comunicações: Estações de rádio comerciais; Radiomadores; Agência de Correios e Telégrafos; Jornais; Telefones.</p> <p>Lazer: número de cinemas, clubes, quadras de esportes, parques, praças etc.</p> <p>Levantamento das lideranças (formais e informais).</p> <p>Instituições ou Movimentos que se dedicam ao desenvolvimento da comunidade: federais, estaduais, municipais, privados e de economia mista.</p> <p>6—ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E JURÍDICOS: Prefeitura; Recitas; Investimentos nos setores de: saúde, educação, obras públicas; Câmara dos Vereadores.</p> <p>Segurança: Distritos ou Delegacias; Postos policiais; Representação das Forças Armadas; Exército, Aeronáutica.</p> <p>Justiça: Fórum, Juiz e Promotor, Cartórios, Número de advogados, Carteiras profissionais expedidas, Número de eleitores; Registros de nascimento; casamento e óbitos.</p> <p>Religião: Religião predominante na região; Igrejas católicas, bispo etc; Igrejas protestantes; Centros Espíritas; Outros cultos; Líderes religiosos.</p>
---	---	---

Fonte: Museu Histórico Francisco Honório Campos

ANEXO XII - INFORMATIVO SOBRE O RETORNO DA EQUIPE DO PROJETO JATAÍ A GOIÂNIA E O COMPROMISSO DA PREFEITURA DE IMPLANTAR A UFG

Informativo da Prefeitura Municipal de Jataí - Palácio das Abelhas

O JATAÍ

ANO III SETEMBRO DE 1979 N° 38

A faculdade é agora um compromisso que o povo de Jataí deve cobrar!

Jataí caminha a passos largos rumo à concretização de um velho sonho: uma faculdade. E é preciso mesmo que esses passos sejam largos e seguros, pois o caminho é complexo e longo.

Mas considerando que, em termos de medidas concretas, somente agora é que os primeiros passos foram dados, o processo está adiantado; já dispomos da área para instalação dos cursos superiores; já determinamos que o engenheiro da Prefeitura entre em contato com a UFG para o estudo técnico e funcional do prédio; já providenciamos um projeto; os contatos com a Universidade Federal de Goiás são constantes e estamos oferecendo todo o apoio para o estudo levantado.

Acaba de retornar, a Goiânia, a equipe que veio levantar dados para o "Projeto Jataí"; integrada por oito pessoas, e que teve uma hospitaleira acolhida em nossa cidade, bem como amplas condições para que realizasse a contento a importante missão.

Graças a Deus, as nossas forças comunitárias estão coesas na busca desse objetivo. E isso dá segurança aos passos da comunidade na longa e complexa caminhada.

Volto a frisar que a criação de uma Faculdade envolve o Poder Público, sozinho, não tem condições legais de assumir todo o encargo. Necessário se torna, portanto, a união de forças e também de entusiasmo, o que se faz sentir tanto junto à Reitoria da UFGo como junto às lideranças comunitárias e poderes constituídos de Jataí.

Todas essas lideranças e poderes estão já comprometidos com o povo, que deve cobrar o cumprimento desse compromisso imposto pela consciência de cada um, pelas manifestações feitas em público e pela própria necessidade do momento histórico que o nosso município vive.

Cobre, povo de Jataí. Inclusive do próprio Prefeito que se meteu oferecer condições físicas para a instalação de nossa Faculdade. E que há de cumprir, sob as bênçãos de Deus e com a motivação que emana desse povo obreiro e amigo.

Mauro Bento

Fonte: Museu Histórico Francisco Honório Campos

ANEXO XIII - ENTREVISTA COM REITOR JOSÉ CRUCIANO E PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO EM 1979

Jataí é hoje um dos projetos prioritários de extensão da UFGO

(entrevista com a Pró-Reitora Maria Cassimiro)

A criação de cursos superiores em Jataí e a instalação de mais um campus avançado em Porto Nacional constituem-se nos dois grandes projetos de extensão da Universidade Federal de Goiás para os próximos dois anos - afirmou, em entrevista, a professora Maria do Rosário Cassimiro, Pró-Reitora de Extensão daquela universidade.

"Isso significa sair do casulo" - disse ela, com entusiasmo, da "nova filosofia educativa em que a Universidade não está acima, mas fazendo parte da vida comunitária. É um processo revolucionário que dará, muito mais do que as reformas, uma nova feição à universidade brasileira" - afirmou.

Vamos conhecer a opinião da Pró-Reitora que visitou nossa cidade no final de julho, quando manteve com as lideranças comunitárias e autoridades locais um amplo debate sobre o "Projeto Jataí", ou seja, o projeto de instalação de cursos superiores neste município.

O NOVO DESAFIO

"Esse projeto é para nós um verdadeiro desafio, uma tarefa muito difícil, e por isso precisa contar com o apoio da comunidade" - enfatizou a professora Maria do Rosário Cassimiro, ao falar sobre o novo projeto da UFGO de ministrar cursos de graduação no interior.

Será a primeira experiência daquela universidade e Jataí será o primeiro município do interior a possuir cursos superiores em extensão. Os primeiros contatos nesse sentido já foram mantidos com as lideranças comunitárias daquela cidade e "a receptividade foi total. Encontramos boa vontade e uma abertura muito grande por parte da Prefeitura, dos clubes de serviços, da iniciativa privada, do Instituto Samuel Graham, da Diocese, da Emgopa e do povo mesmo" - afirmou a pro-reitora de extensão da UFGO, acrescentando que essa receptividade evidencia que "a ação da universidade está sendo muito oportuna".

Em Jataí, na formação do corpo docente. Os diplomas terão a mesma validade dos que são expedidos pela universidade, em Goiânia.

Em Jataí, a previsão é de efetivo funcionamento dos cursos em 1981. Depois da implantação desse primeiro projeto, a UFGO deverá atingir os municípios de Catalão e Porto Nacional "sempre num trabalho integrado com os recursos da comunidade. Eles devem participar e sentir que a universidade também é deles" - frisou a pro-reitora Maria Cassimiro. Os cursos serão definidos pelas pesquisas, mas, pelo que se conhece do interior, sabe-se que as áreas da Educação e Agropecuária serão atingidas.

PROPOSTA FILOSÓFICA

Para a pro-reitora Maria do Rosário Cassimiro, a extensão da universidade não tem apenas uma finalidade educativa e funcional, mas sobretudo uma proposta filosófica em que se busca dar uma feição nova e mais realista a uma universidade brasileira, onde suas fronteiras passam a ser as próprias fronteiras da comunidade.

Numa definição feita pela pro-reitora e pelo professor Oliveira Leite Gonçalves, a extensão universitária se propõe a ser "uma saída dos contornos convencionais da Universidade, realizada por professores e alunos, para transbordar sobre a comunidade o fruto de sua elaboração mental e técnica, buscando prestar serviços, ministrando cursos, inserindo-se nos projetos regionais, estaduais, nacionais de desenvolvimento, por atividades indissociadas dos departamentos, os quais



O reitor José Cruciano de Araújo

A palavra do Reitor




Vamos realmente implantar diversos cursos superiores não só em Jataí, como também em Porto Nacional, Rio Verde, Catalão, Araguaína e outras cidades, afirmou o reitor da Universidade Federal de Goiás, José Cruciano de Araújo, acrescentando que a instalação dos cursos em Jataí está prevista para 1980 ou 1981.

Informou ele que a UFGO deslocou, neste mês de setembro, uma equipe de pesquisadores da própria Universidade, para o município de Jataí, com o objetivo de colher dados para a elaboração de um projeto com vistas à instalação de cursos superiores.

Explicou que esses cursos "vão ser instalados dentro dos objetivos do Ministério da Educação e Cultura, no sentido de se criar uma Universidade que exerça sua função de ensino de acordo com a realidade regional".

Disse ainda que, "posteriormente, depois de todos os estudos e projetos elaborados, estes serão encaminhados ao Conselho de Pesquisas e ao Conselho Universitário da UFGO para a aprovação necessária. Aí sim, vamos trabalhar o mais rápido possível, para dinamizar todos os programas de interiorização da Universidade Federal de Goiás".

ANEXO XIV - CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR – DOAÇÃO DA PREFEITURA PARA CONSTRUÇÃO DA UFG 1981

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de Goiás
Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Tabelionato de Protesto
Comarca de Jataí - GO
Oficial Registrador e Tabelião de Protesto - Leandro Akira Matsuoka

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO que a presente é reprodução autêntica da matrícula nº **9.267**, do Livro 02 - Registro Geral de Imóveis, que foi extraída por meio eletrônico nos termos do Art.19, §1º, da Lei 6.015 de 1973 e Art.41 da Lei 8.935 de 18/11/1994 cujo teor é o seguinte: **UM TERRENO URBANO**, nesta cidade, à rua Riachuelo, medindo 124,50 metros de frente para a rua Riachuelo, 100,00 metros do lado direito na confrontação com a rua Marechal Rondon, 100,00 metros do lado esquerdo na confrontação com o restante do imóvel, na projeção da rua Leo Lince, 124,50 metros ao fundo na confrontação com o remanescente do imóvel, na projeção da rua Napoleão Laureano, de propriedade do Instituto Samuel Graham. Proprietário. **INSTITUTO SAMUEL GRAHAM**. Registro aquisitivo; R.01-2.065, fls. 272, lv. 2-G. O referido é verdade e dou fé. Jataí, 07/04/1981.

R.01-9.267- Nos termos da escritura de doação, de 12/03/1981, lavrada às folhas 32/34, lv. 234, pelo cartório do 2º Ofício de Jataí, o imóvel objeto da presente matrícula foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Jataí, CGC/MF. 01.165.729/0001-80, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Antônio Bento, por doação feita pelo Instituto Samuel Graham, estabelecida nesta cidade, à rua Riachuelo, 1.330, CGC/MF. 02.249.316/0001-47, avaliado em Cr\$ 100.000,00, com a condição da outorgada donatária usar o imóvel ora doado exclusivamente na continuidade das atividades educativas. O referido é verdade e dou fé. Jataí, 07/04/1981.

AV.02-9.267- Nos termos da petição, firmada pelo Prefeito Dr. Mauro Antônio Bento, em 28/04/1981, instruída com certidão expedida pela Prefeitura Municipal local, de 14/09/1981 e quitação do IAPAS, nº 412712, série A, de 04/09/1981, arquivada neste cartório, no terreno objeto da presente matrícula foi construída um prédio para fins escolares com a área de 1.300 m², com dois pavimentos, sendo o primeiro com 26 cômodos, sendo; duas áreas livre, para entrada, cinco salas de aula, com laboratório, dois sanitários, uma sala para almoxarifado, uma sala de vigia, uma cantina, uma sala para biblioteca, uma sala de secretaria, cinco salas para professores, dois sanitários, um corredor, uma sala para diretoria, dois sanitários e um cômodos para depósito. O pavimento superior contém sete cômodos, sendo quatro salas de aula, dois sanitários e uma passarela, todo rebocado com massa fina, pintura lavável e parte azulejada, piso de material cerâmico especial, tijolo e cimento, forro de lage-teto, instalação elétrica embutida, instalação elétrica simples, estrutura de alvenaria e concreto, coberto de telhas eternit, sem valor declarado. O referido é verdade e dou fé. Jataí, 14/09/1981.

R.03-9.267- Nos termos da escritura de doação, de 17/05/1982, lavrada nas notas do 2º Tabelionato desta cidade, lv. 242, fls. 101 a 103vº, o imóvel objeto da presente matrícula e Av. 02, foi adquirido por **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**, entidade pública federal, CGC/MF. 01.567.601/0001-43, doação da Prefeitura Municipal de Jataí, qualificada no R.01, sob a condição de que a presente doação, que o referido imóvel se destinará ao ensino superior e ou

Av. Presidente Tancredo Neves, nº 100 - Jatahy Shopping - Setor Epaminondas II
CEP 75.805-123 - Telefones (64) 3631-1566 - 3631-0503
E-mail: atendimento@rijatai.com.br / site: www.rijatai.com.br

BR-126.766

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de Goiás
 Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Tabelionato de Protesto
 Comarca de Jataí - GO
 Oficial Registrador e Tabelião de Protesto - Leandro Akira Matsuoka

para outras finalidades típicas da universidade e que foi dado para efeitos fiscais, o valor de Cr\$ 54.800.000,00. O referido é verdade e dou fé. Jataí, 21/06/1982.

O referido é verdade e dou fé.
Jataí-GO, 13 de abril de 2022

Denis Gomes Jacinto
 Escrivente Substituto

Nos termos do artigo 15, § 4º da Lei Estadual nº. 19.191/2015 constitui condição necessária para os atos de registro de imóveis a demonstração ou declaração no instrumento público a ser registrado do recolhimento integral das parcelas previstas no §1º do supracitado artigo, com base de cálculo na Tabela XIII da Lei nº 14.376, de 27 de dezembro de 2002, do Estado de Goiás, inclusive na hipótese de documento lavrado em outra unidade da Federação.

 ESTADO DE GOIÁS
 Selo eletrônico de fiscalização: 01292204132768926800022
 Consulte este selo em: <https://extrajudicial.tjgo.jus.br>
 Nº do pedido: 255400
 Emolumentos: R\$ 55,01; Taxa Judiciária: R\$ 17,42; Fundos: R\$ 22,09; ISSQN: R\$ 2,19
 Total: R\$ 96,71

Essa certidão possui validade de 30 (trinta) dias a partir da sua data de emissão

Av. Presidente Tancredo Neves, nº 100 - Jatahy Shopping - Setor Epaminondas II
 CEP 75.805-123 - Telefones (64) 3631-1566 - 3631-0503
 E-mail: atendimento@rijatai.com.br / site: www.rijatai.com.br

ANEXO XV - CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR – COMPRA DA ÁREA 1 PARA A UFG - 1982





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de Goiás
 Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Tabelionato de Protesto
 Comarca de Jataí - GO
Oficial Registrador e Tabelião de Protesto - Leandro Akira Matsuoka

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO que a presente é reprodução autêntica da matrícula nº **11.046**, do Livro 02 - Registro Geral de Imóveis, que foi extraída por meio eletrônico nos termos do Art.19, §1º, da Lei 6.015 de 1973 e Art.41 da Lei 8.935 de 18/11/1994 cujo teor é o seguinte: **A QUADRA 18**, nesta cidade, na parte alta, no Bairro Samuel Graham, medindo 124,50 metros de frente para a rua Osvaldo Cruz, 101,00 na lateral esquerda para a rua Leo Lince, 101,00 na lateral direita, para a rua Marechal Rondon, por 124,50 metros de fundo, para a rua Tiradentes, com a área de 12.574,50 m². Proprietário. **INSTITUTO SAMUEL GRAHAM**. Registro aquisitivo; 2.065, fls. 272, lv. 2-G. O referido é verdade e dou fé. Jataí, 18/02/1983.

R.01-11.046- Nos termos da escritura de compra e venda, de 30/12/1982, lavrada nas notas do 1º Tabelionato desta cidade, lv. 145, fls. 118/120, o imóvel objeto da presente matrícula foi adquirido por **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**, entidade pública federal, CGC/MF. 01.567.601/0001-43, por compra do Instituto Samuel Graham, entidade jurídica com sede nesta cidade, CGC/MF. nº 02.249.316/0001-47, pelo preço incluindo o do R.01-11.048, que é de Cr\$ 18.000.000,00 dos quais Cr\$ 6.000.000,00, foram pagos no ato da escritura e o restante será pago assim; Cr\$ 6.000.000,00 em 30/07/1983 e Cr\$ 6.000.000,00 em 30/12/1983, e que no caso do não pagamento dos valores das respectivas parcelas nas suas datas previstas, o imóvel será revertido ao vendedor, mediante a devolução da importância já paga pela compradora, com as demais cláusulas e condições constantes da respectiva escritura. O referido é verdade e dou fé. Jataí, 18/01/1983.

O referido é verdade e dou fé.
Jataí-GO, 13 de abril de 2022


Denis Gomes Jacinto
 Escrevente Substituto

Nos termos do artigo 15, § 4º da Lei Estadual nº. 19.191/2015 constitui condição necessária para os atos de registro de imóveis a demonstração ou declaração no instrumento público a ser registrado do recolhimento integral das parcelas previstas no §1º do supracitado artigo, com base de cálculo na Tabela XIII da Lei nº 14.376, de 27 de dezembro de 2002, do Estado de Goiás, inclusive na hipótese de documento lavrado em outra unidade da Federação.

Av. Presidente Tancredo Neves, nº 100 - Jatahy Shopping - Setor Epaminondas II
 CEP 75.805-123 - Telefones (64) 3631-1566 - 3631-0503
 E-mail: atendimento@rijatai.com.br / site: www.rijatai.com.br

BR-126.772



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de Goiás

Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Tabelionato de Protesto
Comarca de Jataí - GO
Oficial Registrador e Tabelião de Protesto - Leandro Akira Matsuoka

ESTADO DE GOIÁS

Selo eletrônico de fiscalização: 01292204132768926800021
Consulte este selo em: <https://extrajudicial.tjgo.jus.br>
Nº do pedido: 255400



Emolumentos: R\$ 39,29; Taxa Judiciária: R\$ 17,42; Fundos: R\$ 15,73; ISSQN: R\$ 1,57
Total: R\$ 74,01

Denís Gomes Jacinto
Escrevente Substituto




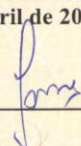
Essa certidão possui validade de 30 (trinta) dias a partir da sua data de emissão

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

BR-126.773

ANEXO XVI - CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR – COMPRA DE ÁREA 2 PARA A UFG
1982

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Estado de Goiás Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Tabelionato de Protesto Comarca de Jataí - GO Oficial Registrador e Tabelião de Protesto - Leandro Akira Matsuoka	 R E P U B L I C A F E D E R A T I V A D O B R A S I L
	CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR	
	<p>CERTIFICO que a presente é reprodução autêntica da matrícula nº 11.048, do Livro 02 - Registro Geral de Imóveis, que foi extraída por meio eletrônico nos termos do Art.19, §1º, da Lei 6.015 de 1973 e Art.41 da Lei 8.935 de 18/11/1994 cujo teor é o seguinte: A QUADRA Nº 19, nesta cidade, na parte alta, no Bairro Samuel Graham, à rua Napoleão Laureano, medindo 124,50 metros de frente e de fundo, por 101,00 metros de cada lado, com a área de 12.574,50 m², limita a direita com a rua Marechal Rondon, a esquerda com a rua Leo Lince e ao fundo com a rua Osvaldo Cruz, bem como um prédio com dois pavimentos, em péssimo estado de conservação, telhado de barro, instalações elétricas, 64 vitraux, térreo; uma sala de visitas, piso de taco, forro de laje, dois corredores, primeiro piso ladrilhado, barrado a óleo, pintura a cal, segundo piso de taco, pintura a base de água, uma copa, uma cozinha, piso de cimento, pintura a base de água, um banheiro barrado a óleo, piso de cimento, um dormitório, barrado a óleo, piso de ladrilho, uma despensa, uma cozinha, piso cimentado, pintura a cal, um quarto, lavrado a óleo, piso de taco, nove mictórios, piso cimentado, barrado de cimento, pintura a óleo, oito chuveiros, pintura a cal, teto de chapa, piso de cimento, nove pias, superior, seis dormitórios, forro de chapa, piso de taco, pintura a óleo e cal, um corredor, forro de chapa, lavrado a óleo, pintura a cal, piso de taco, quatorze guarda roupas embutidos, três depósitos, pintura a cal, forro de laje, piso de cimento, um alpendre, piso de ladrilho, sem forro, com a área construída de 711 m², prédio esse que anteriormente foi destinado para internato feminino. Proprietário. INSTITUTO SAMUEL GRAHAM. Registro aquisitivo. R.01-2.065, fls. 272, lv. 2-G. O referido é verdade e dou fé. Jataí, 18/01/1983.</p>	
	<p>R.01-11.048- Nos termos da escritura de compra e venda, de 30/12/1982, lavrada nas notas do 1º Tabelionato desta cidade, lv. 145, fls. 118/120, o imóvel objeto da presente matrícula foi adquirido por UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, entidade pública federal, CGC/MF. 01.567.601/0001-43, por compra do Instituto Samuel Graham, entidade jurídica com sede nesta cidade, CGC/MF. nº 02.249.316/0001-47, pelo preço incluindo o do R.01-11.046, que é de Cr\$ 18.000.000,00 dos quais Cr\$ 6.000.000,00, foram pagos no ato da escritura e o restante será pago assim; Cr\$ 6.000.000,00 em 30/07/1983 e Cr\$ 6.000.000,00 em 30/12/1983, e que no caso do não pagamento dos valores das respectivas parcelas nas suas datas previstas, o imóvel será revertido ao vendedor, mediante a devolução da importância já paga pela compradora, com as demais cláusulas e condições constantes da respectiva escritura. O referido é verdade e dou fé. Jataí, 18/01/1983.</p>	BR-126.768 
	<p>O referido é verdade e dou fé. Jataí-GO, 13 de abril de 2022</p> <p style="text-align: right;">  Denis Gomes Jacinto Escrevente Substituto </p>	
	<p>Av. Presidente Tancredo Neves, nº 100 - Jatahy Shopping - Setor Epaminondas II CEP 75.805-123 - Telefones (64) 3631-1566 - 3631-0503 E-mail: atendimento@rijatai.com.br / site: www.rijatai.com.br</p>	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado de Goiás

Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Tabelionato de Protesto
Comarca de Jataí - GO

Oficial Registrador e Tabelião de Protesto - Leandro Akira Matsuoka

Denis Gomes Jacinto
Escrevente Substituto

Nos termos do artigo 15, § 4º da Lei Estadual nº. 19.191/2015 constitui condição necessária para os atos de registro de imóveis a demonstração ou declaração no instrumento público a ser registrado do recolhimento integral das parcelas previstas no §1º do supracitado artigo, com base de cálculo na Tabela XIII da Lei nº 14.376, de 27 de dezembro de 2002, do Estado de Goiás, inclusive na hipótese de documento lavrado em outra unidade da Federação.



ESTADO DE GOIÁS

Selo eletrônico de fiscalização: 01292204132768926800023

Consulte este selo em: <https://extrajudicial.tjgo.jus.br>

Nº do pedido: 255400

Emolumentos: R\$ 39,29; Taxa Judiciária: R\$ 17,42; Fundos: R\$ 15,73; ISSQN: R\$ 1,57

Total: R\$ 74,01

Essa certidão possui validade de 30 (trinta) dias a partir da sua data de emissão

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

BR-126.769

ANEXO XVII - NORMAS PARA CRIAÇÃO DE CURSOS NAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO - 1984

QUINTA-FEIRA, 1 NOV 1984 · DIÁRIO OFICIAL

§ 3º Deve acompanhar as informações previstas neste artigo um exemplar do Projeto de Regimento do novo curso ou de adaptação regimental nos casos de nova habilitação ou de aumento de vagas.

§ 4º Se o Projeto se referir a aumento de vagas, bastará a demonstração de existência de recursos materiais e de professores qualificados, caso disponha o Conselho de dados atualizados correspondentes às exigências do "caput" deste artigo.

Art. 9º Ao apreciar o Projeto, a Câmara de Ensino Superior poderá solicitar a constituição de Comissão "ad hoc" composta de Conselheiros vinculados à mesma área de ensino, pertencentes à mesma ou a outras Câmaras, a fim de opinar sobre assunto de sua especialidade, ou valer-se do assessoramento da SESu/MEC ou de suas Comissões de Especialistas.

Art. 10.º Parecer conclusivo da Câmara de Ensino Superior sobre o Projeto será submetido à deliberação do Plenário.

Parágrafo Único. A decisão do Plenário será terminativa, ou, ao contrário, autorizativa de prosseguimento, quando favorável.

Art. 11.º Aprovado o Projeto de Curso será o expediente remetido à apreciação do Senhor Ministro de Educação e Cultura.

Art. 12.º Na hipótese da homologação do Parecer de aprovação do Projeto de Curso, caberá ao Presidente do CFE constituir Comissão Verificadora, cujos trabalhos atenderão às instruções especialmente fixadas para esse fim. Caso contrário, será o processo respectivo arquivado.

Parágrafo Único. Para exame de instalações destinadas a atividades didático-pedagógicas, inclusive biblioteca e laboratórios, da Comissão Verificadora deverá constar sempre professor da mesma área de ensino objeto do curso.

Fonte: Diário Oficial da União
Disponível em: Fundação Educacional de Jataí
Data: 01/11/1984

ANEXO XVIII - LIVRO DE REGISTRO DE FUNCIONÁRIOS DA FEJ


JATAÍ
GO
FUNDAÇÃO DO TRABALHADOR

REGISTRO DE EMPREGADO

VISTO DA FISCALIZAÇÃO

Características físicas

Cor: _____
 Cabelo: _____
 Olhos: _____
 Altura: _____
 Peso: _____
 Sinal: _____



Razão - 39310

Quirina Ferreira Silva Costa, portador da C. T. P. S. n.º 98 807 Série 227º - 60 ; C. T. P. S. (Rural) n.º _____ Série _____
 C. P. F. / CIC n.º 101.379.471.00; Título de Eleitor n.º 26.380 da 1.ª zona; Cédula de Identidade R. G. n.º 240.413 foi admitido em 01 de maio de 1996 para exercer a função de auxiliar da contabilidade com o salário de Cr\$ 2.675,00 (dois mil seiscentos e setenta e cinco Cruzados) por mês no seguinte horário de trabalho: das _____ às _____ horas, com _____ horas de intervalo para repouso e alimentação.

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Data da opção ____/____/19__	Data da retratação ____/____/19__	Banco depositário
---	---------------------------------	--------------------------------------	-------------------

Nacionalidade <u>brasileira</u>	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
Filho de <u>Manoel Luiz da Silva</u> e de <u>Luiza Ferreira da Cunha</u>	Carteira modelo 19 n.º _____	Cadastrado em <u>29 / 02 / 1992</u> sob n.º <u>102 360 754 00</u>
nascido em <u>Monte Nova M.G.</u> a <u>29</u> de <u>agosto</u> de 19 <u>55</u>	N.º Registro Geral _____	dep. no Banco _____
Estado civil <u>casada</u>	Casado(a) c/ brasileiro(a)? _____	endereço <u>R. Gaião nº 1042</u>
Nome do conjuge <u>Joaquim José da Costa</u>	Nome do conjuge _____	Códigos { Banco _____ Agência _____
Gráu de instrução <u>superior</u>	Tem filhos brasileiros? _____	endereço da agência <u>Jataí GO</u>
Residência <u>rua 106 nº 37 - V. Paraíso II</u>	Quantos? _____	Obs: _____
Cart. Nac. Habilitação n.º _____	Data da chegada ao Brasil: _____ de _____ de 19__	
Cert. Militar n.º _____ { Série _____ Categ. _____	Naturalizado _____	
	Decreto n.º _____	

Beneficiários: Rafael Ferreira Costa (filho)
Carolina Ferreira Costa (filha)

Jataí _____ 01 de maio de 1996

Quirina Ferreira Silva Costa
assinatura do empregado

(Polegar direito)

Fonte: Fundação Educacional de Jataí

ANEXO XIX - FORTALECER A UNIVERSIDADE

Fortalecer a universidade

Setores mais progressistas da comunidade jataiense querem, inadiavelmente, a realização do Concurso Vestibular em 1985 e a implantação de novos cursos superiores.

Temem eles que naufrague no poço da negligência a tentativa de se ter na cidade e região um campus-universitário expressivo e capaz de dar aos filhos do lugar uma boa formação.

E a realidade infelizmente parece confirmar este temor: desde sua inauguração, em 1981, o Campus-Avançado da UFG local realizou somente um Concurso Vestibular. Também os cursos ainda são os mesmos: Licenciatura Plena em Química, Física e Matemática. Por certo não muito estimulantes, já que apenas uns 60 alunos os têm frequentado normalmente.

Ora, sabe-se que uma universidade não se faz sem pessoas. E como, paradoxalmente, pais jataienses reclamam que têm mantido a altos custos o estudo de seus filhos em outras cidades, disto se deduz que na verdade a universidade ainda não conseguiu cumprir aqui o seu papel de aglutinar e formar novas consciências.

O momento é decisivo. É necessário que não só a Fundação Educacional de Jataí e outras entidades lutem pela implantação de novos e úteis cursos em Jataí, mas que toda a comunidade o faça - a política, a econômica e a artística.

Uma luta em que se podiam irmanar também rioverdenses, mineirenses, caiaponenses e outros. Afinal, o Sudoeste Goiano, a exemplo de outras regiões semelhantes no País, já tem também condições de se tornar um grande pólo universitário, dado o seu efetivo populacional e a riqueza de recursos.

Oferecendo cursos atraentes, Rio Verde e Jataí poderiam contar com estudantes locais e também egressos de parte de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, principalmente.

E quanto mais coesão, melhor. Por isso urge que se ponha fim a tolas rivalidades. É preciso que Rio Verde e Jataí não só lutem para preservar o que já se conseguiu, mas sobretudo que cobrem mais das autoridades.

A postura deve ser a de cobrança, sim, pois se trata de um direito inalienável ao bem da comunidade sudoestina. Ademais, precisam os governantes notar que outras regiões, até menos expressivas que o Sudoeste Goiano, já têm sua vida universitária independente. O mesmo pode ser feito aqui.

Para provar isso, melhor seria que se procedessem levantamentos junto às escolas, de forma a se saber a quantidade aproximada de estudantes em vias de ingressar na universidade.

Melhorar a universidade é preciso. E se o maior obstáculo é a falta de mão-de-obra qualificada, por que não se atentar para a sugestão de se formar aqui mesmo os nossos professores?

Fonte: Jornal Folha do Sudoeste
Acervo: Museu Histórico Francisco Honório de Campos
Data: jan./1984

ANEXO XX - FUNDAÇÃO VAI A GOIÂNIA POR CURSO DE PEDAGOGIA

Fundação vai a Goiânia por curso de Pedagogia

Interessados em trazer para Jataí a complementação de Licenciatura Plena em Pedagogia para os professores que já têm Licenciatura Curta, além de Vestibular para este curso ainda no próximo ano, a comissão diretora da Fundação Educacional de Jataí, constituída por Adelino Gameiro das Neves, Binômino da Costa Lima, Eudes de Assis Carvalho, Gilásio de Souza Santos e Zenilda Conceição de Souza, em companhia do Prefeito Nelson Antônio da Silva, foi recentemente à Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, participar de duas reuniões.

A primeira delas foi com o pró-Reitor de Extensão, Paulo Marcelino, e o Pró-reitor de Graduação, Joel Pimentel Ulhôa. A segunda, coma diretor da Faculdade de Educação, Margarida M. Monteiro, com chefes de departamentos daquela Faculdade e o Presidente do Colegiado do curso de Pedagogia.

ESPERANDO RESPOSTA

Segundo Adelino Neves, já existe processo em andamento na Faculdade de Educação da UFG, para complementação do curso de Pedagogia. Já se solicitou também estudos para a realização de vestibular do mesmo curso para 1985. Conse-



Guilhermino: "Talvez já no próximo ano Jataí tenha aqui um curso de Saúde Pública".

guiu-se uma verba especial para o curso de complementação, a ser repassada pela Prefeitura de Jataí e a Fundação.

Essa verba seria destinada à gratificação de salário dos professores, aquisição de um veículo para transporte dos mestres de Goiânia e Jataí e vice-versa, além do pagamento de professores, a serem contratados pela Universidade para o referido curso.

Salientou ainda Adelino que, para que haja o curso de complementação, seria necessário um mínimo de 15 professores. "Nesse caso - explica ele -, se preciso for, a Prefeitura e a Fundação as-

CIDA LACERDA

sumem compromisso de contratação de parte dos professores".

A sugestão foi encaminhada à Faculdade de Educação. Se a resposta não for favorável, terão de estudar outra alternativa.

NOVOS CURSOS

Sobre a viabilidade de outros cursos a serem implantados em Jataí, como Agronomia, Veterinária ou Direito, Adelino argumenta que, no momento, não há recursos financeiros disponíveis para tal realização. E que se deve estudar possibilidades de, num futuro próximo, concretizar essa realidade.

Já o diretor do Campus, Guilhermino de Paula Souza, admite que, em contato já feito com o Instituto de Patologia Tropical da UFG, em Goiânia, aumentou-se a possibilidade de Jataí contar com um curso de Saúde Pública ainda no próximo ano. Este curso proporcionaria ao estudante um amplo campo de trabalho, como técnico em saúde pública em órgãos como SUCAM e OSEGO, e em setores particulares, como hospitais, postos de saúde, saneamento básico e laboratórios de análises clínicas.

Fonte: Jornal Folha do Sudoeste

Acervo: Museu Histórico Francisco Honório de Campos

Data: março/1984

ANEXO XXI - EDITORIAL DA FOLHA DO SUDOESTE SOBRE OS FUTUROS CURSOS DO CAJ

Cida Lacerda

Depois de muita luta, finalmente o jataiense consegue mais um curso, o de Pedagogia. E ainda a realização de vestibular para o novo curso, a partir do próximo ano.

Segundo o diretor do Campus-Avançado da UFG em Jataí, professor Guilhermino de Paula e Souza, já está tudo acertado, dependendo apenas da publicação de edital e assinatura de convênios entre a Universidade Federal de Goiás, Fundação Educacional de Jataí e Prefeitura Municipal — estes dois os responsáveis diretos pela conquista, e que irão arcar com o ônus financeiro do curso de Pedagogia. A UFG oferecerá seu espaço físico e *know-how* administrativo.

A decisão foi tomada em duas reuniões: uma no dia 9, outra no dia 15 último. Da reunião do dia 9, em Jataí, participaram a Fundação Educacional, prefeito Néelson Silva, vereadores, entidades de classe, clubes de serviço, professores e juizes. Quatro cursos foram colocados em pauta: História, Geografia, Letras e Pedagogia.

Optou-se pela implantação imediata apenas de Pedagogia, ficando pendente a vinda de Letras, para 1986, dependendo do interesse da comunidade não só em reivindicar, mas também em participar dos três já existentes: Química, Física e Matemática.

"É muito importante que a comunidade contribua para que novos cursos possam vir. Com o curso de Pedagogia, mais que nunca a população tem motivos agora para participar e, com isso, sensibilizar a UFG para que traga mais cursos no futuro", recomendou Adelino Gameiro das Neves, presidente da Fundação Educacional, um lutador em prol desta causa, ao lado do prefeito Nelson Silva e outros.

A reunião do dia 15 aconteceu em Goiânia, entre representantes da comunidade jataiense, diretor do Campus-Avançado da UFG, e representantes da Universidade Federal de Goiás. Para coordenar o concurso vestibular para o próximo ano, foi designada uma comissão da Faculdade de Educação, formada pelos professores Paulo Marcelino, Ildeu Moreira e Ana Cáritas.

Para que o novo curso fosse liberado, o prefeito Nelson Silva teve antes de prometer empenho, ao lado da Fundação Educacional, na reformulação do currículo, para formação do educador, e melhorar o ensino do II grau, garantindo assim a reciclagem dos professores, inclusive na zona rural.

Fonte: Museu Histórico Francisco Honório de Campos
Data: março/1984

ANEXO XXII - APROVAÇÃO DO PROJETO NO COMITÊ DE ÉTICA DA PUCGO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: História e Memória da Universidade Federal de Jataí

Pesquisador: MARLIANE DIAS SILVA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 55288721.8.0000.0037

Instituição Proponente: Escola de Formação de Professores e Humanidades PUC Goiás

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.329.990

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de Doutorado em Educação, da EFPH. A pesquisadora afirma que a pesquisa está situada no "âmbito do História e Historiografia da Educação Brasileira visa investigar o processo de implantação, estruturação, história e memória da Universidade Federal de Goiás, no período de 1978 a 1989." UFG foi implantada - atual Universidade Federal de Jataí (UFJ) - por meio da política de interiorização da universidade pública no país. É uma pesquisa qualitativa, de cunho historiográfico, a partir de corpus documental e oral.

O critério de inclusão participantes acima de 50 anos e serão excluídos quem não concordar com a pesquisa, não quiser a assinar o TCLE ou ser gravado.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as estratégias de implantação e as relações entre a Universidade Federal de Goiás – Regional de Jataí, especificamente na cidade de Jataí, no período compreendido entre 1978 a 1989, sob a perspectiva do desenvolvimento sócio-histórico-cultural da cidade e região, utilizando como construto para obtenção dos dados corpus documentais da época e narrativa oral.

Objetivos Secundários:

Endereço: Avenida universitária, 1069, Área IV, Bloco D, Prédio da Reitoria, 1º andar, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 74.605-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3946-1512 **E-mail:** cep@pucgoias.edu.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE GOIÁS -
PUC/GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.329.990

- Investigar vestígios da história da implantação da Universidade Federal de Jataí, no período de 1978 a 1989;
- Identificar quais foram os impactos, que a implantação da instituição federal de ensino trouxe para a comunidade local e regional durante o período investigado, por meio da utilização de corpus documental e narrativas orais de sujeitos participantes da ação;
- Descrever as circunstâncias e motivos nos contextos políticos, sociais e econômicos, envolvendo a escolha pela cidade de Jataí, e não Rio Verde, no tocante à fundação da Universidade Federal de Goiás, no município de Jataí.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a pesquisadora responsável:

"Em relação aos riscos da pesquisa ao participante, embora sejam mínimos, temos que considerar o cansaço, o aborrecimento e a falta de tempo para responder o questionário, além do desconforto.

Em relação aos benefícios da pesquisa, o participante poderá contribuir com a análise do processo de implantação da Universidade Federal de Goiás – Regional de Jataí."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de Doutorado em Educação, da EFPH.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados todos os termos de apresentação obrigatória.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora respondeu todas as pendências, sendo assim seu projeto não apresenta óbices éticos, portanto considera-se APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após avaliação deste Comitê de Ética em Pesquisa, o mesmo decide considerar o projeto APROVADO.

Endereço: Avenida universitária, 1069, Área IV, Bloco D, Prédio da Reitoria, 1º andar, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 74.605-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3946-1512 **E-mail:** cep@pucgoias.edu.br

ANEXO XXIII - EX-REITORES DA UFG

EX-REITORES DA UFG

1961 - 1964



Professor Colemar Natal e Silva

1964



Professor José Martins D'Alvarez

1965 - 1968



Professor Jerônimo Geraldo de Queiroz

1969 - 1972



Professor Farnese Dias Maciel Neto

1973 - 1977



Professor Paulo de Bator Perilo

1978 - 1981



Professor José Cruziano de Araújo

1982 - 1985



Professora Maria do Rocio Carrimiro

1986 - 1989



Professor Joel Pimentel Ulión

1990 - 1993



Professor Ricardo Freua Bufiçal

1994 - 1997



Professor Ary Monteiro do Espírito Santo

1998 - 2005



Professora Milca Ceverino Pereira

Fonte: Revista Afirmativa UFG (2009, p. 08)

ANEXO XXIV - DOCUMENTOS (FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE JATAÍ – FEJ)

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ ACERVO	DATA
01	Convênio UFG e a Prefeitura Municipal de Jataí	FEJ	05/05/1980
02	Resolução nº 15 Carta-consulta	FEJ	29/10/1984

Fonte: Fundação educacional de Jataí

ANEXO XXV - ATAS (FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE JATAÍ – FEJ)

ATAS N °	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁV EL/ACERVO	DATA
01	Primeira reunião ordinária de apreciação final e aprovação do Estatuto da Fundação Educacional de Jataí bem como Eleição e Posse da Comissão Diretora.	FEJ	18/01/1984
02	Primeira reunião ordinária da Comissão Diretora para reforma do Estatuto da Fundação Educacional de Jataí	FEJ	30/11/1984
03	Eleição da Diretoria	FEJ	28/02/1985
04	Escolha do Secretário e Financeiro	FEJ	02/05/1985
05	Análise do Ofício Circular n° 28/85 do MEC, que institui ajuda financeira as Instituições de Ensino Superior	FEJ	08/10/1985
07	Análise dos problemas referentes à carga-horária dos professores do Campus Avançado UFG	FEJ	31/05/1986
10	Eleição para Secretário da FEJ, Cursos da Escola Técnica Federal de Jataí, Convênio entre a FEJ e a UFG, Novo vestibular para o curso de Pedagogia e implantação do curso de Letras	FEJ	31/03/1987
11	Instalação dos cursos da Escola Técnica Federal, situação da previdência social dos professores contratados pela FEJ para trabalhar na UFG e pagamento dos salários.	FEJ	09/04/1987
12	Análise do caso da aluna Eliane do Cesut, visita da FEJ a reitoria da Escola Federal, abaixo-assinado dos alunos do curso de Pedagogia da UFG solicitando um ônibus para visita técnica em Serranópolis	FEJ	30/04/1987
13	Análise do ofício n° 001/87 do MEC, solicitação de equiparação salarial entre os professores	FEJ	28/05/1987

	contratados da UFG e os titulares, aviso sobre a construção do prédio da Escola Técnica Federal		
14	Vestibular para o curso de Pedagogia e seu funcionamento em apenas um período, discussão sobre taxa de inscrição de matrícula, candidatos aprovados no concurso público para professores na UFG e dá outras informações.	FEJ	01/09/1987
15	Apresentação da minuta do Convênio a ser firmado pela UFG-Prefeitura Municipal de Jataí-Fundação Educacional de Jataí.	FEJ	04/11/1987
17	Eleição para novo secretário da FEJ, Implantação de novos cursos na UFG/Campus Jataí, Curso de Especialização Lacto Sensu de “Saúde Pública” coordenado pela OSEGO, Implantação do Estágio na área de Saúde em Jataí.	FEJ	10/02/1989
20	Repasse de verba para pagamento dos professores da UFG.	FEJ	15/03/1989
21	Solicitações da UFG, permanência da funcionária Divina, autorização para pagamento das despesas de professores que vem de Goiânia.	FEJ	27/03/1989

Fonte: Fundação educacional de Jataí

ANEXO XXVI - DOCUMENTOS FEJ

DOCUMENTO	ACERVO	DATA	REGISTRO
Estatuto FEJ	FEJ	24/04/1984	Cartório do 2ºCível – Registros e Fazendas Públicas (Comarca de Jataí – 2ª Vara)
Reforma do Estatuto FEJ	FEJ	11/12/1984	Cartório do 2ºCível – Registros e Fazendas Públicas (Comarca de Jataí – 2ª Vara)
Diário Oficial /GO	FEJ	01/11/1984	Diário Oficial/GO, nº14.610
Lei de criação	FEJ	13/03/1984	Lei n º 1.077, de 13 de março de 1984
Convênio FEJ/UFG	FEJ	1980	1980
Conselho Federal de Educação Carta-Consulta	FEJ	29/10/1984	Resolução n º15, de 29 de outubro de 1984
Diário Oficial da União	FEJ	01/11/1984	DOU

Fonte: FEJ

ANEXO XXVII – PROJETO DE LEI PARA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL EM RIO VERDE

EDUCAÇÃO

Projeto de Lei propõe criação de universidade federal em Rio Verde

Senador Vanderlan Cardoso é autor da proposta

🕒 | 13.07.23 - 12:22

🐦 Tweetar

📄 Share 0



CÂMPUS RIO VERDE DO IF GOIANO (FOTO: IF GOIANO)

A Redação

Goiânia – O senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) protocolou no Senado Federal o Projeto de Lei 3505/2023, que trata da criação da Universidade Federal de Rio Verde (UFRV), por meio do desmembramento do câmpus Rio Verde do Instituto Federal Goiano (IF Goiano). O PL será distribuído pela Mesa Diretora e deve tramitar, inicialmente, na Comissão de Educação (CE).

Segundo o Censo de 2022, Rio Verde tem cerca de 225 mil habitantes, colocando-o entre os mais populosos de Goiás. Pelo projeto, gradualmente seriam criados os cargos e funções necessários para o funcionamento de todas as atividades administrativas e educacionais da nova instituição de ensino superior.

A proposta tem apoio dos Poderes Executivo e Legislativo local e de entes representativos do setor produtivo da região: do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Rio Verde (Coderv), da Associação Comercial e Industrial de Rio Verde (Acirv), da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo), do Sindicato Rural de Rio Verde (SRRV) e da Associação dos Produtores de Soja, Milho e Outros Grãos Agrícolas do Estado de Goiás (Aprosoja).

Fonte: Jornal A Redação, 13/07/2023.